

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**  
**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 12/2023**  
**5 a 18 de julho de 2023**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

04 – Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

### **Sistema Nações Unidas**

13 – Caminhos e descaminhos da Agenda 2030 e seus ODS:Um roteiro crítico sobre o HLPF 2 023 do ECOSOC - *Paulo Buss e Santiago Alcázar*

20 – O Duende e as suas diabruras – *Santiago Alcázar*

24 – A insustentável leveza da irrelevância: O HLPF frente ao sistema financeiro e o seu Pitbull - *Santiago Alcázar*

27 – Declaração da III Cúpula CELAC-UE 2023 (em inglês)

33 – Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da III Cúpula CELAC-EU

36 – Os caminhos da emancipação: sob a égide dos direitos humanos para disciplinar a ação das empresas nacionais e transnacionais e disputar a função dos bancos de desenvolvimento - *Armando De Negri Filho*

60 – Dinâmicas para o tratado pandêmico: contínuas pressões e necessidade por ações - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

70 – Meio período da Agenda 2030: os avanços insuficientes e as questões ambientais como determinantes para manutenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

81 – O avesso da proteção social global: inação dos países e apropriação pelo mercado financeiro - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*

85 – A redução de riscos de desastres no contexto da revisão intermediária da implementação do Marco de Sendai 2015-2030 - *Carlos Machado de Freitas e Eliane Lima e Silva*

89 – Trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo, uni-vos! OIT prioriza a promoção do trabalho decente em setor econômico crítico e habitualmente negligenciado - *René Mendes*

100 – A necessidade de garantir o acesso à saúde a mulheres e crianças refugiadas por meio de políticas públicas e apoiar a reunificação familiar - *Rafael Gomes França, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*

103 – De mercadoria a um bem comum: uma agenda feminista para enfrentar a crise mundial da água - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

111 – A insegurança alimentar no mundo (SOFI 2023): como está o mundo pós-pandemia e para onde devemos caminhar? - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

122 – A Importância da ética na neurotecnologia: qual é o limite do progresso? - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

126 – Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - *Isis Pillar Cazumbá*

130 – Saúde e Propriedade Intelectual: Resposta à Pandemia da Covid-19 - *Claudia Chamas*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

134 – “*Você não está entendendo quase nada do que eu digo!*”: os poderosos do mundo não dão ouvidos à sociedade civil - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice de Jesus Alves Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

155 – O capital financeiro e sua teia de opressões: a necessidade imperativa de uma resposta sistêmica - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

162 – Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*

175 – A Cooperação Sul-Sul Brasileira em Desenvolvimento e Saúde – *Embaixadora Luiza Lopes da Silva*

190 – União Africana no G20 e Ucrânia na OTAN? - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami, Nina Bouqvar*

199 – África do Sul convida líderes dos países africanos para Cúpula do BRICS - *Claudia Hairisch*

203 – UE-CELAC em pauta: o retorno do diálogo birregional? - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*

212 – Saúde Única na Fronteira Sul: Possibilidades de Integração Regional - *Joyce Schramm, Sebastian Tobar e Gustavo Buss*

217 – Promoção de Fronteiras Saudáveis no Mercosul - *Sebastián Tobar, Rafael França e Carlos Arosquiapa*

222 – ABYA YALA - *Carlos Walter Porto-Gonçalves*

226 – A saúde global e diplomacia da saúde na África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

240 – Aproximações e reaproximações na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

243 – Oriente Médio, Ásia e Pacífico no Fórum Político de Alto Nível 2023 – Rumo aos ODSs - *Lúcia Marques*

256 – Letras, siglas, metáforas e a ordem global - *André Costa Lobato*

259 – EUA: Epidemia de solidão e bombas de fragmentação - *Guto Galvão*

**Autores deste Caderno - 261**

**\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS – 264**

**\*\*\*Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - 265**

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 12/2023 – 05 a 18 de julho de 2023

#### Apresentação

Recorde de altas temperaturas no hemisfério Norte (+ de 50°C), inclusive nos dois maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo, os Estados Unidos da América e a China, que parecem assistir impassíveis às barbaras consequências que trazem particularmente aos países menos desenvolvidos do planeta, que vivem da agricultura. Incêndios florestais extensos no hemisfério norte. Frio extremo na patagônia argentina.

Nos (des)entendimentos Ocidente-Rússia com relação à guerra da Ucrânia, em 17 de julho venceu o acordo entre ambas as partes que permitia a exportação de grãos da Ucrânia pelo Mar Negro defronte à Criméia, e Putin não renovou. O resultado, segundo analistas ocidentais, será mais fome, falta de alimentos e aumento exponencial de preços dos mesmos... na África. Embora tudo seja inexplicável e incompreensível para nós que queremos apenas viver, na geopolítica o *rationale* é que a reunião (e as provocações) da OTAN em Vilnius, capital da ex-republica soviética da Lituânia, no Mar Báltico, e um atentado, com a explosão de uma ponte na Criméia ocupada, devem ter subido à cabeça do dirigente russo, que para reverter a medida quer um recuo da OTAN na guerra, inclusive no fornecimento de armas de fragmentação, proibidas *worldwide*, pelos EUA à Ucrânia.

Os dois eventos descritos acima ensombreceram, na undécima hora, o que se esperava seria a ‘estrela’ política da quinzena: a **Agenda 2030 e seus ODS** e a sustentabilidade planetária, por meio da realização do **Painel Político de Alto Nível 2023** (*High Level Political Forum, HLPF*), no âmbito do Conselho Econômico Social (ECOSOC) das Nações Unidas, realizado de 10 a 20 de julho, na sede da ONU, em Nova York. O HLPF é o espaço político e técnico principal no sistema ONU para o monitoramento e a avaliação da implementação da Agenda 2030 e seus ODS, realizado anualmente.

**Buss e Alcázar** prepararam artigo especial sobre o HLPF 2023 para o **Caderno 12**, atualizando o artigo originalmente publicado no blog do CEE/Fiocruz. Argumentam que a Agenda 2030 apresenta-se como um das últimas oportunidades para um processo civilizatório de desenvolvimento, mas paradoxalmente encontra-se extremamente ameaçada. Os documentos do Secretário-Geral da ONU oferecidos ao debate político são alarmantes. O informe dos cientistas, da mesma forma, alerta para os imensos problemas sociais, econômicos e ambientais que ameaçam a sobrevivência sadia do planeta e a aproximação de um ameaçador ponto sem possibilidade de retorno. A sociedade civil está fragmentada ‘tematicamente’. Contudo, entendem os autores que o *Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável* ainda é um espaço político não desprezível para a construção de alianças em torno do desenvolvimento sustentável, pela paz, pela equidade e pela justiça econômica, social e ambiental. Por oportuno, chamamos a atenção para o Seminário Avançado sobre a Agenda 2030 e seus ODS no âmbito do ECOSOC, que será realizado em 26 de julho próximo, 4ª. feira, de 10h às 12:30h, podendo ser acessado pelo YouTube da Fundação Oswaldo Cruz.

O outro grande momento político da quinzena na arena global, este com repercussões importantes na nossa região, foi a **Cúpula União Europeia-CELAC** (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos), realizada em 17-18 de julho, na sede da União Europeia, em Bruxelas. A declaração da Cúpula encontra-se em: <https://www.gov.br/mre/pt->

[br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-cupula-celac-ue-2023](https://br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-cupula-celac-ue-2023).

Reproduzimos (em inglês) aqui no Caderno para facilitar a vida do nosso leitor. O documento de 41 parágrafos e cerca de 2900 palavras foi endossado por todos os países com uma exceção, a Nicarágua, devido à sua discordância com um parágrafo, segundo o pé de página da Declaração.

A menção mais explícita sobre **saúde** encontra-se no parágrafo 30: *“Expressamos nosso compromisso de levar adiante a parceria birregional na fabricação local de vacinas, medicamentos e outras tecnologias de saúde e fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde para melhorar a prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública, em apoio ao Plano de Autossuficiência em Saúde da CELAC. Aguardamos com expectativa o progresso das discussões em andamento sobre um novo instrumento juridicamente vinculativo sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias no âmbito da Organização Mundial da Saúde, com o objetivo de acordá-lo até maio de 2024.”* (tradução do editor).

Fortalecer as parcerias, as transições ecológica e digital e a ‘defesa’ da ordem internacional estão entre os parágrafos da Declaração. As questões de Cuba e Malvinas receberam parágrafos ambíguos e irrelevantes. Venezuela foi ignorada e o Haiti lembrado com substância, assim como o processo de paz na Colômbia. Foram também positivas as declarações de apoio na área ambiental: forte compromisso em busca do objetivo da UNFCCC, de enfrentar com ambição as mudanças climáticas por meio do fortalecimento da implementação plena e efetiva do *Acordo de Paris*, bem como o compromisso com a *Convenção sobre Diversidade Biológica* e o *Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework*, e a *Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UNCCD)*. Registrou-se a importância de cumprir o compromisso dos países desenvolvidos de mobilizar *US\$ 100 bilhões por ano* para o financiamento climático para apoiar os países em desenvolvimento e dobrar o financiamento para adaptação até 2025.

A Europa tenta recuperar terreno perdido no região, principalmente para a China, o que seria vital para a economia europeia açoitada por uma guerra inédita há 70 anos no seu território e problemas estruturais que se avolumam. Para tal, a Europa promete cerca de 42 bilhões de euros de investimentos na ALC, anúncio que Ursula von der Leyen fez ao lado de Lula, durante cúpula na Bélgica. A propósito, reproduzimos também neste Caderno o vigoroso e eloquente discurso do presidente Lula na Cúpula, que encerra de forma assertiva: *“Esta Cúpula CELAC-União Europeia é também uma forma de dizermos: Basta. Um outro mundo é possível. Cabe a nós construí-lo, a muitas mãos.”*

O *Acordo EU-Mercosul* foi tema de encontro entre Lula, presidente do Mercosul, e o espanhol Sanchez, presidente da UE à frente. Os termos do acordo estavam praticamente concluídos desde 2019, satisfazendo os dois lados, quando a UE apresentou há poucas semanas uma *side letter* com exigências descabidas na área ambiental, que na verdade encobririam o tradicional protecionismo agrícola europeu. A PPT do Brasil à extemporânea manifestação europeia e imediatamente preparou contraproposta, ora circulando entre os sócios do Mercosul. Vamos acompanhar atentamente.

Aproveitando o ensejo deste encontro Europa - América Latina decidimos proporcionar ao nosso leitor uma pequena amostra do grande debate existente entre intelectuais da nossa região sobre as relações ancestrais entre os dois territórios. E o fazemos com uma pequena joia que é o texto do prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves, professor e pesquisador consagrado de geografia humana, que tem como título *Abya Yala*, que na língua do povo Kuna significa ‘Terra madura’, ‘Terra Viva’ ou ‘Terra em florescimento’ e é sinônimo de *América*. *Abya Yala* vem sendo

usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em contraponto a *América*, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento. Foi pela primeira vez utilizada explicitamente com esse sentido político na *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, realizada em Quito, em 2004, a partir do que se consagra como vocábulo da luta política dos povos originários da ALC contra a colonialidade ainda vigente nos territórios destas latitudes.

Numa crônica sagaz, recheada de humor e ironia, **Alcázar** nos dá a conhecer o Duende e outros personagens, que pouco-a-pouco reconhecemos serem atores 'globais', no diálogo imaginário entre M e T, no bar da esquina, retratando de forma contundente a tragicomédia de nossos dias no cenário internacional.

Num outro artigo, **Alcázar** utiliza toda sua experiência como diplomata de alta estirpe para arguir que não é o 'planeta' que está ameaçado - afinal tem mais de 4,5 bilhões de anos - mas a vida como a conhecemos, não por algum cataclisma, mas pela roleta russa de ações políticas, econômicas e financeiras. O Secretário-Geral disse algumas vezes que há uma grave falha moral no sistema financeiro internacional e que é preciso reformá-lo para atingir as metas acordadas na Agenda 2030. Os relatórios dizem a mesma coisa. Os debates no âmbito do HLPF giram em torno à essa possibilidade. Mas lamentavelmente, segundo o autor, esse sistema, o mercado, é uma entidade que nos ameaça, a nós que o criamos, e não será o HLPF, a Cúpula dos ODS, em setembro, ou a Cúpula do Futuro, em 2024, que irá moldá-lo para expressar um semblante humano.

A 53ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos** concluiu em 14 de julho e agora seguimos o trabalho de recuperação dos informes e relatórios aprovados. Neste informe **De Negri Filho** destacam um tema de fundo que já foi objeto de atenção na quinzena passada: os relatórios sobre os temas relacionados aos direitos humanos e as empresas transnacionais e outras empresas, por meio de dois documentos instigantes.

O primeiro, sobre o *VII Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe*, sob o lema "Responsabilidade / prestação de contas para a conduta empresarial responsável", realizado nos dias 13 a 15 de julho de 2022, em Bogotá, Colômbia. O segundo, do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas, esclarece as maneiras pelas quais os "*Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementando o Quadro das Nações Unidas 'Proteger, Respeitar e Remediar'*", se aplicam às instituições financeiras de desenvolvimento.

O enfoque proposto pelos dois relatórios permite esclarecer o perigo dos conflitos de interesse com atores privados, mas também a oportunidade de mover a capacidade criadora da sociedade em conjunto com o Estado, construindo uma proposta que vai além do tradicional clamor ao setor privado como única fonte de recursos negados aos Estados pelas políticas de austeridade e a arquitetura das dívidas, para relançá-los como produtores, beneficiados pelos financiamentos para o desenvolvimento em grande escala, especialmente via alternativas como o Banco dos BRICS e a rede de bancos regionais. Como adverte o autor ao final do artigo: "É hora de ousar! Ousar lutar! Ousar vencer!". Vale a leitura completa.

Na **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, seguindo a dinâmica para construção do tratado pandêmico, acontece a sexta reunião do *Órgão Intergovernamental de Negociações*.

Neste *round* serão abordadas discussões acerca do artigo 9 (pesquisa e desenvolvimento), artigo 12 (acesso e compartilhamento de benefícios) e artigo 13 (cadeia de suprimentos e logística). Ainda com a temática de vigilância, preparo para enfrentamento de novos surtos, a OMS tem atualizado os informes com relação a Influenza H5N1, que vem sendo identificada em diferentes espécies animais e tem risco de *spillover* para a espécie humana. Ainda segundo nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão**, se novos patógenos são ameaças, antigos agentes continuam acarretando impactos globais, como a AIDS. A **UNAIDS** lançou seu último relatório, que expõe, apesar dos avanços dados no combate à epidemia de HIV, dados alarmantes, sobretudo na África Subsaariana.

**Magalhães e Galvão**, analistas da área de **ambiente e saúde**, examinaram o Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 (GSDR) e enfoca o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao meio ambiente e à saúde. Os principais ODS discutidos incluem água, energia, consumo e produção sustentáveis, clima, vida na água e vida terrestre. O GSDR destaca a necessidade de medidas para acelerar o cumprimento dos ODS com base em ações bem-sucedidas identificadas pelo relatório. Enfatiza o enfrentamento de crises imediatas enquanto considera desenvolvimentos de longo prazo, como mudança climática, perda de biodiversidade, digitalização, mudança demográfica e desigualdade, que têm impactos sistêmicos nos ODS. O relatório identifica seis ações prioritárias para o futuro: bem-estar e capacidades humanas, economias sustentáveis e justas, sistemas alimentares sustentáveis e nutrição saudável, descarbonização da energia e acesso universal, desenvolvimento urbano e periurbano e bens ambientais globais. Ressalta a importância de mudanças transformadoras em governança, economia e finanças, ciência e tecnologia, ação individual e coletiva e capacitação. O artigo também menciona a Sétima Conferência Ministerial de Meio Ambiente e Saúde, bem como a proposta do presidente Lula de compromisso de desmatamento zero e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Por fim, destaca os impactos das ondas de calor na saúde e a necessidade de ações individuais e coletivas para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

Kastrup e Paes de Sousa discutem o Relatório do PNUD lançado em julho de 2023 intitulado “*O custo humano da inação: Pobreza, Proteção Social e Serviço da dívida, 2020–2023*”. Apresenta dados sobre a participação dos gastos com serviços da dívida e aumento da pobreza no mundo, como a situação se reflete no Brasil e argumenta que é preciso que se discuta o tema no contexto da Agenda 2030

Ainda na área de **ambiente e saúde**, em artigo especial para o Caderno 12, **Freitas e Silva** focam a reunião de Revisão Intermediária da Implementação da **Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. O evento é de grande importância para todos aqueles que trabalham direta e indiretamente com os temas envolvendo a Redução de Riscos de Desastres (RRD) e Gestão de Riscos de Desastres (GRD). São apontados os principais desafios globais apresentados pelo relatório produzido pelo Grupo Principal da Comunidade Científica e Tecnológica da ONU e a Declaração política da reunião de alto nível sobre a revisão intermediária do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015–2030.

O artigo de **René Mendes** aborda o complexo problema das condições de trabalho, e de saúde e segurança das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, numa perspectiva global, mas, também, com análises regionais e nacionais, com base em recente relatório (2023) produzido pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. As preocupações internacionais sobre o trabalho desta numerosa categoria profissional visam promover mudanças em direção da adoção dos princípios do “trabalho decente”, tal como preconizado na Convenção da OIT nº-

189, de 2011. Estes trabalhadores têm vínculos de trabalho predominantemente informais; há forte domínio de mulheres; os salários são baixos; as jornadas de trabalho costumam ser excessivamente longas; direitos básicos de repouso remunerado e de férias anuais costumam ser desrespeitados; os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores são relevantes, e a proteção social é, frequentemente, baixa ou ausente. Práticas de violência e assédio têm grave incidência neste segmento, especialmente contra mulheres e migrantes. Discutem-se, ao final, estratégias para enfrentamento destas graves questões, com foco nas iniciativas da OIT e em iniciativas nacionais relevantes, com a participação sindical desta categoria, onde existente. O apelo que resume o artigo deveria ser: “*Trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo, uni-vos!*”.

A **FAO e instituições associadas** acabam de lançar o novo *Relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo*, que vem examinado por **Nilson, Silva, Ell e Ubarana**. Os avanços pós-pandemia são poucos e mais esforços são necessários pelos atores globais, regionais e nacionais na retomada dos avanços para alcance dos ODS. Além disso, é necessário enfrentar os desafios apresentados pela crescente urbanização global e como os sistemas alimentares podem responder a esses novos contextos, garantindo alimentos saudáveis e seguros para todos e contribuindo para eliminar a fome no mundo a partir de um contínuo que integre o rural ao urbano

A **ONU Mulheres** publicou um documento que analisou o estado da arte quando se fala em igualdade de gênero no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) - Água Potável e Saneamento. O objetivo do documento é mostrar como uma perspectiva de gênero pode informar e fortalecer o discurso em torno da aceleração deste ODS. Segundo **Massari e Gomes**, o documento enfatiza a necessidade de uma abordagem feminista para enfrentar a crise global da água, que reconheça o importante papel que as mulheres desempenham em suas comunidades como principais coletoras, protetoras e administradoras da água.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca o aumento de mulheres e crianças solicitantes de refúgio no Brasil e a necessidade da implementação de políticas específicas para esta população. Também apresenta os resultados de um projeto entre o **ACNUR** e a **OCDE** que monitorou as rotas de reunificação familiar de refugiados.

A neurotecnologia tem demonstrado benefícios significativos, especialmente na área médica, onde está transformando os tratamentos e melhorando a qualidade de vida de pessoas com diferentes condições neurológicas. No entanto, à medida que avança, surgem questões éticas complexas relacionadas ao acesso, à privacidade e à manipulação do cérebro. Segundo **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**, a **UNESCO** tem desempenhado um papel importante ao reconhecer os benefícios da neurotecnologia, como também ao destacar a necessidade de estabelecer uma estrutura ética sólida para garantir seu uso responsável e respeitoso, protegendo os direitos humanos fundamentais.

O artigo de nossa analista **Isis Cazumbá** tem o propósito de mostrar os mecanismos e projetos criados pelas instituições financeiras multilaterais – **BID, Banco Mundial e FMI** – para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas, e assim garantir o desenvolvimento da sustentabilidade.

**Chamas** informa que a **Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a Organização Mundial do Comércio** lançaram extrato atualizado da segunda edição do estudo trilateral sobre promoção do acesso a tecnologias e inovações médicas. A análise é intitulada “*Uma abordagem integrada de saúde, comércio e PI para*



*responder à pandemia de Covid-19*” e fornece ampla visão dos desafios impostos pela pandemia da enfermidade. Medidas no campo da propriedade intelectual receberam destaque na publicação.

Nesta primeira quinzena de julho, 46 **Organizações da Sociedade Civil Global** de Interesse Público e de Interesse Particular foram monitoradas pelo grupo liderado por **Luis Eugenio de Sousa**. As *Organizações de Interesse Público* continuam a denunciar injustiças e iniquidades que parecem não ser ouvidas pelos mais poderosos tomadores de decisões nacionais e globais, públicos e privados. Enquanto isso, a crise climática e seus temas associados como as guerras, a fome e a insegurança alimentar dominam a agenda das organizações. Embora as OSC tenham abordado iniquidades globais, também anunciaram ações que trazem esperança, como o posicionamento do Ministério da Colômbia de aprovar compulsoriamente a produção de um genérico para o tratamento de HIV/Aids, e a declaração conjunta de países da América Latina sobre sistemas de saúde universais, inclusivos e sustentáveis, orientados pelos desafios de raça, etnia e gênero.

Entre as *Organizações de Interesse Privado*, não houve concentração de temas, sendo citados a crise climática e a insegurança alimentar, as iniquidades de gênero e raça, e a inteligência artificial. Dentre as menções, vale ressaltar o Fundo de Desafio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento que recebeu aportes de entidades filantrópicas para apoiar os países de baixa renda a realizarem ações de mitigação da crise climática.

Os analistas **De Negri e de Negri Filho** se debruçam sobre a análise do capitalismo financeiro e seus mecanismos dentro dos sistemas globais de saúde, trazendo e examinando exemplos de publicações, discutindo especialmente as características singulares em torno da financeirização e privatização dos sistemas de seguridade social; destacando a necessidade de uma contra-ação sistêmica e estrutural para recuperar a saúde como bem público.

Na quinzena dominada pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF), o **UNOSSC** esteve presente participando de diversos eventos e contribuindo com sessões paralelas sobre o papel da **Cooperação Sul-Sul e triangular** para acelerar os ODS e a Agenda 2030 com políticas nacionais e regionais e para enfrentar as alterações energéticas e climáticas. Além disso, contribuiu para o lançamento de um manual para auxiliar os países a prepararem suas Revisões Nacionais Voluntárias. Ainda segundo **Ungerer, o G-77 e a China** seguem firmes discutindo a Declaração para a Cúpula do Futuro incluindo a Declaração sobre as Gerações Futuras, mas considerando as crises multidimensionais e as tensões geopolíticas atuais. A participação do Grupo na reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do **MNA** foi um momento de defender o multilateralismo e o respeito à Carta e ao Direito Internacional, quando considerou importante reativar o *Comitê Conjunto de Coordenação entre o G-77 + China e o MNA*, iniciativa política que transmitiria uma importante mensagem de unidade e solidariedade do Sul, reforçando suas vozes em defesa de seus interesses. Para o **MNA**, a reunião Ministerial do Comitê de Coordenação avaliou os interesses comuns do movimento revendo a situação internacional de hoje na busca paz e sua autodeterminação. O **Centro Sul** publicou uma pesquisa profunda sobre o MNA, sua natureza, evolução e inserção no mundo de hoje. Por oportuno, recordamos a todos o Seminário Avançado sobre Cooperação Sul-Sul, realizado pelo CRIS em de 12 de julho último, que pode ser visto ou revisto em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cooperacao-sul-sul-e-tema-de-seminario-do-cris/fiocruz>

Temos neste fascículo dos Cadernos a honrosa participação da **Embaixadora Luiza Lopes da Silva**, Diretora-Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que contribuiu com um extraordinário trabalho de revisão da **Cooperação Sul-Sul Brasileira em Desenvolvimento e Saúde**.

A próxima reunião dos MS dos **BRICS** será dia 3 de agosto. O presidente Cyril Ramaphosa convidou os líderes africanos a comparecer e dialogar com os líderes do BRICS como parte do Mecanismo BRICS Outreach. Segundo **Hoirisch**, a cúpula discutirá como os países do BRICS podem fazer parcerias com a África para ajudar o continente a alcançar o crescimento econômico. Entre os convidados estarão líderes da União Africana e de comunidades econômicas regionais, além de líderes empresariais. Enquanto isso, a desdolarização do sistema financeiro global continuará, no entanto não se deve esperar uma mudança no sistema financeiro global em um futuro próximo.

A quinzena no **G20** foi marcada por dois eventos principais: o Encontro dos ministros da Pesquisa e Inovação e a reunião dos Sherpas. O primeiro evento deu ênfase à pesquisa aberta e a transferência de tecnologia. O segundo, avançou a Declaração dos Líderes, com destaque para o Ingresso da UA, e suscitou reflexões sobre o papel, os alcances e limitações do fórum. Os membros do **G7** emitiram uma declaração conjunta em que firmam compromissos bilaterais e de longo prazo com a Ucrânia, a fim de dissuadir os ataques russos e promover a reconstrução econômica e a infraestrutura do país. Encontro e agenda dos ministros das finanças do G7 em 16 de julho vão discutir Ucrânia e taxa global de impostos. A **OCDE** publicou uma série de estudos que destacam as incertezas quanto à produção agrícola e segurança alimentar na próxima década. No terreno do trabalho, a Organização analisou e ofereceu recomendações acerca do impacto da Inteligência Artificial sobre o emprego. Finalmente, de acordo com a Organização, o comunicado final do grupo de trabalho com o G20 sobre a erosão fiscal, apresentou significativo progresso na direção de uma reforma do sistema tributário internacional. Estas informações estão contidas no GT sobre os grupos, sob a liderança de **Burger e Esteves**.

Para a **América Latina e Caribe**, o grande destaque deste período foi a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo UE-CELAC, após 8 anos de suspensão do diálogo birregional. Além da cúpula, tiveram lugar eventos regionais importantes como a Reunião da ORAS-CONHU com o vice-presidente do Comitê dos Direitos das Crianças da ONU; a Oficina SE-COMISCA de saúde fronteiriça na República Dominicana; a comemoração dos 45 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica e a visita do Presidente Lula à cidade de Leticia e sua participação na finalização da Reunião Técnico-Científica da Amazônia. Questões políticas importantes também foram objeto deste informe, tais como a crise hídrica no Uruguai, a crise política na Guatemala, a pressão das vítimas do governo nicaraguense no âmbito da cúpula EU-CELAC e a o deterioro das condições legais dos imigrantes venezuelanos na Colômbia.

**Schramm, Tobar e Buss** apresentamos reflexões sobre os desafios enfrentados na área da saúde transfronteiriça, como produto da **I Reunião Técnica em Saúde Única nas Fronteiras do Rio Grande do Sul**, (Porto Alegre, 2/07/2023) A recente pandemia de Covid-19 evidenciou a necessidade de atuação conjunta na vigilância integral nas emergências sanitárias, desde uma perspectiva de saúde única. A colaboração entre países vizinhos em questões de saúde é fundamental para responder efetivamente a crises de saúde pública, como pandemias e outras emergências. A reunião contou com a presença de representantes de municípios do Rio Grande do Sul, autoridades sanitárias da Província de Misiones, Argentina, e do Ministério da Saúde Pública do Uruguai, além de instituições acadêmicas de ambos os países.

**Tobar, França e Arosquipa**, no seu artigo sobre promoção de fronteiras saudáveis no Mercosul, informam que o bloco negocia e constrói a implementação de projeto para promover saúde e bem-estar para suas fronteiras, de maneira a fortalecer as infraestruturas já existentes, como também institucionalizar os fluxos informais de intercâmbio de informações epidemiológicas na região. O projeto tem apoio político dos Governos e apoio financeiro da OPAS. As ações feitas durante a presidência pro tempore do Brasil servirão de base para as próximas ações na região fronteiriça do Mercosul.

O informe de **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** analisa as atividades de saúde global e diplomacia da saúde desenvolvidas pelos diferentes órgãos da **União Africana**. Nesse período, os maiores destaques são a *Cimeira África-EUA* sobre relações comerciais com o continente, que têm altos e baixos, motivam desconfiças e medos de perda de mercado americano nas diferentes latitudes do continente, principalmente na África do Sul. Até agora o país era tido como o maior beneficiário nas relações comerciais com os EUA, mas com as alterações provocadas pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, associadas à posição de neutralidade da África do Sul, pairam no ar possibilidades dos EUA excluir do programa AGOA o seu parceiro mais privilegiado nas preferências comerciais. Os especialistas de comunicação de risco de saúde pública e envolvimento da comunidade, reunidos em Uganda, apelam aos países para considerarem a comunicação como pilar fundamental da resposta a emergências de saúde pública. O **CDC África** assinou um MOU com a USP dos EUA para aumentar a produção e acesso a produtos médicos no continente. Com a Noruega, o Programa de Economia da Saúde do CDC África lançou uma iniciativa interessante para que os países adotem técnicas e sua institucionalização para a definição de prioridades. O CDC África acaba de renovar o seu Conselho Consultivo e Técnico trazendo um lusófono, o Dr. Eduardo Samo Gudo, do INS de Moçambique, eleito Presidente para os próximos três anos, uma grande conquista desse país da CPLP banhado pelo Oceano Índico.

**Freire** menciona duas importantes conferências acontecidas na quinzena na **Europa**. A primeira foi a *Conferência da OTAN*, que manteve o sinal vermelho para a adesão da Ucrânia, enquanto a Suécia recebeu o sinal verde do presidente da Turquia, que se opunha. A segunda, a histórica Cúpula CELAC-UE, que aconteceu novamente depois de 8 anos, mas a autora promete que os encaminhamentos e a repercussão da mesma ficarão para a próxima edição dos Cadernos.

A pandemia expôs fraturas e fragilidades e exacerbou inequidades em meio a eventos climáticos extremos e caos econômico. O mundo enfrenta múltiplas crises e, conseqüentemente, múltiplos desafios, que exigem soluções e ações multilaterais, trabalho conjunto e solidariedade. E com urgência! Mas caminha na contramão de soluções compartilhadas, crescem as divisões entre países e regiões e prevalecem disputas geopolítica. A meio caminho para alcançar a Agenda 2030, muitos países estão longe de atingir os ODS - alguns enfrentam retrocessos. E as Revisões Nacionais Voluntárias (VNR, em inglês) apresentadas no High Level Political Forum 2023 refletem os impactos no avanço dos ODS. Este ano, dos 39 Estados que apresentaram suas VNR, 14 são países da **Ásia Sudeste, Pacífico, Central e do Golfo**. **Marques** chama a atenção que esses 14 países apresentaram suas segundas VNR. E que, embora a pandemia da Covid-19 e as múltiplas crises tenham afetado os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, causando atrasos, os Estados buscaram superar fraquezas e fragilidades e acelerar a recuperação, implantando estratégias, planos e políticas multissetoriais de desenvolvimento socioeconômico nos níveis nacional e local. Sistemas de saúde, proteção

social, educação e capacitação, igualdade de gêneros, digitalização, parcerias público-privadas e com agências e organismos, entre outros, integram os planos de ação. E por isso uma discussão profunda e ampliada do ODS 17 que visa “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” é crucial, uma vez que o mundo enfrenta uma séria crise econômica e financeira.

**Lobato**, no seu artigo sobre a **China**, recorda a declaração de Wang Yi a Celso Amorim há um mês sobre o BRICS ser a plataforma mais importante do mundo em desenvolvimento. Apresentamos rapidamente os dois personagens e discutimos algumas questões relevantes para a compreensão do grupo. Por fim, identificamos a origem do nome e apresentamos como sua tradução é feita para o chinês.

**Galvão** informa que o 19º e 21º Cirurgião Geral dos **Estados Unidos**, Vivek Murthy, publicou o relatório "*Nossa Epidemia de Solidão e Isolamento*", onde argumenta que a solidão é um grave problema de saúde pública que precisa ser enfrentado. Numa decisão polêmica, os Estados Unidos decidiu enviar munições de fragmentação para a Ucrânia, proibida na maior parte dos países do mundo, em decisão que foi recebida com reações mistas na sociedade americana, pois alguns acreditam que é ajuda necessária para a Ucrânia, enquanto outras entendem que é uma escalada perigosa do conflito.

Uma quinzena marcada por eventos políticos diametralmente opostos: de um lado, o recrudescimento da gravidade do conflito em território europeu, com a reunião da OTAN, o envio de bombas de fragmentação pelos Estados Unidos à Ucrânia e atentado à ponte estratégica no Mar Negro; de outro, os ventos esperançosos (para os otimistas) com a revisão da implementação da Agenda 2030 no HLPF do Ecosoc. Tudo tratado a tempo e a hora pelos nossos analistas, que se esmeram em trazer a você, queridos leitor e leitora, uma interpretação dos fatos que marcam o cenário da política internacional e da saúde global e diplomacia da saúde.

Boa leitura a todos!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 20 de julho de 2023**

**Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

**Caminhos e descaminhos da Agenda 2030 e seus ODS:  
Um roteiro crítico sobre o HLPF 2023 do ECOSOC<sup>1</sup>**

***Paths and detours of the 2030 Agenda and its SDGs:  
A critical roadmap on ECOSOC's HLPF 2023***

**Paulo M. Buss**

**Santiago Alcázar**

**Abstract.** *How is the 2030 Agenda and its SDGs doing midway between 2015 and 2030, half of the established deadline for achieving its commitments? Progressing or stagnant? Supported or forgotten and abandoned? The Agenda presents itself as one of the last opportunities for a civilizing process of development, but paradoxically it is extremely threatened. From July 10 to 20, 2023, New York hosted one of the most important moments of the year and of the time trajectory regarding the implementation of the Agenda: the meeting of the High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF), within the scope of the Council Economic and Social Committee of the United Nations (ECOSOC). The authors present a complete overview of the broad review of the 2030 Agenda and its SDGs that took place at the event.*

**Key words:** *Agenda 2030; High-Level Political Forum 2023; UN ECOSOC 2023*

**Resumo.** Como anda a Agenda 2030 e seus ODS a meio caminho entre 2015 e 2030, metade do prazo estabelecido para alcançar seus compromissos? Progredindo ou estagnada? Apoiada ou esquecida e abandonada? A Agenda apresenta-se como uma das últimas oportunidades para um processo civilizatório de desenvolvimento, mas paradoxalmente encontra-se extremamente ameaçada. De 10 a 20 de julho de 2023 realizou-se em Nova York um dos momentos mais importantes do ano e da trajetória temporal quanto à implementação da Agenda: a reunião do **Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)**, no âmbito do **Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC)**. Os autores apresentam um panorama completo da ampla revisão da Agenda 2030 e seus ODS que ocorreu no evento.

**Palavras chave:** Agenda 2030; Fórum Político de Alto Nível 2023; ECOSOC ONU 2023

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro, em 2012, por meio de sua já histórica declaração final, intitulada "O Futuro que Queremos", estabeleceu o *Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)*, no seu acrônimo em inglês), que é a plataforma central e ápice da arquitetura da ONU para o acompanhamento e revisão da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS* em nível global.

O Fórum se reúne anualmente em julho, em Nova York, sob os auspícios do *Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)*, e a cada quatro anos, a nível de Chefes de

---

<sup>1</sup> Artigo revisado do original publicado no blog do CEE/Fiocruz, em 10/07/2023. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=Caminhos-e-descaminhos-da-Agenda-2030-um-roteiro-critico-sobre-o-Forum-de-Alto-Nivel-2023-das-Nacoes-Unidas-Paulo-Buss-Santiago-Alcazar>

Estado e de Governo, sob os auspícios da *Assembleia Geral*, em setembro. Em 2023, a meio caminho entre 2015 e 2030, ocorrerão as duas reuniões.



O HLPF de 2023, no âmbito do ECOSOC, estendeu-se de 10 a 20 de julho, incluindo o segmento de alto nível do Conselho e o segmento ministerial de três dias do HLPF, na semana entre 17 e 20 de julho. O tema central foi "*Acelerando a recuperação da doença do coronavírus (Covid-19) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis*". O Fórum deste ano revisou em profundidade os Objetivos 6 (água limpa e saneamento); 7 (energia limpa e acessível); 9 (indústria, inovação e infraestrutura); 11 (cidades e comunidades sustentáveis); e 17 (parcerias para alcançar os ODS). Parece-nos estranho que levando o título de "*Acelerando a recuperação da doença do coronavírus (Covid-19) (...)*" não se tenha adaptado a programação para que também o ODS 3 (saúde) também estivesse em revisão neste HLPF, na medida que tudo indica que as condições gerais que geraram a enfermidade, assim como a capacidade de prevenção de pandemias similares e o preparo para a resposta também tenham mudado pouco.

O programa completo desenvolvido no Fórum encontra-se em: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/2023%20HLPF%20and%20HLS%20Annotated%20Programme.pdf>

### **Documentos orientadores principais**

Três informes do Secretário-Geral são os documentos alimentadores principais do debate do HLPF do ECOSOC, assim como do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, em sua reunião na UNGA, em setembro de 2023, a *Cúpula sobre ODS*.

- 1) Relatório do Secretário-Geral (edição especial): "*Progressos na direção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Rumo a um Plano de Resgate para as Pessoas e o Planeta*" (A/78/80-E/2023/64)<sup>2</sup> – O relatório, de edição especial, fornece uma atualização, a meio caminho em direção a 2030, sobre o progresso feito desde 2015 em relação à estrutura global de indicadores ODS. Ele conclui que muitos dos ODS estão de moderada a severamente fora do caminho, e apresenta cinco recomendações principais para resgatar os ODS e acelerar a implementação entre agora e 2030, para consideração dos Estados Membros, antes da Cúpula dos ODS, em setembro.
- 2) Relatório do Secretário-Geral: "*Acelerando a recuperação da doença do coronavírus (Covid-19) e a plena implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável*"

---

<sup>2</sup> *Progress towards the Sustainable Development Goals: Towards a Rescue Plan for People and Planet - Report of the Secretary-General (Special Edition)*. Ver: [https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition\\_1.pdf](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition_1.pdf)

2030 em todos os níveis”<sup>3</sup> – O relatório oferece análises e recomendações de políticas e destaca estratégias que os países podem considerar, com vistas a acelerar a recuperação da pandemia da doença do coronavírus (Covid-19) e a plena implementação da Agenda 2030.

- 3) Relatório do Secretário-Geral: “Tendências e cenários futuros de longo prazo: impactos na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (E/2023/89)<sup>4</sup> – O relatório pretende olhar para além das crises e emergências atuais, e visa refletir sobre tendências e cenários de longo prazo para alcançar os ODS e os objetivos de mudança climática, sem deixar ninguém para trás. Apesar de alguns desenvolvimentos positivos, o *business-as-usual* significa que nenhum dos ODS seria alcançado e que o desenvolvimento seria decididamente insustentável até 2050. Recentes recomendações técnico-científicas poderiam ser capazes de “mudar o jogo”, mas exigiriam níveis sem precedentes de cooperação global e suporte para fazer com que tais novas possibilidades estejam disponíveis para todos. Os caminhos recentes dos ODS e os cenários de desenvolvimento sustentável ilustram o que seria necessário em termos de políticas coordenadas globalmente e ações de alto impacto.



Outro documento essencial é o *Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 (GSDR)*<sup>5</sup>. É um relatório quadrienal elaborado por um grupo independente de cientistas (IGS), nomeados pelo Secretário-Geral, apoiado por uma equipe de trabalho de seis agências da ONU (DESA, UNCTAD, PNUD, PNUMA, UNESCO e Banco Mundial). Fornece uma síntese das principais mudanças transformadoras necessárias em diferentes pontos de entrada (bem-estar e capacidades humanas, economias sustentáveis e justas, sistemas alimentares e nutrição saudável, descarbonização da energia com acesso universal, desenvolvimento urbano e peri-urbano e recursos ambientais globais comuns), bem como um

quadro para entender como essas transformações podem se desdobrar ao longo do tempo. O informe também apresenta exemplos práticos e ferramentas para promover a liderança e aprimorar as capacidades humanas para se envolver com a mentalidade de aceleração necessária para alcançar os ODS – local, nacional e globalmente.

O relatório sintetiza o conhecimento existente para cobrir três temas abrangentes. Primeiro, destaca as principais transformações necessárias em diferentes setores e fornece exemplos de intervenções que modelaram diferentes cenários para o progresso dos ODS. Em segundo lugar, através de uma série de exemplos, ilustra como as transformações foram

<sup>3</sup> *Accelerating the recovery from the coronavirus disease (COVID-19) and the full implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development at all levels - Report of the Secretary-General*. Ver: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/129/18/PDF/N2312918.pdf?OpenElement>

<sup>4</sup> *Long-term future trends and scenarios - impacts on the realization of the Sustainable Development Goals - Report of the Secretary-General*. Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-06/E%202023%2089.pdf>

<sup>5</sup> *Global Sustainable Development Report 2023 (Advance, Unedited Version, 14 June 2023)*. Ver: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-06/Advance%20unedited%20GSDR%2014June2023.pdf>

facilitadas no passado e nos últimos tempos. Por fim, o relatório descreve como o processo de produção de conhecimento deve evoluir para melhor atender aos processos de transformação.

Outra importante contribuição aos debates do HLPF/ECOSOC vem da síntese dos documentos preparados pelas comissões funcionais do ECOSOC – entre as quais a Cepal – e outros órgãos e fóruns intergovernamentais<sup>6</sup>.

Outros eventos serão realizados durante o HLPF do ECOSOC, incluindo Eventos Paralelos (*Side Events*), Eventos Especiais (*Special Events*), *VNR Labs* e Exposições (*Exhibition*), que serão organizados à margem do HLPF de 2023. Quase todos tem acesso online, o que assegura uma extraordinária oportunidade a todos que querem se aprofundar nas diversas dimensões da Agenda 2030 e seus ODS.

**Eventos paralelos**<sup>7</sup> serão organizados à margem do Fórum. São patrocinados pelos Estados Membros, pelo sistema da ONU e outras organizações intergovernamentais e pelos Grupos Principais e outras Partes Interessadas credenciadas. A lista é longuíssima, com mais de 100 eventos de alto nível programados, presenciais e/ou virtuais, abrangendo diversas dimensões da Agenda 2030 e seus ODS. É uma oportunidade rara de aprendizagem sobre os temas tratados na Agenda.

**Eventos especiais**<sup>8</sup> de alto nível são realizados pelo UN-DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU), em colaboração com seus principais parceiros, incluindo lançamentos de relatórios de alto nível e eventos sobre ODS de setores-chave, como autoridades locais, parlamentares, instituições de ensino superior, setor privado, entre outros. Entre os informes de alto nível que serão lançados **em eventos acessíveis online** estão: o *Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 (GSDR)*, já mencionado acima; um série de seminários sobre *Aprendizado, Treinamento e Prática dos ODS*; o importante *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) 2023*; o *Relatório de Progresso de Energia 2023 e Resumos de Política do ODS 7 2023*. Entre eventos de alto nível, encontram-se: o *VI Fórum de Governos Locais e Regionais sobre a Agenda 2030*; o *The Local2030 Coalition*; o *Dia da Ciência - HLPF 2023*, um espaço informal para tomadores de decisão, cientistas e outras partes interessadas para discutir o alcance dos ODS com base científica; a *4ª Conferência Global sobre Sinergias entre Clima e ODS*; o *Global Fórum 2023 da Iniciativa de Sustentabilidade do Ensino Superior (HESI)*. Dois grandes eventos sobre Água (ODS 6) e um Fórum de Parlamentares estão programados e merecem ser destacados.

**VNR Labs**<sup>9</sup> fornece uma plataforma informal para compartilhamento de experiências e reflexão sobre o processo dos *Relatórios Voluntários Nacionais (VNR)*. São organizados por várias divisões da UN-DESA e parceiros de várias entidades da ONU e outras. Entre os 16 temas abordados estão: Cooperativas para Aceleração do Desenvolvimento Sustentável; Governança multinível organizada para a implementação dos ODS; Integrando o voluntariado e apresentando contribuições voluntárias para VNRs; Progresso dos ODS e relatórios em tempos

---

<sup>6</sup> *Synthesis of submissions by functional commissions of the Economic and Social Council and other intergovernmental bodies and forums.* Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/HLPF%202023%20Synthesis%20Report.pdf>

<sup>7</sup>

Ver:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/19m0BqzFJ721YcYAiCEvMqysdC6K5mti5naTag3CQcUI/edit?pli=1#gid=0>

<sup>8</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/HLPF%202023%20Special%20Events%20Flyer.pdf>

<sup>9</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/2023/vnr-labs> e <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/2023%20VNR%20Lab%20Flyer.pdf>



de policrise: o papel da sociedade civil para garantir consistência; Liberando o poder da colaboração: Impulsionando parcerias e engajamento de várias partes interessadas para a Agenda 2030; entre outros.

### **Declaração política**

O HLPF adota declarações políticas negociadas entre os governos. Quando o Fórum se reúne duas vezes no mesmo ano, caso de 2023, apenas uma Declaração Política será adotada, abrangendo as funções diferentes e complementares de suas duas sessões (no ECOSOC, em julho, e na UNGA, em setembro). O HLPF do ECOSOC, em julho, apoiará a revisão intermediária da implementação dos ODS e os preparativos para a Cúpula dos ODS de 2023 da Assembleia Geral, em setembro, por meio de um resumo com as principais mensagens das discussões a ser preparado pelo Presidente do ECOSOC e enviado à UNGA.

Respondendo ao mandato da declaração única, o Presidente da Assembleia Geral, embaixador Csaba Kőrösi, nomeou o embaixador Fergal Mythen (Representante Permanente da Irlanda nas Nações Unidas) e a embaixadora Alya Ahmed Saif Al-Thani (Representante Permanente do Catar nas Nações Unidas) como co-facilitadores para liderar as consultas sobre a declaração política da Cúpula dos ODS por ocasião da 77ª sessão da UNGA. A última versão do *‘Rascunho Zero revisado da Declaração Política a ser adotada no HLPF, sob os auspícios da Assembleia Geral, em setembro de 2023’* já está disponível, na sua versão de 8/06/2023<sup>10</sup>.

A versão atual do Rascunho zero tem 9 páginas e 42 parágrafos, nos quais os estados-membros reafirmam seu compromisso com alcançar as metas de ODS, embora reconheçam a distância que ainda separa o mundo dos *targets* compromissados. Destacamos três compromissos (*litteris*): “8) Comprometemo-nos com ações ousadas, ambiciosas, aceleradas e transformadoras, ancoradas na solidariedade internacional e na cooperação efetiva em todos os níveis. Promoveremos uma mudança sistêmica em direção a um mundo mais inclusivo, justo, pacífico, resiliente e sustentável para as pessoas e o planeta, para as gerações presentes e futuras; 9) Vamos nos dedicar coletivamente à busca do desenvolvimento sustentável, inclusive por meio de cooperação e parceria internacional para fortalecer a coordenação e a governança global para o futuro comum das gerações presentes e futuras; 10) Estamos preocupados com os impactos persistentes da pandemia de Covid-19. Devemos fortalecer a cooperação internacional para os países mais pobres e vulneráveis para ajudá-los a se recuperar dos efeitos contínuos da pandemia do COVID-19 e fortalecer a preparação, prevenção e resposta à pandemia”.

Na ‘chamada para a ação’, destacamos: “36) Comprometemo-nos a alcançar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada para todos, concentrando nossas políticas e ações nos mais pobres e vulneráveis. Faremos o possível para identificar aqueles que estão sendo deixados para trás e alcançá-los primeiro. Pessoas em situação de vulnerabilidade devem ser protegidas e empoderadas. Aqueles cujas necessidades estão refletidas na Agenda 2030 incluem todas as crianças, jovens, mulheres e meninas, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, minorias étnicas e raciais, refugiados, deslocados internos e migrantes. Pretendemos ver os Objetivos e metas alcançados para todas

---

<sup>10</sup> Revised Zero Draft of the Political Declaration to be adopted at the High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF), under the auspices of the General Assembly in September 2023. Ver: [https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-06/Zero%20Final%20SDG%20PD%20Revised.pdf?\\_gl=1\\*\\_1syveg\\*\\_ga\\*NTc5NDczMTIyLjE2Njc3ODQwOTM.\\*\\_ga\\_TK9BQL5X7Z\\*MTY4ODc1NTA4NC4xMi4xLjE2ODg3NTU4NTUuMC4wLjA](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-06/Zero%20Final%20SDG%20PD%20Revised.pdf?_gl=1*_1syveg*_ga*NTc5NDczMTIyLjE2Njc3ODQwOTM.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY4ODc1NTA4NC4xMi4xLjE2ODg3NTU4NTUuMC4wLjA)

as nações e povos e para todos os segmentos da sociedade. Tomaremos medidas para combater as desigualdades dentro e entre os países e buscaremos políticas que detenham a crescente desigualdade, inclusive por meio de sistemas de proteção social e cobertura universal de saúde. Esperamos convocar uma cúpula social mundial em 2025 para dar impulso à implementação da Agenda 2030”.

Trinta e nove países<sup>11</sup> apresentarão revisões nacionais voluntárias (VNRs) da implementação da Agenda 2030 nos respectivos territórios. O Brasil não está entre eles, pois dependeria de decisão a ser tomada há 2 ou 3 anos, e que o governo Bolsonaro evidentemente não o fez. Mas o Brasil estará presente e certamente ativo nos debates e decisões do HLPF, por meio da sua Missão Permanente junto às Nações Unidas em Nova York.

### **Relações com os grandes grupos e outras partes interessadas**

Os Estados Membros enfatizaram a necessidade de o HLPF aprimorar o papel consultivo e a participação dos principais grupos e outras partes interessadas de nível internacional (*Major Groups and other Stakeholders, MGoS*)<sup>12</sup>, a fim de fazer o melhor uso de seus conhecimentos e propostas, embora mantendo a natureza intergovernamental das decisões. Os MGoS incluem organizações não governamentais e sem fins lucrativos, empresas e indústrias e autoridades locais, entre outros, que possuam o status de ‘observadores’ na Assembleia Geral.

Os principais grupos e outras partes interessadas (MGoS) foram essenciais para o desenvolvimento e adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Desde a sua adoção, o MGoS tem trabalhado ativamente para sua implementação, por meio de projetos, iniciativas, *advocacy*, compartilhamento de conhecimento e monitoramento da Agenda 2030. Os MGoS frequentemente trabalham em parceria com outros setores, incluindo governos.

Estão também ativos no processo anual de acompanhamento e revisão da Agenda 2030, que culmina no HLPF. Os trabalhos destes grupos estão reunidos num espaço denominado ‘*Principais Grupos e outras Partes Interessadas Mecanismo de Coordenação do Fórum Político de Alto Nível (MGoS HLPF CM)*’, que se distribuem nas seguintes categorias: Indústria e comércio; Crianças e jovens; Mulheres; Idosos; Agricultores; Povos indígenas; Autoridades locais; Organizações Não-Governamentais; Comunidade científica e tecnológica; Trabalhadores e Sindicatos; Pessoas portadoras de deficiência; Educação e academia; e Voluntários. Cada uma delas tem um ‘governança’ específica, organiza suas atividades em relação à Agenda 2030 e ao HLPF e produz suas próprias declarações, apresentadas ao HLPF da ECOSOC e da UNGA.

Este é o espaço destinado à sociedade civil global, e será tanto mais efetiva, quanto conseguir se organizar não apenas em torno do seu objeto imediato, como somando-se às demais em temas e momentos em que devem ser mais enérgicos quanto aos rumos dos debates intergovernamentais. Ademais, sociedade civil organizada no plano nacional pode ter influência importante não apenas sobre a Agenda 2030 do próprio país, como sobre as posições de seus

---

<sup>11</sup> Bahrein, Barbados, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Camboja, Canadá, República Centro-Africana, Comores, Chile, Croácia, República Democrática do Congo, União Europeia, Fiji, França, Guiana, Islândia, Irlanda, Kuwait, Liechtenstein, Lituânia, Maldivas, Mongólia, Polônia, Portugal, Romênia, Ruanda, Arábia Saudita, Singapura, Eslováquia, São Cristóvão e Nevis, Tadjiquistão, Timor-Leste, Turquemenistão, República Unida da Tanzânia, Uzbequistão, Vietnam e Zâmbia

<sup>12</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/mgos>

governos nos HLPF, o que pode ser decisivo muitas vezes para corrigir os rumos das declarações, compromissos e ações efetivas quanto aos ODS no plano global.

### **Considerações finais**

Os documentos do SG oferecidos ao debate político são alarmantes. O informe dos cientistas, da mesma forma, alerta para os imensos problemas sociais, econômicos e ambientais que ameaçam a sobrevivência sadia do planeta e a aproximação de um ameaçador ponto sem possibilidade de retorno. A sociedade civil, a nossos ver, está fragmentada 'tematicamente'. Contudo, o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável é um espaço político não desprezível para a construção de alianças em torno do desenvolvimento sustentável, pela paz, pela equidade e pela justiça econômica, social e ambiental.

## O Duende e as suas diabruras

### *The Duende and his devils*

*Santiago Alcázar*

M e T conversam animadamente no Café da Esquina. Como sempre, os assuntos cobrem tudo, do paleolítico ao conceitual e como sempre, nunca conseguem acabar o que começam. É sempre assim. O direito à palavra é reconhecido, como em qualquer democracia, mas interrompido quando se quer, por necessidade ou capricho.

M – Vi que se realizou em Vilnius a Cúpula da OTAN.

T – Sempre quis conhecer Vilnius. É um paizinho, pequenininho.

M – E com gente igualmente pequenininha.

T – Literalmente?

M – Não sei, mas que recebe gente pequenininha.

T – Senão não caberiam.

M – Bom, chega de bobagens. Discutiram que fazer com a guerra na Ucrânia.

T – Essa guerra não tem jeito. Os caras pensavam que seria um passeio. Que Kiev daria uma sova nos russos malvados. Imagina! Uma sova numa potencia nuclear! Os caras viajam na maionese.

M – E o pior é que a sova seria porque os russos malvados não aceitaram serem cercados pela OTAN, que não é exatamente uma organização beneficente.

T – Quanta insensibilidade!

M – Pois é, deveriam ter aceitado as regras do direito internacional que são, como sabes, as que vêm de Washington.

T – Para sorte nossa! Torna tudo mais simples e claro. Imagina o que seria se tivéssemos que aprender direito internacional sem esse principio unificador.

M – Um inferno!

T – O que está fora do alcance de meu entendimento é porque o chamado Ocidente apoia o regime de Kiev que, dizem, tem nazistas saindo pelo ladrão.

M – É incompreensível mesmo. Na Segunda Guerra, esses mesmos países se aliaram para combater e derrotar o nazi-fascismo. Agora fazem cara de paisagem quando os kievanos... existe kievanos?

T – Não.

M – Não importa! Quando os caras de Kiev saem por aí, inaugurando estatuas de Stepan Bandera, conhecido malfeitor nazista, que durante a segunda guerra foi responsável pela morte de milhões de judeus, russos e ucranianos.

T – Isso não importa, meu velho. O que importa é dar uma sova no Putin, a encarnação do mal, que rejeita o cercadinho que a OTAN quer instalar em suas fronteiras.

M – Que absurdo! Quanta insensibilidade!

T – Deve ser terrível viver sob um regime ditatorial, que controla a imprensa e quer controlar o mundo.

M – Sem dúvida. Mas a ironia, meu velho, é que essa descrição se aplica aos EUA, o berço da democracia moderna.

T – Como assim?

M – Palavras de Jeffrey Sachs, em artigo que qualquer um pode ler. Os EUA, diz ele, são hoje um país irreconhecível para os próprios norte-americanos. Lembra do Julian Assange?

T – Claro, o sujeito que revelou verdades inconvenientes para americanos e agora pena em uma prisão na Inglaterra, outro exemplo de democracia.

M – Pois é. Ele recebe o mesmo tratamento que qualquer opositor em regime ditatorial. Deve ser porque nessas democracias tens o direito de falar mal do próximo, o que não incomoda, mas a coisa tem que parar por aí, senão vem o guarda e “Teje preso”.

T – Se não fosse assim seria um desastre. Ninguém mais teria confiança um no outro. Alias, na declaração política do HLPF se diz que ninguém confia em ninguém e por isso as coisas estão do jeito que estão.

M – Verdade, mas há uma exceção

T – Que exceção?

M – O duende.

T – O duende?

M – O duende, aquele sujeitinho que aparece em toda parte, como por alguma encantação mágica. Com suas roupinhas verdes. É engraçadinho, não?

T – Pode ser engraçadinho, mas parece um gremlin, lembra?

M – Sim, aqueles monstrinhos encantadores, que não podiam beber água porque viravam monstros vis e cruéis.

T – Com a diferença que o nosso não precisa beber água para ficar assim.

M – Pois é. E sempre com a mania de pedir bombas. Quero bombas! Quero bombas! Quero bombas! Parece uma ideia fixa. Quero bombas! Ora bolas, é um menino malcriado.

T – E tudo o que diz é imediatamente elevado à categoria de verdade absoluta por toda a imprensa. O que o duende fala é imediatamente publicado como se fosse revelação divina.

M – O duende é um fenômeno.

T – E como não podia deixar ser apareceu em Vilnius e adivinha o que disse?

M – Quero bombas?

T – Quero bombas!

M – Não engraçadinho? E o que disse Mamãe?

T – Mamãe? Ora, o de sempre. “Temos que ficar do lado do duende. Ele é muito sensível, coitadinho. Temos que atender os seus caprichos. Não queremos que ele saia por aí sapateando, quebrando coisas como se fosse um gremlin”.

M – E as tias e tios velhos? O que disseram?

T – Jamais contradizem Mamãe. O que ela diz é sagrado e todos devem se curvar a sua vontade. Houve um pouco de resistência, é verdade, mas o duende deu umas caneladas e tiveram que ceder aos seus caprichos.

M – Lembra quando ele saiu em saltinhos por Roma, Paris e Londres para pedir bombas?

T – Lembro. Quero bombas! Quero bombas! Quero bombas! Que figura! Deram até medalhinha do Charlemagne. Uma tia velha disse que era porque ele havia conseguido unir todo mundo. Que loucura! O duende uniu todo mundo! Em torno a que, pergunto?

M – Ah, se o ridículo matasse, seria uma hecatombe, com certeza.

T – Para cá o duende mandou um tio velho. Venho por ordem do menino, disse. Que menino? perguntou o Lula. O duende, ora bolas, disse o tio velho. O que ele quer? perguntou o Lula. Bombas, disse o tio velho. Nem pensar, fala para ele que nem pensar. A imprensa caiu de pau. Que pouca sensibilidade desse homem, surdo aos pedidos do duende. Que petulância! Alguns foram mais longe e o acusaram de ficar sentado no muro, ainda que não houvesse nenhum muro por perto. Homem rebelde, incapaz de seguir os passos dos grandes.

M – Que grandes? Não estavam todos em Vilnius? Lá todo mundo tem que ser pequenininho.

T – Sabes o que Mamãe fez? Prometeu a ele bombas de fragmentação.

M – O que são bombas de fragmentação?

M – São bombas feitas de bombas. Em uma vêm várias. O sonho do menino. Mas aí ele estragou tudo. Queria mais e mais, senão iria sapatear e chutar canelas. As tias e os tios tiveram que passar um sermão nele, que não eram Papai Noel e coisas assim. Foram até o ponto de chama-lo de ingrato. Não adiantou muito e tiveram que ceder. Bombas para o duende, dando risadinhas entre si.

T – Que coisa! Mas essas bombas de fragmentação não foram proibidas?

M – Foram, mas não é absurdo que proibam esta ou aquela bomba, mas deixam passar todas as outras, como se fossem bombas de chocolate? Afinal, todas matam, não? A não ser que haja algum interesse comercial por parte de funerárias.

T – O que dirá a Corte Internacional de Justiça?

M – Que importa! Estará muito ocupada em prender o Putin, o culpado de tudo. Se não fosse o Putin o duende estaria fazendo estripulias inocentes e as bombas que pediria seriam somente as de festa de São João.

T - Em todo caso o duende é a bola da vez. O que ele pede, ele consegue. Nada lhe é negado. Se ele pedir um unicórnio, Mamãe, as tias e tios velhos farão de tudo para produzir o unicórnio. Não descansaram até encontrarem um unicórnio.

M – Imaginou se o duende pedisse para que se avançasse nos ODS?

T – Seria um passeio. As metas seriam alcançadas em 2025! Não haveria mais fome e pobreza. Saúde e educação para todos. O leão se deitaria com o bezerro. Todos seriam felizes. Deveríamos ligar para a Presidente do Ecosoc, o Presidente da AGNU e o Geralmente Secretário, Guterres Antônio.

M – Mas há uma exceção

T – Qual?

M – A turma da CELAC não autorizou que participasse da Cúpula CELAC-UE.

T – Verdade, mas a declaração política traz à tona resoluções da AGNU que põe a culpa de tudo na Rússia. A turminha da UE ficou feliz, como criança. Eles ficam felizes assim, mas em nós querem fazer diabruras.

M – Diabruras do duende

T – Vamos embora, que já é tarde. Paga a conta, que vem a noite, com chuva, vento e tempestade.

M – Vamos antes que o duende apareça como encosto.

**A insustentável leveza da irrelevância:  
O HLPF frente ao sistema financeiro e o seu pitbull**

***The unbearable lightness of irrelevance:  
The HLPF against the financial system and its pitbull***

**Santiago Alcázar**

A realização do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) é até agora o acontecimento mais importante deste ano no âmbito das Nações Unidas.

O Foro, como se sabe, é a principal plataforma para acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus ODS. Este ano, o Foro reúne-se duas vezes; a primeira, no período de 10 a 20 de julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), com a participação de ministros; a segunda, ao abrigo da 78ª sessão da AGNU, em setembro, com os Chefes de Estado e de Governo. Os dois eventos são oportunidade para a urgente e necessária correção de curso para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável na data marco de 2030.

A janela de oportunidade, aberta pelos líderes em 2015, para construir um mundo melhor para todos e de modo especial para os que, até o presente, foram privados de uma vida digna – está se fechando. A advertência formulada naquela ocasião, de que talvez sejamos a última geração a poder salvar o planeta, é absurda. O planeta, que tem pouco mais de 4,5 bilhões de anos, não precisa de nós para continuar existindo. É a vida, como a conhecemos, que está ameaçada, não por algum cataclisma, mas pela roleta russa de ações políticas, econômicas e financeiras.

Talvez o espírito de 2015 por um mundo melhor continue vivo, ao menos nos círculos que, com honestidade intelectual, seguem o HLPF com vistas a alcançar os ODS, mas não se pode negar que algo terrível se lhe contrapõe e nos aproxima do suicídio coletivo. Os relatórios produzidos pelo SG das Nações Unidas para servir de base para o debate no HLPF<sup>13</sup>, em muito se assemelham às repreensões vociferadas de algum profeta. É preciso mudar e é preciso mudar radicalmente.

O SG acredita que a mudança deve dar-se no comprometimento, na solidariedade, no financiamento e na ação<sup>14</sup>. É possível que tenha razão, mas de todas essas mudanças, a que é mais precisa e urgente, porque condiciona as demais, é a que deve realizar-se no sistema financeiro internacional. Como levar adiante os ODS se os fluxos de capital apenas lhes tocam, de raspão?

Todos testemunharam a nudez do rei quando a Covid-19 explodiu em pandemia. Ninguém expressou com mais revolta a injustiça do sistema do que o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, na Cúpula para um novo pacto financeiro global, que se realizou em 22 de junho, em Paris: *Éramos como pedintes. O Norte glutão avançou sobre as vacinas e não quis*

---

<sup>13</sup> Ver <https://cee.fiocruz.br/?q=Caminhos-e-descaminhos-da-Agenda-2030-um-roteiro-critico-sobre-o-Forum-de-Alto-Nivel-2023-das-Nacoes-Unidas-Paulo-Buss-Santiago-Alcazar> que contém links para os relatórios do SG.

<sup>14</sup>[https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition\\_1.pdf](https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-04/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition_1.pdf)



*soltá-las quando mais as precisávamos. Às vezes nos jogavam migalhas. Fomos à OMC dizer que queríamos produzir nós mesmos as nossas próprias vacinas. A resistência foi enorme, insuperável, deixando-nos com a impressão de que o lucro é mais importante que a vida. Estamos profundamente ressentidos<sup>15</sup>.*

Na sala, alguns líderes, sobretudo os do Norte, tinham nos rostos marcas de constrangimento. O que Ramaphosa havia dito era indiscutível, eles sabiam, mas nada puderam fazer porque a lógica que move o sistema financeiro, do qual dependem, nada tem a ver com o apelo à solidariedade.

A pandemia teve o efeito de mostrar a impotência dos líderes ante o mandato do mercado. A Covid-19 derrubou os tapumes que escondiam a realidade bruta, deixando à vista, como talvez nunca antes, misérias e inequidades. Onde estava o espírito de 2015? Não se tomaram medidas para avançar nos ODS? Certamente que sim, mas é preciso entender que o mercado, o sistema financeiro, somente aposta em fórmulas ganhadoras, como nós que somos o produto de um longo e tortuoso processo de evolução. Darwinismo financeiro não é uma combinação forçada. É a expressão da incontornável realidade.

Em 1970, a 26ª sessão da AGNU adotou a resolução 2626 intitulada *Desenvolvimento da Estratégia Internacional para a segunda década das Nações Unidas para o Desenvolvimento*<sup>16</sup>. Nos termos dessa resolução, os países industrializados deveriam dedicar 0,7% de seus respectivos PIBs à Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA, nas siglas em inglês), ou seja, para os países em desenvolvimento (PEDs). Em 2022, apenas Luxemburgo, Suécia, Noruega, Alemanha e Dinamarca haviam alcançado ou superado essa meta, somando US\$ 46,2 bilhões. A título de comparação, em 26 de junho de 2023, o Presidente Emmanuel Macron, declarou que a França iria investir na OTAN mais de 2% de seu PIB, ou seja, mais de US\$ 40 bilhões<sup>17</sup>. É de se supor que os 27 da UE irão seguir o mesmo exemplo, fortalecendo uma Organização cuja razão de ser há muito deixou de existir.

Pode-se perguntar quê razões impelem a necessidade de investir em armas e alguns construirão argumentos em volta à guerra na Ucrânia. Kiev, dirão, luta por nós, pela nossa liberdade e os nossos valores. Não está claro, no entanto, a que grupo aponta aquele pronome, mas pode se ter certeza que não será àqueles que permanecem ressentidos com o Norte, como lembrou Ramaphosa, aos que sofrem com agudez os efeitos da alta de preços de alimentos e de combustíveis, ou aos que cada dia têm que fazer escolhas de Sofia. Não faz sentido que para a Ucrânia sejam liberados US\$ 150 bilhões, com a promessa de mais, sem condicionantes. Não faz sentido que a Ucrânia, cujo PIB é de aproximadamente US\$ 200 bilhões, tenha recebido de seus controladores quantia equivalente a  $\frac{3}{4}$  de seu PIB para continuar a guerra, enquanto a maioria dos PEDs não irá atingir as metas dos ODS por conta do peso de suas dívidas. Não faz sentido, tal vez, mas no processo evolutivo, o sentido é dado pela circunstância do momento. Exigências do sistema financeiro, que apenas segue o seu próprio curso.

O SG disse algumas vezes que há uma grave falha moral no sistema financeiro internacional e que é preciso reformá-lo para atingir as metas acordadas na Agenda 2030. Os relatórios dizem a mesma coisa. Os debates no âmbito do HLPF giram em torno à essa

---

<sup>15</sup> Com base na intervenção oral do Presidente Ramaphosa.

<sup>16</sup> <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/91/PDF/NR034891.pdf?OpenElement>

<sup>17</sup> <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2023/06/28/declaration-conjointe-du-president-de-la-republique-emmanuel-macron-et-du-secretaire-general-de-lotan-jens-stoltenberg>

possibilidade. A formulação ganha força e credibilidade entre os adeptos do HLPF, que querem pertencer à geração que pode salvar o planeta, mas a realidade é outra. Se há falha no sistema financeiro internacional, ela não será de natureza moral, uma vez que o sistema é essencialmente amoral, i.e., não tem moral, não se sujeita a obrigações morais. Essa circunstância torna impossível a questão da reforma, não mais complexa. Não há como reformar algo que não existe. E o pior é que o êxito do sistema financeiro, a capacidade de gerar lucro e investimentos, de adaptar-se e superar qualquer entrave, depende justamente de sua própria amoralidade. Respondendo à pergunta de Ramaphosa, o sistema financeiro coloca, sim, o lucro acima da vida. Pantagrueel não pode deixar de ser Pantagrueel.

O sistema financeiro que forjamos como parte de nossa própria história, adquiriu de nós a necessidade da evoluir, de eliminar estorvos e adaptar-se para seguir em frente. Como um vírus. Hoje, esse sistema, o mercado, é uma entidade que nos ameaça, a nós que o criamos e não será o HLPF, a Cúpula dos ODS, em setembro ou a Cúpula do Futuro, em 2024, que irá moldá-lo para expressar um semblante humano. A mudança climática avança perigosamente – os compromissos com o meio ambiente são parte de uma complexa engrenagem financeira que se manifesta na cotação das bolsas de valores. A possibilidade de novas pandemias aumenta exponencialmente – a produção e a distribuição de vacinas responderão, como sempre, às expectativas do mercado. De que adiantam relatórios longos e chatos, que somente uns poucos conhecem? Declarações incapazes de fazer dobrar sinos de alerta? Dez, quinze páginas, incansavelmente trabalhadas por especialistas da revisão, fazendo *distinguos* escolásticos *entre phase out* (eliminação) e *phase down* (redução gradual). Essas discussões não passam pela cabeça dos excluídos dos debates. Quem então fará a mobilização para a transformação?

Enquanto isso, os EUA e os seus súditos embarcam em uma disputa por hegemonia de alto risco, que nada tem a ver com o espírito de 2015, por um mundo melhor. Em evento no Council of Foreign Relations, *think tank* do establishment norte-americano, o Secretário de Estado, Anthony Blinken, afirmou que os EUA têm visão clara e inequívoca sobre o tipo de mundo que gostariam ajudar a forjar. É interessante contrastar a fala do Secretario de Estado com a opinião do conceituado economista Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia: *Meu país está irreconhecível. Para ser sincero, não sei quem o governa. Não creio que seja o Presidente. Estamos sendo mandados por generais e a comunidade de segurança. O público não está a par de nada. As mentiras sobre política externa difundidas pela grande mídia são diárias e insistentes. New York Times, Washington Post, Wall Street Journal e as principais cadeias de televisão somente divulgam propaganda do Governo*<sup>18</sup>.

Curiosamente, a crítica que essa mídia propaga com respeito a Putin e o seu Governo é exatamente a mesma que se poderia fazer a Biden e os seus generais. Para estes, mais importante que o HLPF é a expansão da OTAN para o Leste, primeiro para cercar a Rússia, depois para fazer o mesmo com a China. Parece não haver espaço político-diplomático para alterar o curso dos acontecimentos.

As cartas estão sobre a mesa e as regras são dadas pela realidade. Inútil queixar-se e apostar em soluções mágicas. Todos estão sujeitos à realidade imposta pelo sistema financeiro e o seu pitbull, a OTAN, que avançará sobre as migalhas deixadas para o HLPF, a Cúpula dos ODS e a Cúpula do Futuro. O único consolo é o de não perder a consciência e procurar fazer a coisa certa. Talvez é o que tenta fazer o HLPF e todo o sistema das Nações Unidas.

---

<sup>18</sup> <https://johnmenadue.com/an-asia-pacific-nato-fanning-the-flames-of-war/>

## **Declaração da Cúpula CELAC-UE 2023**

### ***Declaration of the EU-CELAC Summit 2023***

Publicado no portal do Itamaraty em 18/07/2023 14h10 e atualizado em 18/07/2023 14h16

Fonte: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-cupula-celac-ue-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-cupula-celac-ue-2023)

(versão original em inglês)

1. We, the Heads of State or Government of the European Union (EU) and of the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), and the Presidents of the European Council and the European Commission met in Brussels on 17 and 18 July 2023 for the third EU-CELAC Summit.
2. We commit to renewing and further strengthening our long-standing bi-regional partnership, which is founded on shared values and interests and strong economic, social and cultural ties.
3. We will reinforce our dialogue and foster extensive people-to-people contacts. We reaffirm that by working together as sovereign partners, we are stronger and better placed to face the multiple crises and challenges of our times including food insecurity, poverty, inequalities in both regions, supply chain disruptions, and rising inflation. We will also cooperate to mitigate the adverse effects of climate change and environmental degradation, according to the principle of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances.
4. We welcome the EU-Caribbean Leaders' meeting, as a tangible sign of strengthening of institutional engagement between the EU and the Caribbean, having regard to the specific needs and interests of the sub-region.
5. We look forward to the signature of the partnership agreement between the Organisation of African, Caribbean and Pacific States and the European Union and its Member States and the implementation of the regional protocol, which will further strengthen relations between the Caribbean and the EU.
6. We emphasise our commitment to foster cooperation and friendly relations between our peoples irrespective of the differences in our political systems and taking into consideration the differences in our economic and social or development levels. Inspired by our shared values and guided by the principles enshrined in the UN Charter, we will work together to shape our common future.
7. We reaffirm the shared values upon which our partnership is based remain unchanged: resilient, inclusive and democratic societies, the promotion, protection and respect of all human rights and fundamental freedoms, the rule of law, democracy, including free and fair, inclusive, transparent and credible elections and media freedom, inclusive multilateralism and international cooperation, based on the principles and objectives of the UN Charter and International Law, including the principles of sovereignty, self-determination, non-intervention in matters which are essentially within the domestic jurisdiction of States and to refrain in their international relations from the threat or use of force against territorial integrity.
8. 75 years after the adoption of the Universal Declaration of Human Rights and 30 years after the adoption of the Vienna Declaration and Programme of Action, rule of law and human rights

- be they civil, political, economic, social or cultural, including the right to development all of which are understood as universal, indivisible and interdependent - remain key principles of our renewed alliance. In this context, care must be taken to recognise the importance of ensuring universality, objectivity and non-selectivity in the consideration of human rights issues, and the elimination of double standards and politicization.

9. We commit to fighting multiple and intersecting forms of discrimination and gender based violence, and to promoting fundamental labour principles and rights and ILO core labour standards and conventions of decent work for all, gender equality, full and equal representation and participation of all women and girls in decision-making processes, rights of indigenous peoples as set out in the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, rights of the child, human rights defenders, and the rights of persons in situations of vulnerability and people of African descent.

10. We acknowledge and profoundly regret the untold suffering inflicted on millions of men, women and children as a result of the trans-Atlantic slave trade. We underline our full support to the related principles and elements contained in the Durban Declaration and Programme of Action, including the acknowledgment that slavery and the slave trade, including the transatlantic slave trade, were appalling tragedies in the history of humanity not only because of their abhorrent barbarism but also in terms of their magnitude, organized nature and especially their negation of the essence of the victims, and that slavery and the slave trade are a crime against humanity. CELAC referred to the CARICOM ten point Plan for Reparatory Justice.

11. With reference to UNGA Resolution A/77/7 of 3 November 2022 on the necessity of ending the economic, commercial and financial embargo imposed against Cuba, we recall our opposition to laws and regulations with extra-territorial effect. The re-designation of Cuba as a state sponsor of terrorism, and its maintenance on the list, has introduced obstacles to international financial transactions with the island.

12. We highlight the further progress on European and Latin American and Caribbean cooperation, and welcome the European integration and the CELAC consolidation, noting that CELAC has declared Latin America and the Caribbean as a Zone of Peace.

13. Regarding the question of sovereignty over the Islas Malvinas / Falkland Islands, the European Union took note of CELAC's historical position based on the importance of dialogue and respect for international law in the peaceful solution of disputes.

14. We further reaffirm our fundamental commitment to all the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations, including the sovereign equality of all States and respect for their territorial integrity, and political independence, resolution of disputes by peaceful means and in conformity with the principles of justice and international law.

15. We express deep concern on the ongoing war against Ukraine, which continues to cause immense human suffering and is exacerbating existing fragilities in the global economy, constraining growth, increasing inflation, disrupting supply chains, heightening energy and food insecurity and elevating financial stability risks. In this sense, we support the need for a just and sustainable peace. We reiterate equally our support for the Black Sea Grain Initiative and the efforts of the UNSG to secure its extension. We support all diplomatic efforts aimed at a just and sustainable peace in line with the UN charter.

We recall our specific national positions as expressed in other fora, particularly at the United Nations Security Council and the United Nations General Assembly including in Resolutions No. ES- 11/1, dated 2 March 2022 and No. ES-11/6 dated 23 February 2023. We reaffirm our commitment to the Charter of the United Nations and International Law, including the need to respect the sovereignty, political independence and territorial integrity of all nations. It is essential to uphold international law and the multilateral system that safeguards peace and stability.

16. We recognise that planet Earth and its ecosystems are our home, and that “Mother Earth” is a common expression in a number of countries and regions in the framework of the resolution A/RES/77/169 of the United Nations General Assembly.

17. We underscore the need to strengthen the multilateral system and to promote more effective and inclusive global governance, respectful of international law. We commit to strengthening our bi-regional cooperation for the full implementation of the 2030 Agenda and will join forces to support the UN Secretary General in his efforts to reinvigorate multilateralism and ensure an effective and accelerated implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs). We will work to enhance cooperation and coordination, in relevant multilateral fora on issues of common interest, including human rights, labour rights, climate change and biodiversity loss, food and energy security, addressing and countering the world drug problem and organised crime, migration, health, digitalisation and taxation. We commit to contributing to the UN system reform efforts, including of the UN Security Council.

18. We further agree to strengthen our collaboration in international financial institutions and multilateral organisations, recognising that it is essential to have a fair, inclusive and effective multilateral system that allocates appropriate resources to sustainable development, responds to the specific needs of the most vulnerable countries, strengthens the level of participation and ensures the representation of developing countries and that promotes access – under favourable and transparent conditions – to the financial resources necessary to promote their economic stability and reduce external indebtedness, to improve the debt sustainability and build more equitable, prosperous, and just societies that contribute to sustainable development. We recognise and will explore the need to use criteria beyond GDP, such as climate vulnerability, to determine eligibility of countries to access concessional financing, and seek to provide a financial stimulus so that no country has to choose between fighting poverty and protecting the planet. We will follow closely the evolution of different initiatives such as of the Summit on a New Global Financing Pact, including the Paris Pact for People and Planet, the Addis Ababa Action Agenda and the Bridgetown Initiative.

19. We further reaffirm our strong joint commitment, in pursuit of the objective of UNFCCC, to tackle with ambition climate change by strengthening the full and effective implementation of the Paris Agreement, as well as our commitment to the Convention on Biological Diversity and the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework, and the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD), including all provisions on means of implementation and the swift ratification and implementation of the High Seas Treaty for the States Parties.

20. We encourage actions and commitments for the protection, conservation, restoration and sustainable use of the oceans in view of the 2024 ‘Our Ocean Conference’ in Greece, and the third UN Ocean Conference hosted by Costa Rica and France in Nice in June 2025, preceded by a high-level event on Ocean Action in Costa Rica in June 2024.

21. We recognise that the issue of sargassum significantly impacts the economies, marine flora, fauna, and fishing activities of the entire Greater Caribbean region. We understand the urgent need to present this situation to the United Nations General Assembly, seeking its declaration as a regional emergency.

22. We recognise the impact that climate change is having on all countries, affecting particularly developing and the most vulnerable countries, including Small Island Developing States, in the Caribbean, the EU's outermost regions, overseas countries and territories that are associated to the European Union, and landlocked developing countries.

23. We stress the importance to fulfil the commitment by developed countries jointly to mobilise promptly USD 100 billion per year for climate finance to support developing countries, and to double adaptation finance by 2025.

24. We are committed to leading a transformational shift towards a sustainable economy and to reforming and progressively eliminating environmentally harmful subsidies. We welcome the decisions adopted at COP 26 and COP 27, including our collective reaffirmation to pursue efforts to keep the 1,5C goal within reach. We agree to promote the acceleration of the deployment of renewable energies and the increase of energy efficiency at COP 28.

25. We particularly welcome the establishment of funding arrangements for Loss and Damage, including a Fund, and are committed to working towards its full operationalisation.

26. We reaffirm that the right to access to safe drinking water and sanitation has emphasized the centrality of water for life itself. In this regard, we highlight the necessity to implement integrated water resources management across sectors at all levels sustainably managing water resources, reducing water pollution, including through increased international cooperation. Furthermore, we take note of the UN Water Conference and the work towards the appointment of a Special Envoy for Water.

27. We recognise the importance of international cooperation in the post-pandemic period in order to promote sustainable development, with particular emphasis on addressing structural gaps in infrastructure, productivity, social, environmental and institutional issues, as well as on Disaster Risk Preparedness and Risk Management.

28. We recognise the potential contribution of the EU-LAC Global Gateway Investment Agenda, which will address investment gaps in line with the common priorities of the EU and Latin America and the Caribbean, with the goal of mobilising both private capital and public funding for sustainable development, including digital transformation, education, health infrastructures, energy production, environmental perspectives, raw materials and local value chains.

29. We stress the importance of cooperating to promote a responsible human-centric, values-based and inclusive model of digital transformation that protects privacy as a fundamental right, increases digital connectivity and cybersecurity, aims at closing digital gaps, fosters the trustworthy development and use of Artificial Intelligence, and contributes to trust in the digital economy. We welcome the work of the EU-CELAC Joint Initiative on Research and Innovation and wish to continue it.

30. We express our commitment to take forward the bi-regional partnership on local manufacturing of vaccines, medicines, and other health technologies, and strengthening health systems resilience to improve prevention, preparedness, and response to public health emergencies, in support of the CELAC Plan on Health Self-Sufficiency. We look forward to the

progress of the ongoing discussions on a new legally binding instrument on pandemic prevention, preparedness, and response in the framework of the World Health Organisation, with the aim to agree it by May 2024.

31. We recognise the importance of open and fair trade based on internationally agreed rules, productive supply chains, and access to markets, and their contribution to promote sustainable development in its three mutually supportive dimensions, economic, social and environmental. In this respect, investment and cooperation with the aim of achieving closer integration in clean energy supply chains, including critical raw materials and technology transfer, would make a significant contribution to the SDGs. We will continue to further strengthen and develop trade and investment relations between the EU and CELAC countries and regions. We stress the importance of full implementation of Association and Trade Agreements between the EU and CELAC partners. We call for the ratification of agreements signed and currently applied. We welcome ongoing processes towards the signature of the modernised agreement between the EU and Chile and the EU and Mexico in the coming months. We take note of ongoing work between the EU and Mercosur.

32. We agree to consolidate and strengthen EU-CELAC cooperation initiatives in the field of citizen security and social justice, such as the EU-LAC Partnership on Justice and Security, by combatting organised crime in all its forms, as well as corruption and money laundering, including through capacity building. We recognise the significant challenge and the efforts made in the fight against international criminal groups, especially those involved in illicit drugs production and trafficking as well as the trafficking of firearms and human beings. Preventing and combatting the illicit trafficking of small arms and light weapons (SALW) is a priority in this regard, for this last purpose, the intervention of all relevant stakeholders is essential. We welcome the work of the EU-CELAC Coordination and Cooperation Mechanism on Drugs and wish to continue it.

33. On its twentieth anniversary, we reiterate the obligation of the States to advance in the Implementation of the United Nations Convention Against Corruption (UNCAC) and its mechanism. We welcome the Political Declaration emanating from the Special Session of the General Assembly against corruption (UNGASS 2021), as well as its follow-up resolution.

34. We recognise parliamentary diplomacy as an important dimension of the relationship and commend the constructive role played by the Euro-Latin American Parliamentary Assembly (EuroLat) and the ACP-EU Joint Parliamentary Assembly.

35. We welcome the work of the EU-LAC International Foundation, its strengthened role in the context of the bi-regional dialogue and progress in ratifications of the agreement establishing it.

36. We acknowledge the need to better and pro-actively inform our citizens and relevant stakeholders about mutual benefits of the CELAC-EU partnership.

37. We take note of the EU-LAC Forum, and the Business Round Table organised ahead of the Summit.

38. We express concern regarding the continuing deterioration of the public security and humanitarian situation in Haiti and call for continued sub-regional, regional and international efforts to support the process of dialogue between the Government, the various political parties, institutions and other actors of Haitian society, with the aim of drawing up a road map that will allow them to overcome the complex crisis that afflicts them. We call on the international

community and organisations to support Haitian-led efforts to find a solution to this crisis, based on the principles of solidarity and international cooperation, with the consent and participation of Haitian authorities.

39. We reaffirm our full support for the peace process of Colombia, as well as the commitment to advance in dialogues with the National Liberation Army (ELN) guerrillas and other armed actors. We further recall our support to the full implementation of the 2016 Peace Agreement, adopted between the Government of Colombia and the FARC – EP.

40. We encourage a constructive dialogue between the parties to the Venezuelan-led negotiations in Mexico City.

41. Recognising our common strategic interest in regular high-level engagement between the EU and CELAC, we agree to hold Summits every two years, the next Summit in the CELAC region in 2025, and meetings of Foreign Affairs Ministers to take forward our shared commitments. We look forward to continuing examining the implementation of the bi-regional roadmap 2023-2025, presented at this Summit. A consultative coordination instance between the EU and CELAC will be set up to ensure continuity and follow-up between high-level meetings, prepare and organise EU-CELAC Meetings of Foreign Affairs Ministers.

\*\*\*

This Declaration was endorsed by all countries with one exception due to its disagreement with one paragraph.



**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva  
na abertura da III Cúpula CELAC-UE<sup>19</sup>**

***Speech by the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva  
at the opening of the III CELAC-EU Summit***

***(Bruxelas, 17 de junho de 2023)***

Na última vez que estive em Bruxelas, em novembro de 2021, discurssei no Parlamento Europeu, ainda como pré-candidato à Presidência do Brasil. Fiz um apelo pela união de todos os países em prol do futuro do planeta e da humanidade. Na ocasião eu disse que, nessa era de tantas incertezas, sobrevive uma certeza ancestral: o ser humano não foi feito para ser sozinho. Nos primórdios da humanidade, sozinhos seríamos presas fáceis para as feras de então. Duzentos mil anos depois, sozinhos somos ainda mais vulneráveis diante das guerras, das pandemias, da fome, da desigualdade e da crise climática que pode levar a humanidade à extinção.

Hoje, presidente do Brasil, sigo movido pela mesma convicção. E estou certo de que, para além dos fundamentais acordos comerciais, esta Cúpula Celac-União Europeia representa um passo importante na construção do mundo que sonhamos. Um mundo mais solidário, mais fraterno e menos desigual. Que não seremos capazes de construir sozinhos.

Senhoras e senhores.

Quero saudar o trabalho das presidências da Espanha e de São Vicente e Granadinas para a realização deste encontro, que não ocorria há oito anos. Um dos primeiros atos de política externa neste meu terceiro mandato foi determinar o nosso retorno à CELAC, foro em cuja criação o Brasil teve grande participação.

Desde sua formação, a CELAC formou consensos importantes como a proclamação da América Latina e Caribe como uma Zona de Paz, em 2014. Também atuou prontamente durante a pandemia da COVID-19 e não se omitiu face aos desafios da fome e dos ilícitos transnacionais.

Faço aqui uma menção especial às presidências mexicana e argentina da CELAC, essenciais para reforçar o papel da região na ordem multipolar nascente. Os diálogos com União Europeia, China, Índia, União Africana e Associação das Nações do Sudeste Asiático demonstram a pluralidade de interesses de nossa região.

Com a Europa compartilhamos uma longa história e laços econômicos e sociais. A cooperação entre as duas regiões deve refletir as realidades e prioridades de ambos os lados do Atlântico. Para a América Latina e o Caribe, isso se traduz em um enfoque claro na redução das desigualdades e na erradicação da fome e da pobreza.

Temos que encontrar caminhos para superar as assimetrias de desenvolvimento econômico e social. Iniciativas de mobilização de recursos e investimentos são bem-vindas e devem contemplar transferência de tecnologia e real integração de cadeias produtivas. Precisamos de uma parceria que ponha fim a uma divisão internacional do trabalho que condena

---

<sup>19</sup> Fonte (site do MRE / Itamaraty): <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-iii-cupula-celac-ue> (Publicado em 17/07/2023 12h41, atualizado em 17/07/2023 16h14)

a América Latina e o Caribe ao fornecimento de matéria-prima e de mão-de-obra migrante, mal remunerada e discriminada.

A convergência entre nossas regiões não se restringe à interdependência entre economias. Ela também ocorre no plano dos valores. A União Europeia é um exemplo de construção democrática. Seu legado no pós-Segunda Guerra Mundial é a comprovação de que podemos superar as mais profundas desavenças quando há determinação política em torno da Paz.

Nossas regiões estão ameaçadas pelo extremismo político, pela manipulação da informação, pela violência que ataca e silencia minorias. Não existe democracia sem respeito à diversidade. Sem que estejam contemplados os direitos de mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+, pobres e migrantes. Políticas ativas de inclusão social, digital e educacional são fundamentais para a promoção dos valores democráticos e da defesa do Estado de Direito.

A revolução digital traz inúmeras oportunidades, com as novas gerações de transmissão de dados, com a Internet das coisas, com a robótica, com as redes sociais. Populações antes isoladas têm agora a oportunidade de se conectar, de produzir conteúdo, de oferecer e consumir serviços. Mas há desafios importantes que requerem coordenação de nossos países e de nossas regiões. É urgente regulamentarmos o uso das plataformas para combater ilícitos cibernéticos e a desinformação. O que é crime na vida real, deve ser crime no mundo digital. Aplicativos e plataformas não podem simplesmente abolir as leis trabalhistas pelas quais tanto lutamos. A precarização do trabalho precisa ser revertida.

É preciso resgatar uma indústria que seja intensiva em tecnologia e voltada para a sustentabilidade como grande motor da geração de empregos de qualidade. A Aliança Digital América Latina e Caribe e União Europeia, que recentemente lançamos, permite o avanço na coordenação de políticas públicas, com foco em governança, investimentos e transferência de tecnologia. A iniciativa do Secretário Geral da ONU sobre Integridade da Informação e a agenda da UNESCO sobre regulação de plataformas digitais também constituem aportes fundamentais para o debate multilateral sobre governança.

Queremos assegurar uma relação comercial justa, sustentável e inclusiva. A conclusão do Acordo MERCOSUL-União Europeia é uma prioridade e deve estar baseada na confiança mútua e não em ameaças.

A defesa de valores ambientais, que todos compartilhamos, não pode ser desculpa para o protecionismo. O poder de compra do Estado é uma ferramenta essencial para os investimentos em saúde, educação e inovação. Sua manutenção é condição para industrialização verde que queremos implementar.

Proteger a Amazônia é uma obrigação. Vamos eliminar seu desmatamento até 2030. Mas a floresta tropical não pode ser vista apenas como um santuário ecológico. O desenvolvimento sustentável possui três dimensões inseparáveis: a econômica, a social e a ambiental. O mundo precisa se preocupar com o direito de viver bem dos habitantes da Amazônia. É com esse objetivo que sediaremos em menos de um mês uma Cúpula de Países Amazônicos, em Belém, no coração da floresta.

Senhoras e senhores,

O atual modelo de governança global perpetua assimetrias, aumenta a instabilidade e reduz as oportunidades para os países em desenvolvimento. No Haiti temos uma grave crise

multidimensional, que não se resolverá caso seja abordada apenas pelas vertentes migratória e de segurança. Sua superação ocorrerá com a mobilização de recursos adequados para projetos de desenvolvimento estruturantes. A guerra na Ucrânia é mais uma confirmação de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas não atende aos atuais desafios à Paz e à Segurança. Seus próprios membros não respeitam a Carta da ONU.

Em linha com a Carta das Nações Unidas, repudiamos veementemente o uso da força como meio de resolver disputas. O Brasil apoia as iniciativas promovidas por diferentes países e regiões em favor da cessação imediata de hostilidades e de uma paz negociada. Recorrer a sanções e bloqueios sem o amparo do direito internacional serve apenas para penalizar as populações mais vulneráveis. Precisamos de paz para superar os grandes desafios que temos diante de nós e isso implica mudanças sistêmicas profundas. Dividir o mundo em blocos antagônicos seria uma insensatez.

É inadiável reformar a governança global. Esse será um dos principais temas da presidência brasileira do G-20, no próximo ano. As legítimas preocupações dos países em desenvolvimento devem ser atendidas, e precisamos estar adequadamente representados nas instâncias decisórias.

Senhoras e senhores.

Em 2021, quando discurssei no Parlamento Europeu, o mundo atravessava uma de suas maiores provações: a Covid-19. A pandemia passou, mas a humanidade parece não ter aprendido a dura lição. Mantivemos os hábitos irresponsáveis de consumo, incompatíveis com a sobrevivência do planeta. A desigualdade só fez crescer: os ricos ficaram ainda mais ricos, e os pobres ainda mais pobres. 735 milhões de seres humanos passam fome, segundo relatório da FAO divulgado na semana passada.

E mesmo com todos os sinais de alerta emitidos pelo planeta, ainda há quem negue a crise climática. E mesmo os que não a negam hesitam em adotar medidas concretas. Em 2009, os países ricos se comprometeram a destinar 100 bilhões de dólares ao ano para os países em desenvolvimento, como forma de compensação pelo mal que causaram ao planeta desde a revolução industrial. Esse compromisso nunca foi cumprido.

Como se não bastasse, a guerra no coração da Europa veio para aumentar a fome e a desigualdade, ao mesmo que elevou os gastos militares globais. Apenas em 2022, em vez de matar a fome de milhões de seres humanos, o mundo gastou 2,24 trilhões de dólares para alimentar a máquina de guerra, que só causa mortes, destruição e ainda mais fome.

Esta Cúpula Celac-União Europeia é também uma forma de dizermos: Basta. Um outro mundo é possível. Cabe a nós construí-lo, a muitas mãos.

Muito obrigado.

## **Os caminhos da emancipação: sob a égide dos direitos humanos para disciplinar a ação das empresas nacionais e transnacionais e disputar a função dos bancos de desenvolvimento**

***The paths of emancipation: under the aegis of human rights to discipline the action of national and transnational companies and dispute the role of development banks***

***Armando De Negri Filho***

A 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos concluiu em 14 de julho e agora seguimos o trabalho de recuperação dos informes e relatórios aprovados. Neste informe destacamos um tema de fundo que já foi objeto de nossa atenção 15 dias atrás: os relatórios sobre os temas relacionados aos direitos humanos e as empresas transnacionais e outras empresas, através de dois documentos instigantes.

O primeiro, sobre o *VII Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe*, sob o lema "Responsabilidade / prestação de contas para a conduta empresarial responsável", realizado nos dias 13 a 15 de julho de 2022, em Bogotá, Colômbia. O segundo, do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas, esclarece as maneiras pelas quais os "*Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementando o Quadro das Nações Unidas 'Proteger, Respeitar e Remediar'*", se aplicam às instituições financeiras de desenvolvimento.

O fórum examinou de forma potente os principais campos de conflito entre os direitos humanos e a ação das transnacionais, reivindicando desde uma plateia diversa e que ocupa diferentes lados em conflito, o imperativo da responsabilização pelo dano, pela prestação de contas sistemática, pela diligência devida para identificar potenciais ameaças aos direitos humanos nas ações empresariais públicas e privadas. Também aponta a necessidade de desestigmatizar os defensores dos direitos humanos e do ambiente e tê-los nas mesas de negociação, além de garantir sua segurança; defende os processos de reparação social, econômica e ambiental; estabelece as responsabilidades dos estados, das empresas no âmbito nacional e internacional e também da comunidade interestatal global e das comunidades territoriais em um enfoque de pleno respeito aos direitos humanos e ambientais. Aponta ademais a necessidade de educar setores estatais, privados e sociais para reconhecer e promover os direitos e seus mecanismos de proteção e de reparação. Insiste na devida observância dos "*Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos: Proteger, Respeitar e Remediar'*" e na constante vigilância e tradução desses princípios nos marcos legais nacionais e regional. Vale a pena a leitura deste relatório que orienta de forma clara e potente os caminhos a seguir para consolidar o enfoque dos direitos humanos e ambientais no trato e disciplinamento das ações das empresas nacionais e transnacionais no contexto latino-americano e caribenho.

O *Relatório sobre as instituições financeiras de desenvolvimento* como objeto de aplicação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, aponta um caminho imediato e relevante de disputa e reorientação política sobre os bancos de desenvolvimento, os quais contam com os recursos dos países associados e sua participação nos

conselhos de direção, mas que frequentemente não observam, em seus financiamentos e diretrizes de projetos, a estrita observância dos direitos humanos, mediante a diligência devida que observe não apenas potenciais benefícios dos projetos, mas também os seus efeitos diretos e indiretos sobre os direitos humanos e do ambiente. A democratização dos processos decisórios, com a participação direta das comunidades e populações beneficiadas ou afetadas pelos projetos financiados, devem ser procedimento fundamental para a garantia dos direitos, implicando na transparência das decisões, na garantia de distribuição de benefícios e nas reparações devidas.

O resgate ético e socioambiental da função dos bancos de desenvolvimento passa a ser estratégico para criar polos de poder alternativo à hegemonia existente, o que, combinado com a análise da estrutura e natureza dos gastos públicos como instrumento de justiça redistributiva, permitiria situar os estados em uma função efetivamente garantidora da materialidade dos direitos, movendo recursos para romper as imposições das políticas de austeridade e a persistente desassistência programada, disciplinando ademais os atores públicos e privados beneficiados pelos recursos públicos aplicados ao desenvolvimento e os gastos correntes governamentais.

O enfoque proposto pelos dois relatórios permite esclarecer o perigo dos conflitos de interesse com atores privados, mas também a oportunidade de mover a capacidade criadora da sociedade em conjunto com o Estado, construindo uma proposta que vai além do tradicional clamor ao setor privado como única fonte de recursos negados aos Estados pelas políticas de austeridade e a arquitetura das dívidas, para relançá-los como produtores, beneficiados pelos financiamentos para o desenvolvimento em grande escala, especialmente via alternativas como o Banco dos BRICS e a rede de bancos regionais. É hora de ousar! Ousar lutar! Ousar vencer!

1. **VII Fórum Regional de Empresas e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe. Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas.** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/130/74/PDF/G2313074.pdf?OpenElement>

**Resumo.** O VII Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos para a ALC, sob o lema "*Responsabilidade / prestação de contas para a conduta empresarial responsável*" foi realizado nos dias 13 a 15 de julho de 2022 em Bogotá, Colômbia. Organizado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), pelo Escritório do ACNUDH na Colômbia e pelo Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais (Grupo de Trabalho), em colaboração com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o apoio da União Europeia (UE) no âmbito do projeto Conduta Empresarial Responsável na América Latina e no Caribe (CERALC).

O VII Fórum Regional contou com um total de 1958 participantes de 54 países, 683 presenciais e 1275 remotos, com representantes de todos os setores-chave na agenda: governos (16%), sociedade civil (17%), representantes dos povos indígenas (6%), setor empresarial (28%), academia (11%), sindicatos (3%), estudantes (5%) e organizações internacionais e outras organizações multilaterais (11%).

Em relação ao dever de proteção do Estado, discutiu-se como os Planos de Ação Nacionais em Direitos Humanos e Empresas podem promover uma melhor responsabilização / prestação de contas das empresas e do próprio Estado. Também aprofundou o fortalecimento do papel do Estado como ator econômico e refletiu sobre as oportunidades, lacunas e desafios

apresentados pelos marcos regulatórios e de gestão das empresas estatais ou controladas pelo Estado na América Latina. Com foco no investimento e no comércio, foi apontada a necessidade de fortalecer a *due diligence* em comércio exterior e os desafios que persistem em termos de participação e respeito aos direitos trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho, em alguns setores e empresas. \* Circulado conforme recebido, apenas no idioma de submissão - espanhol. A/HRC/53/24/Add.5 2

O VII Fórum Regional concentrou-se nos avanços da regulamentação sobre *due diligence* no campo dos direitos humanos e suas implicações para o acesso à reparação, bem como nos desenvolvimentos em termos de regulamentação em alguns países da região.

Da mesma forma, foi dada ênfase à forma como os marcos legais existentes na América Latina incluem o dever de prevenção estabelecido na *due diligence*. Em relação à responsabilidade das empresas em respeitar os direitos humanos, foram aprofundados os desafios apresentados na prática pela *due diligence*, em termos de participação, *mainstreaming*, liderança interna, entre outros; e sobre as particularidades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas. No entanto, também foram destacados avanços no desenvolvimento de ferramentas que apoiam esses processos de implementação e contribuem para o enfrentamento de alguns de seus impactos, e iniciativas de ação coletiva multisetorial foram apresentadas.

Adicionalmente, a comunicação foi aprofundada como parte da *due diligence* em direitos humanos e da importância de avançar para práticas de comunicação externa que facilitem o acesso à informação pelas partes interessadas e que incluam não apenas as medidas tomadas pela empresa, mas seus impactos e resultados.

O acesso à reparação foi um tema central do VII Fórum Regional e foi abordado a partir das perspectivas de diferentes grupos afetados. Ao longo das sessões, foi apontado como as pessoas afetadas pelas atividades empresariais enfrentam inúmeros obstáculos no acesso à reparação, destacando os desafios ainda pendentes dos mecanismos estatais (judiciais e não judiciais) e não estatais disponíveis, bem como identificando oportunidades de melhoria. A voz dos defensores destacou fatos graves que merecem ser abordados, como atentados à integridade e à vida, além de litígios estratégicos contra a participação pública (SLAPPs).

Da mesma forma, a voz dos povos indígenas ressaltou a falta de consideração de sua própria compreensão e particularidades culturais para a responsabilização.

Por fim, o VII Fórum Regional aprofundou-se em setores e processos específicos, como o setor agrícola, o setor financeiro e a transição energética para fontes de energia verde. Ao longo das diferentes sessões, houve inúmeras discussões, e as principais conclusões, desafios e oportunidades, bem como as recomendações identificadas pelos participantes, estão resumidas neste relatório.

## **II. O dever do Estado de proteger**

7. Durante o Fórum, foram discutidos Planos de Ação Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos (PAN) e/ou outras políticas públicas correlatas e como os Estados 1 Para mais informações sobre o Fórum consulte aqui: <https://viiforoempresasyddhhlac2022.sched.com/>. A/HRC/53/24/Add.5 4 pode garantir uma melhor responsabilização das empresas e do Estado através da adoção de vários tipos de medidas. Observou-se que os Estados da região continuam a fazer progressos no desenvolvimento do PAN e de outras políticas das CER. A isso se somou o

desenvolvimento de planos de ação locais sobre direitos humanos com um capítulo sobre empresas e direitos humanos em alguns governos subnacionais da região. Tem-se enfatizado como essa sinergia nacional e subnacional está favorecendo o diálogo multissetorial em alguns países e a ampliação considerável da agenda, com abordagem territorial.

8. Outro dos focos centrais do Fórum tem sido a necessidade de fortalecer o papel do Estado como ator econômico e a necessidade de que ele dê o exemplo na proteção e respeito aos direitos humanos em relação às empresas estatais ou controladas pelo Estado e aos tratados de comércio e investimento.

9. Em relação às SOEs, o Grupo de Trabalho apresentou as principais conclusões de seu estudo "Liderando pelo exemplo na América Latina e no Caribe: Estado, empresas estatais e direitos humanos"<sup>2</sup>, no qual analisa as regulamentações, políticas e práticas de 9 países da região e as experiências de algumas SOEs nesses países. Tendo como foco este relatório, refletiu sobre as oportunidades, lacunas e desafios apresentados pelos marcos regulatórios e de gestão das empresas estatais na América Latina para integrar a abordagem de direitos humanos em sua gestão e avançar em direção a modelos mais alinhados com os Princípios Orientadores. Práticas específicas de due diligence em direitos humanos também foram refletidas. Alguns dos eixos centrais da discussão foram o papel das entidades proprietárias de SOEs para promover a implementação dos Princípios Orientadores, a importância do mandato do Estado para suas empresas e as potencialidades da governança corporativa e a responsabilidade internacional dos Estados pelo fato de suas empresas.

10. Sobre a integração do CER e dos direitos humanos no investimento e no comércio, foram destacados alguns desafios da região nessa área, como a inação do Estado em fortalecer a due diligence no comércio exterior, a falta de participação dos diferentes setores nas instâncias de diálogo relacionadas ao tema e a falta de respeito aos direitos trabalhistas e à segurança e saúde na região. Trabalho de algumas empresas. Observou-se também que alguns governos e empresas reduzem os padrões de RCE para atrair investimentos. Apesar disso, também foram destacadas boas práticas na região, como a inclusão de cláusulas de direitos trabalhistas nos Acordos de Livre Comércio e garantias desses direitos nos marcos legais nacionais, o papel ativo das agências de crédito à exportação para avançar em condições dignas de trabalho, a execução de programas de acompanhamento para empresas a fim de promover modelos de negócios inclusivos e sustentáveis, incluindo cadeias de suprimentos e maior treinamento para empresas sobre due diligence, inovação social e sustentabilidade. Da mesma forma, a implementação de um Subgrupo sobre RCE da Aliança do Pacífico foi compartilhada para compartilhar as melhores práticas e gerar sinergias entre esses países.

11. No que diz respeito à regulamentação relativa à diligência devida em matéria de direitos humanos (DDD), o facto de vários países que são parceiros-chave para a América Latina (AL) em termos de investimento e comércio (incluindo a França, os Países Baixos, a Alemanha, a Finlândia, o Reino Unido, a Noruega, a Suécia e a Suíça) terem introduzido ou estarem a introduzir regulamentos sobre a divulgação, transparência e due diligence em direitos humanos, motivaram uma discussão no Fórum sobre seus impactos para a região. A Comissão Europeia também apresentou uma proposta de diretiva sobre due diligence corporativa em sustentabilidade que busca harmonizar esses esforços, além do Regulamento do Desmatamento, entre outras regras. Outros países-chave para o comércio também estão implementando tais regras, como Canadá e Estados Unidos. Além do desenvolvimento no nível regulatório, os acordos comerciais entre a União Europeia (UE) e a ALC também incluem cláusulas sobre conformidade e monitoramento da sustentabilidade ambiental e social,

incluindo avaliações de sustentabilidade. Nesse contexto, empresas, governos e consumidores da ALC também começaram a expressar suas expectativas e necessidades diante da crescente demanda por critérios de sustentabilidade e da inclusão da devida diligência nas cadeias de suprimentos, especialmente por parte dos parceiros comerciais da UE.

2 Disponível em: <https://empresasyderechoshumanos.org/wp-content/uploads/2023/05/EMPRESASPUBLICAS-final.pdf>

12. No contexto do acesso à reparação, também foram abordadas as oportunidades apresentadas pelo avanço normativo sobre due diligence para vítimas de impactos em direitos humanos em contextos empresariais na América Latina. Mesmo regras que focam na operacionalidade do negócio e não abordam a questão da reparação, enfim, Eles incluem a responsabilidade que as empresas podem incorrer em casos de descumprimento. Estes novos regulamentos (principalmente europeus) têm impacto nas cadeias de valor e abordam também aspectos ambientais, uma questão relevante porque entre 80 e 90% dos danos ambientais ocorrem fora da UE.

13. A região também fez alguns progressos em termos de regulamentação de due diligence, como o projeto de lei apresentado no Brasil, o compromisso expresso pelo Governo do Chile e a iniciativa da sociedade civil no Peru. Embora a região não tenha adotado marcos regulatórios específicos sobre negócios e direitos humanos, o Fórum analisou como os marcos legais existentes na ALC incluem o dever de prevenção estabelecido na due diligence por meio do direito civil e a responsabilidade legal de reparar quando ocorrem danos. Também foi destacado que há jurisprudência inovadora na região onde se reconhece que a falta de due diligence implica responsabilidade e, portanto, gera a obrigação de reparação, esclarecendo a relação entre a responsabilidade legal das empresas com base no marco regulatório existente. Foi mencionado o exemplo da Corte Constitucional colombiana, que evoluiu em sua interpretação, flexibilizando o princípio da subsidiariedade e reconhecendo os danos emergentes na verificação de violações de direitos humanos por empresas. No entanto, embora existam casos interessantes, a integração das obrigações dos tratados nos quadros jurídicos processuais nacionais continua a ser um desafio.

### ***III. A responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos.***

14. A implementação da due diligence em direitos humanos apresenta desafios na prática. O Fórum destacou algumas delas, como a falta de conhecimento por parte das empresas sobre suas responsabilidades e o que significa respeitar os direitos humanos; as dificuldades em integrar a due diligence nas avaliações de risco já existentes na empresa; a falta de envolvimento da alta administração nesses processos e, portanto, as dificuldades envolvidas para sua efetiva implementação de que os riscos de direitos humanos não são incorporados à tomada de decisões empresariais; a dificuldade em integrar o tema dentro da empresa; e a falta de diálogo com as populações afetadas, especialmente as comunidades tradicionais e os povos indígenas. Apesar desse panorama complexo, a sessão destacou os avanços no desenvolvimento de ferramentas que favorecem esses processos de implementação e contribuem para abordar alguns de seus impactos. Entre as ferramentas e boas práticas identificadas estão o Human Rights Tracker (desenvolvido pela rede Brasil do Pacto Global), a ferramenta de avaliação de impacto participativa COBHRA (desenvolvida pela OXFAM), a Matriz de Risco em Direitos Humanos (desenvolvida pela rede Chile do Pacto Global), o Protocolo-Quadro de Atuação das Ouvidorias em Empresas e Direitos Humanos (da Ouvidoria da Argentina).



15. O Fórum também sediou a discussão sobre métodos e práticas que podem contribuir para melhorar e implementar a agenda empresarial e de direitos humanos na região por meio de ações coletivas multissetoriais. Nessas discussões, alguns desafios foram levantados, como a dificuldade de construção de confiança entre o setor privado e outros atores, dado o histórico de conflitos na região, que não foram reconhecidos ou sanados. Os participantes destacaram algumas boas práticas para contribuir para a implementação da agenda empresarial e de direitos humanos na região, como as iniciativas de organizações patronais para implementar due diligence e CER incluindo PMEs; pactos setoriais em alguns setores para o cumprimento de normas trabalhistas, de direitos humanos e de due diligence; parcerias entre o setor empresarial e o Estado para promoção de direitos e/ou implementação de capacitação; o desenvolvimento de programas de conciliação da vida familiar, profissional e pessoal; o desenvolvimento de roteiros em grandes empresas para enfrentar os desafios em suas cadeias de suprimentos e reconhecer os principais riscos aos direitos humanos; e a inclusão de compromissos de direitos humanos nos contratos com fornecedores, entre outras práticas.

16. A necessidade de uma maior integração das PME na agenda dos direitos humanos e das empresas foi um tema recorrente em diferentes sessões do Fórum. As estatísticas mostram por que abordar essa questão é vital: cerca de 99% de todas as empresas em LA são PMEs e são responsáveis pela geração de mais da metade do emprego nos países da região, com uma porcentagem de aproximadamente 67%. Além disso, eles têm um papel fundamental nas cadeias de suprimentos. Na sessão específica sobre PMEs, foram destacados os desafios enfrentados por essas empresas no respeito aos direitos humanos. O foco da discussão foi o papel que governos e organizações empresariais, entre outras instituições, devem ter para apoiar as PMEs a avançar na adoção de práticas responsáveis e processos de due diligence. Assim, vários programas governamentais foram destacados, especialmente no Brasil, a iniciativa foi apresentada a estratégia de CER da Câmara de Comércio de Bogotá (CCB) e o Guia Prático de due diligence em direitos humanos para PMEs. Também foram apresentadas iniciativas de apoio lideradas pela OIT, como um aplicativo para denúncias e a integração da perspectiva de gênero nas inspeções do trabalho, entre outras.

17. Em relação à comunicação como parte da due diligence em direitos humanos, foi abordada a importância de avançar para práticas de comunicação externa que incluam não apenas as medidas tomadas pela empresa, mas os impactos e resultados dessas medidas. Algumas práticas de comunicação e prestação de contas das empresas da região foram revisadas e apontaram os desafios que ainda estão pendentes para o acesso à informação pelos stakeholders. Um alerta foi feito para o contencioso judicial de investidores com empresas devido à falta de veracidade das informações sobre riscos ESG publicadas. Também foram discutidas as potencialidades da Global Reporting Initiative (GRI) para garantir uma comunicação mais alinhada aos Princípios Orientadores.

#### ***IV. Acesso aos mecanismos de reparação.***

18. O acesso à reparação foi o tema central do Fórum e foi abordado a partir das perspectivas dos diferentes grupos afetados, com foco nas oportunidades e desafios apresentados pelos diversos mecanismos para obtê-la. Até mesmo como a prevenção e mitigação de situações de conflito contribui para a responsabilização. Ao longo das sessões, foi apontado como, na prática e para além de qualquer arcabouço legal e processual disponível, as pessoas afetadas pelas atividades empresariais enfrentam inúmeros obstáculos para o acesso à reparação, evidenciando a ineficácia e fragilidade dos mecanismos estatais (judiciais e não judiciais) e não estatais disponíveis. Também foi levantado como essas dificuldades são exacerbadas em

situações de conflito. A voz dos defensores destacou fatos graves que merecem ser abordados, como atentados à integridade e à vida, além de litígios estratégicos contra a participação pública (SLAPPs). Abordagens transversais de acesso à reparação e responsabilização, como a perspectiva de gênero e a abordagem da criança e do adolescente, também foram destacadas como imperativas em diversos espaços deste Fórum. Na perspectiva dos povos indígenas, a falta de consideração de sua própria compreensão e particularidades culturais para a responsabilização continua a ser denunciada. Apesar de alguns avanços, o acesso a soluções abrangentes em casos de discriminação racial contra afrodescendentes, exacerbada pelas condições atuais de racismo estrutural e ambiental, também continua sendo um desafio. O Fórum deu voz aos esforços dos diferentes atores para destacar esses desafios e destacar as oportunidades para melhorar os mecanismos existentes.

19. No que se refere aos mecanismos judiciais estatais, foram identificadas algumas barreiras à reparação efetiva, como o fato de que as competências dos juízes comuns geralmente não identificam aspectos dos direitos humanos no contexto das relações privadas e tendem a associar os direitos humanos apenas a violações graves e apenas em relação à responsabilidade do Estado. Outra barreira refere-se à frequente limitação de danos a questões econômicas, sem levar em conta aspectos de satisfação e garantias de não repetição, relacionados à reparação integral proposta pelo Sistema Interamericano. Na sessão dedicada à justiça ambiental, foram explicadas as implicações de considerar o meio ambiente como sujeito de direito e a importância de relacionar o conceito à justiça racial, destacando o impacto diferencial entre diferentes grupos e a necessidade de a reparação levar em conta uma abordagem étnica diferenciada. Nesse contexto, argumentou-se que é inevitável incorporar no debate o racismo estrutural, a interseccionalidade de classe e gênero e as assimetrias de poder entre comunidades afetadas, governo e empresas. Por outro lado, ressaltou-se que falar de justiça ambiental requer necessariamente falar de uma perspectiva internacional e reconhecer a existência de tribunais internacionais que efetivam esse direito. Questões como os direitos bioculturais das comunidades, a necessidade de juízes com conhecimento ambiental e cultural e a importância de tribunais específicos também foram abordadas. Por fim, destacou-se a relação entre justiça ambiental e o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e Caribe (Acordo de Escazú), especialmente na dimensão processual.

20. A dificuldade de acesso à justiça perante os tribunais nacionais levou muitas vítimas a recorrer aos tribunais onde as empresas têm a sua sede ou à utilização de mecanismos extrajudiciais com efeitos transnacionais, como os Pontos de Contacto Nacionais (PCN) para as Orientações da OCDE. A busca por reparação extraterritorial, seja por meio de litígio ou mediação, tornou-se uma alternativa para determinar a responsabilidade das empresas por violações de direitos humanos e permitir que as vítimas tenham acesso à reparação. Levar casos a centros de investidores e consumidores aumenta os custos reputacionais para as empresas. Essa estratégia foi exemplificada com a apresentação do caso do megaprojeto eólico Gunaa Sicarú, em Oaxaca, o primeiro caso na região em que uma estratégia transnacional foi utilizada por meio do uso da lei francesa sobre o dever de vigilância das matrizes e holdings, não apenas buscando reparação por afetações específicas, mas também como forma de traçar um perfil de possíveis casos futuros e estabelecer precedentes. Outra alternativa promissora mencionada é a realização de processos no domicílio de recebimento dos investimentos, e não no domicílio do réu, como costuma ser o mais frequente. O contencioso offshore, no entanto, não é isento de dificuldades, um desafio mencionado foi o longo tempo que esses processos demoram, os problemas no acesso às provas e a pouca experiência que existe. A capacidade judicial também

foi mencionada, uma vez que as regras do direito internacional privado na América Latina variam de país para país, e não são unificadas ou codificadas como em outras regiões.

21. Na área de mecanismos não estatais, foi dada especial análise ao acesso à reparação por parte de instituições que financiam o setor privado dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), como o BID Invest e a Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial. Dentro do cenário amplo do tema, foram discutidas as situações em que essas instituições se retiram de investimentos ou fecham projetos sem abordar adequadamente os impactos negativos e sem reparar os danos gerados às pessoas e ao meio ambiente. A discussão centrou-se no caso dos projetos hidrelétricos na microrregião de Yichk'isis, Guatemala, financiados pelo BID Invest e em uma queixa apresentada pelas comunidades ao Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (ICIM) do BID.

22. Na área de mecanismos não estatais, o Fórum discutiu especificamente os mecanismos de denúncia no nível operacional das empresas e o potencial de articulação de mecanismos para identificar possíveis abusos de direitos humanos e atos de corrupção. Também foi abordada a importância crucial de proteger os denunciantes, atores-chave na prevenção da corrupção e alertar sobre potenciais riscos aos direitos humanos antes que impactos mais graves sejam gerados. A partir de um caso específico apresentado por uma defensora colombiana de direitos humanos da Rota das Mulheres do Pacífico e defensora dos direitos das vítimas de violência sexual, foram discutidas algumas falhas existentes nos mecanismos que colocam em risco os denunciantes, como a violação do dever de confidencialidade. Algumas iniciativas ligadas ao fortalecimento das conexões entre corrupção e direitos humanos também foram discutidas, como o Registro de Integridade e Transparência das Empresas Estatais Argentinas (RITE).

#### ***V. A proteção e o respeito aos direitos humanos em setores e processos específicos.***

23. Em relação ao setor agrícola, foi realizado um diálogo setorial e multissetorial para discutir como a devida diligência pode contribuir para que as empresas agrícolas enfrentem os principais desafios ambientais, com um forte foco no desmatamento. Observou-se como é necessário aumentar o comprometimento das políticas públicas e buscar mais parcerias público-privadas para encontrar soluções. Algumas práticas foram apresentadas, como programas de empresas do setor sobre mudanças climáticas, programas para evitar o desmatamento ilegal e emitir carbono neutro, plataformas multiatores para adoção de decisões concertadas entre diferentes atores, programas de levantamento de práticas para implementação de modelos regenerativos, entre outros.

24. Além disso, o setor agrícola também foi focalizado na perspectiva dos trabalhadores. Foram identificados alguns dos principais impactos da atividade sobre os direitos humanos, destacando-se a reiterada negação do direito de organização, que vão desde a falta de informação até represálias contra os organizadores; o impacto dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores agrícolas devido ao seu uso inadequado e à falta de regulamentação e controle; desigualdade de oportunidades para as mulheres diaristas; e violência contra a mulher trabalhadora. À luz dessas discussões, a efetividade das certificações utilizadas pelo setor agropecuário também foi questionada. Entre os pontos fortes para aumentar a responsabilização das empresas estava o trabalho das organizações sindicais existentes, bem como associações e organizações que apoiam os trabalhadores agrícolas em causas trabalhistas. Da mesma forma, foram identificadas ferramentas e organizações que podem acompanhar as empresas na melhoria de suas práticas.

25. No setor financeiro, concentrou-se no investimento institucional e no financiamento corporativo por instituições financeiras. Os painelistas focaram o diálogo nos principais avanços e desafios da região em finanças sustentáveis, tanto do ponto de vista regulatório e de políticas públicas, quanto da prática de investidores institucionais e bancos, com especial ênfase na análise e gestão de riscos ambientais, sociais e de governança (ESG). Neste espaço, o Grupo de Trabalho apresentou algumas das principais conclusões de um relatório em desenvolvimento sobre finanças e direitos humanos para a região. Durante a sessão, os painelistas apresentaram algumas práticas de integração dos direitos humanos em parte de suas atividades. No entanto, observou-se que permanecem profundos desafios na integração da due diligence em direitos humanos como uma abordagem de processo baseada em risco, além de integrar os direitos humanos às considerações sociais desses esforços como uma questão (limitada ao "S"). A falta de responsabilização /prestação de contas com uma abordagem de direitos humanos nesse setor também foi notada.

26. Em relação aos desafios do setor, foram apontados a falta de acompanhamento dos avanços na implementação das medidas, a falta de informações para tomar decisões de investimento/financiamento, os problemas de credibilidade dos índices ESG utilizados, a falta de capacidade das empresas financeiras de revisar todo o seu portfólio. a veracidade e verificação das informações e fontes utilizadas para realizar análises de risco ESG, desconhecimento de questões de direitos humanos no setor financeiro, entre outros. O funcionamento das empresas de classificação de risco foi discutido e foi alertado que há empresas com altas pontuações ESG que têm sido responsáveis por graves violações dos direitos humanos ou do meio ambiente.

27. A transição energética para fontes verdes de energia, por meio de projetos eólicos e solares, bem como da exploração de lítio e de projetos de energia hidrelétrica, fotovulcânica e eólica, está avançando rapidamente na região latino-americana. O Fórum aprofundou os desafios de gerenciar corretamente essa transição para que essas atividades sejam desenvolvidas em respeito aos direitos humanos, destacando a necessidade de envolver as comunidades em projetos, tanto em processos de due diligence em direitos humanos quanto por meio do Consentimento Prévio, Livre e Informado e Consulta aos Povos Indígenas. Além disso, a ausência de instrumentos primários de mitigação, a ameaça e os ataques que os defensores dos direitos humanos e do meio ambiente estão sofrendo, e o custo de investimento necessário, foram destacados como áreas de preocupação. Também foram destacadas as contribuições do relatório sobre emergência climática elaborado pela Relatoria ESCER (Resolução 3/2021).

#### ***VI. Situações de especial atenção na prestação de contas.***

28. Em relação ao uso indevido do Judiciário para a criminalização dos defensores e do SLAPP, reafirmou-se que a defesa dos direitos humanos é uma atividade legítima e necessária. O dever dos Estados de garantir e proteger os direitos humanos implica também não estigmatizar e não colocar em risco a vida e a integridade física dos defensores, questão que também se aplica às empresas. Em fevereiro de 2022, uma organização da sociedade civil que monitora essas situações identificou 149 casos de uso indevido do Judiciário, principalmente na Guatemala, Honduras, México, Peru e, mais recentemente, na Argentina e no Chile. A maioria dessas ações judiciais (139) foi de natureza criminal, envolvendo privação de liberdade. Os outros 10 casos foram cíveis, com pedidos de grandes somas de dinheiro relacionadas a difamação, dano ao patrimônio, incitação à greve, entre outros. Observou-se que os setores industriais mais ligados a essas estratégias foram mineração, agricultura, pecuária e dendê.

29. Durante o debate, os painelistas destacaram algumas boas práticas, como um programa sobre liberdades civis e defensores de direitos humanos que documenta o estado da situação, um guia publicado pelo ICIM sobre como lidar com represálias aplicáveis nesses casos, leis anti-SLAPP (por exemplo, na Europa) ou sanções contra empresas que realizam esses atos intimidatórios.

30. Durante o Fórum, foram abordados em múltiplos espaços os impactos diferenciados da atividade empresarial sobre os Povos Indígenas, bem como a gravidade das constantes ameaças à vida e o ataque às lideranças indígenas. Em diferentes espaços, expressou-se como a visão unidimensional do desenvolvimento não leva em conta os diferentes modos de vida e a visão dos povos indígenas. Destacou-se que a noção de accountability é diferente para os povos indígenas do que para as empresas. Alguns desafios colocados na perspectiva dos Povos Indígenas referem-se à desconfiança entre os setores, à falta de consideração de suas visões e propostas, à falta de vontade política por parte dos governos, ao caráter voluntário dos Princípios Orientadores e à falta de compreensão do objetivo da consulta.

31. Além disso, discutiu-se, sob diferentes perspectivas, como promover políticas públicas em favor das comunidades afrodescendentes no que se refere à violação de seus direitos em contextos empresariais. Entre os desafios apresentados estava como incluir a população afrodescendente respeitando a especificidade de cada povo e reconhecendo sua contribuição na construção de países. Os mecanismos e instituições da ONU que oferecem ferramentas para que pessoas e comunidades afrodescendentes tenham acesso a reparações abrangentes por discriminação racial também foram destacados, incluindo o Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos como um procedimento especial.

32. Foi assinalada a importância de tornar as crianças visíveis nos PAN e de incluir os direitos da criança na agenda do sector empresarial. Iniciativas empresariais como a Rede de Empresas Unidas para Crianças do Chile (UPPI) e outras iniciativas públicas como a inclusão dos direitos da criança, políticas de cuidado, prevenção da obesidade e conexão on-line na futura Linha de Base Nacional (LNB) para a elaboração do PAN da Argentina também foram destacadas. que será realizada pela Ouvidoria da Nação. Como oportunidades de inclusão das crianças, destacou-se que elas são usuárias de redes e de novas tecnologias, o que poderia se constituir em um facilitador na agenda dos direitos das crianças para continuar formando cidadãos responsáveis.

33. O Fórum discutiu a responsabilização / prestação de contas a partir de uma perspectiva "transformadora" de gênero e interseccionalidade e não apenas a partir do "empoderamento" das mulheres e das diversidades. Nesse contexto, destacaram-se práticas de inclusão da perspectiva de gênero em leis e políticas públicas, incluindo os PAN, bem como avanços nos instrumentos da ONU. Foram também apontados desafios relacionados com a concepção de políticas de responsabilização que tenham em conta o impacto especial sobre as mulheres e as diversidades, tais como os custos de acesso, os níveis de exposição, a verdadeira integração da perspectiva de gênero, a coerência entre os compromissos e os resultados pretendidos, etc. A situação das mulheres indígenas na Guatemala e o impacto diferencial da atividade empresarial em questões de criminalização, papel nas negociações para desapropriação de terras, apoio e acompanhamento, entre outros aspectos, foram apresentados. Do ponto de vista empresarial, afirmou-se que, embora a agenda de gênero flua mais do que outras questões e algumas empresas tenham avançado na adoção de políticas e comitês de gênero, muitos desafios ainda permanecem, como a abordagem de gênero nas avaliações de risco, a interpretação com uma perspectiva de gênero das linhas de base das empresas, a acessibilidade e a eficácia dos mecanismos de acesso à reparação e a abordagem quotidiana das questões de gênero.

34. No que diz respeito à reparação do ponto de vista sindical, os instrumentos existentes e o papel dos sindicatos no desenvolvimento, promoção e acompanhamento dos mecanismos de mediação. Alguns avanços mencionados são a ratificação dos principais instrumentos internacionais pelos Estados, como a Convenção 190 da OIT e o impacto sobre os capítulos de direitos trabalhistas em tratados comerciais, entre outros. Entre os principais desafios destacados nessa questão estavam os ataques aos direitos dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores, a omissão e a passividade do Estado, a impunidade das empresas diante de graves impactos aos direitos humanos, os obstáculos ao acesso aos mecanismos de reparação, os fracos compromissos nos PAN voltados para a divulgação e divulgação, entre outros.

35. Ao longo do Fórum, as organizações da sociedade civil (OSCs) expressaram suas preocupações e visões sobre reparação de direitos humanos e abusos ambientais em contextos empresariais. Em uma sessão específica de plataformas da sociedade civil sobre negócios e direitos humanos, os aspectos positivos promovidos por essas redes foram destacados para gerar propostas consensuais e legítimas, melhorar a qualidade das respostas, graças à participação, ao estabelecimento de mesas multissetoriais, mesas especializadas e oficinas descentralizadas. No entanto, foi mencionado que eles continuam enfrentando desafios importantes, como a captura corporativa do Estado, a criminalização do protesto, a incoerência estatal na aplicação de suas políticas públicas e a fragilidade da cultura dos direitos humanos no Estado, no setor empresarial e na própria sociedade, entre outros. Aqui, as recomendações centraram-se em alcançar uma participação substancial nos PAN, convocar mais intervenientes para se juntarem ao processo e alcançar uma maior representação de todos os grupos, formando uma Plataforma Regional Latino-Americana como um espaço útil e urgente para partilhar desafios/oportunidades.

#### ***VII. Principais conclusões, desafios e oportunidades discutidos no VII Fórum Regional de Empresas e Direitos Humanos.***

36. Os vários países representados no Fórum têm demonstrado progressos no desenvolvimento de políticas públicas para um maior respeito e proteção dos direitos humanos e das CER, principalmente através dos PAN e outras políticas conexas. No entanto, foi enfatizada a importância de conferir maior legitimidade e institucionalidade a esses processos. Foi igualmente salientado o reforço do papel do Estado como actor económico e a sua responsabilidade adicional, com especial referência às empresas públicas e ao domínio do comércio e do investimento. Foi apontada a urgência de o Estado adotar medidas de apoio e orientação às PMEs para o respeito aos direitos humanos e ao CEP.

37. A devida diligência em matéria de direitos humanos e as CEP foram outro dos principais focos das discussões. Embora várias sessões tenham mostrado progresso na implementação da due diligence baseada em direitos humanos, elas também destacaram os profundos desafios para consolidar a due diligence como uma ferramenta de prestação de contas. Em reiteradas ocasiões, foi apontada a falta de envolvimento das pessoas afetadas na detecção de impactos em direitos humanos, bem como a fraca ou inexistente comunicação externa dos impactos e resultados das medidas adotadas para prevenir, mitigar e reparar danos à atividade empresarial.

38. A reparação dos danos foi considerada uma condição para restabelecer a confiança entre as várias partes interessadas, juntamente com um diálogo em pé de igualdade, com informações fiáveis e tendo em conta as diferenças culturais e de género. O Fórum também discutiu como a devida diligência em direitos humanos nos permite enfrentar desafios sistêmicos, como uma transição energética que não seja apenas verde, mas também respeitosa dos direitos humanos;

corrupção; conflitos socioambientais; mudanças climáticas; e desigualdades estruturais. Também foi destacado como o Acordo de Escazú, como instrumento de justiça ambiental, contribui para promover, influenciar e/ou lançar as bases para o desenvolvimento de negócios, direitos humanos e padrões ambientais na ALC, com especial ênfase na responsabilização.

39. A partir das discussões com os participantes, várias recomendações foram feitas aos Estados da região, com vistas a fortalecer a responsabilização no contexto da atividade empresarial.

40. No que diz respeito aos Planos de Ação Nacionais sobre Direitos Humanos e Empresas e/ou outras políticas públicas relacionadas, foi recomendado que:

(a) O processo de elaboração e implementação de PAN e outras políticas de CER deve ser institucionalizado e contínuo para além de possíveis mudanças de governo nos países da região; (b) Conferir maior legitimidade e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento e acompanhamento destas políticas, incluindo o PAN, incentivando uma maior consulta e uma participação significativa e adequada das partes interessadas, bem como uma maior transparência no processo e na execução; (c) Evitar a captura corporativa ao desenvolver ou implementar essas políticas; (d) No que diz respeito às políticas de transição justa, foi recomendado que o Estado leve em conta suas obrigações de direitos humanos, incluindo direitos trabalhistas e sindicais, ao projetar e implementar essas políticas; desenvolver políticas específicas de formação e reciclagem; e desenvolver diretrizes para políticas tributárias de combustíveis fósseis para financiar setores verdes, beneficiando a população que será mais afetada pelas mudanças climáticas. Da mesma forma, foi recomendada a inclusão de sistemas que ofereçam compensação às comunidades que mantêm ecossistemas saudáveis, garantindo uma abordagem de gênero e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade. Finalmente, no que diz respeito aos mecanismos de financiamento climático, recomendou-se que os Estados gerem marcos institucionais que permitam a obtenção de fundos permanentes para o financiamento de perdas e danos causados pelas mudanças climáticas; (e) Sensibilizar e desenvolver capacidades entre atores e funcionários públicos sobre suas obrigações de direitos humanos por meio de programas especializados; (f) Fazer da devida diligência em direitos humanos uma política de Estado para assegurar sua continuidade e enfrentar os desafios colocados por sua atual natureza não vinculante; (g) Reforçar a supervisão estatal do respeito pelos direitos humanos nos vários setores econômicos, reforçando o papel das entidades reguladoras, uma maior coordenação interinstitucional e o desenvolvimento de instrumentos de supervisão inovadores e acessíveis que permitam aos trabalhadores apoiar o papel de supervisão do Estado, especialmente no caso das PME.

41. No que diz respeito ao reforço do papel do Estado como agente econômico, recomendou-se:

(a) Estabelecer expectativas claras de que as empresas estatais respeitem os direitos humanos por meio de mecanismos para monitorar essas expectativas e a solicitação de publicação e divulgação de informações não financeiras, incluindo impactos, gestão e resultados em direitos humanos; (b) Fortalecer o papel das entidades proprietárias de SOEs na garantia do respeito aos direitos humanos, desenvolvendo diretrizes para a implementação de políticas de direitos humanos e processos de due diligence em direitos humanos com mecanismos de acompanhamento, atribuindo a essas entidades competência e recursos suficientes para esses fins; (c) Fortalecer a coordenação interinstitucional entre as entidades de supervisão e controle das SOE e aquelas com experiência em direitos humanos, a fim de expandir o controle dessas empresas nessa área e orientar os processos de due diligence em direitos humanos; (d)

Fortalecer as capacidades de direitos humanos de entidades proprietárias, reguladores, entidades de supervisão e controle e membros de SOEs para implementar e/ou supervisionar a devida diligência em direitos humanos. Em relação a estes últimos, promoveu-se treinamento não só para gerentes, mas também para gerentes técnicos médios, dada a alta rotatividade desses cargos hierárquicos; (e) Integrar incentivos regulatórios e de governança para promover o respeito aos direitos humanos nas empresas estatais por meio de diversas ações, tais como expectativas claras de conduta em direitos humanos, reforço do papel dos conselhos de administração como ponte entre o Estado e as empresas e exigência de governança responsável e transparente, entre outros; (f) Na área de comércio e investimento, recomendou-se aumentar o intercâmbio sobre a integração das CER e dos direitos humanos no investimento e no comércio e o papel dos países no comércio global, para continuar a promover a inclusão de cláusulas das CER e dos direitos humanos nos Acordos de Livre Comércio e nos Acordos Internacionais de Investimento, apelar à observação pelas empresas dos quadros de referência da Aliança do Pacífico e ao reforço do conhecimento dos PCN, mecanismo das orientações da OCDE através do qual qualquer pessoa pode apresentar queixas por incumprimento deste instrumento.

42. No que diz respeito à regulamentação da due diligence em direitos humanos, recomendou-se:

(a) Em termos de regulamentação de due diligence, foi recomendado o desenvolvimento de leis sobre responsabilidade legal corporativa ou leis-quadro sobre negócios e direitos humanos alinhadas com os Princípios Orientadores que protejam as comunidades afetadas e que considerem obrigações de resultado para as empresas e para os Estados, mecanismos para ativar recursos coletivos, inversão do ônus da prova, obrigações corporativas de prestação de contas, cláusulas de direitos humanos em determinados contratos, objeção cultural, responsabilidade objetiva, entre outras; (b) Evitar a transposição das normas europeias para o contexto da região sem levar em conta os contextos, problemas e particularidades dos regimes jurídicos da América Latina. Nesse ponto, foi sugerido utilizar como base para a implementação da due diligence em direitos humanos os marcos legais vigentes nos países da região, como as normas de direito civil relativas a danos e negligência. Da mesma forma, sem ignorar a responsabilidade de todas as empresas em respeitar os direitos humanos, foi levantada a importância de promover o maior envolvimento das PME e apoiar seus processos de adaptação às novas demandas por meio de um trabalho conjunto com sindicatos, especialistas, entre outras ações.

43. No que diz respeito às PME:

a) No que diz respeito às PME, foi recomendado que fosse desenvolvido um diagnóstico da situação e das necessidades dessas empresas, a fim de conceber medidas de apoio e promoção do respeito pelos direitos humanos em domínios como o comércio, os contratos públicos e os PAN, entre outros. Recomendou-se igualmente a inclusão das PME A/HRC/53/24/Add.5 13 nos processos de desenvolvimento de políticas públicas como os PAN e a inclusão de compromissos específicos para as mesmas; (b) Adaptar e ajustar os requisitos regulamentares à realidade das PME e apoiar estas empresas a adaptarem-se aos requisitos de diligência devida que possam chegar a elas como parte das cadeias de abastecimento; (c) Reforçar a supervisão estatal do respeito pelos direitos humanos nos vários setores económicos, através do reforço do papel das entidades reguladoras, de uma maior coordenação interinstitucional e do desenvolvimento de instrumentos de supervisão inovadores e acessíveis que permitam aos trabalhadores apoiar o papel de supervisão do Estado, especialmente no caso das PME.



44. Em relação aos grupos em situação de vulnerabilidade, recomendou-se:

a) No que diz respeito à proteção dos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, recomendou-se a adoção de uma política para sua proteção, conscientizar e desenvolver a capacidade para prevenir e abordar o uso de ações SLAPP por empresas, incluindo operadores de justiça, e promover leis anti-SLAPP; (b) Em relação aos povos indígenas, recomendava-se que o Estado criasse espaços para a criação de acordos consensuais entre o Estado, as mineradoras e os povos indígenas para resolver problemas graves, promovesse a abertura ao diálogo que promovesse simetria e confiança e incluísse a lógica e a visão dos povos indígenas e afrodescendentes no desenho de todos os tipos de políticas e regulamentações. incluindo regulamentação sobre due diligence. Especificamente em termos de transição justa, foi recomendado promover espaços de participação e responsabilização, respeitando as obrigações relacionadas aos direitos dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais. Na área de SOEs, foi proposta a inclusão na due diligence de direitos humanos exigida dessas empresas o Consentimento, Consulta, Livre, Prévio e Informado (FPIC) aos Povos Indígenas; c) No que diz respeito às questões de gênero e diversidade, recomendou-se garantir a participação das mulheres em todas as áreas e, especialmente, nos espaços de tomada de decisão, promover a responsabilização com uma perspectiva de gênero que "transforme" as causas estruturais da desigualdade e que contemple a responsabilidade legal das empresas; e maior coerência entre as políticas públicas. Adicionalmente, foi proposta a inclusão de especialistas nas empresas e no Estado para aprimorar a formação de gênero e capacitar os trabalhadores sobre questões de gênero e diversidade, bem como avançar em mecanismos de remediação mais alinhados aos Princípios Orientadores e à perspectiva de gênero, com canais e respostas diferenciadas de acordo com as particularidades (setorial, esfera pública/privada, Situação das mulheres e diversidade).

45. No que diz respeito ao acesso à reparação:

a) Sobre o tratado vinculativo sobre empresas e direitos humanos, foi recomendado que as negociações avançassem a fim de dar uma resposta global aos problemas e combater a impunidade; (b) No que diz respeito à reparação, recomendou-se promover a saída responsável dos projetos de investimento pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, o fortalecimento das salvaguardas ambientais e sociais, o maior envolvimento dos povos indígenas na elaboração de políticas e regras que regem esses mecanismos de responsabilização a partir da lógica dos povos e a disponibilidade de fundos de contingência. aumentar a articulação entre mecanismos extrajudiciais, como INDHs e PCNs, garantir a tutela jurisdicional efetiva, aproveitando os instrumentos interamericanos e a jurisprudência do Poder Judiciário para tratar dos casos de reparação sob a perspectiva dos direitos humanos, e interpretar as normas processuais civis para inverter o ônus da prova, minimizando algumas barreiras ao acesso à justiça.

46. As sessões do Fórum resultaram nas seguintes recomendações às empresas da região:

a) Envolver-se cedo nos PAN para a construção de consensos; (b) Colaborar de boa-fé em fóruns entre as partes interessadas, a fim de construir confiança; c) Continuar a construir pontes com diferentes atores por meio de iniciativas como o Fórum Regional das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos; (d) No que diz respeito às PMEs, foi recomendado que o CER e as normas empresariais e de direitos humanos sejam integrados nos processos já existentes nessas empresas, a fim de evitar custos e esforços, bem como promover a sindicalização e a associação setorial dos empregadores das PMEs; e) Fortalecer a comunicação e o relato dos negócios, fornecendo informações sobre impactos e riscos em direitos humanos, as medidas

adotadas e os resultados dessas medidas e mecanismos de acompanhamento, incluindo a análise das causas profundas desses impactos em relação às políticas práticas da empresa. Incluem também a forma como abordam a colaboração e a participação das partes interessadas e dos detentores de direitos. Recomendou-se também adaptar a comunicação de acordo com o contexto e gerar alianças com outros atores para fornecer respostas abrangentes; f) Conceber a due diligence em direitos humanos pelas SOEs não como um processo único, mas como uma abordagem de gestão de direitos humanos composta por vários processos, entendendo os direitos humanos como um tema transversal em toda a empresa, atribuindo responsabilidades específicas e integrando os riscos de direitos humanos à matriz geral de riscos. Implementar também canais de comunicação e mecanismos de participação eficazes e informados com as comunidades potencialmente afetadas; (g) Dispor de mecanismos eficazes de acesso à reparação que sejam fáceis, simples e rápidos de responder, e que integrem coerentemente a abordagem da corrupção e dos direitos humanos. Incentivar esses mecanismos a considerar a reparação dos afetados, além de sanções para os responsáveis, e também modificações que permitam uma melhoria contínua dos próprios mecanismos, incluindo maior proteção aos denunciantes; h) Em relação ao setor do agronegócio, recomendou-se promover a rastreabilidade nas linhas de produção para reduzir o desmatamento, incentivar o trabalho conjunto entre os setores público e privado para alcançar maior efetividade, replicar boas práticas das principais empresas do setor e estendê-las às cadeias produtivas, dar maior suporte aos produtores para alinhamento com as normas setoriais; promover o acesso à informação e a importância da participação e reforçar o papel fundamental dos sindicatos na garantia dos direitos dos trabalhadores; i) Em relação ao relacionamento com investidores, disponibilizar informações precisas e verdadeiras sobre a atuação das empresas em direitos humanos para a tomada de decisões de investimento/financiamento e administração. Fortalecer a compreensão do conceito de impacto sob a ótica dos Princípios Orientadores e da dupla materialidade, bem como o mapeamento das comunidades potencialmente afetadas. Foi apontada a importância de as empresas explicitarem o respeito aos direitos humanos nos resultados de suas relações com investidores e não apenas nos resultados financeiros; j) Na área da transição energética, foi recomendado às empresas que usassem a devida diligência para abordar as prioridades de transição justa, juntamente com o conjunto de efeitos adversos que ela pode gerar, inclusive sobre os direitos humanos; k) Adotar políticas de proteção aos defensores, mudar a narrativa de estigmatização pela "incorporação" dos defensores nos diálogos, investir adequadamente na análise de risco em direitos humanos pelas empresas; l) Assegurar a participação das mulheres em todas as áreas de negócio, especialmente nos espaços de decisão; fortalecer mecanismos de remediação integrando uma perspectiva de gênero, com canais e respostas diferenciadas de acordo com particularidades; e incluir especialistas para melhorar a formação em matéria de gênero; m) Clarificar nas empresas que a negociação coletiva e a regulamentação não substituem a responsabilidade social das empresas; n) Educar e formar os trabalhadores sobre os seus direitos e mecanismos alternativos de acesso à reparação; (o) Fortalecer os sindicatos e a unidade sindical e facilitar as estratégias de negociação sindical multinacional nas cadeias globais.”

## **2. Instituições financeiras de desenvolvimento e direitos humanos.**

**Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais.** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/127/80/PDF/G2312780.pdf?OpenElement>

**Resumo.** No presente relatório, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em conformidade com as resoluções 17/4 e 44/15 do Conselho, o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas empresariais esclarece as maneiras pelas quais os "Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementando o Quadro das Nações Unidas 'Proteger, Respeitar e Remediar'" se aplicam às instituições financeiras de desenvolvimento. O relatório examina as lacunas, oportunidades e exemplos de práticas positivas quando se trata de aplicar a devida diligência em direitos humanos às instituições financeiras de desenvolvimento, e o que significa remédio no contexto do financiamento do desenvolvimento.

## **Introdução**

1. As instituições financeiras de desenvolvimento tornaram-se uma peça crítica na colcha de retalhos institucional global para alcançar as metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030.<sup>1</sup> Em um momento em que os impactos de longo prazo da pandemia de COVID-19 – juntamente com grandes desafios, como mudanças climáticas, sobreposição de vulnerabilidades econômicas, conflitos contínuos em diferentes partes do mundo e agravamento da insegurança alimentar – ameaçam reverter o progresso feito em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), A necessidade de financiamento responsável e sustentável para o desenvolvimento que coloque os direitos humanos no centro tornou-se ainda mais aguda.

### **A. Antecedentes do relatório**

2. Com a pandemia provocando a pior recessão global desde a Segunda Guerra Mundial,<sup>2</sup> a diferença entre o nível atual de recursos disponíveis globalmente e o montante de financiamento necessário para atingir os ODS até 2030 tem aumentado.

Exacerbada pelo "efeito tesoura", em que necessidades crescentes são atendidas com recursos em declínio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que a lacuna de financiamento do desenvolvimento seja de pelo menos US\$ 2,5 trilhões por ano, com os países do Sul global sendo especialmente impactados.<sup>3</sup>

3. Detentoras de cerca de US\$ 12 trilhões em ativos globalmente,<sup>4</sup> as instituições financeiras de desenvolvimento são fundamentais para promover o desenvolvimento em vários contextos, construindo mercados, mobilizando recursos e impulsionando o impacto. De acordo com um estudo recente, existem aproximadamente 500 instituições financeiras de desenvolvimento, a maioria das quais são bancos públicos de desenvolvimento, de cerca de 150 países, com algumas dessas instituições possuindo a maioria do total de ativos listados.<sup>5</sup>

4. Embora a atenção renovada da comunidade internacional ao papel desempenhado pelas instituições financeiras de desenvolvimento para garantir que "ninguém será deixado para trás" e se esforçar para "chegar mais longe primeiro" tenha contribuído para fornecer o impulso necessário para mobilizar o financiamento dos ODS,<sup>6</sup> questões importantes continuam a ser feitas em relação aos direitos humanos e aos riscos e danos ambientais decorrentes das operações das instituições financeiras de desenvolvimento.<sup>7</sup>

Foram levantadas sérias preocupações relativas, nomeadamente, aos ataques e ameaças generalizados contra os defensores dos direitos humanos no contexto das actividades de desenvolvimento; a aprovação e implementação de projetos de desenvolvimento sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas, especialmente dos povos

índigenas; e a falta de mecanismos adequados para garantir a participação significativa das comunidades locais no desenvolvimento de projetos e seu acesso a soluções efetivas quando ocorrem abusos de direitos humanos.<sup>8</sup>

O Índice de Transparência das Instituições Financeiras de Desenvolvimento 2023, da Publish What You Fund, ressaltou ainda mais a necessidade de maior transparência e divulgação pública entre as instituições financeiras de desenvolvimento com relação a seus investimentos, impacto e comprovação de responsabilidade às comunidades afetadas pelos projetos financiados.<sup>9</sup>

5. Essas preocupações destacam a relação única entre as instituições financeiras de desenvolvimento e os Estados que possuem, controlam e/ou apoiam substancialmente seus mandatos. Discutido mais adiante na Seção II, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios Orientadores) permitem que uma camada adicional de expectativas de devida diligência em direitos humanos seja aplicada a esses Estados em vista do Princípio Orientador 4, por exemplo, que obriga os Estados a "tomar medidas adicionais para se proteger contra abusos de direitos humanos por empresas de propriedade ou controladas pelo Estado, ou que recebam apoio e serviços substanciais de órgãos do Estado... incluindo, quando apropriado, exigindo a devida diligência em direitos humanos".

Embora haja uma expectativa de que os Estados, como detentores de deveres, criem e mantenham as condições necessárias para que as instituições financeiras de desenvolvimento operem de acordo com o direito internacional dos direitos humanos e as normas ambientais, é crucial reconhecer como tanto o dever estatal de proteger quanto a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos se aplicam às instituições financeiras de desenvolvimento.

6. Para as instituições financeiras de desenvolvimento, seus laços estreitos com os Estados significam que suas atividades, cadeias de valor e relações comerciais frequentemente estão sob amplo escrutínio do público.<sup>10</sup> Especialmente considerando como elas são geralmente encarregadas de gerar "impacto no desenvolvimento" positivo, torna-se ainda mais imperativo que as instituições financeiras de desenvolvimento exerçam a devida diligência em direitos humanos para identificar, prevenir e tratar os impactos negativos reais e potenciais associados às suas operações e relações comerciais em direitos humanos.

7. Embora os Princípios Orientadores não abranjam expressamente as normas ambientais, é agora geralmente aceite que os danos ambientais estão incluídos no seu âmbito de aplicação. Por exemplo, dois dos principais instrumentos internacionais de direito dos direitos humanos aos quais os Princípios Orientadores se referem especificamente (Princípio Orientador 12), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, foram interpretados desde 2011 para incluir o direito ambiental internacional.

Em 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas também reconheceu "o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável" como um direito humano. Esses desenvolvimentos são consistentes com o comentário ao Princípio Orientador 12 de que "as empresas podem precisar considerar padrões adicionais [de direitos humanos]" além daqueles especificamente dados nos Princípios Orientadores. <sup>11</sup> Nesse sentido, é imperativo que, no exercício da devida diligência em direitos humanos, as instituições financeiras de desenvolvimento também identifiquem, previnam e tratem seus impactos adversos reais e potenciais sobre o ambiente natural.

1 See <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=2051&menu=35>. 2 <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>. 3 <https://doi.org/10.1787/e3c30a9a-en>. 4 Jiajun Xu, Régis Marodon, and Xinshun Ru, "Identifying and Classifying Public Development Banks and Development Finance Institutions", *New Structural Economics (NSE) Development Financing Research Report*, no. 192 (November 2020), p.4. 5 Most development finance institutions are small, having total assets of less than US\$1 billion. *Ibid.*; see also [https://unctad.org/system/files/information-document/BRI-Project\\_policy-brief-01\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/information-document/BRI-Project_policy-brief-01_en.pdf); <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX%3A52015DC0361>. 6 <https://www.project-syndicate.org/commentary/public-development-banks-sustainable-inclusive-growth-by-stephany-griffith-jones-et-al-2020-11>; [https://cupe.ca/sites/default/files/cupe\\_cib\\_marois\\_report\\_2022\\_e.pdf](https://cupe.ca/sites/default/files/cupe_cib_marois_report_2022_e.pdf). 7 See [https://cdn.odi.org/media/documents/DPF\\_Blended\\_finance\\_report\\_tuMbRjW.pdf](https://cdn.odi.org/media/documents/DPF_Blended_finance_report_tuMbRjW.pdf). 8 <https://rightsindevelopment.org/uncalculatedrisks/>, pp. 7-8.

## **B. Objetivos, escopo e método do relatório.**

8. No seu exercício de balanço da implementação global dos Princípios Orientadores ao longo da primeira década desde a sua adoção, o Grupo de Trabalho reconheceu que os intervenientes financeiros "têm uma capacidade sem paralelo para influenciar as empresas e aumentar os progressos na implementação dos Princípios Orientadores".<sup>12</sup> Com os "atores financeiros" entendidos aqui como incluindo instituições financeiras multilaterais e bilaterais de desenvolvimento que também podem financiar projetos com outros bancos comerciais e investidores, esses atores são centrais para impulsionar a realização do Roteiro dos Princípios Orientadores 10+ para a próxima década de negócios e direitos humanos.

9. No presente relatório, o Grupo de Trabalho esclarece as formas como os Princípios Orientadores se aplicam às instituições financeiras de desenvolvimento. Em particular, o relatório examina as lacunas, oportunidades e exemplos de práticas positivas quando se trata de aplicar a devida diligência em direitos humanos às instituições financeiras de desenvolvimento, e o que significa remédio no contexto do financiamento do desenvolvimento.

9 See [https://www.publishwhatyoufund.org/app/uploads/dlm\\_uploads/2023/02/DFI-TransparencyIndex-Report-January-2023.pdf](https://www.publishwhatyoufund.org/app/uploads/dlm_uploads/2023/02/DFI-TransparencyIndex-Report-January-2023.pdf). 10 A/HRC/32/45, p. 10. 11 A/76/PV.97. 12 A/HRC/47/39, pp. 15-16.

10. O objetivo deste relatório é duplo: estabelecer um entendimento comum de como os Princípios Orientadores são relevantes para as instituições financeiras de desenvolvimento e, ao fazê-lo, delinear as expectativas de devida diligência em direitos humanos para as instituições financeiras de desenvolvimento e Estados associados. A ideia deste relatório surgiu de consultas preliminares sobre o tema do financiamento e cooperação para o desenvolvimento em meados de 2022, que revelaram uma relativa falta de consciência entre alguns grupos de partes interessadas sobre a relevância dos Princípios Orientadores para o setor de financiamento do desenvolvimento. Isso foi observado entre certas instituições financeiras de desenvolvimento, particularmente aquelas que operam nos níveis nacional e sub-regional, bem como entre especialistas e profissionais que trabalham no financiamento do desenvolvimento, mas não estão ativamente envolvidos na comunidade empresarial e de direitos humanos. Preencher essas lacunas de compreensão é essencial para quebrar os silos profissionais e disciplinares que podem servir como barreiras para a construção de conhecimentos especializados em direitos humanos em conexão com o financiamento do desenvolvimento. É também crucial incentivar o diálogo multissetorial sobre estas questões.

11. As consultas com as partes interessadas salientaram ao Grupo de Trabalho o desejo de uma orientação mais prática sobre a forma como os Princípios Orientadores podem ser implementados neste sector através de exemplos tangíveis de práticas positivas para os Estados, as instituições financeiras de desenvolvimento e os mutuários clientes. Após um processo de consulta a várias partes interessadas, este relatório procura ilustrar como os Princípios Orientadores podem e devem ser usados pelas instituições financeiras de desenvolvimento para melhorar suas políticas, estruturas e processos, de modo a contribuir para o avanço da agenda empresarial e de direitos humanos.

12. O relatório reconhece que muitos desafios permanecem e que há muitos casos de conduta problemática em direitos humanos envolvendo instituições financeiras de desenvolvimento e seus clientes, em uma série de setores, incluindo agronegócio, infraestrutura, educação, energia e indústrias extrativas. Para prevenir e abordar melhor os abusos de direitos humanos relacionados às instituições financeiras de desenvolvimento, muitos dos exemplos aqui mencionados destinam-se a oferecer insights sobre como práticas positivas podem começar a se desenvolver nessa área.

13. Alguns esclarecimentos sobre a definição do relatório de instituições financeiras de desenvolvimento e o âmbito do inquérito merecem nota. Primeiro, o termo "instituições financeiras de desenvolvimento" é tomado aqui para se referir a instituições bilaterais (por exemplo, Banco Austríaco de Desenvolvimento, Banco de Desenvolvimento da China, Swedfund) e instituições multilaterais de financiamento do desenvolvimento (por exemplo, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento), salvo indicação em contrário.<sup>13</sup> Muitas vezes de propriedade majoritária, controlada ou substancialmente apoiada por governos nacionais, as instituições financeiras de desenvolvimento são comumente estabelecidas como desenvolvimento especializado bancos ou subsidiárias que trabalham para cumprir um mandato orientado para políticas públicas, que pode incluir o financiamento e o desenvolvimento de atividades do setor privado, em países de baixa e média renda.<sup>14</sup> Eles podem incluir bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos nacionais de desenvolvimento, agências de crédito à exportação e credores privados.<sup>15</sup> Embora os governos possam, ocasionalmente, criar instituições financeiras não bancárias, a maioria das instituições financeiras de desenvolvimento se enquadra na categoria de bancos públicos de desenvolvimento. <sup>16</sup> Ocupando "um espaço intermediário entre a ajuda pública e o investimento privado", eles oferecem uma gama de serviços financeiros, desde empréstimos, garantias e seguros de risco para investidores e empresas até o investimento em fundos de ações e financiamento de projetos públicos de infraestrutura.<sup>17</sup> Possuindo um <sup>13</sup> Neste relatório, "instituições financeiras nacionais de desenvolvimento" é usado de forma intercambiável com instituições financeiras bilaterais de desenvolvimento. Personalidade jurídica e conta financeira separadas, as instituições financeiras de desenvolvimento contam com a disciplina financeira de seus clientes para garantir a sustentabilidade de suas operações.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> <https://www.oecd.org/development/development-finance-institutions-private-sectordevelopment.htm#:~:text=Development%20finance%20institutions%20and%20private%20sector%20development,-...%2F%20DCD%20%2F%20Styles&text=National%20and%20international%20development%20finance,sector%20development%20in%20developing%20countries.> <sup>15</sup> <https://www.ohchr.org/en/development/development-finance-institutions>. <sup>16</sup> Jiajun Xu, Régis Marodon, and Xinchun Ru, "Identifying and Classifying Public Development Banks and Development Finance Institutions", *New Structural Economics (NSE) Development Financing Research Report*, no. 192 (November 2020), p.5. <sup>17</sup> <https://www.oecd.org/dev/41302068.pdf>.

14. Em segundo lugar, dada a variedade de instituições financeiras de desenvolvimento que operam no mundo de hoje, o escopo deste relatório é invariavelmente ambicioso. No entanto, aprofundar as características e a composição das diferentes instituições financeiras de desenvolvimento em detalhe está além do escopo do relatório. Devido a restrições de tempo e espaço, o relatório também não conterá uma discussão extensa sobre agências de crédito à exportação ou credores privados envolvidos no financiamento do desenvolvimento.<sup>19</sup> Além disso, embora o Grupo de Trabalho tivesse originalmente a intenção de concentrar este relatório em instituições financeiras de desenvolvimento regionais nacionais, sub-regionais e menos estudadas, dada a falta de atenção a esses atores na literatura existente, Contribuições de diversas partes interessadas ressaltaram a importância de manter o escopo amplo. Isso ocorre em vista da revisão, atualização e/ou proposta de salvaguardas, políticas e diretrizes relevantes, como a Política de Salvaguardas do Banco Asiático de Desenvolvimento e a Abordagem para Ação Corretiva da Corporação Financeira Internacional/Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (IFC/MIGA), no momento em que este artigo foi escrito. Assim, este relatório tem um foco alargado para acomodar as questões levantadas em relação às instituições bilaterais e multilaterais de financiamento do desenvolvimento. Observando as complexidades dessa área temática, o Grupo de Trabalho pretende continuar seu trabalho sobre as instituições financeiras de desenvolvimento, inclusive nos níveis regional, sub-regional e nacional.

15. O relatório baseia-se numa série de consultas bilaterais e multilaterais em diferentes regiões com Estados, organizações não governamentais e grupos da sociedade civil, bem como com instituições financeiras de desenvolvimento, representantes de empresas e peritos. Também é informado por contribuições de uma variedade de partes interessadas; informações coletadas a partir das alegações de abusos de direitos humanos relacionados a negócios no contexto de atividades de desenvolvimento submetidas ao Grupo de Trabalho por meio do mecanismo de comunicação de Procedimentos Especiais; e extensa pesquisa documental em vários idiomas que engloba materiais de fonte primária e secundária.<sup>20</sup>

(...)

35. As instituições financeiras de desenvolvimento geralmente concentram seus financiamentos e comunicações nos aspectos mais positivos e quantificáveis do desenvolvimento — por exemplo, o número de empregos criados, o número de empresas de propriedade de mulheres apoiadas e afins.<sup>58</sup> Mas, embora tais métricas possam ser úteis para avaliar aspectos do impacto de um projeto, os Princípios Orientadores chamam a atenção para a necessidade de abordar e prevenir impactos adversos nos direitos humanos, além de gerar impacto positivo: Embora a produção de impactos positivos possa ser uma poderosa contribuição para o desenvolvimento sustentável, tais ações não compensam o fracasso de uma instituição financeira de desenvolvimento e/ou de seus clientes em respeitar os direitos humanos. Em outras palavras, estratégias corporativas e institucionais para contribuir positivamente para os ODS não podem substituir a devida diligência em direitos humanos.<sup>59</sup>

36. De acordo com o Princípio Orientador 17, a exigência de que as instituições financeiras e seus clientes realizem diligência devida em direitos humanos em suas atividades e relações comerciais para identificar, prevenir, mitigar e prestar contas de como lidam com os danos reais e potenciais aos direitos humanos relacionados às suas atividades comerciais é um elemento central de sua responsabilidade corporativa. Uma prática positiva entre as instituições financeiras de desenvolvimento é ter procedimentos transparentes e claros que estabeleçam os processos da instituição para due diligence ambiental e social, bem como requisitos para a due diligence de direitos humanos de seus clientes. Esta prática deve abranger e ser adaptada aos

tipos específicos de empréstimos e instrumentos utilizados, incluindo quando é concedido financiamento a intermediários financeiros para repasses.<sup>60</sup>

37. Uma melhor evolução da prática seria esclarecer que o processo de due diligence deve abranger especificamente os direitos humanos e integrar uma perspectiva interseccional. <sup>61</sup> Como observado anteriormente, há uma necessidade crítica de que as instituições financeiras de desenvolvimento, particularmente as instituições financeiras nacionais de desenvolvimento, incluam os direitos humanos como parte integrante da due diligence e apreciem como a robusta due diligence em direitos humanos permite o desenvolvimento sustentável. Com a comunidade de financiamento do desenvolvimento reconhecendo que tanto os impactos positivos quanto os adversos sobre os direitos humanos precisam ser considerados como parte de políticas de salvaguarda eficazes e processos de due diligence,<sup>62</sup> algumas instituições financeiras de desenvolvimento introduziram princípios importantes, como a necessária internalização de todos os custos para prevenir e mitigar os impactos socioambientais. <sup>63</sup> Como observou a Agência de Cooperação Internacional do Japão, "para realizar o desenvolvimento sustentável, os custos ambientais e sociais incorridos pelo projeto de desenvolvimento precisam ser incorporados aos custos de desenvolvimento". <sup>64</sup>

38. Uma lacuna fundamental entre a política e a prática existentes das instituições financeiras de desenvolvimento — mesmo entre as instituições multilaterais de financiamento do desenvolvimento maiores e bem estabelecidas — e os Princípios Orientadores diz respeito, no entanto, ao escopo de sua cobertura de políticas e subsequentes processos de devida diligência em direitos humanos, particularmente no que diz respeito às cadeias de valor. Como mencionado anteriormente, os Princípios Orientadores exigem que as instituições financeiras identifiquem e avaliem os impactos em direitos humanos que possam causar, contribuir ou estar diretamente vinculados por meio de seu financiamento. Esses impactos adversos podem estar no nível do projeto, e também podem estar mais abaixo nas cadeias de valor de um cliente em conexão com componentes ou serviços que o cliente da instituição financeira de desenvolvimento usa em seus próprios produtos ou serviços. Embora algumas instituições financeiras de desenvolvimento tenham buscado alinhar suas políticas às melhores práticas globais em cadeias de suprimentos,<sup>65</sup> ainda há considerável espaço para melhorias nesse sentido.

39. A ideia de abordar o que acontece nas cadeias de valor não é nova nem exclusiva da comunidade empresarial e de direitos humanos: as empresas monitoram suas cadeias de suprimentos há décadas, como atestam a gama de programas de certificação sustentável existentes. No entanto, os Princípios Orientadores acrescentam um requisito específico para identificar e tratar os impactos em direitos humanos, tendo em vista como, por exemplo, os impactos adversos em direitos humanos também podem aparecer na outra ponta da cadeia de valor no que diz respeito à forma como os produtos ou serviços de um cliente são usados.<sup>66</sup>

40. Atualmente, muitas instituições financeiras de desenvolvimento confiam nos Padrões de Desempenho da IFC e/ou padrões similares, que podem limitar o escopo da devida diligência em direitos humanos a "fornecedores primários" e, mesmo assim, só consideram a devida diligência em direitos humanos com relação a questões trabalhistas e de biodiversidade e onde a empresa que compra ou recebe bens ou serviços exerce "controle adequado". Dito isso, em 2021, a IFC revisou discretamente sua Nota de Orientação sobre essa questão, estendendo a definição de "fornecedores primários" para esclarecer que eles podem existir em todos os níveis das cadeias de suprimentos além do nível um<sup>67</sup> — na verdade, falando de uma conceituação mais ampla do escopo da due diligence de direitos humanos. No entanto, essa revisão da Nota



de Orientação da IFC, embora importante, ainda não corresponde à expectativa dos Princípios Orientadores para que as empresas identifiquem e gerenciem riscos em toda a sua cadeia de valor, começando pelos riscos mais graves ou salientes.<sup>68</sup>

41. Um exemplo de instituição financeira de desenvolvimento que procura implementar um acompanhamento mais rigoroso da cadeia de valor em relação aos Princípios Orientadores é o Banco de Desenvolvimento KfW, quando contribuiu com 50 milhões de euros para um fundo de 250 milhões de dólares para investir em melhorias nos direitos humanos, bem como nas normas ambientais e sociais, nas empresas de fabrico dos países parceiros que fazem parte das cadeias de abastecimento alemãs e europeias. Essa atividade visava apoiar essas empresas a atender aos requisitos da Lei Alemã de Due Diligence da Cadeia de Suprimentos.<sup>69</sup> O que esse exemplo demonstra é como as instituições financeiras de desenvolvimento podem espalhar o impacto de seus padrões aplicando-os ao todo de um projeto, em vez de apenas à parcela que financiam.<sup>70</sup>

42. As subseções a seguir examinam, por sua vez, como cada componente do processo de due diligence em direitos humanos em quatro etapas (ou seja, identificar e avaliar impactos adversos reais e potenciais em direitos humanos; prevenir e mitigar esses impactos adversos; rastrear e monitorar a eficácia das medidas para fazê-lo e comunicar-se com as partes interessadas)

58 See [https://www.humanrights.dk/sites/humanrights.dk/files/media/document/Human\\_rights\\_at\\_development\\_finance\\_institutions\\_accessible.pdf](https://www.humanrights.dk/sites/humanrights.dk/files/media/document/Human_rights_at_development_finance_institutions_accessible.pdf). 59 [https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/Session18/InfoNoteWGBHR\\_SDGRecommendations.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/Session18/InfoNoteWGBHR_SDGRecommendations.pdf) 60 [https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie\\_EN.pdf](https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf), para. 4.8.4. 61 See, for example, [https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie\\_EN.pdf](https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf), paras. 4.1.2 and 4.2.3. 62 See [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_en/Institucional/Social\\_and\\_Environmental\\_Responsibility/social\\_environmental\\_responsibility\\_policy.html](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Institucional/Social_and_Environmental_Responsibility/social_environmental_responsibility_policy.html); <https://www.jbic.go.jp/en/business-areas/environment/confirm.html>; [https://www.bidcebid.org/en/wp-content/uploads/EBID\\_Manuel\\_SGES2022\\_en.pdf](https://www.bidcebid.org/en/wp-content/uploads/EBID_Manuel_SGES2022_en.pdf), annex 2. 63 See <https://www.africafc.org/about-us/our-company/sustainability-stewardship>; <https://coebank.org/en/about/policies-and-guidelines/environmental-and-social-safeguards-policy/>, para. 20; [https://www.fonplata.org/sites/default/files/paginas-fonplata/archivos/SocioEnvironmental%20Strategy\\_0.pdf](https://www.fonplata.org/sites/default/files/paginas-fonplata/archivos/SocioEnvironmental%20Strategy_0.pdf), para. 2.1. 64 [https://www.jica.go.jp/english/our\\_work/social\\_environmental/guideline/c8h0vm0000013qbdatt/guide\\_line\\_03.pdf](https://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/c8h0vm0000013qbdatt/guide_line_03.pdf) 65 [https://www.bidc-ebid.org/en/wp-content/uploads/EBID\\_Manuel\\_SGES2022\\_en.pdf](https://www.bidc-ebid.org/en/wp-content/uploads/EBID_Manuel_SGES2022_en.pdf), sect. 2.2(vi). 66 See, for example, A/HRC/50/56. 67 [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/6df1de8f-2a00-4d11-a07cc09b038f947b/GN1\\_English\\_06142021\\_FINAL.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nXqn5Ts](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/6df1de8f-2a00-4d11-a07cc09b038f947b/GN1_English_06142021_FINAL.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nXqn5Ts). 68 For a more detailed analysis, see [https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/development/dfi/OHCHR\\_Benchmarking\\_Study\\_HRDD.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/development/dfi/OHCHR_Benchmarking_Study_HRDD.pdf). 69 <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Our-topics/SDGs/SDG-12/ESG-First-Fund/>. 70 [https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie\\_EN.pdf](https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf), para. 4.3.1.

## **V. Conclusões e recomendações.**

72. A demanda por grandes transformações estruturais que tornariam as economias mais sustentáveis, equitativas e produtivas contribuiu, entre outros fatores, para o renascimento das instituições financeiras de desenvolvimento nos últimos anos.<sup>156</sup>

Isso decorre, em parte, do reconhecimento de que os ODS não podem ser alcançados apenas com financiamento do setor público, ressaltando o papel construtivo das instituições financeiras

de desenvolvimento na mobilização e alavancagem do financiamento privado. Surge também da mudança mais recente entre as instituições financeiras de desenvolvimento para um foco mais forte, tendo em vista os ODS e o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, na geração de impacto para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento inclusivo. Com efeito, ao longo do tempo, a visão tradicional das instituições financeiras de desenvolvimento como um meio para corrigir falhas de mercado e fornecer financiamento em situações de crise ou para projetos com externalidades positivas que, de outra forma, ficariam sem financiamento, deu lugar a uma ênfase na forma como as instituições financeiras de desenvolvimento podem catalisar o financiamento a longo prazo, promover a inovação e promover a economia verde. Isso, por sua vez, reflete a crescente demanda para que as instituições financeiras de desenvolvimento priorizem o impacto do desenvolvimento em detrimento do retorno financeiro.

147 See [https://www.jica.go.jp/english/our\\_work/social\\_environmental/objection/index.html](https://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/objection/index.html). 148 The Accountability Console, run by Accountability Counsel, contains a searchable database of the cases from development finance institution grievance mechanisms that are made public. It can be accessed at: <https://accountabilityconsole.com/>. 149 See [https://www.jica.go.jp/english/our\\_work/social\\_environmental/objection/c8h0vm0000013oi1-att/report2021.pdf](https://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/objection/c8h0vm0000013oi1-att/report2021.pdf). 150 [https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie\\_EN.pdf](https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf), para. 4.8.4. 151 See for example, <https://s3.eu-central-1.amazonaws.com/afc-assets/afc/Grievance-RedressMechanism-February-2022-Final.pdf>. 152 <https://www.caf.com/media/30035/salvaguardas-ambientales-y-sociales.pdf> -. 153 [https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie\\_EN.pdf](https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-DokumenteRichtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf), para 4.9; [https://www.jica.go.jp/english/our\\_work/social\\_environmental/guideline/index.html](https://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/index.html), appendix 1, para 11; <https://www.isdb.org/publications/environmental-and-social-safeguards-policy-feb-2020>, para. 20. 154 See [https://www.kdb.co.kr/CHGLIR05N00.act?\\_mnuId=IHIHEN0028&JEX\\_LANG=EN#none](https://www.kdb.co.kr/CHGLIR05N00.act?_mnuId=IHIHEN0028&JEX_LANG=EN#none) 155 [https://equator-principles.com/app/uploads/Tools-Access-to-remedy\\_FINAL.pdf](https://equator-principles.com/app/uploads/Tools-Access-to-remedy_FINAL.pdf) 156 See <https://www.project-syndicate.org/commentary/public-development-banks-sustainable-inclusivegrowth-by-stephany-griffith-jones-et-al-2020-11>

73. Mesmo assim, exemplos ilustrativos dos custos humanos e ecológicos de atividades de desenvolvimento controversas podem ser encontrados em uma variedade de setores de "alto impacto" (por exemplo, agronegócio, energia, extrativismo, infraestrutura de transporte) que têm um alto risco de causar ou contribuir para impactos negativos sobre os direitos humanos e o meio ambiente, mas que, no entanto, têm sido destinos populares para o financiamento do desenvolvimento. Nesse sentido, os esforços globais para situar as considerações de direitos humanos no centro do financiamento do desenvolvimento são significativos e devem ser promovidos pelos Estados e pelas instituições financeiras do desenvolvimento. Os Princípios Orientadores estabelecem expectativas claras para que as instituições financeiras de desenvolvimento tenham políticas e processos para identificar e avaliar riscos reais e potenciais de direitos humanos em operações e projetos financiados e relacionados a eles. Uma falha em abordar os riscos de direitos humanos pode afetar negativamente a viabilidade do projeto, mas também prejudicar irrevogavelmente as pessoas e comunidades que deveriam se beneficiar do desenvolvimento. O financiamento do desenvolvimento não deve ser feito à custa dos direitos humanos, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

## **A. Recomendações.**

### 74. Estados:

(a) Fortalecer a conscientização e o entendimento em direitos humanos entre as instituições financeiras de desenvolvimento e treiná-las na devida diligência em direitos humanos; (b) Ter regulamentos e fornecer orientações claras às instituições financeiras de desenvolvimento sobre suas responsabilidades em relação aos seus impactos de direitos humanos, ambientais e mudanças climáticas, consistentes com os Princípios Orientadores; (c) Incluir requisitos para que todas as instituições financeiras de desenvolvimento disponham de mecanismos de reclamação para cada instituição financeira de desenvolvimento e para todos os seus clientes, e para que proporcionem um acesso adequado e eficaz a soluções corretivas; (d) Cooperar com outros Estados para assegurar que os titulares de direitos afetados pelas atividades das instituições financeiras de desenvolvimento disponham de vias de recurso adequadas e eficazes.

### 75. Instituições financeiras de desenvolvimento:

(a) Adotar e incorporar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos em estruturas ambientais e sociais e políticas relacionadas; (b) Desenvolver e implementar políticas e processos de due diligence em direitos humanos ao longo de suas operações e garantir que uma perspectiva interseccional seja integrada a essas políticas e processos. Ao fazê-lo, é importante que os riscos de direitos humanos sejam analisados e monitorados ao longo de todo o ciclo de vida de um projeto e adaptados ao setor, contexto, projeto e clientes; (c) Atualizar continuamente as políticas e os processos de devida diligência em matéria de direitos humanos, encetando diálogos e consultas abertos e sensíveis ao contexto, incluindo com as partes interessadas afetadas por projetos de desenvolvimento, defensores dos direitos humanos, povos indígenas, grupos marginalizados e outros grupos em risco; (d) Assegurar que as informações sobre o projeto sejam disponibilizadas ao público e, em particular, divulgadas atempadamente a todas as partes interessadas; (e) Comprometer-se publicamente com a proteção dos defensores dos direitos humanos; (f) Usar a alavancagem nas relações comerciais para promover e garantir o respeito aos direitos humanos; (g) Exigir que os clientes: (i) Melhorem suas próprias políticas e processos de due diligence em direitos humanos; e (ii) prestar especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade, inclusive por meio do cumprimento do princípio do consentimento livre, prévio e informado em relação aos povos indígenas; (h) Apoiar os clientes e os seus parceiros comerciais existentes ou potenciais, em especial as pequenas e médias empresas, a melhorar os direitos humanos e as condições ambientais nas suas operações; (i) Conceber e implementar mecanismos de reclamação a nível operacional que abordem os riscos enfrentados pelas partes interessadas afetadas negativamente por projetos de desenvolvimento, de forma a proteger a sua confidencialidade, prevenir represálias e retaliações e oferecer soluções eficazes; (j) Estabelecer fundos de reparação para lidar com os impactos adversos dos projetos sobre os direitos humanos; (k) Empenhar-se na definição de normas globais e regionais através de uma colaboração mais forte entre instituições financeiras multilaterais e bilaterais de desenvolvimento; (l) Desenvolver e apoiar atividades de sensibilização e iniciativas de desenvolvimento de capacidades para melhorar a proteção e a realização dos direitos humanos.

## **Dinâmicas para o tratado pandêmico: contínuas pressões e necessidade por ações**

### ***Dynamics to build the pandemic treaty: pressure and the need for actions***

**Paula Reges**

**Luana Bermudez**

**Luiz Augusto Galvão**

**Resumo.** Seguindo a dinâmica para construção do tratado pandêmico, de 17 a 21 de julho acontece a sexta reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações. Neste round serão abordadas discussões acerca do artigo 9 (pesquisa e desenvolvimento), artigo 12 (acesso e compartilhamento de benefícios) e artigo 13 (cadeia de suprimentos e logística). Ainda com a temática de vigilância, preparo para enfrentamento de novos surtos, a OMS tem atualizado os informes com relação a Influenza H5N1, que vem sendo identificada em diferentes espécies animais e tem risco de spillover para a espécie humana. E se novos patógenos são ameaças, antigos agentes continuam acarretando impactos globais, como a aids. A UNAIDS lançou seu último relatório, que expõe, apesar dos avanços dados no combate à epidemia de HIV, dados alarmantes, sobretudo na África Subsaariana.

**Palavras-chave:** Tratado pandêmico, Aids, H5N1

**Abstract.** *Following the dynamics for the construction of the pandemic treaty, from July 17th to 21st, will take place the sixth meeting of the Intergovernmental Negotiating Body. This round of meetings will address discussions on article 9 (research and development), article 12 (access and benefit sharing) and article 13 (supply chain and logistics). Still on the subject of surveillance, preparedness to face new outbreaks, WHO has updated the reports regarding Influenza H5N1, which has been identified in different animal species and has a risk of spillover to humans. If new pathogens are threats, old agents continue to cause global impacts, such as aids. UNAIDS has launched its latest report, which exposes, despite the advances made in combating the HIV epidemic, alarming data, especially in sub-Saharan Africa.*

**Keywords:** *Pandemic treaty, Aids, H5N1*

### **Expectativas para 6ª reunião do INB**

De 17 a 21 de julho acontecerá o sexto round de discussões presenciais e virtuais em torno da construção do instrumento pandêmico, fruto esperado do órgão Intergovernamental de Negociações (INB, siga em inglês para Intergovernmental Negotiation Body)<sup>1</sup>.

Esta reunião dará continuidade às considerações sobre o texto do Bureau, WHO CA+<sup>2</sup> e refletirá sobre as consultas informais que aconteceram no período entre sessões. As temáticas das informais foram focadas no Artigo 9 (pesquisa e desenvolvimento), artigo 12 (acesso e compartilhamento de benefícios) e Artigo 13 (cadeia de suprimentos e logística).

No que diz respeito ao Artigo 9, foram realizadas três sessões informais desde a última reunião do INB em junho. As sessões contaram com a co-facilitação de representantes do

México e da Noruega e propostas para o artigo foram compartilhadas por membros da União Europeia, do grupo africano, do Japão, da Malásia, dos Estados Unidos, da Noruega e do Reino Unido. Embora exista algum consenso em relação aos objetivos gerais do artigo, algumas delegações enfatizam a necessidade de um texto com compromissos mais claros e linguagem mais direta.

O Artigo 12 também passou por três sessões informais nas últimas semanas, com a co-facilitação de representantes da Etiópia e Austrália. Parece haver um consenso sólido sobre a importância do acesso equitativo e oportuno aos benefícios, bem como o acesso rápido a amostras e dados de patógenos, durante e entre as pandemias. Os co-facilitadores propuseram algumas questões orientadoras para direcionar as discussões sobre as implicações e aspectos práticos das propostas contidas no texto.

Durante essas discussões, ficou evidente a falta de clareza em relação aos benefícios que poderiam ser compartilhados e a maneira de fazê-lo. Portanto, foram solicitadas contribuições e comentários específicos sobre esse assunto por parte dos Estados Membros.

O Artigo 13, por sua vez, passou por duas sessões informais, co-facilitadas pela Indonésia e Paquistão. Na primeira sessão, foram discutidos os elementos considerados essenciais do artigo. Na segunda sessão, foram apresentadas as propostas enviadas por escrito, juntamente com um resumo informativo sobre o ACT-A e Covax. Existem convergências em alguns elementos, porém, alguns Estados/grupos membros argumentam que elementos importantes estão ausentes na versão atual do texto, enquanto outros solicitaram a divisão do artigo em diferentes componentes. Destaca-se que a questão da Produção emergiu como um ponto crítico de discussão e requer mais deliberação.

De modo geral, alguns Estados Membros manifestaram preocupação em não realizar negociações nas sessões informais, porém ao mesmo tempo, os representantes do Bureau defenderam a importância de avançar nas discussões informais em direção à convergência.

Considerando que o propósito das sessões informais é auxiliar na reflexão sobre os elementos que os Estados Membros desejam incluir nos Artigos, os co-facilitadores têm a possibilidade de sugerir alterações no texto com base nas contribuições escritas e verbais. Além disso, os co-facilitadores podem apresentar opções de propostas nos casos em que não há consenso e as posições são divergentes. Em seguida, o texto deverá ser submetido novamente ao grupo de redação formal para revisão e negociações adicionais.

Parece ser consenso que as sessões informais melhoraram a compreensão das delegações sobre as propostas e posições de cada uma, mas apenas arranharam a superfície do que precisa ser discutido para chegar a um entendimento comum.

Por fim, algumas delegações defenderam que os Estados Membros abram um espaço para um diálogo informal e aberto com a sociedade civil e as partes interessadas pertinentes, a respeito dos diversos artigos. O Brasil ressaltou que o texto ainda não reflete a necessidade de envolver a sociedade civil em todas as etapas de prevenção, preparação e resposta, incluindo o desenvolvimento de planos nacionais e a participação conjunta na implementação de medidas sociais durante uma pandemia.

Em consonância com a prática das reuniões formais anteriores, visando a promoção da transparência no trabalho do INB, o Bureau sugeriu a seguinte agenda:

- Discussões sobre a Agenda Item 1 (Abertura da sessão e adoção da agenda e programa de trabalho), item 2 (Informações dos co-facilitadores das reuniões informais entre sessões do Grupo de Redação em relação aos Artigos 9 (Pesquisa e desenvolvimento), Os itens 12 (Acesso e repartição de benefícios) e 13 (Cadeia de suprimentos e logística), item 6 (Relatório da reunião) e item 7 (Encerramento da sessão) seriam transmitidos publicamente pela web e as partes interessadas relevantes seriam convidadas a observar as discussões.
- O item 4 da agenda (Propostas dos Estados Membros de entidades a serem incluídas no Anexo D e/ou Anexo E do documento A/INB/5/4 [se houver]) e a primeira parte do item 5 da agenda (próximas etapas) não seriam transmitido publicamente pela web e terá a participação dos Estados Membros, Membros Associados e organizações regionais de integração econômica, conforme o caso, e as delegações de observadores da Palestina e da Santa Sé.

Conforme previamente acordado pelo INB, as reuniões do Grupo de Redação seriam realizadas em sessão fechada com a participação dos Estados Membros, Membros Associados e as delegações observadoras da Palestina e da Santa Sé e não seriam publicamente transmitidos. De acordo com o Programa de Trabalho (documento A/INB/6/2) sobre a consideração do item 3 da Agenda (texto da Mesa do CA+ da OMS), o Grupo de Redação será convidado a continuar a consideração dos demais artigos do Capítulo II (do Art. 15 ao Art. 19, a seguir do Art. 4º ao Art. 8º), e posteriormente os Capítulos III e I, conforme o tempo permitir.

Os Estados membros também concordaram em prosseguir com as sessões informais, que serão realizadas às margens no INB 6, conforme descrito abaixo:

- 17 de julho– Artigo 9 (Pesquisa e Desenvolvimento), co-facilitado pelo México e pela Noruega.
- 18 e 20 de julho – Artigo 12 (Acesso e Compartilhamento de Benefícios), co-facilitado pela Austrália e Etiópia.
- 19 de julho– Artigo 13 (Cadeia de Suprimentos e Logística, co-facilitado pela Indonésia e Paquistão.

É esperado ainda que seja nomeado um novo co-chair para a região do Pacífico Ocidental. Atualmente a posição é assumida pelo Sr. Kazuho Taguchi, do Japão, que está finalizando sua atuação em Genebra. Prevê-se que a eleição seja proposta para ser realizada por aclamação em uma sessão pública de webcast.

Por fim, realizou-se uma discussão entre os pontos de convergência entre os dois processos para consideração na reunião conjunta do INB e GTRSI que será realizada nos dias 21 e 24 de julho. Neste sentido, destacam-se os seguintes temas:

Tema	Artigo(s) relevante(s) do texto da Mesa WHO CA+	Artigo(s) relevante(s) da Compilação artigo por artigo das emendas propostas ao RSI (2005)
1. Equidade	Artigo 3 Princípios gerais e abordagens  Capítulo II O mundo junto equitativamente	Artigo 3 Princípios

<p><b>2. Responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR)</b></p>	<p>Artigo 3 Princípios gerais e abordagens</p> <p>Artigo 17 Implementação, reconhecendo diferenças nos níveis de desenvolvimento</p>	<p>Artigo 3 Princípios</p>
<p><b>3. Vigilância</b></p> <p>(Capacidades de vigilância, capacidades laboratoriais de sequenciação genômica)</p>	<p>Artigo 4 Prevenção da pandemia e vigilância da saúde pública</p> <p>Artigo 6 Preparação, prontidão e resiliência</p>	<p>Artigo 5 Vigilância</p> <p>Anexo 1A Requisitos básicos de capacidade para vigilância e resposta</p>
<p><b>4. Revisão e Relatórios</b></p>	<p>Artigo 8 Monitoramento de preparação e revisões funcionais</p> <p>Artigo 20 Conferência das Partes</p> <p>Artigo 21 Relatórios Periódicos à Conferência das Partes</p> <p>Artigo 22 Comitê de Implementação e Conformidade</p>	<p>Artigo 54 Relatórios e revisão</p> <p>Novos Artigos 53A Estabelecimento de um Comitê de Implementação</p> <p>Novo Artigo 53bis-quarter O Comitê de Conformidade</p> <p>Implementação do novo artigo 54 bis</p>
<p><b>5. Acesso a produtos de saúde</b> (incluindo acesso a transferência de tecnologia/know-how; banco de dados de ingredientes/matérias-primas; capacidade produtiva regional)</p>	<p>Artigo 11 Co-desenvolvimento e transferência de tecnologia e know-how</p>	<p>Novo Artigo 13 Uma Resposta de Saúde Pública Internacional liderada pela OMS</p>
<p><b>6. Acesso e repartição de benefícios</b></p> <p>(incluindo compartilhamento de patógenos e sequências genômicas; alocação de vacinas, terapias e diagnósticos)</p>	<p>Artigo 12 Acesso e repartição de benefícios</p>	<p>Artigo 6 Notificação</p> <p>Artigo 7 Compartilhamento de informações durante eventos inesperados ou incomuns de saúde pública</p> <p>Artigo 44 Colaboração e assistência</p>
<p><b>7. Financiamento</b></p>	<p>Artigo 19 Financiamento</p>	<p>Novo artigo 44A Mecanismo financeiro para equidade na preparação e resposta a emergências de saúde</p>
<p><b>8. Construção de capacidades/ Colaboração e Cooperação</b></p>	<p>Artigo 15 Colaboração e cooperação internacional</p> <p>Artigo 17 Implementação, reconhecendo diferenças</p>	<p>Artigo 44 Colaboração e assistência</p> <p>Novo Anexo 10 Obrigações do dever de cooperação</p>

	nos níveis de desenvolvimento	
<b>9. Preparação/ Sistemas de saúde resilientes</b>	Artigo 4 Prevenção da pandemia e vigilância da saúde pública Artigo 6 Preparação, prontidão e resiliência Artigo 7 Pessoal de saúde e assistência	Artigo 2 Escopo e finalidade Anexo 1A Requisitos básicos de capacidade para vigilância e resposta

Fonte: Pan American Health Organization (PAHO). List of issues and topics that appear in the Bureau's Text for the Pandemic accord and the compilation of proposed amendments to the IHR (2005). Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/list-issues-and-topics-appear-bureaus-text-pandemic-accord-and-compilation-proposed>. Acesso em 19 jul. 2023. [nossa tradução]

Com o objetivo de melhorar a colaboração dos Estados-membros da região das Américas, permitindo a construção de posicionamentos mais ajustados e otimizados, a OPAS organizou em Washington DC de 10 a 12 de julho, consulta regional preparatória sobre as negociações atualmente em andamento no âmbito da OMS, o INB e o GTRSI.

As delegações dos Estados membros contaram com a presença de representantes das Representações Permanentes em Genebra e Washington, bem como representantes dos Ministérios da Saúde e Relações Exteriores em suas respectivas capitais. No caso do Brasil, a delegação também incluiu um representante da Fiocruz, e o Embaixador Tovar da Silva Nunes, Representante Permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra, em sua qualidade de vice-presidente do INB.

No caso do GTRSI, também participou o vice-presidente que representa a região das Américas, Colin McIlff, funcionário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (HHS, na sigla em inglês).

De forma geral, houve um consenso quanto à importância de buscar pontos de convergência para fortalecer a atuação conjunta da região das Américas. Além disso, ressaltou-se a importância de uma participação mais efetiva dos países menores da região, incluindo vários países do Caribe que não possuem representação permanente em Genebra.

Durante as discussões do INB, foram repassados os artigos 9 a 14, que foram discutidos durante a última sessão do INB e nas sessões informais, assim como os artigos 15 e 19, que serão debatidos na reunião do INB 6. Já no ponto de agenda do GTRSI, foram revisados os artigos com propostas de emendas que serão discutidos na próxima reunião do GT, que será realizada entre 24 e 28 de julho em Genebra:

- Artigo 4: Autoridades responsáveis
- Artigo 6-11 e Anexo 2: Notificação, verificação e fornecimento de informações
- Artigo 12: Determinação de uma emergência de saúde pública de interesse internacional
- Artigos 15, 16, 17, 18: Recomendações temporárias e permanentes
- Artigo 48, 49: O Comitê de Emergência



As discussões tiveram principalmente o propósito de ouvir os diversos pontos de vista dos países da região e permitir que os representantes presentes esclarecessem dúvidas específicas em relação aos artigos, contando com a expertise dos especialistas das diferentes áreas técnicas da OPAS.

É importante ressaltar, que a ocasião também foi proveitosa para que o Brasil, como Presidência Pro Tempore do Mercosul, reunisse os representantes presentes dos países que compõem o bloco, a fim de discutir possíveis posições comuns para as reuniões do INB6 e GTRSI4. Neste sentido, foram realizados dois encontros informais que culminaram em uma intervenção conjunta destacando a Declaração de Ministras e Ministros do Mercosul sobre o INB, aprovada em junho de 2023. Esta intervenção foi apresentada pelo Brasil na sessão de abertura do INB6. Além disso, decidiu-se continuar discussões para coordenar posições conjuntas para o GTRSI4.

### **O caminho para acabar com a aids**

Foi lançado em 13 de julho o Relatório da UNAIDS intitulado "2023-UNAIDS Global AIDS Update"<sup>3</sup>, em Genebra. Os dados apontados no documento expõem que apesar dos avanços dados no combate à epidemia de HIV, ainda se sustentam a alta taxa de infecções entre mulheres e meninas na África subsaariana, bem como novos casos por transmissão vertical, de mãe para o bebê.

Foi destacado pela diretora executiva da UNAIDS, Dra Winnie Byanyima, que apesar das muitas barreiras, a meta de acabar com a aids até 2030 é alcançável. Mas segue sendo inaceitável que em 2023 ainda tenhamos números alarmantes, como novos quatro mil adolescentes e mulheres jovens contraindo HIV todas as semanas, com mais de 60% desses casos na África Subsaariana<sup>4</sup>.

É fundamental que haja investimentos e expansão focados nessa população ainda mais vulnerável. Os números elevados de novos casos coincidem com as regiões que têm menos acesso a programas de prevenção, sobretudo voltados para adolescentes e jovens mulheres

Acabar com a aids é uma oportunidade que temos como sociedade e liderança. É importante que haja a garantia de políticas, programas e investimentos que acabem com a pandemia mais mortal do mundo. É necessária pressão aos governantes e grandes fundos como chance de salvar milhões de vidas e proteger a saúde de todos nós. Nessa construção, é requerido a colaboração entre sul e norte, governos e comunidades, as Nações Unidas e os Estados Membros. Os alicerces de uma resposta bem-sucedida à AIDS se reúnem por meio de parcerias entre países, comunidades, doadores, incluindo o Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para Alívio da AIDS (PEPFAR), o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária (Global Fund, em inglês) e o setor privado.

Este relatório deixa claro que existe um caminho e que segui-lo ajudará a garantir a preparação para enfrentar outros desafios pandêmicos e promover o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As respostas ao HIV são bem-sucedidas quando estão ancoradas em uma forte liderança política para seguir as evidências; enfrentar as desigualdades que impedem o progresso; capacitar comunidades e organizações da sociedade civil em seus papéis vitais na resposta; e garantir um financiamento suficiente e sustentável.

O documento preparado pela UNAIDS<sup>3</sup> descreve em detalhes como os países que colocam pessoas e comunidades em primeiro lugar em suas políticas e programas já estão liderando o mundo na jornada para acabar com a AIDS até 2030. É preciso que todos os líderes sigam esse caminho.



Fonte: 2023-UNAIDS Global AIDS Update, 2023.

É possível ainda explorar diversas outras informações no relatório<sup>3</sup>. Os maiores avanços estão ocorrendo em países que forjaram e mantiveram um forte compromisso político para colocar as pessoas em primeiro lugar e investir o suficiente em estratégias comprovadas. Eles priorizaram abordagens inclusivas que respeitam os direitos humanos das pessoas e envolveram as comunidades afetadas em toda a resposta ao HIV. Eles agiram para remover ou neutralizar os fatores sociais e estruturais que colocam as pessoas em perigo e as impedem de proteger sua saúde e bem-estar – incluindo criminalizar leis e políticas, gênero e outras desigualdades, estigma e discriminação e violações de direitos humanos.<sup>3</sup>

Os programas de HIV são mais bem-sucedidos quando prevalecem as prioridades de saúde pública, como atestam as experiências em vários países. O investimento em estratégias de prevenção também é chave. O número de pessoas em profilaxia pré-exposição (PrEP) na América Latina aumentou mais de 55% desde 2021, com 10 países fornecendo PrEP para pessoas de populações-chave em 2022<sup>3</sup>.

Apesar do progresso feito, a aids ceifou uma vida a cada minuto em 2022. Globalmente, em 2022, cerca de 9,2 milhões de pessoas vivendo com HIV não estavam recebendo tratamento para o HIV e cerca de 2,1 milhões de pessoas estavam recebendo tratamento, mas não foram suprimidos viralmente. O progresso do tratamento é especialmente lento na Europa Oriental e na Ásia Central e no Oriente Médio e Norte da África, onde apenas cerca de metade dos mais de 2 milhões de pessoas vivendo com HIV estavam recebendo terapia antirretroviral em 2022<sup>3</sup>.

A cobertura do tratamento é menor para crianças (de 0 a 14 anos) e adolescentes. Cerca de 43% das crianças vivendo com HIV não receberam tratamento em 2022. O número de mortes

relacionadas à AIDS entre crianças foi reduzido em 64% em 2010–2022, mas a pandemia de HIV ainda matou aproximadamente 84.000 crianças em 2022<sup>3</sup>.

O acesso a novas tecnologias de saúde é um desafio contínuo, sendo a PrEP injetável de ação prolongada um dos vários exemplos atuais. Um acordo de licenciamento voluntário firmado em 2022 permite que cerca de 90 países comprem versões genéricas mais baratas dessa poderosa ferramenta de prevenção<sup>3</sup>.

A fabricação genérica do medicamento pode levar anos e vários países de renda média alta com epidemias substanciais de HIV não foram incluídos no acordo de licenciamento, como o caso do Brasil. A remoção desses obstáculos daria um grande impulso à prevenção do HIV.

A pandemia da COVID-19 expôs grandes lacunas na cobertura da proteção social em todos os países – resultado do subinvestimento na proteção social, especialmente na África e na Ásia. Atualmente, cerca de quatro bilhões de pessoas carecem de qualquer forma de proteção social confiável – embora inúmeras evidências mostrem que os programas de proteção social podem reduzir a pobreza e ajudar a atender às múltiplas necessidades de pessoas pobres e excluídas e aumentar respostas ao HIV. Novas evidências confirmam que os programas de transferência de renda têm amplos benefícios sociais e de saúde, incluindo a redução da vulnerabilidade e risco de HIV. Redes de segurança social mais fortes dariam impulso aos esforços de HIV e aproximariam o mundo de alcançar vários outros ODS<sup>3</sup>.

Uma integração mais profunda do HIV e outros serviços de saúde - incluindo doenças não transmissíveis e serviços de saúde mental - ajudaria a melhorar a aceitação de serviços não relacionados ao HIV (tornando-os mais convenientes e responsivos às necessidades das pessoas), melhoraria os resultados do tratamento do HIV e apoiaria a obtenção de cobertura universal de saúde<sup>3</sup>.

O caminho para acabar com a AIDS é claro. As respostas ao HIV são bem-sucedidas quando estão ancoradas em uma forte liderança política, têm recursos adequados, seguem as evidências, usam abordagens inclusivas e baseadas em direitos e que busquem a equidade. Os países que estão colocando as pessoas em primeiro lugar em suas políticas e programas já estão liderando o mundo na jornada para acabar com a aids até 2030<sup>3</sup>.

### **Parceria para fornecimento de vacinas para Malária**

Foi anunciado pela parceria da OMS, UNICEF e GAVI que doze países em diferentes regiões da África devem receber 18 milhões de doses da primeira vacina contra a malária nos próximos dois anos. O lançamento é um passo crítico na luta contra uma das principais causas de morte no continente<sup>5</sup>.

Em resposta à alta demanda pela primeira vacina contra a malária, estes países receberão um total de 18 milhões de doses de RTS S/AS01 para o período de 2023–2025. As alocações foram determinadas por meio da aplicação dos princípios descritos no Quadro para alocação de suprimento limitado de vacinas contra a malária<sup>6</sup> ([Framework for allocation of limited malaria vaccine supply](#), em inglês) que prioriza essas doses em áreas de maior necessidade, onde o risco de malária e morte entre crianças é maior. O grupo de implementação deste Framework incluiu representantes dos Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças (Africa CDC), UNICEF, OMS e o Secretariado Gavi, bem como representantes da sociedade civil e conselheiros independentes. As recomendações do grupo foram revisadas e endossadas pelo Grupo de Endosso de Liderança Sênior da Gavi, OMS e UNICEF.

Além de Gana, Quênia e Malawi, a alocação inicial de 18 milhões de doses permitirá que mais nove países, incluindo Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Democrática do Congo, Libéria, Níger, Serra Leoa e Uganda, introduzam a vacina em seus programas de imunização de rotina pela primeira vez. Espera-se que as primeiras doses da vacina cheguem aos países durante o último trimestre de 2023, com os países começando a distribuí-las no início de 2024<sup>5</sup>.

A malária continua sendo uma das doenças mais mortais da África, matando quase meio milhão de crianças menores de 5 anos e representando aproximadamente 95% dos casos globais de malária e 96% das mortes em 2021.<sup>5</sup>

### **Surto de Influenza Aviária**

Os atuais surtos de Influenza aviária ou gripe aviária causaram devastação em populações animais, incluindo aves domésticas, aves selvagens e alguns mamíferos, e prejudicaram os meios de subsistência dos agricultores e o comércio de alimentos, representando ainda riscos contínuos para os seres humanos<sup>7</sup>.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial para a Saúde Animal (WOAH) estão instando os países a trabalharem juntos em todos os setores para salvar o maior número possível de animais e proteger as pessoas<sup>7</sup>.

Os vírus da gripe aviária normalmente se espalham entre as aves, mas o número crescente de detecções de gripe aviária H5N1 entre mamíferos – que são biologicamente mais próximos dos humanos do que as aves – levanta a preocupação de que o vírus possa se adaptar para infectar humanos mais facilmente. Além disso, alguns mamíferos podem atuar como recipientes para os vírus influenza, levando ao surgimento de novos vírus que podem ser mais prejudiciais para animais e humanos. Mamíferos terrestres e marinhos foram afetados, incluindo surtos na Espanha, focas nos Estados Unidos da América e leões marinhos no Peru e no Chile, com pelo menos 26 espécies conhecidas por terem sido afetadas. Os vírus H5N1 também foram detectados em animais domésticos, como cães e gatos em vários países, com recentes detecções de H5N1 em gatos anunciadas pelas autoridades da Polônia.<sup>7</sup>

Com as informações disponíveis até agora, o vírus não parece ser capaz de se transmitir facilmente de uma pessoa para outra, mas é necessária vigilância para identificar qualquer evolução no vírus que possa mudar isso. A colaboração entre as diferentes agências e redes de laboratórios globais é fundamental para monitorar a evolução dos vírus, continua sendo oportuno a vigilância e compartilhamento de sequências genéticas para aprimorar o controle e gestão de riscos<sup>7</sup>.

Dada a disseminação sem precedentes do vírus da gripe aviária A(H5N1) entre aves e mamíferos, e o risco potencial para a saúde humana, os parceiros tripartidos – FAO, OMS e WOAH – orientaram algumas medidas<sup>7</sup>:

- Prevenção a gripe aviária na sua origem
- Rápida detecção, relato e resposta a surtos de animais como a primeira linha de defesa.
- Fortalecimento da vigilância da influenza em animais e humanos.
- Realização de investigações epidemiológicas e virológicas em torno de surtos de animais e infecções humanas.
- Compartilhamento dos dados da sequência genética

- Incentivo à colaboração entre os setores de saúde animal e humana
- Comunicação de risco.
- Assegurar a preparação para uma pandemia de influenza em todos os níveis.

## Referências

1. Intergovernmental Negotiating Body (INB) [Internet]. inb.who.int. Disponível em: <https://inb.who.int>. Acesso em 14 jul. 2023.
2. World Health Organization. Bureau's text of the WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic prevention, preparedness and response (WHO CA+). Genebra: OMS; 2023. Disponível em [https://apps.who.int/gb/inb/pdf\\_files/inb5/A\\_INB5\\_6-en.pdf](https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb5/A_INB5_6-en.pdf). Acesso em 14 jul. 2023.
3. UNAIDS. 2023-UNAIDS Global AIDS Update. Genebra: UNAIDS; 2023. Disponível em [https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/2023-unaids-global-aids-update\\_en.pdf?\\_ga=2.91810969.228140531.1689172492-2064141237.1689172492&\\_gl=1\\*1i8oau8\\*\\_ga\\*MjA2NDE0MTIzNy4xNjg5MTcyNDky\\*\\_ga\\_T7FBEZEXNC\\*MTY4OTI1NjQzNi4xLjEuMTY4OTI1NjQzOC41OC4wLjA](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/2023-unaids-global-aids-update_en.pdf?_ga=2.91810969.228140531.1689172492-2064141237.1689172492&_gl=1*1i8oau8*_ga*MjA2NDE0MTIzNy4xNjg5MTcyNDky*_ga_T7FBEZEXNC*MTY4OTI1NjQzNi4xLjEuMTY4OTI1NjQzOC41OC4wLjA). Acesso em 14 jul. 2023.
4. Winnie B. Launch of the 2023-UNAIDS Global AIDS Update report. 2023 Jul. 13.
5. 18 million doses of first-ever malaria vaccine allocated to 12 African countries for 2023–2025: Gavi, WHO and UNICEF [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/05-07-2023-18-million-doses-of-first-ever-malaria-vaccine-allocated-to-12-african-countries-for-2023-2025-gavi--who-and-unicef>. Acesso em 14 jul. 2023.
6. Framework for the allocation of limited malaria vaccine supply [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/framework-for-allocation-of-limited-malaria-vaccine-supply>. Acesso em 14 jul. 2023.
7. Ongoing avian influenza outbreaks in animals pose risk to humans [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/12-07-2023-ongoing-avian-influenza-outbreaks-in-animals-pose-risk-to-humans>. Acesso em 14 jul. 2023.

**Meio período da Agenda 2030: os avanços insuficientes e as questões ambientais como determinantes para manutenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

***Mid-term of the 2030 Agenda: Insufficient progress and environmental issues as determinants for maintaining the Sustainable Development Goals***

**Danielly de Paiva Magalhaes**

**Luiz Augusto Galvão**

**Abstract.** *This article examined the 2023 Global Sustainable Development Report (GSDR) and focuses on the progress of the Sustainable Development Goals (SDGs) related to the environment and health. Key SDGs discussed include water, energy, sustainable consumption and production, climate, life below water, and life on land. The GSDR highlights the need for measures to accelerate SDG achievement based on successful actions identified in the report. It emphasizes addressing immediate crises while considering long-term developments such as climate change, biodiversity loss, digitalization, demographic change, and inequality, which have systemic impacts on the SDGs. The report identifies six priority actions for the future: human well-being and capabilities, sustainable and just economies, sustainable food systems and healthy nutrition, energy decarbonization and universal access, urban and peri-urban development, and global environmental commons. It underscores the importance of transformative changes in governance, economy and finance, science and technology, individual and collective action, and capacity building. The article also mentions the Seventh Ministerial Conference on Environment and Health, as well as President Lula's proposal for zero deforestation commitment and sustainable development in the Amazon region. Lastly, it highlights the health impacts of heatwaves and the need for individual and collective actions to address climate change effects.*

**Keywords:** *High-level Political Forum. Global health. Triple planetary crises. Climate change. Heat wave.*

**Resumo.** Este artigo examinou o Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 (GSDR) e enfoca o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados ao meio ambiente e à saúde. Os principais ODS discutidos incluem água, energia, consumo e produção sustentáveis, clima, vida na água e vida terrestre. O GSDR destaca a necessidade de medidas para acelerar o cumprimento dos ODS com base em ações bem-sucedidas identificadas pelo relatório. Enfatiza o enfrentamento de crises imediatas enquanto considera desenvolvimentos de longo prazo, como mudança climática, perda de biodiversidade, digitalização, mudança demográfica e desigualdade, que têm impactos sistêmicos nos ODS. O relatório identifica seis ações prioritárias para o futuro: bem-estar e capacidades humanas, economias sustentáveis e justas, sistemas alimentares sustentáveis e nutrição saudável, descarbonização da energia e acesso universal, desenvolvimento urbano e periurbano e bens ambientais globais. Ressalta a importância de mudanças transformadoras em governança, economia e finanças, ciência e tecnologia, ação individual e coletiva e capacitação. O artigo também menciona a Sétima Conferência Ministerial de Meio Ambiente e Saúde, bem como a proposta do presidente Lula de compromisso de desmatamento zero e desenvolvimento sustentável na região amazônica. Por fim, destaca os impactos das ondas de calor na saúde e a necessidade de ações individuais e coletivas para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** Fórum Político de Alto-Nível. Saúde global. Tripla crise planetária. Mudanças climáticas. Onda de calor.

### O Fórum de alto nível político

Entre os dias 10 e 19 de julho, ocorreu o Fórum de alto nível político (HLPF - sigla em inglês para High-Level Political Forum), cujo objetivo foi discutir a implementação da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O HLPF é realizado anualmente e avalia o progresso dos grupos de ODS, resultando em uma declaração política na qual os Estados reafirmam seu compromisso com ações específicas para os ODS em análise.

No entanto, neste ano, houve uma mudança. Devido ao período intermediário de cumprimento da Agenda 2030 e aos resultados insuficientes na implementação dos ODS, o HLPF não emitirá uma declaração política específica para cada ODS. Em vez disso, será feito um compromisso abrangente para todos os ODS, que não será publicado durante o HLPF, mas sim no SDG Summit em setembro, juntamente com a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) - a cada três anos, o HLPF é relatado sob os auspícios da UNGA.

Portanto, o HLPF deste ano serve como um momento introdutório no qual os Estados analisam o progresso dos ODS, as lições aprendidas e ações necessárias para o futuro, para pactuação de suas contribuições nacionais e uma declaração política conjunta no SDG Summit.

Neste artigo, analisamos o relatório de [Desenvolvimento sustentável Global de 2023 \(GSDR, 2023\)](#) e destacamos os progressos dos ODS com interface em ambiente e saúde, são eles água, energia, consumo e produção sustentável, clima, vida na água e vida terrestre. Além disso, enfatizamos as medidas necessárias para acelerar o cumprimento dos ODS, com base nas lições aprendidas a partir de várias ações bem-sucedidas identificadas pelo relatório.

#### Mensagens importantes do Relatório

O progresso até o momento, na metade do caminho da Agenda 2030, está muito distante e as projeções mostram que o mundo não alcançará os ODS até 2030. A Figura 1 mostra o progresso percentual da população global em direção ao valor-alvo entre 2015 e 2030 (a parte fechada da lacuna para a meta que existia em 2015) com um impulso global (turquesa).

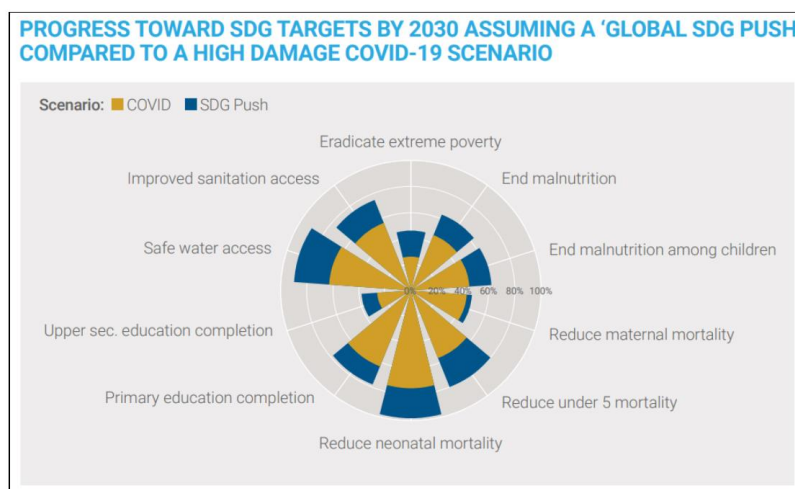


Figura 1: Progresso em direção às metas dos ODS até 2030, assumindo um “impulso global dos ODS” em comparação para um cenário de alto dano causado pela COVID-19. Fonte: Hughes et al., 2021

O relatório chama atenção para abordar crises imediatas, pedindo atenção aos líderes e as partes interessadas aos desenvolvimentos e tendências de médio e longo prazo que tenham um impacto sistêmico nos ODS, são elas **mudança climática, biodiversidade e perda da natureza, digitalização, mudança demográfica e desigualdade**. Negligenciar essas questões pode prejudicar o progresso atual e futuro. Além disso, o estado da democracia e do estado de direito, os riscos de desintegração social, os avanços na inteligência artificial e nas tecnologias de aprendizado profundo, as mudanças no consumo, na produção e na globalização, bem como as oportunidades de assistência financeira e técnica, são influências significativas que precisam ser considerados.

A perda de biodiversidade tem implicações significativas tanto para o mundo natural quanto para a saúde humana. A diversidade genética é crucial para a adaptação de culturas e gado em ambientes em mudança e fornece resiliência contra doenças e pragas. A natureza desempenha um papel vital no apoio ao PIB global, particularmente em setores como construção, agricultura e alimentos e bebidas. A menos que os países interrompam a degradação da natureza, o progresso para alcançar os ODS será temporário. No entanto, abordagens integradas, como soluções baseadas na natureza, podem fornecer vários benefícios em vários ODS.

A digitalização é essencial para a mudança social mais ampla da transformação digital, incorporando tecnologias como IA, big data e IoT. Essa transformação traz benefícios sociais, incluindo acessibilidade de bens essenciais e diversificação de fontes de energia e água mais limpas. Pode melhorar ambientes urbanos, sistemas de economia de energia, acesso à saúde e planejamento espacial. No entanto, o acesso, a privacidade, desinformação e preconceitos nas tecnologias de IA e aprendizado de máquina são desafios adicionais que precisam de atenção ao aproveitar o potencial da transformação digital para o desenvolvimento sustentável.

*Os autores deste artigo reconhecem que as tecnologias têm o potencial de melhorar e contribuir para alcançar os ODSs e tornar o mundo mais sustentável. No entanto, destacamos que para que essa contribuição seja efetiva, é necessário uma mudança nos padrões de consumo e redução do desperdício. Simplesmente contar com as tecnologias não é suficiente, é preciso também mudar o "business as usual". As tecnologias podem nos dar uma margem de tempo, permitindo uma mitigação rápida de alguns problemas, mas é fundamental que também modifiquemos nossos hábitos para alcançar uma transformação verdadeiramente sustentável.*

A desigualdade, particularmente a desigualdade de renda, continua sendo um desafio significativo em muitos aspectos da vida humana. Nas últimas duas décadas, a desigualdade de renda aumentou na maioria dos países, enquanto as desigualdades globais entre os países diminuíram. Os 10% mais ricos da população global detêm 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre ganha apenas 8,5% dela. Choques recentes, incluindo a pandemia de COVID-19, exacerbaram ainda mais a desigualdade. A desigualdade de gênero também é predominante, com a participação das mulheres na renda total do trabalho permanecendo em torno de 35%, muito abaixo da meta de igualdade de gênero. A desigualdade não apenas impede o progresso do ODS 10, que visa reduzir as desigualdades, mas também afeta o alcance de outros ODS, levando a uma menor sustentabilidade ambiental e tensões sociais. Abordar a desigualdade é crucial para criar comunidades pacíficas e equitativas.

### O progresso dos ODS

A Figura 2 mostra uma avaliação preliminar das metas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde apenas cerca de 12% estão no caminho certo,



enquanto quase metade está moderada ou gravemente fora do caminho. Cerca de 30% não mostraram progresso ou regrediram abaixo da linha de base estabelecida em 2015.

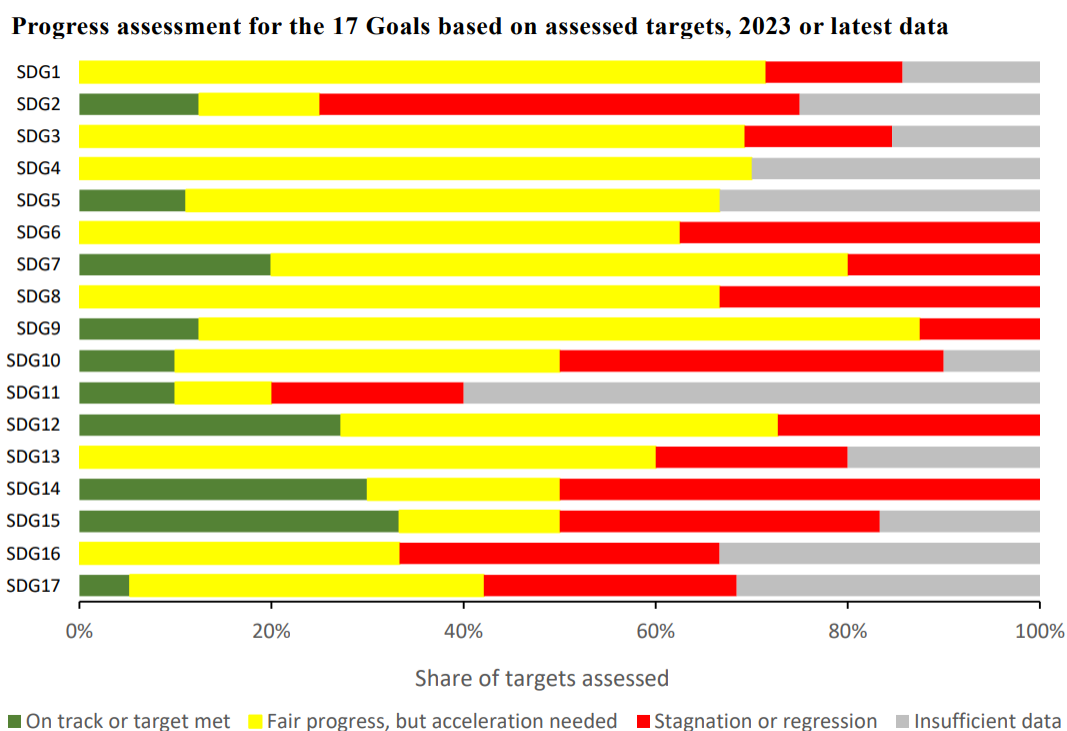


Figura 2 – Avaliação do progresso para os 17 objetivos baseados nas metas analisadas de dados de 2023 e anteriores. Fonte: GSDR,2023

Infelizmente, o ODS saúde (SDG3) não apresenta completude em nenhuma das metas, precisando de esforços significativos para que cerca de 65% seja alcançado, enquanto que 15% está estagnado ou regrediram. O progresso para alcançar o ODS3, que se concentra em garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, foi prejudicado pela pandemia e outras crises, exacerbando as desigualdades de saúde e impedindo a cobertura universal de saúde. Em 2022, foi relatado que 68 milhões de crianças foram sub-vacinadas ou não vacinadas contra doenças como tuberculose e malária. Os países de baixa e média renda enfrentam desafios específicos devido aos sistemas de saúde pré-existentes com poucos recursos. A pandemia destacou a necessidade de sistemas globais de segurança de saúde mais fortes para prevenir e responder a futuras pandemias. A mortalidade materna continua alta, com cerca de 800 mulheres morrendo diariamente de causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto. O progresso na redução da mortalidade infantil é insuficiente, com apenas 54 países no caminho certo para atingir a meta. As doenças transmissíveis, incluindo HIV, tuberculose e malária, ainda representam desafios significativos, enquanto o declínio no tratamento de doenças tropicais negligenciadas diminuiu. O acesso ao planejamento familiar e à vacinação infantil também foi afetado, com queda na cobertura. A escassez de profissionais de saúde é um problema persistente, principalmente em regiões afetadas por doenças

Se as tendências atuais continuarem, aproximadamente 575 milhões de pessoas ainda viverão em extrema pobreza até 2030, e apenas cerca de um terço dos países alcançará a meta de reduzir pela metade os níveis nacionais de pobreza. Os níveis de fome atingiram um ponto não visto desde 2005, e os preços dos alimentos continuam altos em muitos países em comparação com o período de 2015-2019. Estima-se que as lacunas de gênero na proteção legal

e nas leis discriminatórias levem 286 anos para serem superadas. No setor da educação, anos de subinvestimento e perdas de aprendizado resultaram em 84 milhões de crianças fora da escola até 2030 e 300 milhões de crianças ou jovens deixando a escola sem habilidades básicas de alfabetização.

A falta de progresso nos ODS é um problema global, mas afeta desproporcionalmente os países em desenvolvimento e as populações mais pobres e vulneráveis do mundo. Isso reflete injustiças globais históricas que continuam a persistir hoje.

Para enfrentar esses desafios, é necessário expandir a proteção social e o acesso a serviços essenciais, criar oportunidades de trabalho nos setores assistencial, digital e verde, enfrentar a crise educacional com urgência, promover a igualdade de gênero por meio da tecnologia digital, apoiar a inclusão de pessoas deslocadas, e abordar a exclusão de grupos marginalizados, incluindo pessoas com deficiência. Além disso, são necessárias ações para aumentar as capacidades dos países em desenvolvimento em comércio e tecnologia, alinhar as regras comerciais globais com os ODS e estabelecer mecanismos de transferência de tecnologia mais eficientes.

#### Andamento dos ODSs relacionados a ambiente e saúde:

• **ODS 6 (Água e saneamento):** Apesar de algum progresso, bilhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável, saneamento e higiene. A escassez de água é um problema crescente, agravado por conflitos e mudanças climáticas. A poluição da água representa desafios significativos para a saúde humana e para o meio ambiente. Alcançar a cobertura universal até 2030 requer um aumento significativo nas taxas de progresso. As metas relacionadas com a gestão segura da água potável, do saneamento e da higiene ainda estão longe de serem alcançadas. O tratamento de águas residuais é insuficiente e há pouco progresso na redução de esgotos. A eficiência do uso da água melhorou, mas as variações regionais no estresse hídrico são preocupantes. Faltam estruturas eficazes para a gestão sustentável da água em muitos países, dificultando o progresso em vários ODS. Enfrentar esses desafios requer maior investimento em infraestrutura, coordenação intersetorial e medidas para lidar com as mudanças climáticas.

• **ODS 7 (Energia):** O acesso à eletricidade e a combustíveis limpos para cozinhar melhorou globalmente, mas ainda existem desafios significativos. Cerca de 675 milhões de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade, enquanto 2,3 bilhões de pessoas continuam a depender de combustíveis inseguros e poluentes para cozinhar. Os preços da energia são voláteis, influenciados por fatores como a guerra na Ucrânia e a incerteza econômica global, levando a investimentos variados em energias renováveis e carvão. Sem progresso acelerado, aproximadamente 660 milhões de pessoas ainda não terão acesso à eletricidade e quase 2 bilhões de pessoas continuarão usando combustíveis poluentes para cozinhar até 2030. Para alcançar o acesso universal à energia, os esforços devem se concentrar em acelerar a eletrificação, aumentar os investimentos em fontes de energia renováveis e melhoria das redes elétricas. Embora tenha havido progresso no uso de energia renovável, a melhoria da intensidade de energia primária diminuiu e os fluxos financeiros internacionais para apoio à energia limpa nos países em desenvolvimento diminuíram. Os países em desenvolvimento precisam de maior apoio para cumprir as metas do ODS7.

• **ODS 12 (consumo e produção responsáveis):** O consumo excessivo levou a uma tripla crise planetária de mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. O consumo de

pegada de material per capita aumentou constantemente, atingindo 95,1 bilhões de toneladas métricas. As pegadas de consumo são maiores no Norte Global em comparação com outras regiões. A geração de resíduos também é uma questão significativa, com cerca de 14% dos alimentos perdidos nos processos de produção e 17% perdidos no varejo e nas residências. Resíduos eletrônicos e químicos gerenciados de forma inadequada contribuem para o problema. A poluição plástica aumentou exponencialmente e a pandemia do COVID-19 aumentou a demanda por plásticos descartáveis. Esforços estão sendo feitos para lidar com a poluição plástica por meio da adoção de uma resolução para solucionar a mesma e estabelecer um acordo vinculativo até 2024. O uso sustentável de recursos é crucial para limitar os danos ao clima e aos ecossistemas.

• **ODS 13 (Clima):** O mundo já está 1,1°C mais quente do que os tempos pré-industriais e deve ultrapassar 1,5°C no início da década de 2030. Os compromissos atuais indicam um aquecimento de 2-3°C até o final do século. Deixar de alcançar o ODS 13 e reduzir as emissões de gases de efeito estufa leva a mudanças climáticas perigosas, com impactos graves, como furacões, incêndios florestais, inundações e interrupções na agricultura. A mudança climática pode resultar no deslocamento de milhões de pessoas. Os pacotes de estímulo da COVID-19 ofereceram oportunidades para investimentos sustentáveis e resilientes ao clima, mas, no geral, os resultados não foram suficientemente verdes. O apoio do governo a atividades prejudiciais ao meio ambiente, como subsídios a combustíveis fósseis, ultrapassa US\$ 680 bilhões anualmente em todo o mundo, anulando os esforços de gastos verdes. Soluções climáticas naturais, combinadas com inovações de energia limpa, financiamento adequado e esforços de descarbonização, oferecem respostas eficazes às mudanças climáticas. A COP 27 reafirmou o compromisso com as metas do Acordo de Paris e estabeleceu um Fundo de Perdas e Danos. Alcançar o ODS 13 é essencial para o sucesso da Agenda 2030, exigindo mudanças transformacionais em energia e economias.

• **ODS 14 (Vida na água):** As Mudanças climáticas, a poluição, a destruição de habitat, a pesca predatória e as atividades econômicas oceânicas nocivas ameaçam a saúde do oceano e sua capacidade de regular o clima e apoiar os meios de subsistência. Houve um declínio na capacidade da natureza de sustentar uma boa qualidade de vida, com 35,4% dos estoques de peixes pescados em níveis insustentáveis em 2019. A pesca ilegal e não regulamentada também foi um problema significativo. As nações com baixa riqueza e estado nutricional, particularmente os pequenos estados insulares em desenvolvimento, são as mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas nas espécies pesqueiras, apesar de contribuírem menos para as mudanças climáticas. O financiamento para o ODS 14 permanece baixo em comparação com outras metas, e o progresso na proteção marinha e nas metas de gestão tem sido limitado. No entanto, compromissos recentes, como a redução de subsídios nocivos à pesca, o Global Biodiversity Framework, o compromisso 30x30 e o tratado de alto mar da ONU, fornecem esperança para a sustentabilidade dos oceanos. O monitoramento completo e a implementação desses compromissos exigem capacidade e financiamento.

• **ODS 15 (Vida terrestre):** As taxas de extinção de espécies são alarmantes devido à colheita excessiva, atividades agrícolas, extração de madeira e desmatamento para agricultura. Prevê-se que o Índice da Lista Vermelha de sobrevivência de espécies caia significativamente até 2030. Apenas 32% dos países estão no caminho certo para alcançar suas metas nacionais de biodiversidade. Os mais pobres e vulneráveis dependem das florestas e da pesca artesanal para obter renda, mas a oportunidade de mudança durante o período de recuperação da pandemia

foi amplamente perdida. No entanto, a recente COP 15 resultou em um acordo histórico sobre biodiversidade, conhecido como Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Inclui metas para proteger 30% da terra e dos oceanos até 2030, reduzir o desperdício global de alimentos e reformar os subsídios que prejudicam a biodiversidade. A Accelerator Partnership foi lançada para apoiar os países na implementação de suas Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação. A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens também regulamentou um número recorde de espécies para garantir o comércio sustentável e legal de vida selvagem.

#### Lições aprendidas e ações para o futuro

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2019 (GSDR, 2019) identificou seis pontos de entrada para alcançar os ODS: **bem-estar e capacidades humanas, economias sustentáveis e justas, sistemas alimentares sustentáveis e nutrição saudável, descarbonização da energia e acesso universal, desenvolvimento urbano e periurbano e bens ambientais globais**. Esses pontos de entrada exigem mudanças transformadoras necessariamente em 4 esferas: **governança, economia e finanças, ciência e tecnologia, ação individual e coletiva e capacitação**. A capacitação desempenha um papel crucial no apoio e no avanço das outras alavancas da transformação. O relatório enfatiza a necessidade de abordar esses pontos de entrada e alavancar as transformações para alcançar um progresso amplo e sustentável em direção aos ODS. No RDSG 2023, esses pontos são descritos e são quantificados os ganhos dessas mudanças.

Em relação a governança, é importante que os governos e as partes interessadas se envolvam em processos deliberativos e na criação de sentido coletivo. Isso envolve a criação de narrativas e visões comuns e a exploração de caminhos alternativos por meio do planejamento e modelagem de cenários. Exemplos de mudanças orientadas para a missão alinhadas com os ODS incluem iniciativas como a Agenda 2063 na União Africana, o European Green Deal na UE e o Green New Deal nos Estados Unidos. A governança eficaz requer colaboração entre atores privados e públicos, bem como a sociedade civil, para garantir que o desenvolvimento esteja alinhado com os objetivos dos ODS. A iniciativa Fossil Free Sweden serve como um exemplo de como a governança pode ser aplicada para alinhar várias alavancas e acelerar a transição climática.

Em relação ao financiamento, Estima-se que alcançar os ODS pode exigir investimentos anuais adicionais de US\$ 1,4 trilhão a US\$ 2,5 trilhões.<sup>476</sup> por causa do COVID-19, o custo agora pode ser de US\$ 4,2 trilhões.<sup>477</sup> As lacunas certamente são grandes (figura 3-5), mas são equivalente a apenas 1,1% dos US\$ 379 trilhões do total de ativos financeiros mantidos pelos bancos, investidores institucionais e gestores de ativos. O secretário geral propõe um novo rearranjo econômico, o SDG Stimulus.

Em relação a Ciência, Tecnologia e Inovação, podem ser ativadas por meio de investimentos direcionados em universidades e instituições de pesquisa para apoiar pesquisas relacionadas aos ODS. Iniciativas como o Prêmio Earthshot fornecem apoio financeiro e de escala como incentivos. Além disso, a demanda por avanços científicos e tecnológicos pode ser estimulada por meio de intervenções e iniciativas que criem a necessidade de soluções inovadoras.

Promover a capacitação de pessoas e a capacidade de inovação e gerar alternativas sustentáveis é crucial. Isso envolve a criação de espaços de inovação e diálogo, tanto formais quanto informais. Melhorar as capacidades em áreas como avaliação de tecnologias de saúde

pode ajudar a priorizar recursos limitados para tecnologias de saúde essenciais e acelerar a implementação de cuidados de saúde universais. Métodos de direção estratégica, previsão e análise de cenários também são capacidades importantes para uma governança eficaz. Incentivar a adoção de novos sistemas, como transporte com eficiência energética e consumo sustentável, bem como capacitar as mulheres para fazer escolhas sobre o tamanho da família por meio da contracepção, são outros exemplos de ações de capacitação necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A inclusão de ações individuais e coletivas em todos os processos mencionados acima também se faz fundamental, como o conhecimento da comunidade, as sociedades organizadas, movimentos, lobbies etc., que podem guiar ações mais inclusivas e resilientes.

### **Sétima Conferência Ministerial sobre Ambiente e Saúde**

A [Sétima Conferência Ministerial sobre Ambiente e Saúde](#) foi realizada em Budapeste, Hungria, de 5 a 7 de julho de 2023. A conferência abordou as dimensões de saúde da tripla crise planetária das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição ambiental. Também analisou o impacto da pandemia de COVID-19 e as oportunidades para uma recuperação saudável da pandemia e na retomada da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A conferência proporcionou a reunião de governos, organizações internacionais, sociedade civil e outras partes interessadas para discutir e acordarem as futuras prioridades e compromissos em matéria de ambiente e saúde para a Região Europeia da OMS. Os resultados da conferência serão importantes para moldar a resposta da região à tripla crise a planetária e à pandemia de COVID-19.

Aqui estão alguns dos impactos específicos na saúde da tripla crise planetária que foram discutidos na conferência:

- **Mudanças climáticas:** Ondas de calor, poluição do ar, escassez de água e doenças transmitidas por vetores devem aumentar em frequência e gravidade devido às mudanças climáticas. Essas mudanças terão um impacto significativo na saúde humana, particularmente em populações vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com condições de saúde subjacentes.
- **Perda de biodiversidade:** A perda de biodiversidade pode levar ao surgimento de novas doenças, bem como à propagação de doenças existentes. Por exemplo, acredita-se que o vírus Nipah, que pode causar doenças respiratórias graves e morte, tenha se originado em morcegos.
- **Poluição ambiental:** A poluição atmosférica, a poluição da água e a poluição do solo podem ter um impacto negativo na saúde humana. Por exemplo, estima-se que a poluição do ar cause cerca de 7 milhões de mortes prematuras a cada ano em todo o mundo.

A pandemia evidenciou a importância de investir em ambientes saudáveis, bem como a necessidade de enfrentar as desigualdades sociais e econômicas que podem tornar as pessoas mais vulneráveis a doenças.

Os resultados foram sintetizados na [declaração da conferência](#) e [nos documentos e vídeos](#).

### **Preparação para a Cúpula da Amazônia**

Os oito países da Bacia Amazônica - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - se reuniram em Letícia, na Colômbia, para um encontro preparatório

para a Cúpula Amazônica, marcada para 8 e 9 agosto em Belém quando os Ministros do Meio Ambiente dos oito países se reunirão para "resgatar" os princípios do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978. A partir desse acordo, foi criada em 1995 a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja última cúpula foi realizada em 2009. Ao lado da ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, participará do encontro Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas.

Em Letícia, o presidente Lula da Silva e o presidente colombiano Gustavo Petro participaram do evento em seu último dia. Lula propôs que os oito países amazônicos se comprometam com o desmatamento zero até 2030. Ele enfatizou o papel central da Amazônia na região e destacou a necessidade de enfrentar desafios institucionais e políticos em conjunto, incluindo o fortalecimento do Tratado de Cooperação Amazônica e a promoção de um novo visão de desenvolvimento sustentável para a região. Lula sugeriu a criação de um fórum para as cidades amazônicas, um parlamento amazônico, um Observatório Regional da Amazônia e um comitê de especialistas semelhante ao IPCC da ONU para a Amazônia. Ele criticou o Global Environmental Facility, argumentando que sua estrutura perpetua a dinâmica excludente e pede uma reforma da governança global, já que países como Brasil, Colômbia e Equador são forçados a compartilhar uma cadeira enquanto países como Estados Unidos, Canadá, França, Itália e Suécia ocupam cadeiras individuais. Lula afirmou que isso destaca a necessidade de reforma da governança global (Trisotto & Luiz, 2023).

O encontro do fim de semana em Leticia, na tríplice fronteira com Brasil e Peru, serviu para discutir os temas que serão tratados na cúpula de agosto, com o objetivo de fornecer os aportes técnicos e científicos necessários para a obtenção de acordos. A Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Susana Muhamad, afirmou que o objetivo é avançar na definição de uma agenda comum baseada na ciência, conhecimento ancestral e contribuições sociais para enfrentar os desafios do bioma amazônico.

Dentre os temas estão: Desmatamento e crimes ambientais transnacionais, conservação, restauração ecológica, bioeconomia, direitos indígenas, saúde e educação, mecanismos financeiros em meio à crise da dívida externa, gestão da informação, ciência, tecnologia e conhecimento indígena estão entre os principais temas discutidos no evento em Leticia.

Uma das questões levantadas é o chamado ponto sem retorno. Se a Amazônia ultrapassar 20% de desmatamento, chegará a um ponto sem volta, ou seja, não poderá mais se regenerar. Atualmente, a Amazônia atingiu 17% de desmatamento. Junho registrou o maior número de incêndios na região para o mês nos últimos 16 anos, com 3.075 focos de incêndio na Amazônia, ante 2.562 no ano anterior. O primeiro semestre de 2023 também apresentou aumento de incêndios em relação ao mesmo período de 2022, com um total de 8.344 focos de incêndio, um aumento de 10%. Espera-se que o fenômeno climático El Niño contribua para o aumento dos incêndios. Por outro lado, as taxas de desmatamento no primeiro semestre do ano diminuíram 33,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com exceção de Mato Grosso, que apresentou aumento nas taxas de desmatamento.

Com a ascensão de Gustavo Petro na Colômbia e de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, a agenda ambiental sul-americana ganhou mais atenção, pois os dois líderes prometem ações contra as mudanças climáticas, principalmente na preservação da Amazônia, que é compartilhada com outros seis países.

## Efeitos das ondas de calor na saúde

As mudanças climáticas têm contribuído para o aumento das ondas de calor em muitas partes do mundo, com efeitos significativos na saúde humana. Vários relatos foram descritos no último mês:

- Índia e Paquistão estão passando por uma onda de calor recorde, com temperaturas chegando a 49 graus centígrados. A onda de calor causou quedas generalizadas de energia e escassez de água, e levou à morte de centenas de pessoas.
- Os Estados Unidos também estão passando por uma onda de calor, com temperaturas em algumas partes do país chegando aos três dígitos. A onda de calor causou várias mortes e levou a um aumento de doenças relacionadas ao calor.
- O Ártico está passando por seu segundo verão mais quente já registrado. As temperaturas quentes estão derretendo o gelo marinho e o permafrost, que está liberando gases de efeito estufa na atmosfera.
- A floresta amazônica vive sua pior seca em décadas. A seca está causando incêndios generalizados, que estão liberando fumaça e cinzas na atmosfera.

As ondas de calor intensas podem levar a problemas de saúde, como insolação, desidratação, exaustão e até mesmo doenças cardiovasculares e respiratórias. Além disso, as altas temperaturas podem agravar condições médicas preexistentes, como doenças cardíacas e respiratórias, e afetar negativamente grupos vulneráveis, como idosos, crianças e pessoas com condições de saúde frágeis. É essencial adotar medidas de adaptação e mitigação para lidar com as mudanças climáticas e proteger a saúde pública dos impactos das ondas de calor cada vez mais frequentes e intensas. Algumas das ações que as autoridades estão tomando em relação ao calor, mudanças climáticas e saúde na última semana em todo o mundo:

- Índia: O governo indiano declarou emergência de saúde pública em resposta à onda de calor. O governo também abriu centros de resfriamento e centros de distribuição de água nas áreas afetadas.
- Estados Unidos: Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA emitiram um aviso de calor para vários estados do Centro-Oeste e do Sul. O CDC está pedindo às pessoas que tomem precauções para se manterem frescas e evitar doenças relacionadas ao calor.
- Reino Unido: O governo do Reino Unido emitiu um alerta vermelho para calor extremo. Este é o nível mais alto de alerta e só é emitido quando há risco de uma "onda de calor muito grave". O governo pede que as pessoas fiquem em casa e evitem atividades extenuantes.
- A União Europeia (UE) anunciou que vai disponibilizar 100 milhões de euros em ajuda aos países afetados pela onda de calor. A ajuda será usada para ajudar os países a fornecer centros de resfriamento, água e outros serviços essenciais às pessoas afetadas pelo calor.

Outras coisas que as autoridades podem fazer para lidar com os impactos das mudanças climáticas na saúde:

- Investir em infraestrutura de saúde pública. Isso inclui coisas como centros de resfriamento, centros de distribuição de água e sistemas de alerta precoce.
- Educar o público sobre os riscos das mudanças climáticas para a saúde. Isso inclui coisas como como se manter fresco e evitar doenças relacionadas ao calor.
- Apoiar a investigação sobre os impactos das alterações climáticas na saúde. Isso nos ajudará a entender melhor os riscos e desenvolver intervenções eficazes.

- Coisas que você pode fazer para se proteger dos impactos das mudanças climáticas na saúde:
- Mantenha-se hidratado. Beba bastante líquido, mesmo que não esteja com sede.
- Evite atividades extenuantes. Se você deve ser ativo, faça-o no início da manhã ou à noite, quando as temperaturas estão mais baixas.
- Use roupas largas e de cor clara. Isso ajudará a mantê-lo fresco.
- Fique dentro de casa. Se precisar sair, fique na sombra o máximo possível.
- Verifique vizinhos e parentes idosos. Eles podem ser mais vulneráveis ao calor.

O conhecimento e ação dessas medidas são fundamentais para a proteção coletiva e individual das mudanças climáticas. Com a chegada do El Niño, esses efeitos serão ainda mais intensificados como apontado no trabalho de Magalhaes (2023). Espera-se que a combinação do El Niño e o agravamento da crise climática levem as temperaturas globais a níveis sem precedentes, aumentando o risco de exaustão pelo calor e insolação, principalmente entre trabalhadores e populações vulneráveis.

### **Referências bibliográficas**

Trisotto F, Luiz B. Lula sugere que países amazônicos zerem desmatamento até 2030 (2023). Available at: < <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/lula-se-encontra-com-presidente-da-colombia-em-evento-sobre-amazonia-nprm/> > accessed in 07/17/2023.

Hughes, Barry, et al. "Foundational Research Report: Pursuing the Sustainable Development Goals in a World Reshaped by COVID-19." Hughes, BB, Hanna, T., McNeil, K., Bohl, DK, & Moyer, JD (2021). Pursuing the Sustainable Development Goals in a World Reshaped by COVID-19. Denver, CO and New York, NY: Frederick S. Pardee Center for International Futures and United Nations Development Programme (2020).

Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General (2023). GSDR, Global Sustainable Development Report. 2023. Advance, Unedited Version. New York, United Nations. Available at: < <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-06/Advance%20unedited%20GSDR%2014June2023.pdf> > accessed in 07/17/2023.

Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General (2019). Global Sustainable Development Report 2019: The Future is Now – Science for Achieving Sustainable Development. New York, United Nations.

United Nations Secretary-General's SDG Stimulus to Deliver Agenda 2030, fevereiro de 2023. New York, United Nations. Available at: < <https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2023/02/SDG-Stimulus-to-Deliver-Agenda-2030.pdf> > accessed in 07/17/2023.

Magalhaes DP. Understanding El Niño's Broad and Pervasive Impacts is Essential To Mitigation. New security beat, 2023. <https://www.newsecuritybeat.org/2023/07/understanding-el-ninos-broad-pervasive-impacts-essential-mitigation/>



**O avesso da proteção social global:  
inação dos países e apropriação pelo mercado financeiro**

***The reverse of global social protection:  
inaction by countries and appropriation by the financial market***

**Erica Kastrup**

**Romulo Paes de Sousa**

**Abstract.** *This article discusses the UNDP Report released in July 2023 entitled “The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Service, 2020–2023”. It presents data on the share of spending on debt services and the increase in poverty in the world, how the situation is reflected in Brazil and argues that it is necessary to discuss the issue in the context of the 2030 Agenda.*

**Keywords:** *public debt, poverty, UNDP*

**Resumo:** Esse artigo discute o Relatório do PNUD lançado em julho de 2023 intitulado “o custo humano da inação: Pobreza, Proteção Social e Serviço da dívida, 2020–2023”. Apresenta dados sobre a participação dos gastos com serviços da dívida e aumento da pobreza no mundo, como a situação se reflete no Brasil e argumenta que é preciso que se discuta o tema no contexto da Agenda 2030.

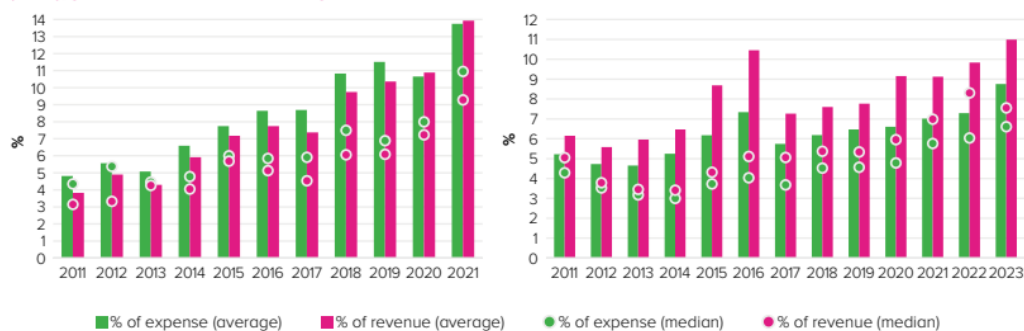
**Palavras-chave:** dívida pública, pobreza, PNUD

De olho no High Level Political Forum, o PNUD lançou na semana passada o relatório “O Custo Humano da Inação: Pobreza, Proteção Social e Serviço da dívida, 2020–2023”, no qual questiona como se pode equilibrar investimentos em proteção social e pagar serviços de dívida em países em desenvolvimento. O PNUD acerta ao pautar esse tema neste meio de caminho da vigência da Agenda 2030.

A ideia de esgotamento do sistema de Breton Woods frente aos desafios contemporâneos vem ganhando espaço no debate internacional ao passo que recursos que poderiam ser aplicados no desenvolvimento sustentável são drenados para o sistema financeiro internacional. Um círculo vicioso de juros sobre juros de dívidas impagáveis. O relatório intitulado “O custo humano da inação: Pobreza, Proteção Social e Serviço da dívida, 2020–2023” (PNUD, 2023) aponta a relação entre serviços da dívida e outros gastos governamentais e o crescimento da pobreza no mundo nos três últimos anos para advogar por uma “pausa na dívida” e uma “pausa na pobreza”.

Os números demonstram que a parcela das receitas governamentais aplicadas em serviço da dívida, em média, mais que dobrou na última década. Por exemplo, metade dos países de renda baixa têm pagamentos de juros de mais de 7,1% das receitas e 8,2% das despesas, enquanto, em 2011, esses números tinham uma média 3,1% e 4,3%. O mesmo fenômeno acontece em países de renda média, ao mesmo tempo em que, em países de renda alta, acontece o inverso e os juros pagos representam atualmente 4,6% da receita ou 3,7% das despesas, em comparação para 7,0% e 6,5%, há uma década.

Figure 1: Central government interest payments (LHS) and general government net interest payments (RHS), percent of revenue and expenditure



Fonte: PNUD (2023)

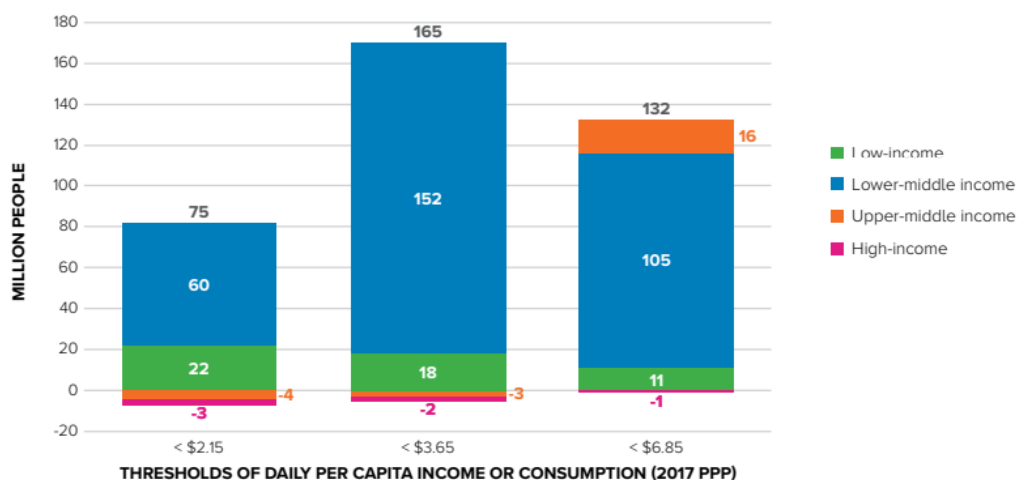
Ao mesmo tempo em que se ampliou o percentual das receitas gastas com os juros da dívida no mundo em desenvolvimento, se ampliou também o número de países afetados pelo endividamento. Atualmente, 46 países (ou 37% do total) pagam juros líquidos de mais de 10% das receitas do governo, contra um total 28 países (23% do total) praticados há uma década atrás. Soma-se o aumento dos juros impulsionado pela pandemia, o que significa que os custos das dívidas subiram, conformando um problema crescente que amplia a dependência dos menos desenvolvidos dos mercados de capitais internacionais.

Nesta segunda década do século XXI, os gastos dos países de menor renda com os juros da dívida já são maiores que os investimentos em saúde, educação e infraestrutura. O relatório demonstra, por exemplo, que um país de baixa renda médio gasta 2,3 vezes mais no serviço de pagamentos de juros líquidos do que na assistência social, 1,4 vezes mais do que em gastos com saúde ou 60 por cento do que gasta com educação. Por outro lado, um país de renda alta gasta, em média, quase quatro vezes mais em saúde e três vezes mais em educação do que em juros líquidos.

Esse quadro demonstra a ampliação das desigualdades num mundo cada vez mais refém do capital financeiro ao mesmo tempo em que a pobreza cresce impulsionada pelas consequências da pandemia, pela Guerra na Ucrânia, pela inflação de alimentos e do custo de vida. Segundo estimativas, nos três últimos anos cerca de 165 milhões entraram em situação de pobreza por conta dessas múltiplas crises, dos quais 90% estão nos países de menor renda. Nesses países, projeta-se ainda uma contração da renda de cerca de 5,6%, atingindo com maior incidência os cidadãos mais pobres.

Outro dado relevante aponta que até momento (2023) os 10% mais pobres do mundo são o único grupo que ainda não recuperou sua condição pré-pandêmica ao mesmo tempo em que nos países de renda média alta e alta, a renda já está, em média, entre 7 e 10 por cento acima dos níveis pré-pandêmicos, com uma expansão que tem sido relativamente maior entre indivíduos mais pobres.

Figure 4: Additional people projected to be living in poverty in 2023 due to the polycrisis by country income level



Fonte: PNUD (2013)

Ao apresentar essa realidade, o relatório do PNUD chama atenção para o elo entre ‘pausas da dívida’, que ocorreriam no nível macro, e “pausas de pobreza”, que beneficiariam os mais necessitados. Defende os programas de transferência de renda como instrumentos importantes para o combate à pobreza e calcula que para mitigar as 165 milhões de pessoas a mais vivendo na pobreza por conta da policrise, o custo anual giraria em torno de US\$ 11,93 bilhões (com base em preços de 2017) ou US\$ 14,24 bilhões (preços de 2022). Considerando o tamanho da economia do mundo em 2022 (US\$ 139 trilhões, 2017 PPP), esses custos anuais representam, respectivamente, 0,002 por cento, 0,009% e 0,015% do PIB global.

No Brasil, segundo Fatorelli e Ávila (2023), em 2022, os gastos do governo federal com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública somaram R\$ 1,879 trilhão, o que representou 46,3% do Orçamento Federal Executado e, apesar disso, a Dívida Pública Federal aumentou em R\$ 464 bilhões, tendo crescido de R\$ 7,643 trilhões para R\$ 8,107 trilhões. Esse crescimento pode ser explicado por conta elevação acelerada da Selic pelo Banco Central, a qual alcançou 13,75% desde agosto de 2022.

Os autores (Fatorelli e Ávila, 2023) ilustram ainda como o problema apontado pelo PNUD se reflete no Brasil ao afirmarem que, no ano passado, esse valor total de R\$1,879 trilhão gasto com pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal foram oriundos de emissão de títulos (R\$ 1,651 trilhão) e outras receitas (228,5 bilhões). Isso significa que basicamente o país se endivida para pagar dívida quando poderia estar investimento em saúde, educação, proteção social, energia limpa, corte de emissões de carbono, infraestrutura resiliente, entre outras políticas alinhadas ao que propõe a Agenda 2030.

A conclusão do PNUD ao apresentar dados que ilustram o acirramento das desigualdades no mundo é que não há espaço fiscal para o investimento no desenvolvimento sustentável em países menos desenvolvidos e é preciso que se pautem o tema da reestruturação das dívidas. Propõe que se rediscuta a ideia de que não há crise sistêmica e que os países devem aguardar que o crescimento seja retomado por movimentos de acomodação do próprio mercado. Orientado pelo conceito de riscos com o qual o programa trabalha, a proposta do

documento é que seja o início de uma conversa sobre como preparar respostas nacionais e multilaterais ao desafios de um futuro propenso a choques.

Jeffrey Sachs, em seu livro lançado inicialmente em 2015 na ocasião do lançamento da Agenda 2030, chama atenção para o problema da perpetuação da pobreza no meio da abundância (Sachs, 2017; p.39). Ainda que naquele momento o índice geral de pobreza no mundo estivesse diminuindo, o autor demonstrava a injustiça das desigualdades sociais e ilustrava seu texto justamente com uma foto da zona sul do Rio de Janeiro onde se vê uma favela ao lado de prédios de luxo, e afirmava: “as vezes, o choque das divisões de rendimentos e classe social encontra-se mesmo diante dos nossos olhos, e dos olhos dos pobres” (Sachs, 2017. P.45).

## Referências

Fatorelli, Maria Lucia; Ávila, Rodrigo. **Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022**. Auditoria Cidadã da Dívida, fevereiro de 2023. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>

Sachs, Jeffrey. A Era do Desenvolvimento Sustentável. Actual, 2017.

PNUD. The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Servicing, 2020–2023. UNDP Global Policy Network Brief. Development Future Series. July, 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-07/the-human-cost-of-inaction-poverty-social-protection-and-debt-servicing-2020-2023.pdf>

## A redução de riscos de desastres no contexto da revisão intermediária da implementação do Marco de Sendai 2015-2030

*Carlos Machado de Freitas*

*Eliane Lima e Silva*

**Resumo.** Este informe tem como foco a reunião de Revisão Intermediária da Implementação da Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030. O evento é de grande importância para todos aqueles que trabalham direta e indiretamente com os temas envolvendo a Redução de Riscos de Desastres (RRD) e Gestão de Riscos de Desastres (GRD). São apontados os principais desafios globais apresentados pelo relatório produzido pelo Grupo Principal da Comunidade Científica e Tecnológica da ONU e a Declaração política da reunião de alto nível sobre a revisão intermediária do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015–2030.

**Palavras-chave:** Desastres; Marco de Sendai

**Abstract.** *This report focuses on the Mid-Term Review of the Implementation of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. The event is of great importance for all those who work directly and indirectly with themes involving Disaster Risk Reduction (DRR) and Disaster Risk Management (GRD). The main global challenges presented by the report produced by the Core Group of the UN Scientific and Technological Community and the Political Declaration of the high-level meeting on the mid-term review of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030 are pointed out.*

**Keywords:** *Disasters; Sendai Framework*

### Introdução

Nos dias 18 e 19 de maio de 2023 foi realizado na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a reunião para *Revisão Intermediária da Implementação da Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030*. Este evento é de grande importância para todos aqueles que trabalham direta e indiretamente com os temas envolvendo a Redução de Riscos de Desastres (RRD) e Gestão de Riscos de Desastres (GRD).

No relatório produzido pelo *Grupo Principal da Comunidade Científica e Tecnológica da ONU* para esta reunião, há um conjunto de alertas que permitem contextualizar o cenário atual, em que os riscos de desastres são crescentes e superando nossa capacidade de antecipar, gerenciar e reduzir seus impactos, com efeitos crescentes e em cascata, atingindo as condições de vida e meios de subsistência das populações, a infraestrutura disponível, os sistemas socioeconômicos e os ecossistemas. Dentre os alertas encontram-se por exemplo, os desastres relacionados às mudanças climáticas, que estão ocorrendo mais rápido do que o projetado, sendo registrado no início de julho de 2023 recordes na temperatura média do planeta. Mas também os que envolvem mudanças ambientais que estão interagindo com mais frequência com riscos tecnológicos e biológicos e resultando em padrões de riscos mais complexos, incluindo impactos compostos e em cascata, potencializando tipos de desastres já conhecidos pela sociedade, bem como criando novos ou revelando outros tipos que estavam submersos até então.

## Desafios globais no contexto atual

Os impactos destes eventos contribuem para retrocessos nos ganhos de desenvolvimento arduamente conquistados, ampliando as vulnerabilidades e reduzindo as capacidades dos países e comunidades em lidar com eventos futuros, simples, compostos ou em cascata. Neste contexto o relatório aponta um conjunto de desafios globais, sendo estes: 1) os que envolvem a compreensão do risco de desastres considerando-se que apesar dos avanços, há ainda lacunas de dados e informações que permitam monitorar os avanços e os impactos indiretos e em cascata provocados pelos desastres e que permitam compreender de forma mais ampla as consequências e custos destes eventos; 2) os relacionados à governança e GRD quando se considera a ausência de abordagens multissetoriais que resultem em uma gestão integrada do manejo de recursos hídricos, do planejamento de uso e ocupação do solo e de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, assim como de outros setores que direta e indiretamente contribuem para os riscos de desastres; 3) os investimentos na redução de riscos e resiliência, pois perdura um cenário de financiamentos inadequados e fragmentados para políticas, ações e estratégias de RRD, priorizando necessidades de curto prazo pós-desastres em detrimento das necessidades de longo prazo que incidam sobre as causas de fundo e determinantes sociais produtores de riscos de desastres; 4) a participação da sociedade civil e das instituições de ciência e tecnologia na redução de riscos e formulação de políticas permanece limitada nos processos de tomada de decisões.

É importante considerar que desde 1994, quando ocorreu a Primeira Conferência Mundial sobre Redução de Desastres (Yokohama, Japão) vem sendo ampliada a compreensão do conceito de desastre e do escopo das políticas, estratégias e ações. Em 2005 ocorreu a Segunda Conferência Mundial sobre Redução de Desastres (Kobe, Japão), resultando no Marco de Hyogo e tendo como foco a resiliência e a redução de desastres. A Terceira Conferência Mundial (Sendai, Japão) resultou no Marco Sendai em 2015 e trouxe duas mudanças importantes quando comparado com os resultados das duas outras conferências mundiais. Estas mudanças devem ser situadas em uma agenda mais ampla e global Pós-2015, que inclui os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo de Paris para Mudanças Climáticas. Destacamos dois avanços importantes. Primeiro uma clara mudança da GRD reativa com foco nos impactos dos desastres para uma GRD preventiva e com foco nos riscos de desastres (Mizutori, 2020). A segunda foi a ampliação significativa do escopo da Redução de Riscos de Desastres, incluindo desastres de origem natural e antropogênica e as ameaças e riscos relacionados aos eventos ambientais, tecnológicos e biológicos. (Summary report IISD).

Apesar dos avanços nos conceitos relacionados a RRD e GRD, com o Marco de Sendai 2015-2030 definindo como objetivo central a prevenção de novos riscos de desastres e a redução dos riscos existentes, tem sido limitadas a implementação de medidas que se relacionam aos determinantes sociais dos desastres, como as econômicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que previnam e reduzam a exposição aos eventos perigosos e as condições de vulnerabilidade, bem como de fortalecimento das capacidades de preparação e respostas dos países, aumentando assim a resiliência.

Estas limitações e desafios são expressos na “Declaração política da reunião de alto nível sobre a revisão intermediária do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015–2030” adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 maio de 2023.

Como pano de fundo, a “Declaração Política” expressa uma profunda preocupação com o aumento da frequência e intensidade dos desastres e seus impactos envolvendo grande número mortes em alguns casos, insegurança alimentar e fome, desafios relacionados à água, perda de biodiversidade, deslocamento de populações, necessidades humanitárias e de desenvolvimento resultantes das consequências econômicas, sociais e ambientais negativas, especialmente para aqueles em situações vulneráveis, contribuindo assim para minar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável, a implementação da Agenda 2030 envolvendo o Marco de Sendai, e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, além das agendas envolvendo Mudanças Climáticas e Biodiversidade, principalmente nos países e regiões menos desenvolvidos.

No contexto atual, os riscos de desastres estão se tornando complexos e sistêmicos, com eventos perigosos podendo disparar impactos em cascata ou compostos, dentro e através de setores e espaços geográficos, bem como nos níveis local, nacional, regional e global, como o Pandemia por Covid-19, por exemplo.

Destacamos dois aspectos que consideramos de grande importância.

Por um lado, a necessidade urgente de superar as abordagens convencionais para GRD e seus impactos, necessitando que as políticas públicas adotem perspectivas multirrisco e multisetoriais, com foco central na nas medidas de redução e prevenção de riscos de desastres, tornando-se mais prospectivas e menos reativas. Isto significa endereçar as análises e as políticas públicas aos elementos centrais do risco de desastres, em particular as forças motrizes subjacentes e determinantes sociais que produzem condições de vulnerabilidade, exposição e resiliência.

Por outro, o compromisso de que a RRD e a construção da resiliência aos desastres ocorram com renovado senso de urgência dentro do contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Isto significa integrar a RRD na implementação de outras áreas políticas relevantes, como desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, água, conservação da biodiversidade,, desertificação, degradação da do solo, seca, incêndios florestais, silvicultura, agricultura , segurança alimentar e nutricional, saúde (incluindo prevenção, preparação e resposta a pandemias), mobilidade humana induzida por desastres, desenvolvimento urbano e rural, infraestrutura e outros, conforme apropriado, nos níveis nacional e subnacional.

### **Considerações finais**

Wisner (2020), nas conclusões de seu artigo em que faz um balanço do Marco de Hyogo e dos cinco primeiros anos do Marco de Sendai, aponta para a necessidade de um novo papel de liderança radicalmente proativo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, o que representa abordar de modo mais claro que a redução de riscos de desastres deve ter políticas e conceitos bem claros para lidar com os criadores de riscos de desastres, bem como uma efetiva parceria com a sociedade civil e uma implementação da agenda Pós-2015 com foco especial para a proteção das populações pobres e marginalizadas.

Na atualidade, mesmo eventos que possam ter origem em processos que integram ciclos ou processos de origem natural, não se realizam como desastres sem que se considerem as condições de exposição e vulnerabilidades, em que as populações mais pobres ou com mais precárias condições de vida e trabalho acabam sendo mais expostas aos riscos. Também são os países e regiões mais pobres os que possuem menores capacidades de RRD, desde sistemas de

alerta e alarme, medidas de prevenção e cuidados (como ficou evidenciado na assimetria no acesso às vacinas e aos cuidados à saúde durante a pandemia por Covid-19), até ações de recuperação e reconstrução pós-desastres que garantam uma vida futura mais digna e segura.

### **Referências bibliográficas**

International Institute for Sustainable Development, CSU. Summary report, 17–19 May 2023: High-Level Meeting on the Midterm Review of the Sendai Framework. IISD: 22 May 2023

International Science Council. 2023. Report for the Mid-Term Review of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction (Executive Summary). Paris, France. International Science Council. DOI: 10.24948/2023.01. <https://council.science/publications/mtr-sendai-framework-disaster-risk-reduction/>

Maskrey A, Lavell A and Jain G. The Social Construction of Systemic Risk: Towards an Actionable Framework for Risk Governance. 2022. Geneva: United Nations Office of Disaster Risk Reduction. Contributing Paper – Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2022. Disponível em: <https://www.undrr.org/publication/social-construction-systemic-risk-towards-actionable-framework-risk-governance-0>

Mizutori, M. Reflections on the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction: Five Years Since Its Adoption. *Int J Disaster Risk Sci* 11, 147–151 (2020). <https://doi.org/10.1007/s13753-020-00261-2>

UNDRR. Sendai Framework Terminology on Disaster Risk Reduction. In: <https://www.undrr.org/terminology#R>

United Nations. Main findings and recommendations of the midterm review of the implementation of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030. UN: January 2023

United Nations. Political declaration of the high-level meeting on the midterm review of the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030. UN: May 2023.

Wisner, B. Five Years Beyond Sendai—Can We Get Beyond Frameworks?. *Int J Disaster Risk Sci* 11, 239–249 (2020). <https://doi.org/10.1007/s13753-020-00263-0>



**Trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo, uni-vos! OIT prioriza a promoção do trabalho decente em setor econômico crítico e habitualmente negligenciado**

***Domestic workers of the world: unite! ILO prioritizes the promotion of decent work in a critical and usually neglected economic sector***

**René Mendes**

**Abstract.** *This article addresses the complex problem of working conditions, and the health and safety of domestic workers, from a global perspective, but also with regional and national analyses, based on a recent report (2023) produced by the International Labor Organization (ILO). International concerns about the work of this numerous professional category aim to promote changes towards the adoption of the principles of “decent work”, as advocated in ILO Convention no. 189, 2011. These workers have predominantly informal employment relationships; there is a strong predominance of women; wages are low; working hours are often excessively long; basic rights to paid rest and annual leave are often not respected; risks to the health and safety of workers are relevant, and social protection is often low or absent. Practices of violence and harassment have a serious impact on this segment, especially against women and migrants. At the end, strategies to face these serious issues are discussed, focusing on ILO initiatives and on relevant national initiatives, with the participation of trade unions of this category, where existing. The appeal that summarizes the article should be: “Domestic workers of the world, unite!”.*

**Keywords:** *International Labour Organization (ILO); domestic workers; decent work; occupational health and safety; worker’s health*

**Resumo.** O presente artigo aborda o complexo problema das condições de trabalho, e de saúde e segurança das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, numa perspectiva global, mas, também, com análises regionais e nacionais, com base em recente relatório (2023) produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). As preocupações internacionais sobre o trabalho desta numerosa categoria profissional visam promover mudanças em direção da adoção dos princípios do “trabalho decente”, tal como preconizado na Convenção da OIT no. 189, de 2011. Estes trabalhadores têm vínculos de trabalho predominantemente informais; há forte predomínio de mulheres; os salários são baixos; as jornadas de trabalho costumam ser excessivamente longas; direitos básicos de repouso remunerado e de férias anuais costumam ser desrespeitados; os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores são relevantes, e a proteção social é, frequentemente, baixa ou ausente. Práticas de violência e assédio têm grave incidência neste segmento, especialmente contra mulheres e migrantes. Discutem-se, ao final, estratégias para enfrentamento destas graves questões, com foco nas iniciativas da OIT e em iniciativas nacionais relevantes, com a participação sindical desta categoria, onde existente. O apelo que resume o artigo deveria ser: **“Trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo, uni-vos!”**.

**Palavras-chave:** Organização Internacional do Trabalho (OIT); trabalhadores domésticos; trabalho decente (digno); saúde e segurança no trabalho; saúde do trabalhador

## 1. Introdução

As trabalhadoras e os trabalhadores domésticos desempenham um papel inestimável em muitas sociedades, fornecendo serviços essenciais de cuidados diretos e indiretos às famílias. Como cuidadores, eles trabalham na base de nossas famílias, sociedades e economias.

No entanto, suas contribuições têm sido muitas vezes subestimadas. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT, publicado em 2021, revelou que **81% dos trabalhadores domésticos trabalhavam informalmente**, devido a deficiências na cobertura legal ou de fiscalização. No entanto, a crescente necessidade global de serviços de cuidado significa que a demanda por trabalhadoras e trabalhadores domésticos provavelmente aumentará. A questão é, em que condições?

O presente artigo, elaborado para o número 12/2023 dos *Cadernos CRIS* será dedicado ao tema **da promoção do trabalho decente (digno) no setor econômico do trabalho doméstico**, exercido majoritariamente por mulheres, mas, também, por trabalhadores masculinos, cuja caracterização formal, segundo a Convenção da OIT no. 189 (2011), sobre *Trabalho Decente (Digno) para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos*<sup>1</sup>, foi assim enunciada:

Para o propósito desta Convenção:

(a) o termo “trabalho doméstico” designa o trabalho executado em ou para um domicílio ou domicílios;

(b) o termo “trabalhadores domésticos” designa toda pessoa, do sexo feminino ou masculino, que realiza um trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho;

(c) uma pessoa que executa o trabalho doméstico apenas ocasionalmente ou esporadicamente, sem que este trabalho seja uma ocupação profissional, não é considerada trabalhador doméstico.

Fonte: OIT, 2011<sup>1</sup>

Uma década após a aprovação da Convenção no 189 (2011), pela Conferência Internacional do Trabalho, a OIT realizou uma robusta pesquisa de alcance mundial, cujos achados geraram um informe intitulado *Making Decent Work a Reality for Domestic Workers: Progress and prospects ten years after the adoption of the Domestic Workers Convention, 2011 (No. 189)*<sup>2</sup>, cuja versão em espanhol encontra-se no formato de Resumo Executivo, sob o título *Hacer del trabajo doméstico un trabajo decente. Avances y perspectivas una década después de la adopción del Convenio sobre las trabajadoras y los trabajadores domésticos, 2011 (núm. 189)*<sup>3</sup>.

A publicação da OIT, analisada e condensada neste artigo, é deste ano de 2023, constituindo-se uma síntese dos achados da pesquisa de 2021, complementada por uma visão panorâmica dos avanços alcançados em uma década, aqui resumidos e trazidos, também, como ‘práticas bem sucedidas’, que complementam e exemplificam a publicação, cujo título em inglês é *The road to decent work for domestic workers*<sup>4</sup> e a versão em espanhol: *La vía hacia el trabajo decente para las trabajadoras y los trabajadores domésticos*<sup>5</sup>.

## 2. Breve panorâmica sobre o ‘mundo do trabalho doméstico’ e sua relevância

Em todo o mundo, pelo menos **75,6 milhões de homens e mulheres com 14 anos ou mais estavam empregados como trabalhadores domésticos em 2019**. Esse número inclui aqueles contratados diretamente pelas famílias e aqueles que foram contratados por

prestadores de serviços ou por meio destes. De acordo com essa definição, um em cada 22 trabalhadores assalariados está empregado como empregado doméstico, o que representa **4,5% de todos os trabalhadores do mundo**.

As estimativas apresentadas neste relatório referem-se à definição do conceito de **“trabalhadores domésticos”** adotada pela 20ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (ICLS) em 2018, ajustado à definição contida na Convenção n. 189<sup>1</sup>. A definição estatística inclui:

- a) empregados domésticos, entendidos como todas as pessoas contratadas como empregadas diretamente pelos agregados familiares para a prestação de serviços destinados principalmente ao consumo dos seus membros, independentemente da natureza dos serviços prestados;
- b) trabalhadores domésticos empregados por prestadores de serviços; e
- c) prestadores de serviços domésticos empregados com fins lucrativos.

Neste documento da OIT, **todos os trabalhadores domésticos são considerados pessoas com atividade remunerada**, o que significa que todas as proporções relativas ao trabalho doméstico são expressas em percentagem das pessoas ocupadas (não estão incluídos os trabalhadores por conta própria).

Os maiores empregadores de trabalhadores domésticos do mundo estão na Ásia e no Pacífico (onde 50% de todos os trabalhadores domésticos estão localizados globalmente) e nas Américas (onde outros 23% estão localizados). A Europa e a Ásia Central empregam a menor proporção de trabalhadores domésticos (4,7%).

O trabalho doméstico representa de longe a maior parcela do emprego assalariado total nos Estados Árabes, onde os trabalhadores domésticos representam 14,8% de todas as pessoas empregadas. Da mesma forma, os trabalhadores domésticos representam uma parcela significativa do emprego total na África (7,3 por cento), América Latina e Caribe (8,4 por cento) e Ásia e Pacífico (4,6 por cento). Por outro lado, os trabalhadores domésticos representam apenas um por cento das pessoas empregadas na Europa e na Ásia Central.

A proporção de trabalhadores domésticos é excessivamente elevada em países de renda média e alta, principalmente porque eles contêm o maior número de empregadores domésticos e os níveis mais altos de desigualdade.

**As mulheres predominam no trabalho doméstico, representando 76,2% das pessoas ocupadas nos domicílios.** Globalmente, **uma em cada 12 trabalhadoras assalariadas é empregada doméstica**. As mulheres representam mais de 80% da força de trabalho neste setor nas Américas, Europa e Ásia Central. No entanto, cerca de um quarto do trabalho doméstico mundial é realizado por homens, que em algumas regiões representam de 40% a 65% dessa força de trabalho: 63,4% nos Estados Árabes, 53% no Norte da África e 42,6% no Sul da Ásia. No entanto, o setor doméstico é geralmente uma fonte muito menor de emprego para os homens: apenas 1,7 por cento dos homens empregados estão engajados no serviço doméstico.

Há uma separação relativamente clara entre homens e mulheres, quanto às ocupações mais comuns no trabalho doméstico: com raras exceções, os trabalhadores domésticos ocupam-se da limpeza, tarefas auxiliares e cuidados diretos, enquanto os homens tendem a trabalhar como cozinheiros, motoristas, agentes de manutenção de edifícios, e seguranças. **O trabalho doméstico continuará em alta demanda em todo o mundo, especialmente à luz das mudanças**

**demográficas.** O número de pessoas empregadas no trabalho doméstico provavelmente permanecerá constante devido à persistente desigualdade de renda, tanto dentro como entre os países, e no acesso a serviços de educação e cuidado.

Os trabalhadores que prestam serviços em ou para residências particulares não devem apenas realizar uma variedade de tarefas, mas também trabalhar de várias maneiras. Assim, é possível que:

- trabalhem por hora, dia ou mês;
- residam dentro ou fora do domicílio em que trabalham, ou para o qual trabalham;
- trabalhem com ou sem contrato por escrito;
- sejam diretamente empregados por um ou mais agregados familiares;
- sejam empregados por ou através de um provedor de serviços.

Apesar de desempenharem funções essenciais no trabalho, **oito em cada dez trabalhadoras domésticas estão empregadas informalmente**, o que significa que não têm acesso à previdência social.

**A taxa de emprego informal entre trabalhadores domésticos tende a ser maior do que a de outros trabalhadores**, mesmo em regiões onde a informalidade costuma ser alta, como África ou Ásia e Pacífico. Globalmente, a proporção de empregos informais entre trabalhadores domésticos é o dobro da de outros trabalhadores.

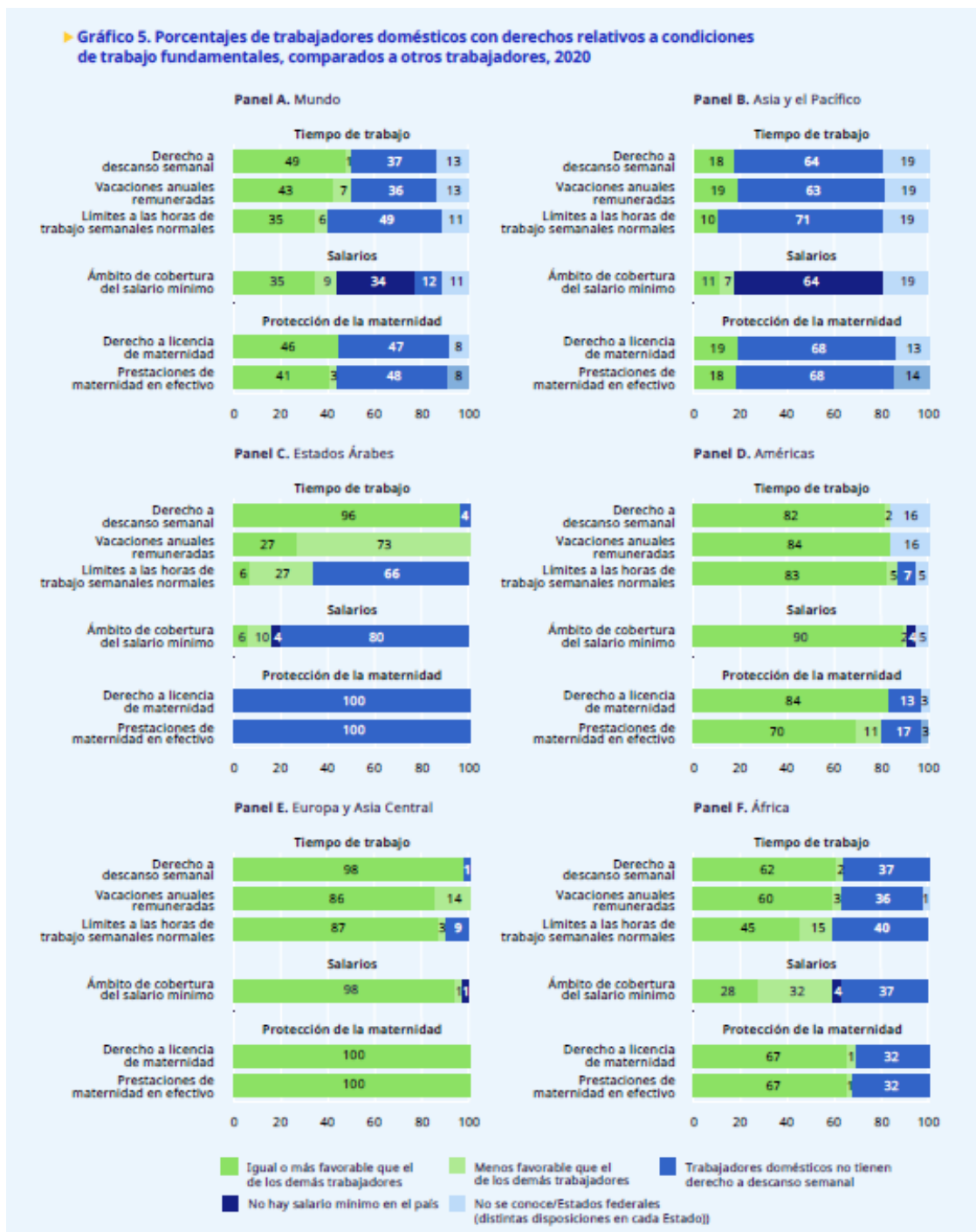
Como se verá adiante, o fenômeno do emprego informal está intimamente relacionado com o pagamento dos salários mais baixos e com jornadas muito curtas ou muito longas. **As trabalhadoras domésticas estão mais expostas à informalidade do que os homens em 67% dos países examinados.** No entanto, a força de trabalho masculina está super-representada nos Estados Árabes e na África, onde se registram as maiores taxas de informalidade no emprego doméstico.

### **3. Questões de cobertura legal referentes a condições de trabalho**

Globalmente, 95 dos 108 países pesquisados (88%) reconhecem o trabalho doméstico em sua legislação trabalhista, proporcionando assim alguma forma de reconhecimento legal a mais da metade (53,4%) de todos os trabalhadores domésticos. Os países que estabeleceram alguma forma de reconhecimento legal o fizeram por meio de legislação trabalhista geral, leis trabalhistas específicas ou regulamentos subordinados, ou instrumentos que combinem ambos os tipos de legislação. **De qualquer forma, 36,1% dos trabalhadores domésticos continuam totalmente excluídos da legislação trabalhista.**

Os trabalhadores domésticos reconhecidos pela legislação trabalhista geral ainda podem estar excluídos de algumas disposições legais específicas, ou receber um nível de proteção inadequado. Por exemplo, é elevada a percentagem de trabalhadores domésticos que continuam excluídos das disposições específicas que limitam o **horário normal de trabalho semanal** (48,9 por cento), das disposições relativas ao **descanso semanal** (37,3%) e das disposições relativas ao regime de **férias anuais remuneradas** (36,4%). Mais de um terço (34,2%) não tem direito legal a um **salário mínimo** em países onde existe um salário mínimo e 50,1% não tem direito legal à **previdência social**. Uma pequena mas significativa percentagem de trabalhadores domésticos está abrangida pela lei, mas não na mesma medida que os outros trabalhadores, especialmente nas áreas do **tempo de trabalho** e salários.

O Gráfico a seguir (Gráfico 5 na publicação original da OIT<sup>4,5</sup>), apresenta uma síntese dos principais achados referentes às porcentagens de trabalhadores domésticos com direitos relativos a **condições de trabalho fundamentais**, comparadas com outros trabalhadores.



FONTE: OIT, 2023<sup>5</sup> (pág. 13)

#### 4. Condições de trabalho aferidas na pesquisa

A cobertura legal é necessária, mas não suficiente para obter condições dignas de trabalho. Mesmo quando a legislação prevê a sua proteção laboral e social, na prática, muitos trabalhadores domésticos não têm acesso a proteção efetiva, devido à fraca fiscalização e

incumprimento da legislação em vigor. Esta seção descreve as condições efetivas de trabalho do pessoal doméstico no que diz respeito a **salários, jornada de trabalho, violência e assédio, e segurança e saúde no trabalho.**

#### **4.1. Salários (remuneração)**

Os trabalhadores domésticos estão entre os trabalhadores assalariados mais mal pagos, e aqueles em empregos domésticos informais ganham muito menos do que trabalhadores domésticos empregados formalmente ou outros trabalhadores. Os baixos salários neste setor são normalmente explicados pela inexistência de um salário-mínimo aplicável ao serviço doméstico e/ou pelo incumprimento do disposto sobre o salário-mínimo. As pessoas que vivem no agregado familiar que as emprega (“dentro de casa”) são particularmente vulneráveis, uma vez que trabalham **longas horas** e muitas vezes recebem uma remuneração mensal que reflete taxas horárias muito baixas. Além disso, é comum que parte de sua remuneração seja recebida em espécie, de modo que o pagamento em dinheiro seja ainda mais reduzido, aumentando sua dependência da família empregadora.

Globalmente, **os trabalhadores domésticos ganham 56,4% do salário médio mensal de outros trabalhadores.** As empregadas domésticas ganham **apenas metade do salário médio mensal** de todos os outros trabalhadores, enquanto os trabalhadores domésticos do sexo masculino ganham 67,3% do salário médio mensal dos outros trabalhadores.

A remuneração dos empregados domésticos com emprego informal equivale a **49% do salário dos demais trabalhadores e apenas 37,6% do salário médio dos trabalhadores formais.** Essa taxa é reduzida para **35,1% para trabalhadores domésticos com emprego informal.**

Nos países de alta renda, o salário dos trabalhadores domésticos é de apenas **53% do salário médio**; cerca de metade dessas pessoas trabalham menos de 35 horas por semana. Mesmo que isso signifique que seu salário por hora seja talvez o mais alto entre os trabalhadores domésticos em todo o mundo, ainda é substancialmente menor do que o de outros trabalhadores nesses países. Por outro lado, a África é a região onde o pessoal do serviço doméstico recebe os salários mais baixos em comparação com outros trabalhadores.

#### **4.2. Tempo de trabalho**

Embora seja improvável que os trabalhadores domésticos tenham horários de trabalho compatíveis com o que são considerados dias normais da semana, é mais provável que trabalhem horas muito curtas ou muito longas em comparação com as horas de outros trabalhadores. Globalmente, 64 por cento de todos os trabalhadores domésticos não trabalham no 'horário normal', em comparação com 46 por cento de todos os outros trabalhadores.

Os trabalhadores domésticos são mais propensos a trabalhar **horas excessivas** (mais de 60 horas por semana) ou têm **horas muito curtas** (menos de 20 horas por semana), em comparação com os assalariados em todos os países, em todos os grupos de renda.

A maioria dos trabalhadores domésticos trabalha **mais de 48 horas por semana** nos Estados Árabes (75%) e na Ásia e Pacífico (50%). As longas jornadas são mais comuns no trabalho doméstico “interior”, que é predominante nessas regiões e geralmente emprega **mão de obra migrante**. Na Europa e na Ásia Central, a tendência é de redução do horário de trabalho: 28% das empregadas domésticas trabalham menos de 20 horas e 24% entre 25 e 34 horas. Na América Latina e no Caribe, há uma tendência mais acentuada de trabalhar em turnos “normais” em comparação com outras regiões: 39,9% das empregadas domésticas trabalham em turnos

semanais de 35 a 48 horas e 47,9%, menos de 35 horas. Isso indica uma tendência ao cumprimento das leis trabalhistas e, também, à contratação por hora ou por dia (sugerindo também que o número de trabalhadores domésticos residentes em domicílios patronais está diminuindo).

Trabalhar em turnos muito curtos ou muito longos acarreta riscos significativos. A redução da jornada resulta na obtenção de rendimentos baixos, incertos e instáveis, o que agrava os déficits de trabalho decente. As pessoas que aceitam horas muito longas geralmente o fazem porque seu salário por hora é muito baixo, o que os obriga a trabalhar mais para ganhar a vida. **No caso dos trabalhadores “interiores”, as longas horas tendem a ser o resultado da falta de limites legais ao tempo de trabalho e da falta de cobertura do salário-mínimo.**

Aqueles que trabalham longas horas estão expostos a **desequilíbrios na vida profissional** e às **repercussões do excesso de trabalho na saúde** e, provavelmente, à **deterioração de sua saúde física e psicológica.**

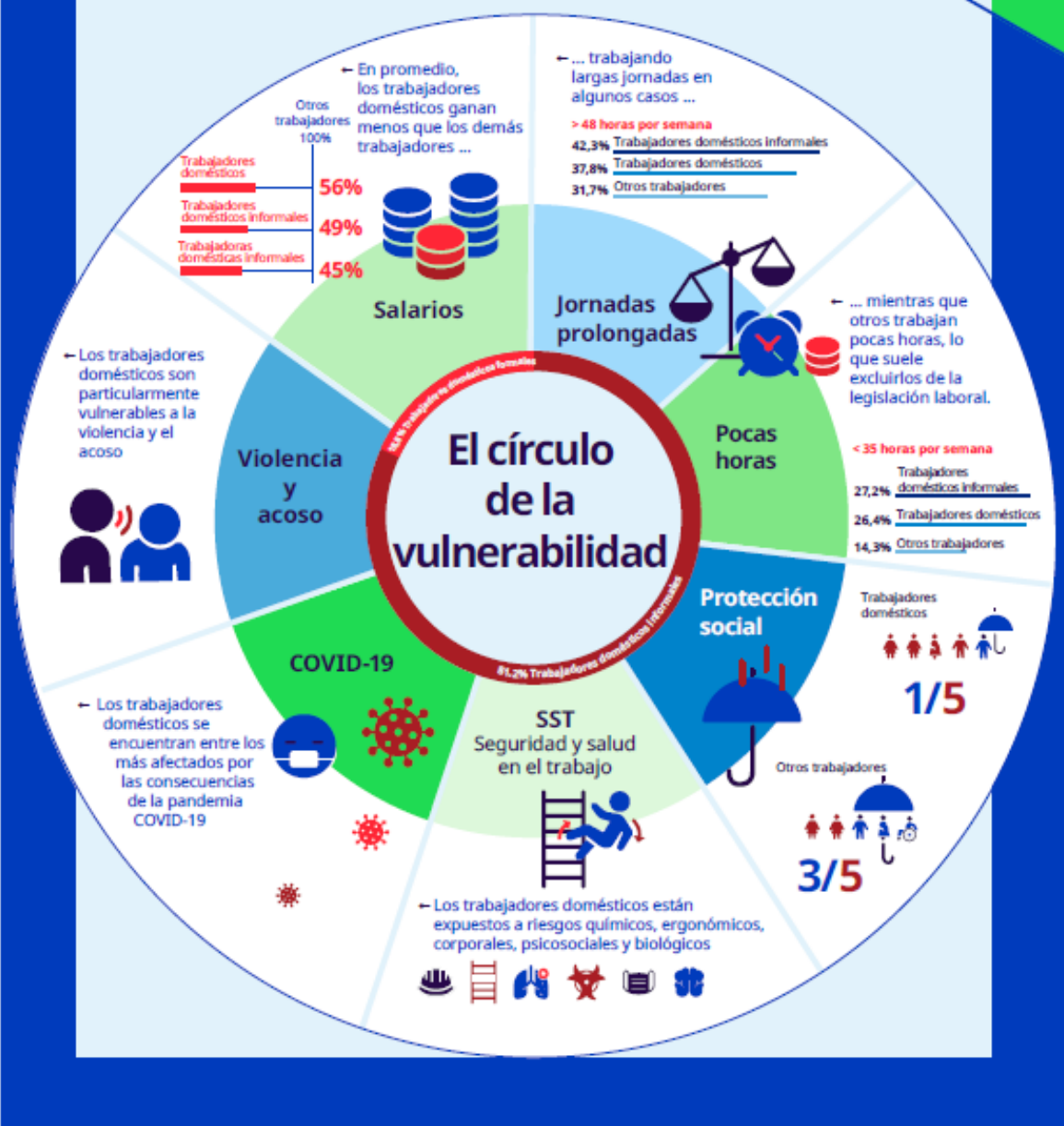
#### **4.3. Condições precárias de trabalho como causa e como consequência da informalidade**

Os déficits de trabalho (digno) decente costumam ser mais graves para os trabalhadores **domésticos informais**. A correlação entre **emprego informal** e **tempo de trabalho** e **salários** é bidirecional. Ou seja, o pessoal doméstico com jornadas mais curtas ou mais longas e os salários mais baixos tendem a ser empregados no setor informal. Por outro lado, as pessoas em empregos informais trabalham mais horas extremas (curtas ou longas) em comparação com os trabalhadores domésticos formais e ganham salários mais baixos. Para os trabalhadores domésticos que trabalham em jornadas reduzidas ou recebem baixos salários, a informalidade pode decorrer do fato de as horas trabalhadas por domicílio ou por semana ficarem abaixo dos limites estabelecidos para se qualificar para a previdência social, o que na prática os exclui de sua cobertura. Longas jornadas de trabalho e baixos salários também podem ser fatores que influenciam fortemente a informalidade, pela inexistência de limites legais adequados ou suficientes de jornada de trabalho e salário-mínimo, ou pelas deficiências no cumprimento das leis pertinentes, se houver.

A Figura a seguir, extraída da página 16 do Informe da OIT (2023)<sup>5</sup>, resume das informações obtidas na pesquisa, referentes às condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas, formadoras de um **“círculo de vulnerabilidade”**.

# Condiciones de trabajo de los trabajadores domésticos

Los déficits de trabajo decente afectan a todos los trabajadores domésticos, y especialmente a los que tienen un empleo informal



FONTE: OIT (2023)<sup>5</sup> (pág.16)



#### 4.4. Saúde e segurança no trabalho

Os trabalhadores domésticos tendem a apresentar déficits de trabalho digno em matéria de segurança e saúde no trabalho (SST) e são mais vulneráveis às repercussões dos riscos de SST, devido às características do seu trabalho e ambiente de trabalho (moradias/residências) e às circunstâncias específicas do setor. No desempenho de suas funções de limpeza, os trabalhadores domésticos são frequentemente expostos a **agentes químicos**, como desinfetantes, detergentes, amônia, inseticidas, colas e medicamentos, que podem penetrar no corpo humano por inalação, contato com a pele ou ingestão, causando efeitos imediatos (intoxicações, alergias) ou de longo prazo, como câncer. Os trabalhadores domésticos também estão expostos a **riscos físicos**, como trabalhos em altura, e **riscos ergonômicos** inerentes a tarefas como levantar objetos, movimentar e manusear cargas pesadas, permanecer em posturas repetitivas (como ficar em pé por longas horas), sem possibilidade de compartilhar a carga de trabalho ou transferi-la para colegas. Eles também costumam trabalhar para vários domicílios e próximos aos membros desses domicílios, tornando-os especialmente vulneráveis a **riscos biológicos** e doenças transmissíveis, como ficou tristemente demonstrado na pandemia da COVID-19.

Os trabalhadores domésticos que residem na casa do empregador também estão superexpostos a riscos como **longas jornadas de trabalho**, **isolamento** no local de trabalho e **exclusão social**. Aqueles que trabalham em empregos informais são particularmente vulneráveis aos riscos de SST, devido à **falta de acesso a cuidados de saúde e proteção social**.

O setor do trabalho doméstico raramente é incluído nas disposições legais sobre SST. Em alguns casos, os trabalhadores domésticos são excluídos dessa legislação porque já estão excluídos da legislação trabalhista; em outros casos, eles são explicitamente excluídos da legislação de SST. Quando não há diretrizes claras de SST para o setor doméstico, ou quando as especificidades desse setor são ignoradas, fica difícil abordar os problemas existentes e expor as violações. Algumas características sociais e culturais dos trabalhadores domésticos podem aumentar sua exposição a riscos de SST. Por exemplo, podem ser incapazes de falar ou ler a língua do lugar onde vivem e trabalham, como costuma acontecer com **trabalhadores domésticos migrantes e membros de comunidades indígenas**. Baixos níveis de alfabetização também podem contribuir para dificuldades no acesso a informações sobre riscos de SST. Além disso, deve-se notar que os trabalhadores domésticos quase nunca recebem **treinamento sobre normas de SST**.

#### 4.5. Violência e assédio (moral e sexual)

Os **riscos psicossociais** constituem outro grupo de riscos de SST a que estão expostos os trabalhadores domésticos; entre esses riscos, o mais frequente é o da **violência** e do **assédio** em suas diversas formas, incluindo a **violência de gênero**. A violência e o assédio contra empregados domésticos são fenômenos sistemáticos, profundamente enraizados nos padrões sociais e que são mais frequentemente considerados por esses trabalhadores como "normais", "parte de nossa vida" ou "parte de nossa cultura". Alguns dos tipos mais comuns de violência e assédio sofridos por trabalhadores domésticos no local de trabalho incluem **abuso financeiro, psicológico, físico, sexual e verbal e falta de acesso a alimentação adequada**. Outras formas de violência menos frequentes, mas perturbadoras, incluem **intimidação, coerção, violações do espaço privado e retenção de salários**.

Os trabalhadores domésticos são particularmente vulneráveis à violência e assédio no trabalho devido a uma combinação de fatores: suas tarefas são realizadas a portas fechadas, em

condições de isolamento e em ambientes de trabalho onde prevalecem grandes desequilíbrios (assimetrias) de poder. Devido à sua dependência do empregador, seja economicamente ou devido ao seu status de migrante, os trabalhadores domésticos talvez sejam mais propensos a tolerar a violência e o assédio. A falta de mecanismos de tratamento de reclamações e de oportunidades de **organização e exercício da liberdade sindical** é outro fator de **vulnerabilidade** para os empregados domésticos. O fato de estarem frequentemente excluídos das leis trabalhistas e de proteção social, e muitas vezes não terem emprego formal, agrava esta dependência, uma vez que não têm acesso a subsídio (auxílio) de desemprego ou a outros seguros a que recorrer. Em caso de um empregador abusivo. A incompreensão do que constitui **violência e assédio**, o escasso conhecimento dos seus direitos e a falta de formação sobre as normas de SST contribuem para aumentar a **vulnerabilidade** dos trabalhadores domésticos. Fatores relacionados ao perfil demográfico de muitos trabalhadores domésticos também contribuem para agravar os riscos. São, por exemplo, opiniões discriminatórias sobre a etnia do trabalhador, sua nacionalidade ou status de imigração, barreiras linguísticas e exclusão social.

## 5. Considerações finais e perspectivas

Frente à relevância e gravidade da situação da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho nas casas e residências – “trabalhadoras e trabalhadores domésticos” – por certo, mais do que nunca, será necessário despertar ainda mais sua consciência de classe e seu sentimento de pertencimento a esta categoria. Daí o convite opo apelo no título deste artigo: **“Trabalhadoras e trabalhadores domésticos do mundo, uni-vos!”**, adaptado do *Manifesto Comunista* de 1848 e de outros discursos associados.

Como se viu, a OIT vem, nos anos mais recentes, priorizando a promoção do trabalho decente (digno) neste setor econômico crítico e habitualmente negligenciado, e a **Convenção no. 189 (2011)**<sup>1</sup> representa um importante marco de referência global, assim como a correspondente **Recomendação no. 201**, sobre o mesmo tema.

Com efeito, o documento aqui analisado (OIT, 2023)<sup>4,5</sup> já inclui, em seu capítulo 5º, importantes relatos de recentes avanços significativos em direção ao ‘trabalho digno’ (decente) neste segmento, em dezenas de países no mundo, com destaque para os efeitos em curso no Brasil, a partir da adoção da referida Convenção 189 pelo Brasil, em 2018, e das parcerias e engajamento com importantes representações sindicais de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, como a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas), por exemplo<sup>6</sup>.

## Referências

- 1.OIT. Organização Internacional do Trabalho. Convenção sobre Trabalho Decente (Digno) para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, 2011 (no. 189). Disponível na Internet: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_169517.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf) (acesso 17jul.2023)
- 2.ILO. International Labour Organization. Making Decent Work a Reality for Domestic Workers: Progress and prospects ten years after the adoption of the Domestic Workers Convention, 2011 (No. 189). Disponível na Internet: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_802551.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_802551.pdf) (acesso 17jul.2023)
- 3.OIT. Organización Internacional del Trabajo. Hacer del trabajo doméstico un trabajo decente. Avances y perspectivas una década después de la adopción del Convenio sobre las trabajadoras y los trabajadores domésticos, 2011 (núm. 189) (Resumen Ejecutivo). Disponível na Internet:

[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_802556.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_802556.pdf) (acesso 17jul.2023)

4. ILO. International Labour Organization. The road to decent work for domestic workers. Disponível na Internet: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_883181.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_883181.pdf) (acesso 17jul.2023)

5. OIT. Organización Internacional del Trabajo. La vía hacia el trabajo decente para las trabajadoras y los trabajadores domésticos. Disponível na Internet: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_885233.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_885233.pdf) (acesso 17jul.2023)

6. FENATRAD. Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Encontro promovido pela FENATRAD, Themis e Care discute a Convenção 189 da OIT. 16 de junho de 2023. Disponível na Internet: <https://fenatrad.org.br/2023/06/16/encontro-promovido-pela-fenatrad-themis-e-care-discute-a-convencao-189-da-oit/> (acesso 17jul.2023)

**A necessidade de garantir o acesso à saúde a mulheres e crianças refugiadas por meio de políticas públicas e apoiar a reunificação familiar**

***La necesidad de garantizar el acceso a la salud a mujeres y niños y niñas refugiadas por medio de políticas públicas y apoyar la reunificación familiar***

**Rafael Gomes França**

**Harim Baek**

**Júlia Moraes**

**Deisy de Freitas Lima Ventura**

**Resumo.** O Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca o aumento de mulheres e crianças solicitantes de refúgio no Brasil e a necessidade de que haja políticas específicas para este público. Também apresenta os resultados de um projeto entre o ACNUR e a OCDE que monitorou as rotas de reunificação familiar de refugiados.

**Palavras chave:** Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas.

**Resumen.** El Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca el aumento de mujeres y niños y niñas solicitantes de refugio en Brasil y la necesidad de que haya políticas específicas para este público. También presenta los resultados de un proyecto entre el ACNUR y la OCDE que monitoró las rutas de reunificación familiar de refugiados.

**Palabras clave:** Refugio. Salud Global. Políticas Públicas.

**Aumento do número de mulheres e crianças venezuelanas vindo para o Brasil ressalta necessidade de políticas públicas inclusivas<sup>20</sup>**

Dentre as pessoas que solicitaram refúgio ao Brasil, mulheres e crianças apresentaram um aumento expressivo, especialmente, as venezuelanas – o que retrata a necessidade de medidas e ações voltadas para a construção de políticas públicas, que levem em consideração as demandas dessa população. Esse foi um dos pontos importantes que chamaram atenção na divulgação do relatório Refúgio em números 2023, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), no último 20 de junho, Dia Mundial das Pessoas Refugiadas.

O relatório mostra que pessoas vindas da Venezuela continuam como a grande maioria das que solicitam refúgio no Brasil – 67% dos mais de 33,7 mil pedidos registrados em 2022. Os homens permanecem entre a maioria das pessoas que realizam a solicitação de refúgio, girando em torno de 54,6% frente às 45,4% das mulheres que também realizam o pedido. O relatório chama a atenção para o crescimento no número de mulheres e crianças de até 15 anos de idade que vêm chegando ao país. Em meio a todas as mulheres que solicitaram refúgio no Brasil no ano de 2022, cerca de 70% eram venezuelanas. Entre os homens, os venezuelanos correspondem por aproximadamente 64% do total de pedidos. Na faixa etária que chega até 15

---

<sup>20</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/07/13/aumento-do-numero-de-mulheres-e-criancas-venezuelanas-vindo-para-o-brasil-ressalta-necessidade-de-politicas-publicas-inclusivas/>

anos de idade, 82,5% das pessoas que solicitaram refúgio no Brasil em 2022 eram venezuelanas, conforme os dados do relatório.

A pesquisadora do OBMigra, Tânia Tonhati, durante a apresentação do relatório, disse que existe uma tendência nos processos de migração nos últimos cinco anos, chamado de “feminização da migração”. Juntamente com as mulheres, chegam também crianças e adolescentes, e é necessário pensar em políticas públicas voltadas para esses grupos. Indo em direção dessa problemática, é preciso construir novas políticas e melhorar as que já estão em funcionamento. Ela citou como exemplo as políticas referentes aos mecanismos de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), inserção no mercado formal de trabalho, creches e escolas, entre outros.

Conforme a pesquisa divulgada em 2022 pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), através do programa Moverse, as pessoas que são interiorizadas e possuem filhos e filhas têm participação ativa entre as que se interiorizaram por intermédio da modalidade institucional (92,2%), seguida da modalidade de reunificação familiar (83,8%). Mediante as que são interiorizadas com uma vaga de emprego já sinalizada, a quantidade de pessoas com crianças é menor (74,5%). Ou seja, no processo complexo de interiorização, as pessoas que são solteiras e sem filhos acabam tendo mais chances de irem para outros estados com uma vaga de emprego.

A especialista em Empoderamento Econômico na ONU Mulheres, Flávia Muniz, ressalta que a pesquisa também apresenta a existência de muito mais desafios na inserção das mulheres em comparação aos homens no mercado formal de trabalho, essencialmente para mulheres com vários filhos e famílias monoparentais. Esses entraves são sentidos tanto entre as que são interiorizadas, quanto entre as que continuam em abrigos em Roraima. Mas, entre as interiorizadas, a dificuldade em encontrar oportunidades de trabalho as leva a recorrer com mais frequência às políticas de assistência social do Estado.

### **Estudo do ACNUR-OCDE**

Um novo relatório, divulgado no dia 3 de Julho de 2023, constatou que mais de 2 milhões de pessoas deslocadas por conflitos e crises receberam permissões de entrada concedidas por 37 países da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e pelo Brasil, entre 2010 e 2021. Essas autorizações permitiram que os refugiados se reunissem com suas famílias, buscassem educação e oportunidades de trabalho e tivessem acesso a apoio financeiro<sup>21</sup>.

A publicação, Safe Pathways for Refugees<sup>22</sup>, é resultado de um projeto conjunto entre o ACNUR, Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e a OCDE. O projeto começou em 2018 e examinou informações estatísticas de 2010 até 2021. O relatório semestral compila dados de 37 países da OCDE e do Brasil, e foca nos caminhos de reunificação familiar, educação e mobilidade laboral de sete nacionalidades (Afeganistão, Eritreia, Irão, Iraque, Síria, Somália e Venezuela).

---

<sup>21</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-oecd-study-2-million-displaced-people-granted-entry-permits-over-decade>

<sup>22</sup> [https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?\\_gl=1\\*qb1jro\\*\\_rup\\_ga\\*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc0OTg0MzU.\\*\\_rup\\_ga\\_EVDQTJ4LMY\\*MTY4OTQyOT\\_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA](https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?_gl=1*qb1jro*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc0OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4OTQyOT_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA)

Com a pandemia da covid-19, houve um declínio na emissão de vistos em 2020. No entanto, o relatório mostra que o número geral se recuperou em 2021, com 160 mil autorizações concedidas, superando o número em 2011 (uma década antes) em mais de 50%. As autorizações de reagrupamento familiar representaram uma parcela significativa (64%) de todas as autorizações emitidas<sup>23</sup>. Isso destaca a importância de manter as famílias unidas e garantir sua segurança e bem-estar.

Em 2021, Alemanha e Canadá ficaram no topo da lista, concedendo vistos de trabalho, estudo ou fins familiares a refugiados dos sete países. O Reino Unido, a Suécia e os Estados Unidos também foram os cinco principais países em termos de emissão de permissão de entrada. No geral, a Europa foi responsável por 54% de todas as autorizações de entrada emitidas, seguida pelas Américas com 38%<sup>24</sup>.

O relatório também destacou e criticou as barreiras existentes que impedem os refugiados de acessar essas autorizações de entrada, incluindo falta de documentos de viagem, altos custos administrativos, requisitos de documentação inflexíveis e informações e assistência insuficientes. Assim o trabalho visa expandir a análise para apoio financeiro e admissões humanitárias<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> [https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?\\_gl=1\\*qb1jro\\*\\_rup\\_ga\\*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.\\*\\_rup\\_ga\\_EVDQTJ4LMY\\*MTY4OTQyOT\\_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA](https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?_gl=1*qb1jro*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4OTQyOT_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA).

<sup>24</sup> [https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?\\_gl=1\\*qb1jro\\*\\_rup\\_ga\\*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.\\*\\_rup\\_ga\\_EVDQTJ4LMY\\*MTY4OTQyOT\\_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA](https://globalcompactrefugees.org/about-gcr/resources/reports/oecd-unhcr-safe-pathways-refugees-iii?_gl=1*qb1jro*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4OTQyOT_U4NC4xMC4wLjE2ODk0Mjk1ODQuMC4wLjA).

<sup>25</sup> <https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-oecd-study-2-million-displaced-people-granted-entry-permits-over-decade>

## De mercadoria a um bem comum: uma agenda feminista para enfrentar a crise mundial da água

### *From commodity to common good: a feminist agenda for addressing the global water crisis*

*Maria Teresa Rossetti Massari*

*Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

**Abstract:** *UN Women published a document that analyzed the state of the art when it comes to gender equality in Sustainable Development Goal 6 (SDG 6) - Drinking Water and Sanitation. The aim of the document is to show how a gender perspective can inform and strengthen the discourse around accelerating this SDG. It emphasizes the need for a feminist approach to addressing the global water crisis, one that recognizes the important role that women play in their communities as primary collectors, protectors and stewards of water.*

**Keywords:** *Sustainable development; Equity in water access; Women's health.*

**Resumo:** A ONU Mulheres publicou um documento que analisou o estado da arte quando se fala em igualdade de gênero no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) - Água Potável e Saneamento. O objetivo do documento é mostrar como uma perspectiva de gênero pode informar e fortalecer o discurso em torno da aceleração deste ODS. Ele enfatiza a necessidade de uma abordagem feminista para enfrentar a crise global da água, que reconheça o importante papel que as mulheres desempenham em suas comunidades como principais coletoras, protetoras e administradoras da água.

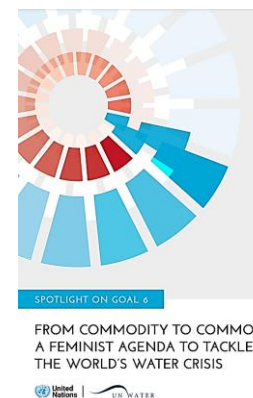
**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável; Equidade no acesso à água; Saúde da Mulher.

**“Água é sobre direitos humanos e igualdade de gênero. E por isso que a água precisa estar no centro da agenda política global”,** Secretário-geral da ONU, António Guterres.

Os dados e projeções mais recentes sobre gênero e água revelam que o direito humano de acesso à água e ao saneamento ainda estão longe de serem uma realidade para muitas mulheres e meninas em todo o mundo. O documento publicado pela ONU Mulheres pede a representação igualitária das mulheres na liderança e na tomada de decisões e traça uma conexão clara entre justiça social, direitos ecológicos e direitos das mulheres.

A vida na terra depende da água e nenhuma forma de vida pode sobreviver sem ela. Os primeiros habitantes do planeta, guardiões e protetores da água, há muito a consideram como um recurso sagrado. A água, nesta perspectiva, não é algo a ser possuído, mas uma entidade viva que deve ser protegida de danos no ambiente, resíduos e poluição ao invés de explorada como mercadoria ou ativo financeiro

Com a crise global da água se agravando, chegou a hora de atender ao chamado de uma perspectiva centrada no respeito pelas dádivas que a água oferece, a partir da sua proteção. O



empoderamento das mulheres como guardiãs e protetoras da água é alcançado através do reconhecimento e cumprimento dos seus direitos.

### **Desigualdade em um mundo cada vez mais escasso em água**

A quantidade de água doce na Terra permaneceu constante por centenas de milhões de anos. Mas esses recursos não são infinitos. Eles serão exauridos se consumidos além dos limites da sua renovação. Apesar disso, em todos os países, a demanda por água está crescendo. Globalmente, o uso da água tem aumentado constantemente, em cerca de 1% ao ano nos últimos 40 anos. Além disso, projeta-se um crescimento de mais 20% a 30% até 2050, impulsionado principalmente pelo aumento industrial e demanda doméstica.

A maior demanda por água continua a ser impulsionada pela população em crescimento, desenvolvimento socioeconômico e maior adoção de recursos e padrões de consumo. O maior uso da água ocorre na agricultura, especialmente na agricultura irrigada (72%), seguida pelas atividades industriais (12%). Apenas 16% da água é usada pelos municípios para serviços voltados ao consumo direto das famílias, dos quais as mais pobres só conhecem as dificuldades associadas com a vida sem água potável e saneamento básico.

No contexto de maior escassez de água essas desigualdades de acesso tendem a crescer. Mulheres e meninas em domicílios com falta de água, que já passam muito tempo percorrendo longas distâncias para coletar água para suas famílias, enfrentarão problemas e dificuldades ainda maiores.

### **Uma nova abordagem feminista para reverter a crise global da água**

Mulheres com fortes laços com a terra há muito defendem uma perspectiva radicalmente nova sobre a água e o desenvolvimento, aquele que reconhece, respeita e defende os direitos da água e de todos os seres vivos seres que dependem dela. Por muito tempo essas perspectivas foram marginalizadas e ignoradas. Os esforços para trazê-las à luz estão crescendo, mas permanecem limitadas em escopo e alcance.

De acordo com a avaliação mais recente da Meta ODS 6.5 (até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado) esforços nacionais têm sido feitos para equilibrar demandas concorrentes de água com sustentabilidade ambiental, mas ainda assim eles permanecem em grande parte inadequados. Além disso, identificou-se que há um alto nível de compromissos no papel, mas que na prática, as perspectivas de gênero no planejamento, gestão e tomada de decisão estão ausentes em grande parte.

Uma abordagem feminista para a crise da água reconhece o papel fundamental que as mulheres exercem em suas comunidades, como as principais coletoras, protetoras e gestoras de água. Essa perspectiva exige a representação igualitária de mulheres na liderança e tomada de decisões nas suas comunidades para incorporar suas perspectivas, inclusive sobre os “direitos da natureza”, como parte da governança de um projeto ecologicamente responsável pela água. Fundamentalmente, essa abordagem desenha uma clara conexão entre justiça social, ecologia, direitos humanos e direitos das mulheres, e defende que, para acelerar o ODS 6, inevitavelmente, os países devem acelerar o ODS 5 (igualdade de gênero) e vice-versa. Nesse sentido, o relatório destaca que os direitos humanos relacionados com a água, a partir da perspectiva de gênero, reforça o argumento de que proteger os ecossistemas aquáticos e garantir os direitos e o bem-estar de mulheres e meninas andam de mãos dadas. Ele considera



que as principais causas da crise hídrica (mudanças climáticas, consumo excessivo, poluição e má gestão) e lacunas no acesso à água potável e saneamento adequado têm relação íntima com a desigualdade de gênero, tornando as mulheres mais vulneráveis à crise da água e aos efeitos que ela tem sobre o risco de pobreza das mulheres, problemas de saúde, insegurança alimentar e violência.

### **O direito à água e o direito à vida**

Reconhecido em 2010 pela Assembleia Geral das Nações Unidas como um direito humano básico, sem o qual o “pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos” não pode ser realizado, o direito à água é o direito à própria vida.

O acesso à água e à serviços de água é particularmente importante para mulheres e meninas que, na maioria das vezes, são as fornecedoras e usuárias primárias de água em suas famílias. Da mesma forma, o acesso inadequado ao saneamento compromete não só a higiene menstrual e a saúde das mulheres, mas também pode expô-las à violência.

Tanto o direito à água potável como o direito ao saneamento são reconhecidos como fundamentais para promover os direitos e a dignidade das mulheres. Como tal, a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015 ratificou uma resolução sobre os direitos à água e ao saneamento.

Além disso, a Agenda 2030 reconhece a centralidade dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável e a relação entre água potável, saneamento, saúde, educação e redução da pobreza. Ao mesmo tempo que rejeita a noção de que a degradação ambiental é justificada em busca de padrões de vida mais elevados.

### **Igualdade de gênero e uma abordagem baseada em direitos de acesso à água e saneamento**

**Disponibilidade:** uma pessoa média precisa de pelo menos 20 litros de água por dia para satisfazer as suas necessidades básicas. Ainda assim, ao redor do mundo, mulheres e meninas das comunidades mais pobres sobrevivem com muito menos que isso.




Esse déficit coloca milhões de vidas em risco - mais de 800.000 mulheres perdem a vida todos os anos devido ao acesso insuficiente à água, saneamento e higiene.

**Acessibilidade:** mulheres e meninas em muitos países ainda são forçadas a caminhar longas distâncias para levar água para suas famílias, gastando em média entre três e seis horas todos os dias nesta atividade. Mais tempo coletando água significa menos tempo para outras atividades, incluindo emprego e educação, o que acaba por fortalecer as desigualdades de gênero e perpetuar a pobreza. Em Serra Leoa, por exemplo, 62% das famílias dependem de mulheres para coletar água e 15% em meninas.

**Acessibilidade financeira:** milhões de pessoas em todo o mundo precisam utilizar fornecedores privados de água, incluindo caminhões tanque, carrinhos pequenos e água engarrafada e embalada para suprir as suas necessidades de água limpa. Estes recursos são muito mais caros que o fornecido público de água encanada, mas muitas vezes são a única opção onde a infraestrutura não é desenvolvida. O custo da água é um problema crescente que afeta mais as mulheres do que os homens. Uma análise de 22 países mostra que as mulheres são mais propensas a dizer que tiveram dificuldades financeiras para pagar contas de serviços públicos, incluindo a conta de água (13% das mulheres).

Qualidade e aceitabilidade: globalmente, estima-se que em 2020 44% de toda água residual doméstica não foi seguramente tratada antes da liberação no meio ambiente. Além disso, quase 122 milhões de pessoas globalmente coletam água de fontes não tratadas. A má qualidade da água e os riscos de saúde associados são um problema crescente em todos os países e regiões. Um estudo citado no relatório, com base em dados de 162 países, mostra que 3 em cada 10 pessoas dizem não estar satisfeitas com a qualidade da água - mulheres de baixa renda são mais propensas a relatar preocupações com a qualidade da água, em comparação com as mulheres de maior renda.

**Imagem 1 - As raízes da crise global da água**

		
<p><b>Mudanças Climáticas</b></p> <p>O número de pessoas expostas em áreas propensas a inundações aumentou quase 1/4 desde 2000 devido às consequências do aquecimento global, incluindo chuvas extremas, elevação do nível do mar e furacões mais intensos.</p>	<p><b>Demanda Aumentada</b></p> <p>Globalmente, o uso da água tem aumentado constantemente, em aproximadamente 1% ao ano nos últimos 40 anos. Projeta-se acréscimo de outros 20% a 30% até 2050.</p>	<p><b>Poluição e Má Gestão</b></p> <p>De acordo com a mais recente avaliação da Meta 6.5, os esforços nacionais para equilibrar as demandas de água com a sustentabilidade ambiental permanecem amplamente inadequadas.</p>

Fonte: adaptado de UN Women, 2023.

#### 1) Mudanças climáticas

Excesso de água devido a ciclones, inundações e furacões ou escassez de água diante de graves e prolongadas secas podem destruir a vida e expor mulheres e meninas a intensas dificuldades, incluindo maior insegurança alimentar, pobreza e violência. As mudanças climáticas têm causado desastres naturais e riscos climáticos mais frequentes, graves e mais destrutivos. Toda a vida na Terra está em risco com todos os graus de aquecimento.

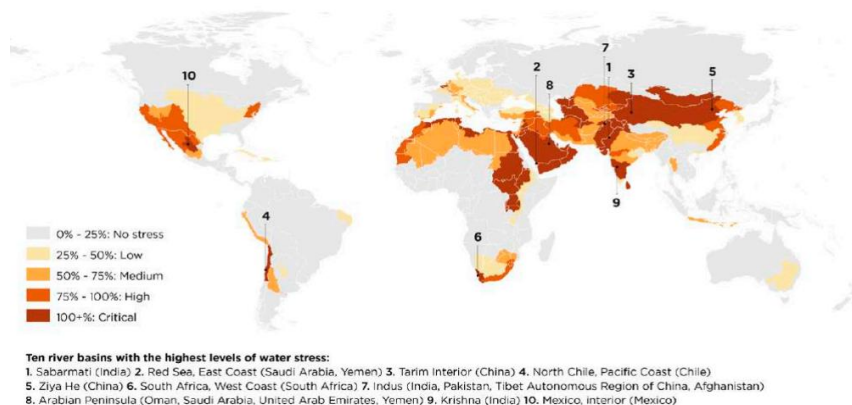
#### 2) Aumento na demanda de água

Em 2020, 18,2% de todos os recursos hídricos doces renováveis estavam sendo retirados. Embora este número esteja abaixo do valor de referência considerado para estresse hídrico (25%), ele esconde grandes variações entre regiões e países. Na realidade, uma grande parte da população mundial vive em condições de estresse hídrico, e o número de mulheres expostas é projetado para crescer nos próximos anos.

Em 2023, estima-se que 380 milhões de mulheres e meninas do mundo (9,5%) vivem nos 26 países com estresse hídrico alto ou crítico. Projeta-se que este número chegue a 471 milhões até 2030 e 674 milhões até 2050, representando 11,1% e 13,9%, respectivamente.

O estresse hídrico, mapeado pelas principais bacias hidrográficas mostra até que ponto os recursos hídricos estão sendo explorados.

**Imagem 2** - Estresse hídrico por grandes bacias hidrográficas, 2018 (porcentagem)



Fonte: adaptado de UN Women, 2023.

### 3) Poluição e má gestão

A gestão de água e resíduos refere-se às tomadas de decisões para atender de forma sustentável as necessidades dos usuários no que se refere à água. Sem uma gestão de resíduos adequada, eficaz, sustentável e equitativa, os recursos hídricos se tornarão mais escassos e/ou poluídos. A consequência para as pessoas e o planeta é uma distribuição desigual e insustentável.

Alguns estudos recentes apontam que até 80% da água residual de todo o mundo - incluindo água não tratada, esgoto, escoamento agrícola e resíduos industriais - são descartados de volta ao meio ambiente sem nenhum tratamento.

Questões sobre quem tem acesso à água, como ela é distribuída, quem mantém seus sistemas e faz a gestão de resíduos, e quem toma decisões sobre seu uso, são complexas e moldadas por muitos fatores, incluindo normas de gênero e relações de poder.

Outro ponto da gestão que é levantado pelo documento é a necessidade de cooperação transfronteiriça, focada no uso sustentável e equitativo dos recursos hídricos, particularmente em locais de clima quente que transcendem as fronteiras do país.

Todos os processos de gestão da água devem incluir mulheres e comunidades locais como o foco e epicentro da crise hídrica. Ainda assim, as mulheres continuam gravemente sub-representadas nesse processo. Em 2020, de 170 países apenas 26% alcançaram níveis altos ou muito altos de integração de gênero na gestão dos recursos hídricos, planos, leis e afins. Em 2019, apenas 23,7% dos gestores de grandes empresas de serviços públicos (com mais de 200 funcionários) eram mulheres. Em concessionárias menores, a participação foi inferior (23,1%).

Normas sociais tendenciosas em torno da capacidade das mulheres de fazer trabalhos técnicos e a falta de políticas sensíveis ao gênero no local de trabalho são algumas das barreiras que inibem o recrutamento e a retenção de mulheres no setor de água.

## **Ônus da coleta de água**

Quando a água potável segura não está disponível, o ônus da coleta de água e seu tratamento recai em grande parte sobre mulheres e meninas. Um estudo de 24 países da África Subsaariana estimou que 3,4 milhões de crianças (62% de meninas e 38% de meninos) e 13,5 milhões de mulheres gastam mais de 30 minutos por dia indo buscar água. No Malawi, as mulheres sem água potável gastam em média 54 minutos por dia coletando água, enquanto os homens gastam 6 minutos. No Iraque, o estudo mostra estresse hídrico alto (79,5%), onde 30% da população rural não melhorou as instalações para acesso à água potável e as mulheres gastam três horas por dia coletando água. (Para acessar os dados completos, [clique aqui](#)).

Os últimos dados disponíveis de uma seção transversal de países confirmam que enquanto homens e meninos também são responsáveis pela captação de água, mulheres e meninas são, na maioria das vezes, as principais coletoras. Vale lembrar que as mulheres rurais, em particular, arcam com o maior fardo. Em Chade, as crianças são as principais coletoras de água em 20% dos lares. Os dados mostram que meninas menores de 15 anos de idade têm quase cinco vezes mais probabilidade de serem responsáveis pela coleta da água quando comparadas aos meninos da mesma idade.

## **Água insegura e problemas de saúde**

Globalmente, a mortalidade e as doenças ligadas à falta de água potável afetam desproporcionalmente as mulheres. A cada ano, cerca de 660.000 mulheres perdem suas vidas prematuramente devido à insegurança das fontes de água em comparação com 570.000 homens.

As estimativas regionais mostram uma distribuição mista: mais de 9 em cada 10 mulheres que morrem devido à falta de água potável vivem no centro e sul da Ásia (57,6%) e na África Subsaariana (34,3%).

A água contaminada está associada a doenças como cólera, diarreia, disenteria, hepatite A, febre tifoide e poliomielite, todas evitáveis com serviços adequados para fornecer água potável. Além disso, beber água contaminada ou sem tratamento pode expor as pessoas a toxinas transmitidas pela água, incluindo metais pesados e produtos químicos.

A saúde reprodutiva depende de água potável e saneamento. Mulheres e meninas têm maior necessidade de serviços adequados de água e higiene durante gravidez e após o parto. Por exemplo, todo ano, 44 milhões de mulheres grávidas são infectadas com ancilostomíase, que causa anemia materna e nascimentos prematuros. Um ambiente higiênico, incluindo água potável e saneamento, é fundamental para a sobrevivência e saúde de mãe e filho durante o trabalho de parto e parto. No entanto, em 2021, 47% das instalações de saúde nos países menos desenvolvidos careciam de serviços básicos de água (por exemplo, três em cada quatro serviços de saúde no Níger e em Serra Leoa).

## **Quando a água desaparece, a violência e o conflito podem irromper**

O aumento da competição por recursos hídricos leva à violência, conflito e outras estratégias negativas de enfrentamento. Mulheres e meninas nessas configurações estão em maior risco de sofrer violência dentro e fora de casa.

Estudos de caso da África Oriental sugerem que quando as mulheres são incapazes de fornecer água ou não concluir outras tarefas domésticas devido ao tempo gasto na busca de água, elas são mais propensas a sofrerem violência por parceiro íntimo.

A escassez de água também agrava os problemas e conflitos regionais com impactos destrutivos sobre as mulheres e meninas. A disputa por terras e recursos da natureza, em geral, tem sido a principal responsável por cerca de 40% dos conflitos regionais com mais de 60 anos. Além disso, o conflito também pode reduzir o abastecimento de água. No Iêmen, uma greve em janeiro de 2022 destruiu um reservatório de água que abastecia mais de 130.000 pessoas. Considerando que mulheres e meninas são as principais responsáveis pela coleta de água lá, gastando entre duas e quatro horas por dia, a destruição dessa infraestrutura aumenta os tempos de viagem, expondo as mulheres e meninas à ameaça de violência de gênero por períodos mais longos, além da redução do tempo de estudo, trabalho e lazer.

### **Acompanhando o progresso do ODS 6 sob uma perspectiva de gênero**

Os dados sobre o acesso à água e saneamento são coletados a partir de censos, pesquisas domiciliares e outras fontes administrativas que ainda apresentam grandes lacunas, especialmente no que se refere à evidenciar os desafios enfrentados por grupos específicos, incluindo mulheres e meninas com deficiência, em cenários de conflito, migrantes, grupos indígenas, e aquelas que enfrentam discriminação com base em raça ou etnia.

Os dados são amplamente ausentes para pessoas LGBTQIA+, especialmente transgêneros e pessoas não binárias. Além disso, porque muitos dados disponíveis são de acesso doméstico, os desafios enfrentados por indivíduos que não residem em um domicílio, como mulheres e meninas sem-teto, são negligenciadas.

Dos 231 indicadores para monitoramento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 51 são gênero específico, o que significa que os indicadores diferenciam explicitamente a desagregação do indicador por sexo. Já o ODS 6, que tem 11 indicadores globais, não tem nenhum que seja gênero específico, fazendo com que o objetivo, a partir de uma perspectiva de monitoramento, seja cego quanto ao gênero.

### **Considerações finais e recomendações**

É fato que a maior vulnerabilidade das mulheres as impulsionou a agir e reivindicar maior igualdade no acesso à água e saneamento. Isso se explica pelo fato de as mulheres carregarem a maioria das tarefas relacionadas ao uso de água em suas famílias, desde caminhar longas distâncias quando a água escassa, até o cuidado com familiares que adoecem depois de beber água contaminada. Com papéis-chave na produção e preparação dos alimentos, as mulheres também enfrentam maior incerteza quando os recursos naturais estão se esgotando e o modo de vida de suas comunidades está perdido.

O documento ainda faz nove recomendações sobre essa agenda:

- Promulgar estruturas legais e instituições sensíveis ao gênero para proteger e conservar os recursos hídricos;
- Reverter padrões de produção e consumo desiguais e insustentáveis;
- Priorizar mulheres e populações vulneráveis nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Combater a desigualdade de gênero e outras formas de discriminação que exacerbam as desigualdades no acesso à água potável segura e aos serviços de saneamento;

- Promover a participação igualitária e a liderança das mulheres na gestão da água;
- Trazer as diversas perspectivas de mulheres ativistas no âmbito local, nacional e internacional, nas tomadas de decisões sobre a água, incluindo as mulheres de comunidades marginalizadas;
- Priorizar água potável segura e serviços de saneamento gerenciados com segurança em comunidades, escolas e centros de saúde;
- Acelerar a parceria e a cooperação, inclusive por meio de maior financiamento;
- Investir em dados de gênero para pautar as políticas de água e saneamento.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

**A Insegurança Alimentar no mundo (SOFI 2023):  
como está o mundo pós-pandemia e para onde devemos caminhar?**

***Food Insecurity in the world (SOFI 2023):  
how is the post-pandemic world and where should we go?***

**Eduardo Nilson**

**Denise Oliveira e Silva**

**Erica Ell**

**Juliana Ubarana**

**Resumo.** *Nesse informe, discutimos os resultados do novo Relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo da FAO e organizações parceiras. Os avanços pós-pandemia são poucos e mais esforços são necessários pelos atores globais, regionais e nacionais na retomada dos avanços para alcance dos ODS. Além disso, é necessário enfrentar os desafios apresentados pela crescente urbanização global e como os sistemas alimentares podem responder a esses novos contextos, garantindo alimentos saudáveis e seguros para todos e contribuindo para eliminar a fome no mundo a partir de um contínuo que integre o rural ao urbano.*

**Introdução e pontos gerais do relatório**

Em 12 de julho de 2023, a Fundação das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Ifad), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), lançaram o mais novo relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo, o relatório SOFI (*The State of Food Security and Nutrition in the World*)(1).

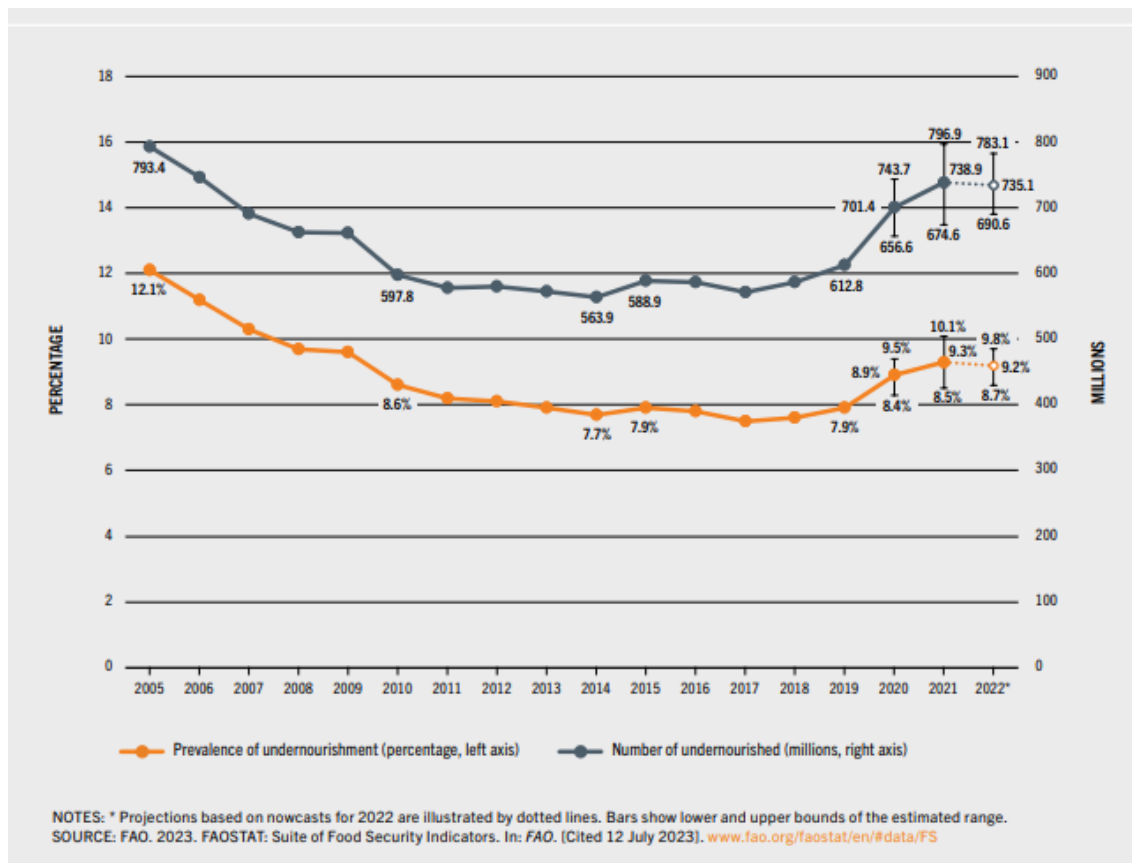
Com base nos resultados para 2022 e fazendo comparação com a série histórica dos indicadores, o relatório reforça a preocupação com a necessidade de esforços aumentados e aprimorados em termos globais para erradicar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição em todas as formas, sem os quais não será possível alcançar as metas da Agenda 2030, particularmente no ODS 2. Parte desses desafios relacionam-se à recuperação econômica pós pandemia somada às consequências da guerra na Ucrânia sobre os mercados de fertilizantes, alimentos (principalmente trigo) e energia, somados aos efeitos de conflitos internos, fenômenos climáticos extremos e crises econômicas.

Como sempre, foi escolhido um tema amplo de análise, que desta vez foi a chamada megatendência da urbanização, visto que é projetado que nas próximas décadas cerca de 70% da população mundial estará nas cidades. Nesse sentido, o relatório também inova ao trazer, pela primeira vez, análises comparativas de populações urbanas e rurais para alguns indicadores, além das estimativas mais tradicionais de pessoas que passam fome e de pessoas que não conseguem ter acesso a uma alimentação saudável.

Os resultados gerais do estudo são ainda muito alarmantes, tendo em vista que ainda passavam fome no mundo de 690 a 783 milhões de pessoas, o que representa números muito

mais elevados do que os do período pré-pandemia de COVID-19 (122 milhões de pessoas, para sermos mais precisos). Contudo, dentro desses resultados preocupantes, pôde-se observar que a quantidade de pessoas passando fome no mundo parou de crescer em 2022 e sofreu uma redução tímida, de apenas 3,8 milhões comparado ao ano de 2021 (Figura 1).

Figura 1. Número de pessoas passando fome no mundo de 2005 a 2022 (SOFI 2023).



Além disso, por trás das médias globais se escondem diferenças e desigualdades regionais que se acentuaram, tendo em vista que, enquanto a insegurança alimentar foi reduzida em regiões como a América Latina e a Ásia, se deteriorou ainda mais na África e no Caribe. Isso reflete que as regiões mais vulneráveis e com menor capacidade de reação e reconstrução de seus sistemas agroalimentares e economias são justamente aquelas que combinam iniquidades, conflitos, mudanças climáticas e crises econômicas, comprometendo a resiliência de seus sistemas alimentares.

Mantendo a análise de outros indicadores de segurança alimentar e nutricional de relatórios anteriores, também foram trazidos importantes resultados para além da fome, em relação ao acesso à alimentação saudável no mundo, confirmando que persiste um enorme problema global relacionado ao acesso a alimentos nutritivos, seguros e suficientes pelas famílias durante todo o ano. A estimativa do relatório é de que, em 2022, 2,4 bilhões de pessoas não tinham acesso a alimentos saudáveis e suficientes, dos quais a maioria era de mulheres e populações rurais.

Detalhando melhor essas diferenças, apresentam insegurança alimentar 33,3% dos adultos das regiões rurais, enquanto nos de regiões urbanas a prevalência é de 28,8%. Além disso, apesar da diferença segundo gênero para a insegurança alimentar ter diminuído, permanece mais elevadas entre as famílias chefiadas por mulheres (2,4 pontos percentuais



maiores nas mulheres em relação aos homens em 2022, enquanto a diferença em 2021 era de 3,8 pontos) O relatório destaca que esses números estão relacionados ao impacto persistente da pandemia, que afetou a produção de renda das famílias e aumentou o preço dos alimentos e a inflação em geral, deteriorando a situação de bilhões no mundo.

Além disso, fechando o resumo inicial dos resultados gerais do relatório, apesar de um certo progresso global na redução da desnutrição infantil, os avanços são insuficientes para colocar-nos em uma rota que nos aproxime das metas para 2030, visto que a dupla carga da má nutrição continua a ser um dos maiores desafios da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Para exemplificar, estima-se que, em 2022, 148 milhões de crianças menores de 5 anos estavam com déficit de altura para idade (desnutrição crônica), 45 milhões estavam emaciadas (desnutrição aguda) e 37 milhões com excesso de peso. Os países também estão distantes do caminho para o alcance das metas globais a redução do baixo peso ao nascer, mas, enquanto isso, ao menos se observa um avanço contínuo nas prevalências de aleitamento materno exclusivo.

### **Falas e posicionamento dos organismos internacionais**

Antes de prosseguir em detalhes da análise do relatório e seus resultados, vale a pena reportar alguns dos pontos que nortearam as falas dos representantes dos organismos que contribuíram para o SOFI, principalmente em relação às ações necessárias para reverter o panorama global apontado. A primeira fala foi do Diretor-Geral da FAO que, entre outros temas, destacou a relação importante dos resultados do relatório para melhor direcionar as ações voltadas para o alcance dos ODS, reforçou a necessidade de ampliação do financiamento para os sistemas agroalimentares e do maior acesso à ciência, inovação e tecnologia pelos agricultores, além de enfatizar um desafio crescente que vem sendo representado pelo risco de escassez de água e da responsabilidade da produção de alimentos nessa questão.

Em seguida, o diretor do Ifad ressaltou a necessidade de construção de soluções de longo prazo para o enfrentamento da insegurança alimentar, principalmente no meio rural, considerando, também, necessidades como a abordagem da conectividade urbano-rural, que passa diretamente pela promoção do desenvolvimento rural e periurbano para a produção diversificada de alimentos que as cidades necessitam, considerando mercados, apoio técnico e financeiro e acesso a tecnologias. Outro ponto relevante do Ifad foi o reconhecimento do avanço dos alimentos altamente processados (nome dado aos produtos ultraprocessados em muitas falas institucionais e no próprio relatório), inclusive sobre as populações rurais e o quanto isso impactará a saúde dessas comunidades.

Na fala da representante do PMA, foi destacado que as políticas atuais precisam focar as populações mais vulneráveis e que a urbanização crescente constitui, ao mesmo tempo, desafio e oportunidade. Contudo, enfatizou que a pobreza urbana e a pobreza rural possuem características diferentes, demandando abordagens específicas, como a estratégia urbana de atuação que o PMA vem desenvolvendo. Encerrando sua fala, destacou a importância das parcerias, principalmente para ações humanitárias, para apoiar as ações e políticas, e que não há tempo a perder diante da gravidade da situação atual da insegurança alimentar no mundo.

Depois, a representante do Unicef reconheceu que, apesar dos desafios globais nas últimas décadas, houve avanços na redução da desnutrição infantil, porém ainda longe de alcançar as metas pactuadas, enquanto o crescimento alarmante da obesidade infantil representa um problema tão sério quanto o da desnutrição, tendo em vista que ambos se relacionam com a questão dos sistemas alimentares, considerando sua origem nos problemas

no acesso a alimentos por preços acessíveis, disponíveis nas comunidades e produzidos sustentavelmente. Destacou, ainda, que é necessário abordar fortemente os produtos ultraprocessados, pois representam grande risco à saúde e ao desenvolvimento das crianças, demandando políticas regulatórias e fiscais como medidas mais efetivas nessa agenda.

A fala da OMS lembrou a necessidade de uma abordagem baseada no Direito Humano à Alimentação para a insegurança alimentar e que, junto com a fome, há um problema crescente da carga das dietas não saudáveis. Nesse sentido, destacou que a crescente urbanização está frequentemente associada à redução da disponibilidade de alimentos saudáveis, acessíveis física e financeiramente e diversificados, enquanto aumenta o consumo de alimentos chamados altamente processados, de alta densidade energética e ricos em nutrientes críticos como sódio, gorduras não saudáveis e açúcares. Ao mesmo tempo, informou dos trabalhos da OMS para apoiar as políticas de promoção de dietas saudáveis, como a produção de mais guias relacionados a temas da alimentação e nutrição, incluindo recomendações atualizadas sobre carboidratos e gorduras trans, que se somam a outros já produzidos para sódio, potássio e adoçantes artificiais.

Em relação às falas dos representantes, ainda que tenha sido pouco abordada a questão dos sistemas alimentares hegemônicos que constituem causas da insegurança alimentar e da transformação desses sistemas valorizando a produção local, diversificada e sustentável de alimentos como forma de reverter essa situação, é relevante o reconhecimento por muitos do impacto negativo dos produtos ultraprocessados (ou altamente processados, como preferem chamar) sobre a saúde e a segurança alimentar, ainda que eventualmente adotando outras denominações (como “altamente processados”). Esse é um importante passo na agenda e posicionamento dos organismos, contudo há necessidade de maiores avanços na ampliação da abordagem dos ultraprocessados no contexto dos padrões alimentares e ambientes alimentares e, ainda mais, para sua ligação com os sistemas alimentares hegemônicos.

### **A urbanização e os sistemas alimentares**

Retornando ao relatório de 2023, foi destacado pelo economista chefe da FAO, que apresentou os resultados principais no evento, que a agenda global precisa considerar, além das questões contextuais já frequentemente abordadas (conflitos, mudanças climáticas e crises econômicas), outras chamadas megatendências que afetam os sistemas alimentares e seus impactos sobre a segurança alimentar e nutricional. Entre eles estão a urbanização crescente no mundo (tema do atual relatório), bem como industrialização, digitalização e outros.

Como informado anteriormente, até 2050, estima-se que sete em cada dez pessoas no planeta estejam nas cidades (hoje, são em torno de 56%) e que, por causa disso, é fundamental para a agenda de alimentação considerar o contínuo entre o rural e o urbano na perspectiva dos sistemas alimentares, desde a produção até o consumo, passando pelo processamento, distribuição, publicidade, compras públicas e comportamentos dos consumidores. Ainda, é importante considerar que o conjunto das aglomerações urbanas não é homogêneo, pois compreende cidades pequenas e médias, além das metrópoles e essa gradação frequentemente acompanha a transição do meio rural para o urbano, representando o contínuo anteriormente mencionado.

Devido a esse contínuo, as mudanças nos padrões alimentares, com aumento do consumo de produtos ultraprocessados, chega também às populações rurais e periurbanas. Ao mesmo tempo, o consumo de vegetais, frutas, óleos e gorduras vem se tornando mais uniforme entre as zonas rurais e urbanas, ainda que também guardem especificidades, de modo que essas

características precisam ser consideradas na abordagem das intervenções e políticas de segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares e trazendo uma abordagem política que rompa com possíveis divisões entre o rural e o urbano.

Esses desafios no âmbito dos hábitos alimentares refletem o aumento da disponibilidade de alimentos pré-preparados e comidas rápidas mais baratos, convenientes e em maior disponibilidade nos ambientes alimentares, com perfil nutricional desbalanceado, caracterizados muitas vezes por alta densidade energética e alto conteúdo de sal, gorduras e ou açúcar, que contribuem para a múltipla carga da má nutrição, enquanto tomam o lugar na dieta dos alimentos frescos e minimamente processados, como grãos, feijões, vegetais, frutas e outros. Esse processo desincentiva a produção local desses alimentos, principalmente pelos pequenos agricultores, que são os maiores produtores desses alimentos no meio rural e periurbano, excluindo-os dos mercados, portanto é preciso aproximar o campo das cidades, criando oportunidades para a sua inserção em cadeias valor de alimentos que sejam mais longas, formais e complexas, expandindo atividades de geração de renda, particularmente para mulheres e jovens, e aumentando a oferta de alimentos nutritivos às populações urbanas.

Com isso, surgem conceitos de desertos e pântanos alimentares nos ambientes alimentares urbanos, caracterizando, respectivamente, áreas em que há pouco ou nenhum acesso a alimentos diversificados, frescos e nutritivos devido à falta de estabelecimentos que comercializam esses alimentos e áreas em que predominam produtos ultraprocessados e com poucas opções de alimentos nutritivos e acessíveis. Tem sido frequente a relação entre a presença de desertos e pântanos alimentares e regiões de menor renda familiar, caracterizados pela vulnerabilidade social e segregação. São, portanto, necessárias políticas que promovam o acesso a alimentos saudáveis nessas regiões, incluindo compras públicas, equipamentos sociais, feiras e mercados, cestas verdes, agricultura urbana e outras estratégias.

Outra discussão e análise interessante que o relatório trouxe foi criando um contínuo rural-urbano a partir do tamanho das aglomerações urbanas e comparando as aquisições domiciliares de alimentos em 11 países africanos com diferentes rendimentos familiares, que mostrou, por um lado, que há um gradiente na produção para autoconsumo das regiões rurais para as zonas periurbanas e, por fim, nas zonas urbanas (onde é quase nula). Na direção oposta, caracteriza-se o consumo de produtos ultraprocessados, ainda que também seja crescente mesmo na zona rural, sendo maior o consumo nas aglomerações mais populosas (Figura 2).

*Figura 2. Consumo de alimentos minimamente processados e ultraprocessados segundo distância da cidade e porte populacional da cidade (SOFI 2023)*



Naturalmente, o apoio a essas mudanças depende substancialmente de governos subnacionais, pois esses movimentos não são promovidos somente por políticas verticais (de cima para baixo ou *top-down*), de modo que governos e a governança das políticas atuem conjuntamente e com coerência nas políticas nacionais, regionais e locais, engajando os atores envolvidos com os sistemas alimentares em todos os níveis. Além disso, as experiências de muitos países têm demonstrado a efetividade da atuação mais forte dos governos sobre os ambientes alimentares voltada para a redução do consumo de produtos ultraprocessados, incluindo a proibição de venda em escolas, a rotulagem nutricional frontal e a taxaço de alimentos e bebidas, como os refrigerantes.

A questão das oportunidades e desafios da segurança alimentar nas cidades foi, inclusive, tratada em maior detalhe no Informe CRIS, considerando a importância do fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, a partir de princípios como a garantia do direito humano à alimentação, a governança participativa e o planejamento integrado garantam uma urbanização transformadora, em que espaços urbanos sejam mais que consumidores e em que os circuitos locais promovam saúde, sustentabilidade, resiliência e equidade (2).

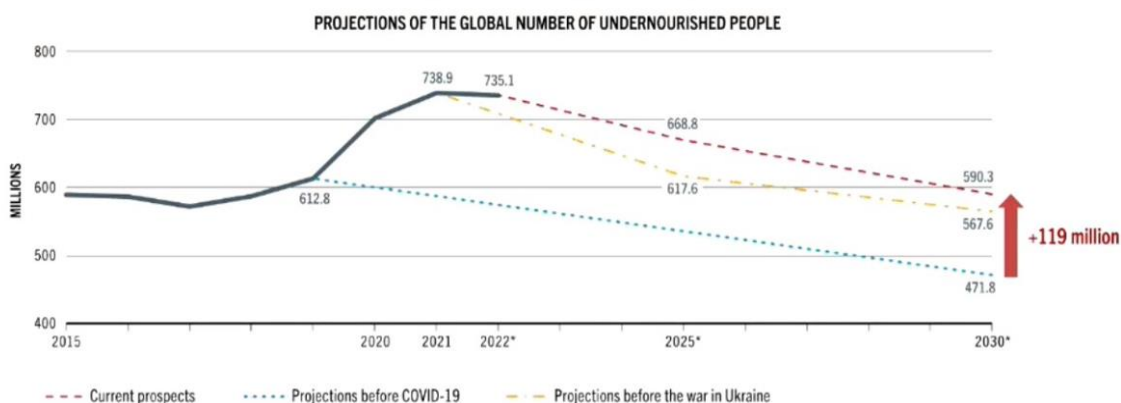
Com a abordagem da urbanização dentro da segurança alimentar, abre-se espaço também para vincular mais fortemente a discussão dos sistemas alimentares ao outras metas da agenda 2030, como o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), o ODS 1 (eliminação da pobreza), o ODS 3 (saúde e bem-estar), o ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 12 (consumo e produção responsáveis). Nesse sentido, o relatório SOFI 2023 representa um importante marco na articulação dos ODS 2 e 11, somando aos esforços desenvolvidos em outras frentes de atuação dos organismos e países em relação à erradicação da pobreza, ação sobre o clima, migrações, degradação de solos, geração de prosperidade econômica e criação de sociedades pacíficas.

### **A estimativa do impacto da pandemia e da Guerra na Ucrânia na insegurança alimentar e nutricional global**

É importante ressaltar que as tendências de aumento da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional, bem como sua múltipla causalidade em nível global, regional e nacional, tem sido apontadas pelos relatórios SOFI, que verificavam a deterioração da segurança alimentar e nutricional global desde 2017 em função da intensificação de fatores como conflitos, mudanças climáticas, crises econômicas e aumento nas desigualdades, bem como o agravamento da situação global com a pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, com a Guerra na Ucrânia. Além disso, abordaram diferentes temas dentro da transformação dos sistemas alimentares, incluindo a integração das políticas humanitárias, de desenvolvimento e de construção da paz, o aumento da escala da resiliência climática nos sistemas agroalimentares, no fortalecimento das cadeiras de valor para contribuir para dietas saudáveis, a proteção de domicílios e cadeias de valor em períodos de desaceleração econômica, os desafios no gerenciamento da água e o realinhamento do financiamento público para garantir dietas saudáveis em sistemas alimentares sustentáveis.(3)(4)(5)(6)(7).

Nesse sentido, uma outra novidade trazida pelo relatório SOFI 2023 foi uma estimativa do número de pessoas subalimentadas no mundo até 2030 comparando as tendências pré-pandemia com o impacto da pandemia e da pandemia somada à Guerra na Ucrânia, conforme mostra a Figura 3.

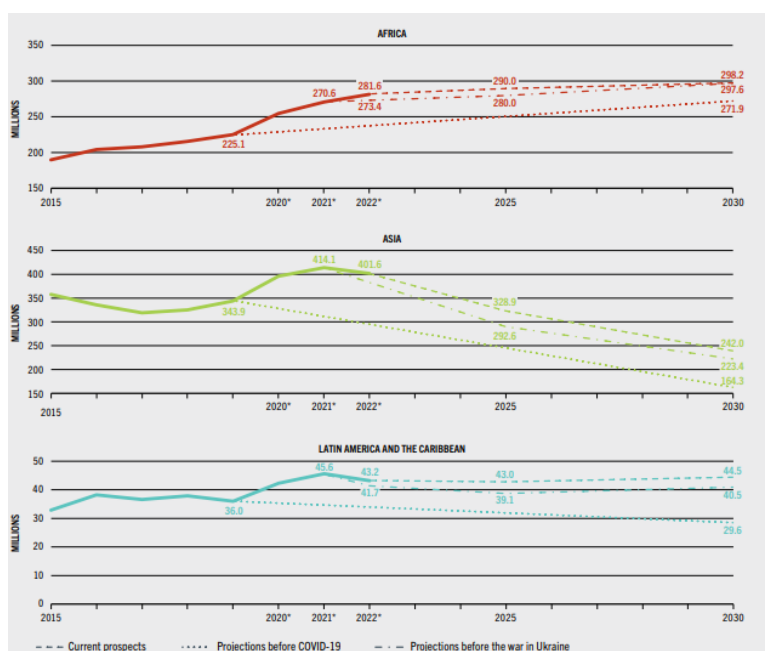
Figura 3. Projeções globais do número de pessoas subalimentadas (SOFI 2023).



Segundo essas estimativas, seguindo as tendências de antes da pandemia de COVID-19, até 2030, esperava-se que houvesse 471,8 milhões de pessoas subalimentadas no mundo, contudo, com o impacto da pandemia, esse número aumentaria para 567,8 milhões e, com a somatória da pandemia com a Guerra, o número aumentaria para 590,3 milhões, ou seja, 119 milhões de pessoas a mais do que as estimativas originais.

Por outro lado, as estimativas por região do mundo mostram grandes diferenças e levantam muitas preocupações (Figura 4), tanto nas tendências pré-pandemia quanto no impacto estimado da pandemia e da Guerra na Ucrânia. Por exemplo, há projeção de forte queda no número de pessoas passando fome na Ásia, todos os três cenários, enquanto, na América Latina e Caribe, antes da pandemia havia uma tendência de queda, mas com a somatória da pandemia e Guerra, observa-se uma variação pouco significativa até 2030 (de 43,2 milhões de pessoas em 2022 para 44,5 milhões em 2030). Por fim, no caso da África, observa-se tendência de leve aumento no número até 2030, mesmo sem a pandemia e a Guerra, mas com números piorados até 2030 em função delas (perto de 300 milhões de pessoas passando fome em 2030).

Figura 4. Projeções regionais do número de pessoas subalimentadas (SOFI 2023).



Essas análises, mostram claramente que os impactos da pandemia de COVID-19 e da Guerra na Ucrânia serão ainda mais duradouros do que se esperava e que afetam mais fortemente as regiões do mundo com maior desigualdade e vulnerabilidade social e cujos sistemas alimentares possuem menor resiliência a essas crises, demandando um olhar específico dos organismos internacionais e compromissos maiores dos países para reverter essas trajetórias.

### **Os custos das dietas saudáveis no mundo**

Seguindo análises contempladas nos últimos anos nos relatórios SOFI, a seção sobre a avaliação dos custos das dietas saudáveis foi mantida em 2023, constituindo importante análise no contexto da segurança alimentar e nutricional tendo em vista a necessidade de qualidade e quantidade adequadas de alimentos para todas as pessoas. Além disso, as dietas saudáveis, considerando aspectos de segurança e de nutrição, são essenciais para garantir energia e nutrientes para uma vida saudável e ativa.

Um ponto relevante é que, nas análises, se assume a alimentação saudável como aquela baseada em uma variedade de alimentos in natura e minimamente processados, contemplando os diversos grupos alimentares, além de restringir o consumo de alimentos e bebidas altamente processadas (como destacado antes, a denominação adotada no relatório para os produtos ultraprocessados), ou seja, confirmando as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira estabelecidas em 2014 (8). Assim, deve conter grãos integrais, legumes, nozes e castanhas, frutas e vegetais, além de quantidades moderadas de ovos, produtos lácteos, carnes de aves e peixes e pequenas quantidades de carnes vermelhas. Por meio de uma alimentação saudável ao longo de todo o curso da vida, são prevenidas todas as formas de má nutrição, desde desnutrição até a obesidade, além de contribuir para reduzir o risco de doenças crônicas não-transmissíveis como doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer, entre outras.

Todavia, a questão dos custos dos alimentos tem sido uma preocupação global tendo em vista o aumento nos preços ao longo dos últimos anos e o impacto desigual sobre as populações, visto que famílias mais pobres gastam percentualmente muito mais com alimentos e o impacto dos aumentos influencia diretamente na qualidade da alimentação e na quantidade de alimentos adquiridos.

Segundo o relatório SOFI 2023, o custo da alimentação saudável em termos globais aumentou em 4,3% em relação a 2020, em grande parte em consequência dos efeitos prolongados da inflação durante a pandemia. Em termos absolutos, isso significa que globalmente 3,1 bilhões de pessoas não tinham condições financeiras de ter uma dieta saudável, ou seja, 42% da população mundial, representando um aumento de 134 milhões de pessoas em relação a 2019.

Entretanto, mais uma vez, o impacto foi desigual nas regiões do mundo, visto que o custo da dieta saudável aumentou em mais de 5% na África, Ásia e América Latina e em 5,2% na Oceania, enquanto o aumento na América do Norte e na Europa foi marginal, de apenas 0,6%. Essas diferenças se manifestam claramente no percentual da população de cada região que não consegue comprar uma dieta saudável: 78% na África, 44% na Ásia, 23% na América Latina e Caribe e somente 3% na Oceania e 1% na América do Norte e Europa.

## **Dados do Brasil**

No relatório também são apresentadas tabelas sobre os indicadores de segurança alimentar por país, de modo que se pode avaliar o Brasil no período. Vale destacar, contudo, que a avaliação de insegurança alimentar e nutricional da FAO adota uma metodologia distinta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), além de possuir amostragem diferente da adotada nos inquéritos oficiais do IBGE (9) e da Rede Penssan (10), portanto os números e percentuais não podem ser comparados diretamente, ainda que as tendências e magnitudes das medidas sejam compatíveis.

Segundo o relatório, o percentual de pessoas em insegurança alimentar grave no Brasil aumentou de 1,9% em 2014-2016 para 9,9% em 2020-2022 (ou seja, passando de 4,0 milhões de pessoas para 21,1 milhões no período), colocando o país entre os de maior prevalência na América Latina e como aquele em que houve maior aumento da insegurança alimentar e nutricional grave no período avaliado. Junto com isso, foi verificado aumento em outros indicadores como na desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos, na prevalência de obesidade em crianças e entre adultos e na prevalência de baixo peso ao nascer, enquanto houve progresso no aumento do aleitamento materno exclusivo e na redução da anemia entre mulheres em idade fértil.

Vale lembrar que, no Brasil, além de toda a conjuntura internacional desfavorável, a deterioração desses indicadores foi agravada ainda mais pelo desmonte das políticas sociais (e principalmente de segurança alimentar e nutricional) e sua governança, que explica em grande parte o maior agravamento da situação no Brasil em relação aos demais países da região. Como exemplos dos retrocessos e suas consequências entre 2017 e 2022, com a extinção dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, as políticas de proteção social e combate à fome e de agricultura familiar se fragilizaram fortemente e, junto com o enfraquecimento de políticas como as compras governamentais e os estoques reguladores, houve aumento ainda maior no preço dos alimentos básicos.

Os indicadores de segurança alimentar e nutricional apresentados no relatório mostram a incompatibilidade dos dados de produção e exportação agrícola do país com a promoção da segurança alimentar e nutricional, como prova de que os sistemas hegemônicos são incapazes de alimentar a população e de promover a redução da desigualdade. Somado a isso, ao mesmo tempo em que recordes de desmatamento para destinar terras à agricultura e pecuária, junto com aprovação massiva de uso de agrotóxicos nas culturas, aumentaram ainda mais o impacto ambiental esses modelos predatórios de produção.

Por outro lado, ainda que a reconstrução das políticas e a reversão dos indicadores negativos possa ser mais longa, espera-se que, com as mudanças atualmente implementadas no país, haja o retorno de avanços na segurança alimentar e nutricional dos brasileiros, acompanhada da promoção e fortalecimento de modelos saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes de produção de alimentos.

## **Caminhos para os sistemas agroalimentares no contínuo rural-urbano**

Em seus capítulos finais, o relatório SOFI 2023 discute alternativas para abordar o contínuo rural-urbano e enfrentar os desafios da garantia da segurança alimentar e nutricional diante da crescente urbanização do mundo. Um primeiro ponto se refere ao aumento da conectividade entre o campo e a cidade, compreendendo as áreas rurais, o periurbanas e urbanas, incluindo infraestrutura, bens públicos e aumento de capacidades que promovam a

produção de alimentos saudáveis e o acesso (físico e financeiro) a dietas saudáveis. Ao mesmo tempo, tendo em vista o aumento do consumo de produtos ultraprocessados em todo esse contínuo, são necessárias políticas que promovam e facilitem escolhas alimentares saudáveis em todos os ambientes alimentares, formais e informais e informem melhor aos consumidores sobre os alimentos.

Principalmente em cidades de pequeno e médio porte, as zonas rurais e periurbanas podem se interligar mais facilmente aos mercados urbanos, promovendo desenvolvimento econômico associado ao acesso a alimentos saudáveis, que pode também incluir a criação de pequenos e médios negócios. Além disso, também deve ser estimulada a agricultura urbana e periurbana mesmo nas grandes cidades.

Nesse sentido, investimentos públicos serão essenciais para apoiar os pequenos produtores em suas necessidades de tecnologia e desenvolvimento, desde o meio rural até a agricultura urbana e periurbana, assim como fortalecendo políticas de compras públicas, alimentação escolar, equipamentos sociais e outras estratégias para promover a disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. Tendo em vista a importância da ação local, governos subnacionais têm papel fundamental nas políticas nos territórios e criação de espaços de ligação entre os produtores e os consumidores. Por fim, toda a ação governamental precisa ser apoiada por mecanismos de governança intersetorial para o desenho, implementação e avaliação das políticas.

O tempo é curto até o próximo relatório SOFI, que analisará os dados de 2023, mas é fundamental para o Brasil continuar no avanço e reconstrução das políticas de segurança alimentar e nutricional, demonstrando a potência da sinergia de políticas intersetoriais e da prioridade nacional ao combate à fome. Ao mesmo tempo, é oportunidade ímpar para enfrentar suas contradições internas em parte da produção agrícola e pecuária com as necessidades das pessoas e do planeta e fortalecer o olhar para a transformação dos sistemas alimentares como parte das políticas estruturantes que são necessárias nesse momento a partir do resgate da agricultura familiar e dos modelos de produção sustentáveis, inclusivos e resilientes.

## Referências

1. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023 [Internet]. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. 2023. 316 p. Available from: <http://www.fao.org/3/cc3017en/cc3017en.pdf>
2. Nilson EAF, Silva DO e, Ell E. O papel das cidades na transformação dos sistemas alimentares: 8th Global Forum of Milan Pact, Rio de Janeiro, Brasil. Cad Cris - Inf sobre Saúde Glob e Dipl da Saúde [Internet]. 2022;20:82–7. Available from: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-21-2022>
3. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2018 [Internet]. Building climate resilience for food security and nutrition. 2018. Available from: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/I9553EN>
4. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The state and food security and nutrition in the world 2019 [Internet]. 2019. 212 p. Available from: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CA5162en>
5. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020 [Internet]. Transforming Food Systems for Affordable Healthy Diets. 2020. 320 p. Available from: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9692en>
6. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021 [Internet].



Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. 2021. 240 p. Available from: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>

7. FAO, IFAD, UNICEF, WFP AW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022 [Internet]. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. 2022. 264 p. Available from: <https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>

8. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira [Internet]. Brasília; 2014. 158 p. Available from: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)

9. IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares, POF 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil [Internet]. Rio de Janeiro; 2020. 59 p. Available from: <https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>

10. Rede PENSSAN. II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [Internet]. 2022. Available from: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

## **A importância da ética na neurotecnologia: Qual é o limite do progresso?**

### ***The importance of ethics in neurotechnology: What is the limit of progress?***

**Fabiane Gaspar**

**Gisele Sanglard**

**Vitor Rodrigues**

A neurotecnologia é um campo em rápida expansão que se dedica à compreensão do cérebro e à criação de tecnologias que interagem com ele. Essa tecnologia tem trazido uma série de benefícios significativos, especialmente na área médica, onde tem revolucionado os tratamentos e melhorado a qualidade de vida de pessoas afetadas por paralisia, distúrbios neurológicos e doenças mentais. A UNESCO reconhece os benefícios da neurotecnologia, mas também está atenta às questões éticas que podem surgir, especialmente no que diz respeito ao uso de intervenções não invasivas. O acesso direto e a manipulação do cérebro através da neurotecnologia podem ter implicações profundas na nossa identidade, emoções e privacidade mental. É necessário estabelecer uma estrutura sólida de governança para lidar com os desafios éticos e garantir que a neurotecnologia seja utilizada de maneira responsável e respeitosa, protegendo a dignidade humana, a liberdade de pensamento, a autonomia e o bem-estar. Este é um debate não apenas tecnológico, mas também social, que exige uma ação conjunta para enfrentar esses desafios e garantir um futuro ético e benéfico para a neurotecnologia.

A Conferência Internacional sobre a Ética da Neurotecnologia<sup>26</sup>, organizada pela UNESCO, realizou-se na sede da UNESCO em Paris, em 13 de julho de 2023. O evento reuniu uma ampla gama de partes interessadas, incluindo formuladores de políticas, legisladores, cientistas, especialistas em ética, profissionais e empresas do setor privado. O objetivo da conferência foi estabelecer um quadro ético para a proteção e promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no contexto da neurotecnologia. Durante a conferência, ministros e formuladores de políticas participaram de uma sessão de alto nível para discutir ações políticas e cooperação internacional. Especialistas de renome foram convidados a compartilhar conhecimentos sobre os avanços tecnológicos na neurotecnologia e os desafios éticos e implicações para os direitos humanos. Além disso, foram organizados bate-papos focados no setor privado, conscientização pública e engajamento do público. A conferência também apresentou um novo estudo da UNESCO sobre as inovações em neurotecnologia, principais atores globais e áreas de desenvolvimento. Enquanto a neurotecnologia oferece oportunidades sem precedentes, a conferência destacou a importância de abordar os desafios emergentes relacionados à integridade mental, dignidade humana, identidade pessoal, autonomia, justiça, equidade e privacidade psíquica. A regulamentação e a governança ética desempenham um

---

<sup>26</sup> <https://www.unesco.org/en/ethics-neurotech?hub=85592>  
<https://www.unesco.org/en/neuroethics-conference?hub=83294>  
<https://www.unesco.org/en/articles/publication-preliminary-study-technical-and-legal-aspects-relating-desirability-standard-setting?hub=85592>  
<https://www.unesco.org/en/articles/risks-and-challenges-neurotechnologies-human-rights?hub=85592>  
<https://www.unesco.org/en/articles/united-states-becomes-194th-member-state-unesco>  
<https://www.unesco.org/en/articles/should-we-be-afraid-neuroscience>  
<https://webcast.unesco.org/events/2023-07-neurotech/>  
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386137>  
<https://www.unesco.org/en/articles/i-felt-there-was-someone-my-head-and-it-wasnt-me?hub=85592>  
<https://www.unesco.org/en/articles/unesco-lead-global-dialogue-ethics-neurotechnology?hub=83294>  
<https://www.unesco.org/en/articles/ethics-neurotechnology-unesco-leaders-and-top-experts-call-solid-governance>  
<https://www.unesco.org/en/articles/united-states-america-returns-unesco-very-large-majority-member-states-vote-favour>

papel fundamental na garantia de que a neurotecnologia seja usada de maneira responsável e benéfica para a sociedade.

A neurotecnologia é um campo em rápido desenvolvimento, prometendo revolucionar a compreensão e o tratamento do cérebro humano. No entanto, à medida que essa tecnologia avança, também surgem desafios éticos e ameaças aos direitos humanos que precisam ser cuidadosamente considerados. Uma das principais preocupações é a coleta e o uso de informações cerebrais, uma vez que os dados neurais contêm informações pessoais e únicas sobre a fisiologia, a saúde e o estado mental de um indivíduo. A utilização desses dados além do campo médico, para fins comerciais, levanta questões sobre privacidade e obtenção de consentimento adequado. Como garantir que os dados neurais sejam coletados e utilizados de maneira ética? Como assegurar que os indivíduos tenham controle sobre suas próprias informações cerebrais e que seu consentimento seja respeitado? Essas são questões cruciais que exigem uma governança sólida e proteção legal.

O Chile se tornou o pioneiro aprovou por unanimidade um projeto de lei para alterar a constituição para proteger os direitos cerebrais ou “neurodireitos”, tornando-se o primeiro país do mundo a fazê-lo. Enquanto outros países, como Espanha, Estados Unidos, França e Argentina, também estão estudando o assunto. A medida surge como resposta ao rápido desenvolvimento da neurotecnologia e aos riscos potenciais associados à manipulação do cérebro humano. A legislação chilena busca regulamentar as aplicações intrusivas, protegendo os dados cerebrais e garantindo o consentimento informado dos cidadãos. Além disso, ressalta a importância do acesso equitativo aos avanços da neurotecnologia, a fim de evitar a exclusão tecnológica.

A manipulação da atividade cerebral e da memória gera preocupações sobre influência indesejada e distorção da identidade pessoal. A implantação de interfaces cérebro-computador (ICCs) pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento da identidade de crianças e adolescentes, interferindo na maturação cerebral “normal” e moldando suas mentes de maneira potencialmente permanente. Da mesma forma, técnicas de alteração de memória, embora tenham aplicações benéficas no tratamento de traumas, também trazem riscos de distorção da memória e do senso de identidade pessoal.

A história de Hannah Galvin nos ilustra como a neurotecnologia pode afetar a vida das pessoas ao invés de ajudar. Hannah tinha 16 anos quando desenvolveu epilepsia. Suas convulsões tornaram-se tão fortes que ela foi forçada a desistir de seu sonho de se tornar uma bailarina. Para recuperar o controle de sua vida, ela optou por ter um dispositivo neurológico invasivo instalado dentro de seu crânio na superfície de seu cérebro. Mas o dispositivo não se comportou como ela esperava, e ela logo sentiu que tinha ‘alguém dentro de sua cabeça’.

*“Não gostei desde o início, porque estava piscando demais para mim. Eu não percebi quantas convulsões eu estava tendo. O dispositivo emitiria um bipe para mim a cada dois segundos. Acendeu a luz vermelha, eu tirava o aparelho e desligava, e simplesmente acendia de novo. Isso me deixou deprimida na universidade. Não contei a nenhum dos meus professores que tinha, comecei a esconder minha epilepsia. E a depressão piorou e piorou. Eu senti como se houvesse alguém na minha cabeça, e não era eu. E eu fiquei cada vez mais deprimido. Eu não gostei nada disso. “*

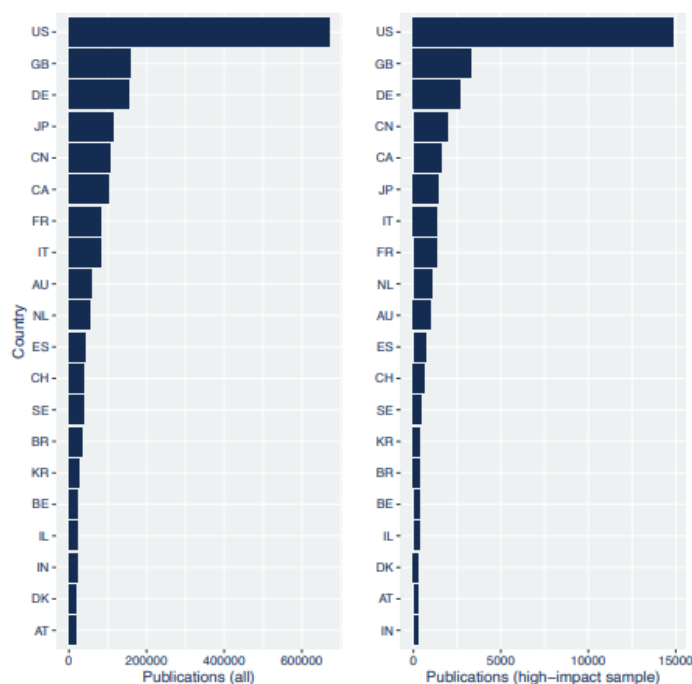
Hanna Galvin

Outra preocupação significativa é o risco de a neurotecnologia amplificar as desigualdades globais. Atualmente, a maioria das empresas de neurotecnologia está concentrada em países desenvolvidos, o que pode aprofundar as lacunas educacionais, socioeconômicas e de oportunidades entre nações e grupos sociais. Isso cria uma vantagem injusta para aqueles com acesso privilegiado a tecnologias avançadas, perpetuando as desigualdades existentes. É essencial garantir que o desenvolvimento e a disseminação da neurotecnologia sejam guiados pela equidade, evitando a exclusão e a marginalização de grupos mais vulneráveis.

Desde 2013, houve investimentos governamentais de mais de US\$ 6 bilhões nesse campo da neurociência, além de um crescimento significativo de investimentos privados. No entanto, essa progressão também traz consigo grandes divisões, com apenas 10 países produzindo mais de 80% das publicações de neurociência de alto impacto, enquanto 70% dos países contribuíram com menos de 10 artigos nessa área. Além disso, somente seis países detêm a maioria das patentes de neurotecnologia. Esse relatório tem como objetivo informar e fornecer evidências para formuladores de políticas, pesquisadores e outros interessados no campo, destacando o ecossistema da neurotecnologia e sua interação com outras trajetórias tecnológicas, como a Inteligência Artificial.

Em relação as publicações relacionadas ao tema, os Estados Unidos despontam como o país líder, representando 40% dessas publicações, o segundo colocado é o Reino Unido (9%). Seguido da Alemanha (7%), China (5%), Canadá (4%), Japão (4%), Itália (4%), França (4%), Países Baixos (3%) e Austrália (3%). Os 10 primeiros países da lista representam mais de 80% das publicações de alto impacto, enquanto 70% dos países do mundo têm menos de 10 publicações de neurociência de alto impacto no período considerado. Entre as economias emergentes (ou seja, os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), China, Brasil e Índia estão entre os 20 primeiros. No que diz respeito à América Latina, o Brasil é o principal contribuinte para publicações de alto impacto em neurociência na região, ocupando o 15º lugar globalmente com 373 publicações. Outros contribuintes significativos são México e Argentina, classificados em 32º e 33º lugar, respectivamente. Países da África e dos Estados Árabes, com exceção da África do Sul, estão em grande parte ausentes das posições de destaque do ranking. A Jordânia lidera com 27 publicações, seguida pela Arábia Saudita com 20. No geral, os números apontam para diferenças importantes e possíveis necessidades de aumento de investimento e desenvolvimento em pesquisa em neurociência nas regiões que estão atualmente em desvantagem.

**Figura 1** - Publicações em Neurociência por país.



Fonte: compilação dos próprios autores com dados do Scopus (2000-2021)

A neurotecnologia é um campo em rápida expansão, com desenvolvimentos significativos na área médica e potencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas. No entanto, questões éticas e desafios aos direitos humanos surgem à medida que essa tecnologia avança. A UNESCO, como a agência das Nações Unidas responsável por expandir e guiar o diálogo global para a regulamentação desse campo em constante crescimento, deu o primeiro passo com a realização da Primeira Conferência Internacional sobre a Ética da Neurotecnologia. Agora, acompanharemos os próximos capítulos desse importante debate.

#### **Os Estados Unidos estão de volta a UNESCO:**

Os Estados Unidos se tornaram oficialmente o 194º Estado Membro da UNESCO, os 193 Estados-membros da UNESCO, reunidos para uma Sessão Extraordinária da Conferência Geral, votaram por ampla maioria para aprovar a proposta apresentada pelos Estados Unidos para voltar a integrar a Organização. Após sua saída em 2018, durante o governo de Donald Trump, o retorno do país à UNESCO foi impulsionado pelo reconhecimento das iniciativas inovadoras da organização, como programas de inteligência artificial, proteção dos oceanos e mediação em conflitos políticos, especialmente no Oriente Médio. Como membro, os Estados Unidos financiarão 22% do orçamento regular da UNESCO e se comprometeram a pagar suas dívidas em atraso, estimadas em US\$ 619 milhões. Além disso, a partir de 2023, o país fará contribuições voluntárias para apoiar programas de educação na África, preservação da memória do Holocausto e proteção dos jornalistas.

*“É um grande dia para a UNESCO e para o multilateralismo. Aproveitando o impulso alcançado nos últimos anos, nossa Organização está mais uma vez caminhando para o universalismo com este retorno dos Estados Unidos”.*

Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO

## Os Projetos e Mecanismos das Instituições Financeiras Multilaterais para Mitigar as Mudanças Climáticas

### *The Projects and Mechanisms of Multilateral Financial Institutions to Mitigate Climate Change*

*Isis Pillar Cazumbá*

**Abstract.** *This article aims to show the mechanisms and projects created by multilateral financial institutions – IDB, World Bank and IMF – to mitigate the negative effects of climate change, and thus ensure the development of sustainability.*

**Keywords:** *Climate Change, Global Financing; IDB; World Bank; IMF*

**Resumo.** Este artigo tem o propósito de mostrar os mecanismos e projetos criados pelas instituições financeiras multilaterais – BID, Banco Mundial e FMI – para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas, e assim garantir o desenvolvimento da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas; Financiamento Global; BID; Banco Mundial; FMI

#### **Apresentação**

Um dos principais alvos do Novo Pacto de Financiamento Global, as mudanças climáticas são encaradas como um grande desafio, especialmente quando se trata de mitigar os seus efeitos negativos em países de rendas médias e baixas.

É sabido que estes países possuem maiores dificuldades em se adaptar às alterações climáticas, pois, os recursos econômicos e a capacidade institucional para desenvolver e executar programas neste âmbito são mais escassos do que a dos países mais avançados.

Compreendendo a importância de salvaguardar vidas e a natureza, obviamente há urgência em mitigar as situações climáticas dramáticas que estes países passam, investindo em políticas bem elaboradas para estabelecer o crescimento resiliente e trazer resultados positivos a longo prazo.

#### **BID e o Programa “Amazônia Para Sempre”**

Desde a sua fundação em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) possui um compromisso de desenvolver a sustentabilidade por meio da educação, inclusão social e gestão fiscal na região amazônica. A instituição possui uma unidade de coordenação e uma equipe técnica estabelecida nos países amazônicos para ajudar a resolver as questões aflitivas da região.

O Programa “Amazônia Para Sempre” foi lançado durante uma reunião entre os governadores do BID (Brasil, Bolívia, Suriname, Guiana, Equador e Colômbia). O projeto foi criado na Reunião Anual do BID deste ano e negociado nos meses seguintes.

As principais diretrizes do programa preveem cuidados com a população local, o desenvolvimento da bioeconomia, estabelecer a agricultura e a silvicultura no formato sustentável e aumentar a tecnologia para promover a conectividade.

Para o presidente do BID, Ilan Goldfajn, a instituição é o “canal ideal” para os que desejam ajudar a combater os impactos negativos na região, culminando para melhoria contínua.

Devemos olhar com cuidado para todos os aspectos da região amazônica, com as pessoas e a natureza no centro de nossa abordagem. São múltiplas as iniciativas em prol da Amazônia. E o BID é o canal ideal para doadores e parceiros coordenarem esforços para a região. Aumentar nossa colaboração e ambição é fundamental para maximizar o impacto (Ilan Goldfajn, 2023).

Para a implementação do programa, existem três focos principais que são: Plataforma para mapeamento de recursos financeiros, que visa o mapeamento de todos os recursos financeiros direcionados à região amazônica, pois, de acordo com o BID, isso facilitará na criação de novos projetos e na orientação dos recursos para tomadas de decisões; Criação do Mecanismo Preparação do Projetos para formular planos de investimentos significativos na região, ampliando o catálogo de projetos que já contam com US\$ 1 bilhão do BID; e a criação da Rede de Ministros das Finanças e do Planejamento com o objetivo de supervisionar o desenvolvimento das ações praticadas.

Segundo o BID, as demandas colocadas no programa foram estruturadas à medida que as necessidades surgiram na região. Todos os esforços significam colaborar com o direcionamento dos países amazônicos que participarão da Cúpula da Amazônia no Brasil, em agosto.

### **Banco Mundial e o Alinhamento ao Acordo de Paris**

A fim de atender às expectativas climáticas, todas as novas operações do Banco Mundial (BM) estarão alinhadas ao conteúdo do Acordo de Paris. Em 1º de julho de 2023, a instituição deu o passo para a resolução entrar em vigor. O alinhamento ao Acordo de Paris já estava previsto no Plano de Ação para Mudanças Climáticas (2021-2025)<sup>27</sup>.

Ao longo do tempo, o BM se consolidou como um grande credor global nas áreas do desenvolvimento e clima para os países. De acordo com a instituição, o feito de alinhar os seus mecanismos com o Acordo de Paris impacta na redução do risco climático e ajuda a abrir caminhos para a diminuição da emissão de carbono.

Segundo o BM, o alinhamento às resoluções do Acordo funciona com um instrumento facilitador para promover a mitigação proveniente das alterações climáticas. Entretanto, o intuito do Banco é de ir além. Mostrar que os investimentos cruciais para reduzir as emissões de gases ou a promoção no processo de adaptação são excelentes, porém existe o caminho da transformação das economias dos países para aumentar o comprometimento climático. O BM crê que a equipe responsável pelos projetos terá que se concentrar em entender o

---

<sup>27</sup> O [Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas](https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ee8a5cd7-ed72-542d-918b-d72e07f96c79) foi criado pelo Banco Mundial para orientar seu trabalho ao longo de 5 anos (2021-2025). O Plano de Ação tem intuito de recrudescer o financiamento climático para reduzir as emissões, fortalecer a adaptação às alterações climáticas e alinhar os fluxos financeiros com as metas do Acordo de Paris. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ee8a5cd7-ed72-542d-918b-d72e07f96c79>

funcionamento da economia de determinado país, o planejamento nacional de desenvolvimento a longo prazo e a criação de projetos climáticos. Com isso, o BM entende que essa nova abordagem permite ao Banco reduzir e gerenciar as ameaças climáticas, mostrando que os projetos financiados estão de acordo com a diminuição do carbono e contribuindo para um novo caminho econômico.

### **FMI e o Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) disponibiliza o Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (*Resilience and Sustainability Facility* em inglês) financiamento de longo prazo adequado aos países que realizam reformas para diminuir os riscos para a estabilidade potencial da balança de pagamentos, incluindo aqueles relacionados às alterações climáticas e a resposta a possíveis pandemias.

De acordo com o FMI, esse mecanismo tem como característica apoiar a parte financeira, fornecendo o espaço fiscal necessário para ajudar na implementação de reformas políticas que tenham como objetivo promover diretrizes para impactar no desenvolvimento sustentável, na mitigação das mudanças climáticas e na construção da resiliência para lidar com a imprevisibilidade. O financiamento privado também está em pauta para custear os projetos climáticos propostos. Para fortalecer as respostas institucionais e políticas dos países, o FMI realizará assistência técnica e reforço das competências.

A saber, de acordo com o FMI, para o país ser elegível a esse mecanismo, existem algumas condições, tais como: ser um país de baixa renda inserido no Fundo para a Redução da Pobreza e o Crescimento (*Poverty Reduction and Growth Trust*, em inglês), pequenos estados (população inferior a 1,5 milhão) com renda per capita abaixo de 25 vezes o corte operacional da Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA) de 2021 <sup>28</sup>e todos os países de renda média com renda per capita abaixo de 10 vezes o corte operacional do IDA de 2021.

### **Referências**

Inter-American Development Bank [homepage na internet]. DB Launches 'Amazonia Forever,' an Umbrella Program to Boost Coordination for Amazon Region. [acesso em 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-launches-amazonia-forever-umbrella-program-boost-coordination-amazon-region>

Inter-American Development Bank [homepage na internet]. Topics Amazonia. [acesso em 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/who-we-are/topics/Amazonia>

International Monetary Fund [homepage na internet]. Resilience and Sustainability Facility (RSF). [acesso em 16 jul 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/Resilience-Sustainability-Facility-RSF>

International Monetary Fund [homepage na internet]. Seychelles Pioneers Novel Financing Instruments and Taps IMF Climate Facility. [acesso em 16 jul 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/07/05/cf-seychelles-pioneers-novel-financing-instruments-and-taps-imf-climate-facility>

World Bank [homepage na internet]. Paris Alignment [acesso em 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/paris-alignment>

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://ida.worldbank.org/en/about/borrowing-countries>



World Bank. World Bank Group Climate Change Action Plan 2021–2025: Supporting Green, Resilient, and Inclusive Development. [acesso em 16 jul 2023]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ee8a5cd7-ed72-542d-918b-d72e07f96c79>

World Bank [homepage na internet]. What You Need to Know About World Bank Group Alignment with the Paris Agreement [acesso em 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/07/10/what-you-need-to-know-about-world-bank-group-alignment-with-the-paris-agreement>

## Saúde e Propriedade Intelectual: Resposta à Pandemia da Covid-19

### *Health and Intellectual Property: Response to the Covid-19 Pandemic*

**Claudia Chamas**

**Abstract.** *The World Health Organization, the World Intellectual Property Organization, and the World Trade Organization have jointly published a revised section from the second edition of the collaborative report titled "Promoting Access to Medical Technologies and Innovations." This comprehensive analysis, titled "An Integrated Health, Trade, and Intellectual Property Approach to Addressing the COVID-19 Pandemic," offers a comprehensive perspective on the various challenges presented by the ongoing global health crisis. Notably, the publication emphasizes the significance of intellectual property measures in tackling the current situation.*

**Keywords:** intellectual property; Covid-19; patent; compulsory license; production

**Resumo.** A Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a Organização Mundial do Comércio lançaram extrato atualizado da segunda edição do estudo trilateral Promoção do acesso a tecnologias e inovações médicas. A análise é intitulada “Uma abordagem integrada de saúde, comércio e PI para responder à pandemia de COVID-19” e fornece ampla visão dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Medidas no campo da propriedade intelectual receberam destaque na publicação.

**Palavras-chave:** propriedade intelectual; Covid-19; patente; licença compulsória; produção

### Saúde e Propriedade Intelectual

Em 14 de julho de 2023, a [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS), a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) e a [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) lançaram extrato atualizado da segunda edição do estudo trilateral Promoção do acesso a tecnologias e inovações médicas (em inglês, "[Promoting Access to Medical Technologies and Innovation](#)") (1). A análise é intitulada Uma abordagem integrada de saúde, comércio e PI para responder à pandemia de COVID-19 (em inglês, "[An Integrated Health, Trade and IP Approach to Respond to the COVID-19 Pandemic](#)") e fornece ampla visão dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19 (2) (Imagem1).

O Relatório destacou diversas ações, com destaque para:

#### 1. Expansão e diversificação da produção

Os governos entenderam como prioritária a garantia de acesso suficiente a vacinas, equipamentos de terapia intensiva, como ventiladores e EPIs, e diagnósticos. Houve medidas para adaptar a capacidade de fabricação para atender ao aumento da demanda, inclusive redirecionando as linhas de produção para a fabricação de produtos essenciais. O papel da organização [Medicines Patent Pool](#) (MPP) ganhou evidência, promovendo algumas negociações e licenças com vista à ampliação da capacidade de produção de bens com cobertura patentária. O Relatório menciona como dados e informações disponíveis publicamente sobre a capacidade de fabricação global: WHO: COVID-19 vaccine tracker and landscape; United Nations Children's

Fund (UNICEF) COVID-19 Market Dashboard; Prickly Research, on behalf of the Third World Network: VAXMAP; DukeGlobal Health Innovation Center: Launch and Scale Speedometer; Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI): mapping multinational vaccine capacity; The New York Times: Coronavirus Vaccine Tracker.

## 2.Parcerias

No campo das parcerias regionais e globais sustentáveis para o desenvolvimento da capacidade de produção local, o texto cita a iniciativa Parcerias para a Fabricação de Vacinas na África (Partnerships for African Vaccine Manufacturing - PAVM) e a Estrutura de Ação da PAVM (PAVM Framework for Action), que visam alavancar parcerias panafricanas e globais, ampliando a fabricação de vacinas e atendendo às necessidades de vacinas do continente.

## 3.Compras

As autoridades de vários países agilizaram a aquisição de produtos essenciais por meio de procedimentos emergenciais, como emissão de concessões diretas de contratos. Houve criação de mecanismos de transparência para compras emergenciais, seguindo as melhores práticas internacionais. Algumas regiões usaram compras conjuntas para bens selecionados.

## 4.Cadeias de suprimentos

Durante a pandemia, foi necessário oferecer algum grau de proteção às cadeias de suprimentos essenciais. Algumas autoridades de concorrência permitiram, em caráter excepcional, algum nível de cooperação entre fabricantes, distribuidores e compradores. Por exemplo, a Rede Europeia de Concorrência emitiu orientações sobre a aplicação da política de concorrência em tempos de urgência e oferta limitada, esclarecendo se e quando a coordenação entre empresas para responder às necessidades da crise pode ser permitida temporariamente. No combate aos abusos de preços autoridades ajustaram suas análises econômicas para levar em conta a natureza temporária da crise. Por exemplo, a África do Sul introduziu disposições contra a manipulação de preços. A Argentina e o Marrocos emitiram decretos estabelecendo preços máximos para itens de saúde.

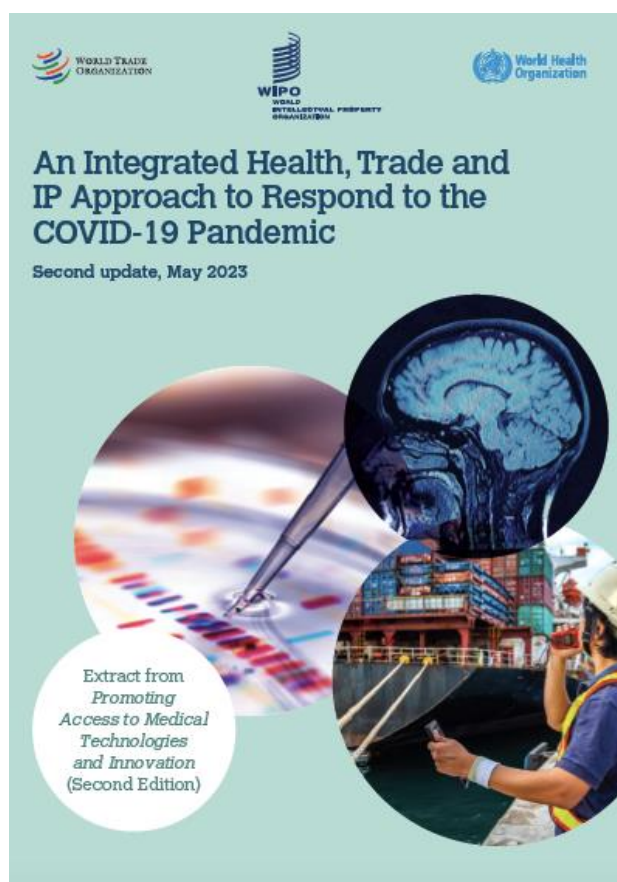
## 5.Propriedade intelectual

A OMPI estabeleceu recurso de pesquisa sobre a COVID-19 em sua base de dados global PATENTSCOPE, disponibilizando strings predefinidas que apoiam a busca de informações de patentes relacionadas à COVID. O Escritório Europeu de Patentes e várias autoridades nacionais de patentes desenvolveram ferramentas semelhantes, bem como bancos de dados de patentes relacionadas à COVID, por exemplo: A China lançou banco de dados de acesso livre para patentes relacionadas à COVID; A República da Coreia disponibilizou informações sobre patentes de tecnologias relacionadas ao diagnóstico e tratamento da COVID-19; Como parte da iniciativa de cooperação técnica regional PROSUR/PROSUL, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai publicaram relatórios de patentes sobre tecnologias relevantes para a COVID-19; O Escritório de Patentes e Marcas Registradas dos Estados Unidos criou um Programa Piloto de Exame Prioritário da COVID-19, que acelera o exame de pedidos relacionados à COVID-19 apresentados por pequenas e microempresas; O Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil priorizou o exame de pedidos de patentes relacionados a inovações que podem ser usadas para combater a COVID-19 de 7 de abril de 2020 a 30 de junho de 2021.

O MPP fornece informações sobre patentes e licenciamento em seu Banco de Dados de Patentes e Licenças de Medicamentos ([MedsPal](#)), o Banco de Dados de Patentes de Vacinas contra COVID-19 ([VaxPal](#)) e o Banco de Dados de Licenças e Patentes Terapêuticas de Longa Duração ([LAPaL](#)). Em 31 de março de 2020, com o apoio da OMS e da Unitaaid, o MPP expandiu seu mandato. Em caráter temporário, para cobrir tecnologias de saúde úteis para a resposta ao COVID-19.

As medidas políticas incluem licenças compulsórias e licenças de uso governamental. Legislações foram aprovadas em alguns países para garantir que esses mecanismos estejam em vigor, se necessário, a fim de facilitar o acesso às terapias COVID-19. No Canadá, a Lei de Patentes foi alterada em março de 2020 para permitir a autorização do uso de invenções patenteadas em resposta a emergências de saúde pública. A modificação expirou em setembro de 2020. Na Alemanha, o Ministério da Saúde foi autorizado a ordenar à autoridade competente que permita o uso de invenções protegidas por patente, garantindo o fornecimento de tecnologias de saúde como medicamentos, diagnósticos e equipamentos de proteção individual, por motivos de interesse público ou de segurança nacional. Esta medida expirou em abril de 2021. Na França, a Lei de Emergência nº 290, de 2020, deu poderes ao primeiro-ministro para ordenar a apreensão de bens e serviços para combater o desastre sanitário, controlar temporariamente os preços dos produtos e disponibilizar medicamentos aos pacientes. Na Itália e Hungria, as emendas se tornaram permanentes. Em 2020, a Hungria e a Rússia emitiram para a produção local de remdesivir. Israel emitiu licença de uso do governo para a importação de lopinavir/ritonavir genérico no tratamento de COVID-19.

**Imagem 1:** Integrated health, trade and IP approach to respond to the COVID-19 pandemic



Fonte: OMC, 2023.

## Referências

1. World Trade Organization, World Health Organization and World Intellectual Property Organization. Promoting access to medical technologies and innovation: intersections between public health, intellectual property and trade. [Internet]. 2012. Disponível em:

[https://www.wto.org/english/res\\_e/booksp\\_e/who-wipo-wto\\_2020\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/who-wipo-wto_2020_e.pdf)

2. World Trade Organization, World Health Organization and World Intellectual Property Organization. An Integrated Health, Trade and IP Approach to Respond to the COVID-19 Pandemic Second update [Internet]. 2023. Disponível em:

[https://www.wto.org/english/res\\_e/booksp\\_e/who\\_wipo\\_wto\\_2023\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/who_wipo_wto_2023_e.pdf)

**“Você não está entendendo quase nada do que eu digo”:  
os poderosos do mundo não dão ouvidos à sociedade civil**

**“You do not understand almost anything of what I say”:  
the powerful of the world do not listen to civil society**

**Ana Carol Vaquera**

**Diana Reyna Zeballos Rivas,**

**Jesus Enrique Patiño Escarcina**

**Laurenice de Jesus Alves Pires**

**Marciglei Brito Moraes**

**Patrícia Lewis Carpio**

**Renan Amaral Oliveira**

**Luis Eugênio de Souza**

**Abstract.** *In the first half of July, 46 Civil Society Organizations of Public Interest and Private Interest were monitored. Public Interest Organizations continue to denounce injustices and inequities that seem to go unheard by most powerful national and global decision-makers, public and private. Meanwhile, the climate crisis and its associated issues, such as wars, hunger and food insecurity, dominate the organizations' agenda. While the CSOs addressed other global inequities, they also announced actions that bring hope, such as the Colombian Ministry's position to compulsorily approve the production of a generic for the treatment of HIV/AIDS, and the joint Latin American countries declaration on universal, inclusive, and sustainable health systems, guided by the challenges of race, ethnicity, and gender. Among the Private Interest Organizations, there was no concentration of topics, that included the climate crisis and food insecurity, gender and racial inequalities, and artificial intelligence. One topic that is worth mentioning is the Multilateral Development Bank Challenge Fund, which received contributions from large philanthropic entities to support low-income countries to carry out actions to mitigate the climate crisis.*

**Keywords:** *Global Health, Health Governance, Civil Society Organizations, Nonprofit Organizations, Health Inequities, Social Justice*

**Resumo.** *Nesta primeira quinzena de julho, 46 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Interesse Particular foram monitoradas. As Organizações de Interesse Público continuam a denunciar injustiças e iniquidades que parecem não ser ouvidas pelos mais poderosos tomadores de decisões nacionais e globais, públicos e privados. Enquanto isso, a crise climática e seus temas associados como as guerras, a fome e a insegurança alimentar dominam a agenda das organizações. Embora as OSC tenham abordado iniquidades globais, também anunciaram ações que trazem esperança, como o posicionamento do Ministério da Colômbia de aprovar compulsoriamente a produção de um genérico para o tratamento de HIV/Aids, e a declaração conjunta de países da América Latina sobre sistemas de saúde universais, inclusivos e sustentáveis, orientados pelos desafios de raça, etnia e gênero. Entre as Organizações de Interesse Privado, não houve concentração de temas, sendo citados a crise climática e a insegurança alimentar, as iniquidades de gênero e raça, e a inteligência artificial. Dentre as menções, vale ressaltar o Fundo de Desafio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento que*

recebeu aportes de entidades filantrópicas para apoiar os países de baixa renda a realizarem ações de mitigação da crise climática.

**Palavras-chave:** Saúde Global, Governança em Saúde, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Sem Fins Lucrativos, Iniquidades em Saúde, Justiça Social

## Introdução

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público seguem fazendo importantes denúncias sobre a forma com que os acordos políticos nacionais e globais tem deixado muitos para trás, ao contrário do que foi acordado pelos Estados-membro com a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A vergonhosa iniquidade do acesso a vacinas durante a pandemia de Covid-19 – a falência moral catastrófica, nas palavras do diretor-geral da OMS – não foi suficiente para constranger a União Europeia de anunciar novo acordo de reserva de vacinas com empresas farmacêuticas para futuras pandemias. Assim como as tragédias migratórias, como a observada na costa da Grécia que deixou quase quinhentas pessoas mortas, não têm sido suficientes para que os países europeus (nessa quinzena, a Itália) tenham constrangimentos em restringir as atividades humanitárias de busca e resgate de refugiados no Mediterrâneo, ou para que evitassem o veto do Conselho de Segurança da Nações Unidas à renovação do mecanismo transfronteiriço de ajuda humanitária à Síria. São atitudes como essas que mostram o escárnio dos poderosos do mundo frente ao sofrimento das populações do Sul Global.

Esse contexto de denúncias recorrentes faz lembrar a música de Caetano Veloso que diz “você não está entendendo quase nada do que eu digo<sup>29</sup>”. Os líderes políticos e corporativos das grandes potências econômicas e militares seguem praticando o *business as usual*, como se a indiferença deles em relação à persistência das injustiças sociais não pudesse vir a ter consequências.

Na base da denúncia do desdém dos poderosos, está a crise climática que foi o tema mais frequente nas manifestações da sociedade civil. A Oxfam e a ActionAid se juntaram para pedir a taxação de grandes empresas, denunciando que, enquanto milhares de pessoas passam fome no mundo, grandes corporações tiveram lucros de US\$ 1 trilhão por ano. Chamaram a atenção para a vulnerabilidade no sul da Ásia, com eventos climáticos catastróficos afetando as cidades mais populosas e pobres da região, com crises alimentares e migração.

Manifestações sobre justiça climática nas ilhas do pacífico, na Croácia e no Chile foram noticiadas pelas organizações que chamaram a atenção para o direito da pessoas protestarem pacificamente. Também foi destaque o aumento do aquecimento extremo na região do Oriente Médio e da África do Norte, batendo o recorde da temperatura mundial.

Assim como a crise climática, as guerras e os conflitos continuam a ter destaque nas manifestações das organizações de interesse público. Cuidados médicos têm sido oferecidos na Cisjordânia após a incursão das forças israelenses, o maior ataque desde 2002, afetando as estruturas de saúde e a resposta médica à emergência. No Sudão, o conflito paralisou a

---

<sup>29</sup> Você não entende nada. Caetano Veloso 18 ago. 2012. 1 vídeo (4 min 40 s). Publicado pelo canal JMStapes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F4TXkeJYXTE>. Acesso em: 15 jul. 2023.

atividade da única instituição especializada no tratamento do micetoma, uma doença negligenciada.

A seca, a violência e os conflitos intensificam a situação de insegurança alimentar na Etiópia e Nigéria, com aumento do registro dos casos de desnutrição e da necessidade de ampliação de cuidados médicos. As organizações pedem que os governos e as autoridades locais evitem a perda catastrófica de vidas.

Com a proximidade da Reunião de Alto Nível que discutirá a Cobertura Universal de Saúde (CUS), foi publicada uma declaração da coalização de parcerias para a CUS, chamando a atenção dos países para a urgência de alcançarem a saúde para todos e da responsabilidade dos governos pela saúde e segurança de suas populações. Na América Latina, os países lançaram uma declaração sobre os sistemas de saúde universais, inclusivos e sustentáveis, considerando as desigualdades persistentes na região e a intersecção com classe, raça, etnia e gênero.

Também na América Latina, registrou-se uma importante ação do governo colombiano que aprovou licenças compulsórias para a produção e importação do dolutegravir genérico, um medicamento contra HIV/Aids, sem a permissão do detentor da patente, indo na contramão histórica da relação do país com as farmacêuticas. A ação contou com apoio de centenas de organizações da sociedade civil e pessoas influentes.

Outro tema relevante, nesta quinzena, foi a criação do Fundo de Desafio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para apoiar o alcance dos ODS e o cumprimento do Acordo Climático de Paris. Para esse fim, foram doados US\$ 2,78 milhões por meio desse Fundo, de modo a desbloquear o financiamento a países de baixa renda e média renda. Um documento com recomendações para a reforma da estrutura financeira global foi produzido, recomendando que países endividados realoquem os recursos reservados ao pagamento das dívidas em ações de enfrentamento da crise climática.

Temas também mencionados incluem a tuberculose, para a qual se sugere maior fomento à produção de tecnologias clínicas e mais centros ambulatoriais de rastreamento, a vulnerabilidade cibernética, que ainda não consta com planos empresariais ou governamentais, e o envio de munições *cluster* dos Estados Unidos para a Ucrânia e o perigo a que expõem os civis. Ademais, a mitigação dos riscos de a Inteligência Artificial extinguir a humanidade foi tema da declaração assinada por pesquisadores e intelectuais da área, pedindo atenção dos líderes mundiais para a sua regulamentação.

Por fim, merece destaque a declaração da Fundação Rockefeller e outras organizações filantrópicas relativa às decisões da Suprema Corte dos EUA que impedem o uso de critérios que levem em conta as desigualdades raciais sistêmicas para entrada em universidades públicas ou particulares. Com a decisão, estima-se que haverá significativa redução da entrada de estudantes negros, latinos, indígenas e de baixa renda no ensino superior.

## **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**

### **Lições da pandemia aprendidas e não aprendidas da Covid-19**

Em resposta ao anúncio da União Europeia (UE) sobre o acordo de [reserva de vacinas com empresas farmacêuticas para futuras pandemias](#), Mohga Kamal-Yanni, Coordenadora de Políticas da [People's Vaccine](#), expressou preocupação com as ações que perpetuam as desigualdades vivenciadas durante a pandemia de COVID-19. Ela enfatizou a necessidade de solidariedade global e fez um apelo aos líderes da UE e aos CEOs das empresas farmacêuticas



para garantir acesso equitativo aos países em desenvolvimento em futuras crises de saúde, a fim de evitar a repetição de nacionalismo mortal e desigualdade causada pela busca desenfreada de lucros.<sup>30</sup>

A Planetary Health Alliance compartilhou o artigo “[Quais são as lições do COVID-19 para criar futuras cidades saudáveis, sustentáveis e resilientes?](#)”, em que analisam as lições da pandemia e discutem a necessidade de aplicar o olhar da saúde para a concepção, aprovação e avaliação do planejamento urbano.<sup>31</sup>

O Global Health Centre divulgou a segunda edição da série de periódicos “[Como gerir as pandemias](#)”. Esta publicação tem o objetivo de fornecer uma visão geral sobre esforços realizados para fortalecer a preparação e resposta global a pandemias. Esta edição apresenta atualizações sobre as negociações para o Acordo Pandêmico da OMS e conversas paralelas sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional.<sup>32</sup>

O Global Health Centre retweetou a publicação do artigo “[Financiamento pandêmico: perdendo em todas as frentes?](#)”, publicado pela Health Policy Watch. Os autores Alessia Nicastro e Seyed-Moeen Hosseinalipour, questionam como os novos compromissos ambiciosos previstos para um Acordo Pandêmico da OMS podem ser financiados com um declínio nos gastos governamentais com saúde e as promessas inadequadas de financiamento por parte dos doadores.<sup>33</sup>

## **Migração e refúgio**

Os [Médicos Sem Fronteira](#), junto a outras ONGs, apresentaram uma denúncia ante a Comissão Europeia referente à lei italiana 15/2023 que restringe as atividades das embarcações humanitárias que vem atuando na busca e [resgate de refugiados no mar mediterrâneo](#). Após o naufrágio de 14 de junho, que deixou até 500 pessoas mortas e desaparecidas na costa da Grécia, MSF vem denunciando as políticas de migração da União Europeia, fazendo um apelo à responsabilização pelas vidas perdidas e à criação de um mecanismo de busca e salvamento dedicado, proativo e liderado pelo Estado.<sup>34</sup>

A [ActionAid](#) se une a outras ONGs para expressar [a preocupação com o bloqueio da rota de ajuda humanitária à Síria](#). Em comunicado, destaca que a resposta do Conselho de Segurança da ONU em estender a autorização da rota de ajuda humanitária transfronteiriça para a Síria

---

<sup>30</sup> EU Pharma Deal - People's Vaccine. 30 jun. 2023. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/eu-pharma-deal/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>31</sup> Twitter [Internet]. 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1678454792513888259](https://twitter.com/ph_alliance/status/1678454792513888259)

<sup>32</sup> Twitter [Internet]. 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/LSHTM\\_Planet/status/1678403200976551937](https://twitter.com/LSHTM_Planet/status/1678403200976551937)

<sup>33</sup> Twitter [Internet]. 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/LSHTM\\_Planet/status/1678403200976551937](https://twitter.com/LSHTM_Planet/status/1678403200976551937)

<sup>34</sup> MSF. Cinco ONG denunciamos ante la Comisión Europea la ley italiana que restringe las actividades de búsqueda y salvamento en el mar de los buques humanitarios [Internet]. Médicos Sin Fronteras. 2023 [citado 14 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/5-ong-denunciamos-comision-europea-ley-italiana-restringe-busqueda-rescate-mar>

fracassou e que o veto da Rússia a esta rota é um exemplo flagrante de países que colocam os seus interesses particulares acima da vida das pessoas necessitadas.<sup>35</sup>

A CARE International emitiu declaração sobre o veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para a CARE, [o impedimento da renovação do mecanismo transfronteiriço sírio](#) marca um ponto baixo no histórico humanitário do Conselho. Isso terá consequências catastróficas para mais de 4 milhões de pessoas que dependem da ajuda da ONU.<sup>36</sup>

No dia 11 de julho, o Conselho de Segurança das [Nações Unidas não renovou a resolução transfronteiriça](#) (UNSCR 2672) para a passagem de ajuda humanitária no noroeste da Síria. Segundo o diretor geral de MSF na Síria, a política está sendo colocada à frente da vida de milhões de sírios que vivem em condições precárias e dependem da ajuda internacional.<sup>37</sup>

O Conselho de Representantes da Associação Nacional de Enfermagem do International Council of Nurses (ICN) aprovou uma [resolução em que exige tratamento humano de migrantes](#), à luz do aumento dos padrões de migração, inclusive entre enfermeiras. Nesta resolução, proposta pela Organização Norueguesa de Enfermeiras, estão destacadas as razões do aumento da migração e o fato de alguns países não oferecerem tratamento e proteção humanitários. A ICN aponta que a migração é uma questão crescente em vários países e a política global não conseguiu resolver.<sup>38</sup>

### **Crise climática**

A ActionAid repercutiu o pronunciamento do presidente da COP28 no *Twitter* em entrevista ao *The Guardian*. Al-Jaber disse ser inevitável e essencial [a redução gradual de combustível fóssil](#). Para a ActionAid, esta fala vinda de um CEO de combustível fóssil, é um sinal de estarmos na direção certa. No entanto, afirma ainda que o mundo deve ir além para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, por meio de uma transição justa, totalmente financiada e equitativa.<sup>39</sup>

---

<sup>35</sup> ActionAid International [Internet]. ActionAid joins other NGOs to express concern at block to aid route to Syria; 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-joins-other-ngos-express-concern-block-aid-route-syria>

<sup>36</sup> CARE International [Internet]. Syria cross-border aid: UN Security Council veto catastrophic for northwest's population; 11 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/syria-cross-border-aid-un-security-council-veto-catastrophic-northwests-population>

<sup>37</sup> MSF. Siria: “La no renovación de la resolución transfronteriza es una vergüenza” [Internet]. Médicos Sin Fronteras. 2023 [citado 14 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/siria-no-renovacion-resolucion-transfronteriza-verguenza>

<sup>38</sup> ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN passes emergency resolution demanding humane treatment of migrants; 4 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-passes-emergency-resolution-demanding-humane-treatment-migrants>

<sup>39</sup> Twitter [Internet]. 13 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/ActionAid/status/1679427090779627521>



Fonte: <https://news.sky.com/>

A ActionAid<sup>40</sup> alerta que [os eventos climáticos extremos alimentados pelas mudanças climáticas](#) estão se tornando mais intensos e frequentes. Esta crise está destruindo cada vez mais vidas e os governos devem agir agora. O clima extremo nos Estados Unidos, China, Índia e Japão ocorre em um período em que o mundo registrou seu dia mais quente, enquanto as temperaturas médias globais continuam subindo. Atingidos por deslizamentos de terra, alertas de calor e inundações repentinas, esses países sentiram esta semana as consequências do “clima selvagem” no mundo.

A CARE International relembra a manifestação que discute “5 maneiras pelas quais a mudança climática mais afeta mulheres e meninas”. Para a CARE, as perspectivas únicas das mulheres são essenciais para enfrentar a crise climática e defender o financiamento da resiliência climática, [dos movimentos de base à formulação de políticas internacionais](#).<sup>41</sup>

A Planetary Health Alliance indicou o episódio de The Evidence na BBC, com a participação da Dra. Elaine Flores, que discute [o conceito de Solastalgia](#), a dor ou sofrimento emocional causado pela mudança ambiental.<sup>42</sup> A organização também indicou a reportagem do The Guardian de 3 de julho de 2023, sobre [o dia mais quente já registrado](#), conforme dados dos Centros Nacionais de Previsão Ambiental dos EUA. A temperatura média global atingiu 17,01°C (62,62°F), superando o recorde de agosto de 2016 de 16,92°C (62,46°F), com ondas de calor espalhadas pelo mundo. Foi o dia mais quente para a temperatura média global, que reforça os alertas de agravamento da crise climática.<sup>43</sup>

A Oxfam anunciou o lançamento da [campanha](#) de protesto “Faça com que os poluidores paguem”, em 23 de setembro. Criticou que o [Reino Unido](#) estaria tentando abandonar o compromisso climático de quase 12 bilhões de libras com países vulneráveis por causa das limitações econômicas dos últimos anos. Também criticou que grandes corporações empresariais tiveram [lucro](#) de um trilhão de dólares, destacando a importância de taxar os lucros inesperados, que teriam gerado quase cem milhões de dólares em impostos. E, destacou o

<sup>40</sup> Twitter [Internet]. 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/ActionAid/status/1679198694619627520>

<sup>41</sup> Twitter [Internet]. 6 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/CARE/status/1676984451119685633>

<sup>42</sup> Twitter [Internet]. 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/LSHTM\\_Planet/status/1678403200976551937](https://twitter.com/LSHTM_Planet/status/1678403200976551937)

<sup>43</sup> Twitter [Internet]. 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: [https://twitter.com/LSHTM\\_Planet/status/1678403200976551937](https://twitter.com/LSHTM_Planet/status/1678403200976551937)

crescente avanço da [fome](#) desde o 2019, período no qual empresas de alimentação e energia dobraram os seus lucros.

A ActionAid e a Oxfam renovam o apelo por impostos justos, ao afirmar que [os lucros das grandes empresas disparam para US\\$ 1 trilhão por ano em meio à crise do custo de vida](#), um fato descrito como "obsceno". Destacam ainda que corporações de alimentos e bebidas, bancos, grandes empresas farmacêuticas e grandes varejistas também lucraram com a crise do custo de vida, que levaram bilhões de pessoas em 58 países a serem atingidas por insegurança alimentar aguda em 2022.<sup>44</sup>

A Oxfam chamou a atenção à maior vulnerabilidade do Sul de [Ásia](#) para eventos climáticos catastróficos, afetando cidades populosas e mais pobres da região, gerando crises alimentares, de migração e sanitária. E destacou a parceria com a empresa [M&S](#) que oferece vantagens no cartão de fidelidade em troca de doações de roupas infantis.

A Greenpeace deu destaque a diversas manifestações sobre justiça climática dos ativistas nas [ilhas do pacífico](#), na Croácia contra as emissões de gás [metano](#), em [Estrasburgo](#) por uma lei de restauração da natureza, no [Chile](#) contra a poluição gerada por empresas de criação de salmão, ao tempo que destacou a importância de respeitar os direitos dos [protestantes pacíficos](#) em diversas partes do mundo.

A Greenpeace chamou a atenção a diversos fenômenos que afetam o meio ambiente como, os impactos da [poluição sonora](#) na comunicação da fauna marinha, da [mineração](#) nos fundos dos oceanos, da poluição associada à [aviação](#), dos potenciais efeitos catastróficos no clima em diversas regiões do mundo por causa do fenômeno [El Niño](#), que só está na fase inicial, e do aumento extremo do aquecimento da região do [Oriente Médio e a África do Norte](#), com ritmo que dobra a média global, ao tempo que foi registrado um novo [recorde](#) na temperatura média mundial.

Por outra parte, a Greenpeace criticou a aprovação da venda de [carne](#) cultivada em laboratório para consumo como iniciativa que pouco efeito tem no consumo de carne em relação a vegetais.

No Brasil, destacou o aumento em 10% nas [queimadas](#) na Amazônia brasileira comparando os e a queda no [desmatamento](#) comparado os primeiros semestres de 2022 e 2023. Por outro lado, chamou a atenção ao aumento na mineração de ouro na Amazônia que ameaça a biodiversidade na região, e destacou o ataque de garimpeiros contra indígenas [lanomâmi](#).

A CARE International lançou um novo programa de resposta humanitária dos EUA, a ["rede do pacote de cuidados"](#). Trata-se de uma nova parceria de ajuda humanitária nos EUA entre a organização humanitária sem fins lucrativos e várias organizações de base lideradas por mulheres e/ou BIPOC (Black, Indigenous, and people of color, em inglês). O objetivo deste novo

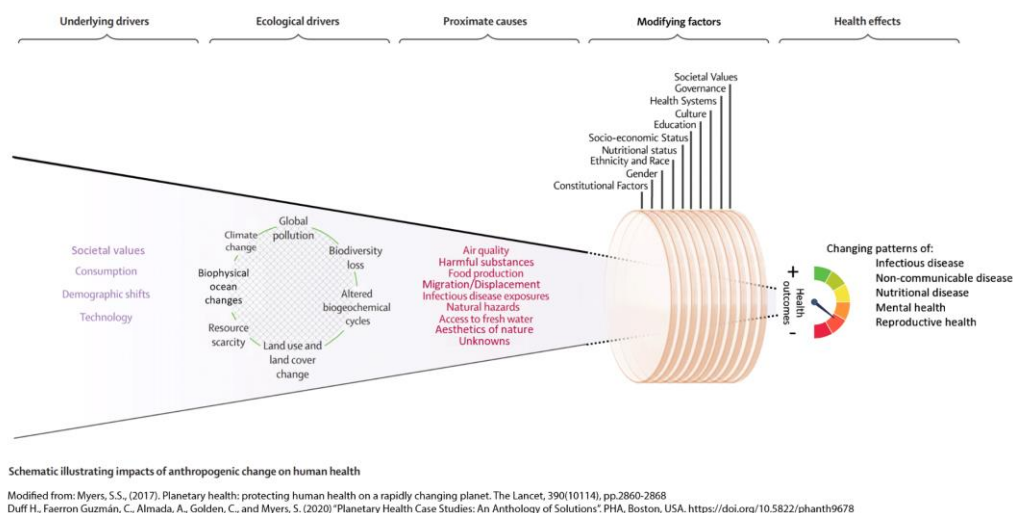
---

<sup>44</sup> ActionAid International [Internet]. Big business' windfall profits rocket to "obscene" \$1 trillion a year amid cost-of-living crisis; Oxfam and ActionAid renew call for windfall taxes; 6 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/big-business-windfall-profits-rocket-obscene-1-trillion-year-amid-cost-living-crisis>

programa é alcançar e atender melhor as comunidades vulneráveis afetadas por emergências, como eventos climáticos severos.<sup>45</sup>

## Saúde Planetária

A Planetary Health Alliance atualizou um [modelo explicativo da Saúde Planetária](#), por meio de um esquema interativo disponível em seu *website* oficial. A Saúde Planetária é um campo transdisciplinar que analisa e aborda os impactos das perturbações humanas nos sistemas naturais da terra, na saúde humana e em toda a vida no planeta.



Fonte: Planetary Health

## Guerras e conflitos na Palestina e no Sudão

Os Médicos Sem Fronteira estão prestando cuidados médicos de emergência na cidade de Jenin, no norte da Cisjordânia, após uma incursão em larga escala das [forças israelenses](#) no campo de refugiados da cidade. Esta ação armada é a maior na Cisjordânia desde 2002. Pelo menos oito pessoas foram mortas e outras 91 ficaram feridas na operação terrestre e aérea – muitas delas com ferimentos de bala e estilhaços. Além de matar e ferir pessoas, a ação também afetou as estruturas de saúde e obstruiu a resposta médica à emergência.<sup>46</sup>

A ActionAid condenou as [incursões israelenses no campo de refugiados de Jenin na Palestina](#) e compartilhou sua preocupação em relação aos ataques militares no norte da Cisjordânia. Em 3 de julho de 2023, Israel lançou uma operação militar contra o campo de refugiados com drones, ataques aéreos e mísseis, causando a morte de nove palestinos e ferindo

<sup>45</sup> CARE [Internet]. CARE LAUNCHES NEW US HUMANITARIAN RESPONSE PROGRAM: THE “CARE PACKAGE NETWORK” - CARE; 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-launches-new-us-humanitarian-response-program-the-care-package-network/>.

<sup>46</sup> MSF condena bloqueio de acesso médico em Jenin na maior ação militar na Cisjordânia desde 2002 [Internet]. MSF Brasil. 2023 [citado 14 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-condena-bloqueio-de-acesso-medico-em-jenin-na-maior-acao-militar-na-cisjordania-desde-2002/>

mais de 80. O número de mortos poderá aumentar devido ao número de feridos. A ActionAid destaca que este ataque é o maior na Cisjordânia desde 2002.<sup>47</sup>

A DNDi compartilhou a [paralisação das atividades de enfrentamento ao micetoma, devido ao conflito no Sudão](#). O Mycetoma Research Center em Cartum, a única instituição especializada nesta doença negligenciada, suspendeu suas atividades. Milhares de pacientes agora carecem de tratamento.<sup>48</sup>

### **Insegurança alimentar e taxação de alimentos não saudáveis**

Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) fizeram um pedido urgente para a [retomada das distribuições de alimentos](#) que foram suspensas no início de junho de 2023 na Etiópia. O país vem enfrentando uma das piores secas em quatro décadas, além de dificuldades econômicas e violência recorrente, o que agrava o quadro alarmante de desnutrição, sendo as pessoas refugiadas, mulheres grávidas, crianças menores de 5 anos e portadores de HIV os grupos de maior risco.<sup>49</sup>

Uma [crise de desnutrição](#) está se agravando no noroeste da Nigéria, levando Médicos Sem Fronteiras (MSF) a reforçar suas atividades na região. A organização abriu novos centros ambulatoriais de alimentação terapêutica, além de centros de internação e centros ambulatoriais que já administra em vários estados. MSF pede que todas as organizações humanitárias que trabalham no país ampliem sua atuação e pede ao governo nigeriano e às autoridades locais de saúde que ajam para evitar uma perda catastrófica de vidas nos próximos meses.<sup>50</sup>

A ACT Promoção da Saúde publicou o boletim 193, destacando a [reforma tributária no Brasil](#) que prevê a criação de um imposto seletivo para bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No entanto, há preocupação com a inclusão de última hora de um dispositivo que exclui alguns itens dessa tributação, o que pode gerar uma brecha para que produtos ultraprocessados, agrotóxicos e produtos associados ao cultivo de fumo escapem da sobretaxa. A reforma ainda será analisada pelo Senado e requererá várias regulamentações posteriores, processo que será acompanhado de perto pela organização.<sup>51</sup>

### **Sistemas de saúde e cobertura universal**

O People's Health Movement divulgou a [Declaração da Conferência Latino-Americana sobre a Construção e Fortalecimento de Sistemas de Saúde Universais, Inclusivos e Sustentáveis](#),

---

<sup>47</sup> ActionAid International [Internet]. ActionAid condemns Israeli Raids on Palestine's Jenin Refugee Camp; 4 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-condemns-israeli-raids-palestines-jenin-refugee-camp>

<sup>48</sup> Twitter [Internet]. 4 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1676191647456022530>

<sup>49</sup> MSF pede retomada imediata da distribuição de alimentos na Etiópia [Internet]. MSF Brasil. 2023 [citado 14 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-pede-retomada-imediata-da-distribuicao-de-alimentos-na-etiofia/>

<sup>50</sup> Crise de desnutrição no noroeste da Nigéria atinge número sem precedentes [Internet]. MSF Brasil. 2023 [citado 14 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/crise-de-desnutricao-no-noroeste-da-nigeria-atinge-numero-sem-precedentes/>

<sup>51</sup> REFORMA Tributária: entenda os principais pontos para a promoção da saúde e preocupações de organizações como a ACT e as relacionadas à sustentabilidade e justiça social - Boletim 193 - Posts | ACT BR. 10 jul. 2023. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/reforma-tributaria-entenda-os-principais-pontos-para-a-promocao-da-saude-e-preocupacoes-de-organizacoes-como-a-act-e-as-relacionados-a-sustentabilidade-e-justica-social-boletim-193/19564/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

evento organizado pelo Cebes - Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Ministério da Saúde do Brasil e OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde, realizada em Brasília, Brasil, entre 30 de junho e 1º de julho, 2023. A declaração, apresenta uma agenda de transformações para alcançar o direito universal à seguridade social e à saúde na América Latina, com reconhecimento da persistência das desigualdades sociais na América Latina, especialmente no campo da saúde, e suas raízes históricas, culturais, geográficas, políticas, econômicas e sociais e se cruzam com classe, raça, etnia e gênero.<sup>52</sup>

A NCD Alliance fez matéria sobre a nova publicação da OMS [Achieving well-being: A global framework for integrating well-being into public health using a health promotion approach](#). A publicação pede "um novo contrato social que equilibre considerações sociais, econômicas e ambientais no centro da tomada de decisões políticas e sociais"<sup>53</sup>.

A [NCD Alliance](#) divulgou notícia sobre a [declaração da Coalizão de Parcerias para Cobertura Universal de Saúde e Saúde Global na Lancet Global Health](#). A declaração chama a atenção dos países à urgência de alcançarem a saúde para todos, como uma questão de segurança, equidade, direitos e justiça na área da saúde. A declaração antecede o Fórum Político de Alto Nível, realizado entre 10 a 19 de julho, e as três Reuniões de Alto Nível das Nações Unidas sobre tuberculose, preparação para pandemias e cobertura universal de saúde, que serão realizadas em setembro de 2023. O documento destaca a centralidade da Cobertura Universal de Saúde e responsabiliza os governos pela saúde e pela segurança da saúde de suas populações, incluindo os grupos em maior situação de marginalidade e vulnerabilidade, assim como conclama a sociedade civil e os programas de saúde baseados na comunidade para trabalharem na redução das desigualdades potencializadas com a pandemia de Covid-19<sup>54</sup>.

O diretor geral da OMS fez um anúncio do [novo relatório sobre a situação mundial da enfermagem para 2025](#), durante o Congresso do International Council of Nurses (ICN). O Dr. Tedros disse que são necessárias ações para lidar com a escassez global de enfermeiros, investindo em educação, emprego e retenção em enfermagem.<sup>55</sup>

A [International Pharmaceutical Students' Federation \(IPSF\)](#) divulgou uma declaração sobre o [Acesso Equitativo aos Cuidados de Saúde sem Discriminação](#). Por meio deste documento, a IPSF afirma que o acesso equitativo aos cuidados de saúde é um direito humano inalienável e deve ser protegido e fornecido a todos os indivíduos, que não se limita à religião,

---

<sup>52</sup> PHM | People's Health Movement [Internet]. Declaration of the Latin American Conference on Building and Strengthening Universal, Inclusive and Sustainable Health Systems | People's Health Movement; 5 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/declaration-latin-american-conference-building-and-strengthening-universal-inclusive-and>

<sup>53</sup> NCD Alliance [Internet]. A framework for well-being: WHO sets holistic, sustainable approach to human and planetary health; 3 jul 2023 [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/a-framework-for-well-being-who-sets-holistic-sustainable-approach-to-human-and-planetary-health>

<sup>54</sup> NCD Alliance [Internet]. Statement from Coalition of Partnerships for UHC: Health for all is a cornerstone of equity, rights and justice; 10 jul 2023 [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/statement-from-coalition-of-partnerships-for-uhc-health-for-all-is-a-cornerstone-of-equity-rights-and-justice>

<sup>55</sup> ICN - International Council of Nurses [Internet]. WHO D.G. makes major announcement during ICN Congress: new State of the World's Nursing report for 2025; 3 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/who-dg-makes-major-announcement-during-icn-congress-new-state-worlds-nursing-report-2025>

raça, cor da pele, origem nacional e étnica, identidade de gênero, orientação sexual, status de imigração e deficiência física ou mental.<sup>56</sup>

### Medicina personalizada

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) noticiou a realização do Simpósio de Alto Nível sobre Política de Saúde e Medicina Personalizada para o câncer. Trata-se de um simpósio do projeto IC2PerMed em que se debateu o progresso na medicina personalizada, concluindo-se que tem sido limitado e apenas uma pequena porcentagem de pacientes com câncer recebe atendimento individualizado. A falta de apoio e a alocação insuficiente de recursos dificultam a implementação da medicina personalizada.<sup>57</sup>

### Acesso a medicamentos e vacinas

A Public Citizen e mais de 120 organizações da sociedade civil e indivíduos influentes assinaram uma carta manifestando apoio ao Ministério da Saúde da Colômbia por sua iniciativa de aprovar licenças compulsórias para produzir ou importar o dolutegravir genérico, medicamento contra o HIV/aids, sem a permissão do detentor da patente. Essa iniciativa representa uma derrota significativa para a indústria farmacêutica baseada em patentes, que historicamente contou com o apoio da Colômbia. Os signatários da carta destacaram que os altos preços do tratamento do HIV impedem o objetivo de alcançar uma geração livre da AIDS e causam sofrimento e mortes evitáveis.<sup>58</sup>

A Public Citizen, por meio de seu diretor de Acesso a Medicamentos, Peter Maybarduk, expressou apoio às ações do secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, Xavier Becerra e do senador Bernie Sanders, presidente do Comitê de Saúde, Educação, Trabalho e Pensões do Senado que solicitaram preços razoáveis das vacinas de COVID-19 e destacou a importância de preços razoáveis para medicamentos financiados pelo governo.<sup>59</sup>

A STOPAIDS divulgou no Twitter uma campanha para exigir preços justos de medicamentos financiados publicamente e pedindo ao governo que não permita que as propostas da indústria farmacêutica interfiram no esquema fundamental de preços e acesso, aumentando os custos de medicamentos no Serviço Nacional de Saúde (NHS) do Reino Unido, sendo que a população está pagando duas vezes por medicamentos essenciais, enquanto a indústria busca lucrar ainda mais com seus CEOs ao reescrever as regras.<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> Twitter [Internet]. 1 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IPSForg/status/1664346512866811924>

<sup>57</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. High-Level Symposium on Health Policy & Personalized Medicine for Cancer: Projecting Europe-China Collaboration in the Global Arena – A Report | WFPHA; 3 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/high-level-symposium-on-health-policy-personalized-medicine-for-cancer-projecting-europe-china-collaboration-in-the-global-arena-a-report/>.

<sup>58</sup> COLOMBIA to Challenge AIDS Drug Patents - Public Citizen. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/colombia-to-challenge-aids-drug-patents/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>59</sup> U.S. SHOULDN'T Have to Plead with Drug Makers Benefiting from Public Funding - Public Citizen. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/u-s-shouldnt-have-to-plead-with-drug-makers-benefiting-from-public-funding/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>60</sup> THAT'S £12BN of public money: - 🍷 on just 10 drugs - 🇪🇺 after a 10-50% profit margin - 🇬🇧 on medicines funded largely by public [...]. 12 jul. 2023. Twitter: @STOPAIDS. Disponível em: <https://twitter.com/STOPAIDS/status/1679063494673543169>. Acesso em: 14 jul. 2023.



A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) lançou relatório técnico sobre as falhas de comunicação de política e saúde pública em torno da [vacinação antipneumocócica](#) para idosos e para pessoas com condições crônicas que vivem em instituições de cuidados prolongados no Canadá.<sup>61</sup> A IFA também publicou nota, reafirmando que as [vacinas contra a Covid-19](#) são seguras e eficazes, reduzindo o risco de hospitalização. Além disso, divulgou a iniciativa Vaccines4Life que orienta os canadenses a como receber uma vacina em qualquer província ou território do país.<sup>62</sup>

### Equidade de gênero

A DNDi divulgou o sexto relatório anual da Global Health 50/50 “[Locais de trabalho: piores para as mulheres](#)”. O relatório apresenta a análise das políticas de local de trabalho sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos de 197 organizações globais ativas em saúde. Explora, também, uma área de política que desempenha um papel decisivo na promoção da igualdade de oportunidades no local de trabalho, por meio da questão: até que ponto a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são reconhecidos e abordados nas políticas do local de trabalho? “O relatório revela que organizações ativas na área de saúde global - que deveriam liderar pelo exemplo - não estão conseguindo definir o padrão de saúde e direitos sexuais e reprodutivos em seus próprios locais de trabalho”.<sup>63</sup>

Para dar visibilidade às trabalhadoras de saúde em diferentes países, a [Women in Global Health \(WGH\)](#) fará nova edição da premiação [Heroínas da Saúde](#), que ocorre desde 2017. Esse ano o foco são as trabalhadoras de saúde na África, que segundo a notícia, “são fundamentais para garantir a saúde e a autonomia corporal de meninas e mulheres e alcançar a saúde para todos”<sup>64</sup>.



Fonte: Women in Global Health, 2023

### Participações da sociedade civil

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma notícia sobre a [17ª Conferência Nacional de Saúde](#) do Brasil em que a professora Bettina Borisch, CEO da WFPHA, ressaltou a característica mais marcante da 17ª CNS: a diversidade de grupos

<sup>61</sup> Vaccines 4 Life (IFA) [Internet]. Adult Pneumonia Vaccination in Long-term Care settings in Canada - Vaccines 4 Life; [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.vaccines4life.com/adult-pneumonia-vaccination-in-ltc-settings-in-canada/>.

<sup>62</sup> Twitter [Internet]. 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1679083451322978318>

<sup>63</sup> Twitter [Internet]. 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1679042614681632768>

<sup>64</sup> Women in Global Health [Internet]. Heroines of Health 2023 - Women in Global Health; [citado 11 jul 2023]. Disponível em: <https://womeningh.org/heroines-of-health-2023/>.

populacionais representados, todos unidos em busca da garantia do direito à saúde para todos<sup>65</sup>.

A WFPHA também divulgou um artigo publicado na revista *Global Health Action*, intitulado “[Políticas Globais de Saúde Pública: Perspectivas das Associações de Saúde Pública](#)”. Neste artigo, as autoras afirmam que as associações de saúde pública se envolvem ativamente em atividades de *advocacy*; no entanto, mais esforços precisam ser dedicados à implementação de uma abordagem intersetorial em nível global, ancorada na saúde como um direito humano e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.<sup>66</sup>

## LGBTQ+

A [Federação Internacional sobre Envelhecimento \(IFA\)](#) destacou a atuação de “desbravadores” e “defensores” que se reuniram para compartilhar histórias, experiências e sabedoria, celebrando a resiliência das [mulheres LGBTQ+ no envelhecimento](#). A referida reunião ocorreu no simpósio “Transgêneros, Lésbicas, Bissexuais e Mulheres Queer na Terceira Idade” durante a Conferência 2023 da IFA.<sup>67</sup>

Por outro lado, a Progressive International publicou uma nota denunciando que a [política anti-LGBTIQ+ de Uganda](#) é resultado de mais de uma década de colaboração entre grupos de interesse da elite de Uganda e ultraconservadores dos Estados Unidos. Pelo menos dois cidadãos americanos, assim como organizações sem fins lucrativos registradas nos EUA, estão associados à organização política que preparou o caminho para a lei.<sup>68</sup>

## Pessoas portadoras de deficiência

A [International Federation of Social Workers](#) está mobilizando assistentes sociais para [compartilharem recursos e experiências para a inclusão de pessoas com deficiências](#). O movimento é uma forma de apoio ao Conselho de Direitos Humanos que solicitou ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaboração de dois relatórios sobre sistemas de apoio para pessoas com deficiência e suas comunidades. As contribuições podem ser enviadas até 01 de agosto<sup>69</sup>.

## Doenças crônicas: diabetes e Alzheimer

A Public Citizen, juntamente com mais de 30 organizações, enviou uma carta ao senador Chuck Schumer pedindo medidas adicionais para [expandir o acesso à insulina nos Estados](#)

---

<sup>65</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Why Health is Public: Insights from the 17th National Health Conference in Brazil | WFPHA; 11 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/why-health-is-public-insights-from-the-17th-national-health-conference-in-brazil/>.

<sup>66</sup> WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Global Public Health Policies: Public Health Associations’ Perspectives | WFPHA; 6 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/global-public-health-policies-public-health-associations-perspectives/>.

<sup>67</sup> Twitter [Internet]. 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1679197032018501632>

<sup>68</sup> SOITA WEPUKHULU, Khatondi. Calls for US anti-rights groups to face action over Uganda anti-gay law. 11 jul. 2023. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-07-11-calls-for-us-anti-rights-groups-to-face-action-over-uganda-anti-gay-law/en>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>69</sup> International Federation of Social Workers – Global Online conference [Internet]. Invitation to share social work resources and experiences: OHCHR and Human Rights 75 – International Federation of Social Workers; [citado 11 jul 2023]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/invitation-to-share-social-work-resources-and-experiences-ohchr-and-human-rights-75/>.

[Unidos](#) e reduzir os preços. Um estudo recente revelou que 1,3 milhões de pessoas no país racionam insulina, e até 1 em cada 4 pessoas com diabetes tipo 1 fazem o mesmo. A carta enviada destaca a necessidade de políticas que garantam acesso à insulina para todos, independentemente do seguro, além de reduzir os preços dos fabricantes.<sup>70</sup>

A [FDA](#) aprovou o medicamento [Lecanemab para o tratamento da doença de Alzheimer](#), ignorando as preocupações levantadas pela Public Citizen. O Dr. Robert Steinbrook, do Grupo de Pesquisa em Saúde da Public Citizen, expressou decepção, afirmando que os benefícios clínicos do medicamento não superam os riscos à saúde. A aprovação da FDA de medicamentos com benefícios mínimos e riscos significativos é uma falha em priorizar o bem-estar dos pacientes.<sup>71</sup>

### **Guia de respostas à incêndios florestais**

A International Federation of Environmental Health (IFEH) divulgou o lançamento do [Guia de resposta a incêndios florestais](#) para profissionais de saúde pública ambiental, realizado pela National Environmental Health Association-NEHA. O guia é relevante para todas as partes do globo onde ocorrem tais desastres.

### **Financiamento de pesquisas**

A DNDi divulgou a ação do Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), por meio do KfW, que concedeu [financiamento a cinco organizações sem fins lucrativos da área de pesquisa e desenvolvimento](#) (P&D) de vacinas, tratamentos, diagnósticos e tecnologias de prevenção acessíveis e acessíveis para populações negligenciadas. O financiamento corresponde ao ciclo 2023-2028 e foi concedido à iniciativa Drugs for Neglected Diseases (DNDi), European Vaccine Initiative (EVI), IAVI (International AIDS Vaccine Initiative), Population Council e TB Alliance. As organizações receberão 50 milhões de euros para desenvolverem pesquisa e desenvolvimento de novas ferramentas para combater o HIV/AIDS, a malária, a tuberculose (TB) e outras doenças tropicais negligenciadas (DTNs).<sup>72</sup>

Pelo twitter, a DNDi comentou o importante [papel desempenhado pelo Global Health Innovative Technology Fund](#). Desde a sua criação em 2013, o fundo público-privado fortalece parcerias globais no combate a doenças infecciosas, com apoio à pesquisa e desenvolvimento para enfrentamento das doenças negligenciadas, incluindo o trabalho da DNDi que testa um novo tratamento para micetoma, entre outros.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> ADVOCATES Push Schumer to Go Further to Lower Insulin Prices. 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/advocates-push-schumer-to-go-further-to-lower-insulin-prices/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>71</sup> FDA APPROVAL of Lecanemab (Leqembi) for Alzheimer’s Disease Fails Patients and the Public - Public Citizen. 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/fda-approval-of-lecanemab-leqembi-for-alzheimers-disease-fails-patients-and-the-public/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

<sup>72</sup> Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Germany’s Federal Ministry of Education and Research (BMBF) grants funding to advance the fight against poverty-related and neglected tropical diseases; 7 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/news/2023/germanys-federal-ministry-of-education-and-research-bmbf-grants-funding-advance-fight-against-poverty-related-neglected-tropical-diseases/>

<sup>73</sup> Twitter [Internet]. 14 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1679752609844822016>

---

[1] ACTIONAID condemns Israeli Raids on Palestine’s Jenin Refugee Camp. 4 jul. 2023. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-condemns-israeli-raids-palestines-jenin-refugee-camp>.

[Citado em: 13 jul. 2023]

[2] ACTIONAID joins other NGOs to express concern at block to aid route to Syria. 12 jul. 2023. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-joins-other-ngos-express-concern-block-aid-route-syria>. Acesso em: 13 jul. 2023.

[3] BIG BUSINESS’ windfall profits rocket to “obscene” \$1 trillion a year amid cost-of-living crisis; Oxfam and ActionAid renew call for windfall taxes. 4 jul. 2023. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/big-business-windfall-profits-rocket-obscene-1-trillion-year-amid-cost-living-crisis>. Acesso em: 13 jul. 2023.

[4] 13 jul. 2023. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/ActionAid/status/1679427090779627521>. Acesso em: 13 jul. 2023.

[5] 12 jul. 2023. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/ActionAid/status/1679198694619627520>. Acesso em: 13 jul. 2023.

## **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado**

### **Crise climática**

A Fundação Rockefeller e o Instituto The Nudge divulgaram o relatório "[Agricultores de Pequena Escala e Mudanças Climáticas - Vozes do Campo](#)", que analisa como as mudanças climáticas estão afetando os agricultores de pequena escala na Índia. 70% dos agricultores de pequena escala perderam 50% ou mais de uma colheita nos últimos três anos devido aos problemas relacionados ao clima<sup>74</sup>. Houve o aumento de pragas, doenças e ervas daninhas e o uso de pesticidas e fertilizantes químicos. Ao mesmo tempo, 60% dos agricultores de pequena escala estão adotando práticas de rotação de culturas e uso de esterco para melhorar a fertilidade do solo, e três em cada cinco estão buscando informações meteorológicas para planejar suas atividades agrícolas. O uso de tecnologia agrícola está reduzindo o tempo gasto na agricultura e permitindo que os agricultores se envolvam em outras atividades geradoras de renda.

### **Fundo de Desafio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento**

As fundações Rockefeller, Bill & Melinda Gates e Open Society concederam US\$ 2,78 milhões em doações para promover a inovação no sistema financeiro de desenvolvimento e apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o Acordo Climático de Paris. O financiamento foi concedido por meio do Fundo de Desafio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), uma colaboração entre as fundações, com o objetivo de [desbloquear o financiamento para países de baixa e média renda](#). As doações apoiarão 6 projetos dos quais 2 estão situados no Reino Unido e os outros na Alemanha, Barbados, Quênia e Estados Unidos.

---

<sup>74</sup> The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation and The/Nudge Institute Unveil Climate Change’s Impact on Smallholder Farmers in India, Paving the Way for Resilient Solutions - The Rockefeller Foundation; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-and-the-nudge-institute-unveil-climate-changes-impact-on-smallholder-farmers-in-india-paving-the-way-for-resilient-solutions/>.

Os projetos pretendem desenvolver uma metodologia para avaliação de riscos adequada aos MDBs. Essas iniciativas visam potencializar os mercados de capitais domésticos, aumentar a transparência e aumentar o apoio ao desenvolvimento sustentável<sup>75</sup>.

A Fundação Gates produziu um documento que oferece recomendações para a [reforma da estrutura financeira global](#), visando atender às necessidades dos mais afetados pelas mudanças climáticas. As recomendações incluem desbloquear o poder de empréstimo do Banco Mundial, permitir que países com dívidas pesadas realoquem recursos para investimentos de longo prazo e concentrem a assistência oficial ao desenvolvimento onde ela é mais necessária. O documento destaca a importância de considerar as histórias e experiências de pessoas em países de baixa renda que enfrentam os impactos da crise climática provocada por países ricos. A falta de acesso a financiamentos de baixo custo e o pagamento de dívidas impedem que esses países invistam em infraestrutura e no desenvolvimento de suas populações e isso é prejudicial para o futuro da economia global<sup>76</sup>.

### Saúde mental

Em 2022, a Wellcome Trust lançou o primeiro Prêmio de Dados de Saúde Mental com o objetivo de financiar projetos de [ciência de dados e saúde mental](#). Foi planejado incluir conjuntos de dados de países de baixa e média renda, assim como de um país de alta renda, com foco em equipes baseadas no Reino Unido e África do Sul. A Fundação recebeu menos inscrições da África do Sul do que o esperado e identificou que os critérios do prêmio poderiam ter sido a causa. Buscando feedback da comunidade, a Fundação percebeu a necessidade de flexibilizar os critérios de elegibilidade, permitindo uma liderança mais aberta (por exemplo, não exigindo que o líder seja do local de onde os dados foram coletados) e estipulando prazos mais longos para preparação do projeto e formação da equipe. A Wellcome também relatou que os cientistas sul-africanos reclamaram que o trabalho exigido para se candidatar era demasiadamente oneroso em relação ao financiamento oferecido, além de que o processo de formar uma equipe com habilidades adequadas para análise de dados e construção de ferramentas digitais sob os padrões pedidos era um desafio em solo africano. Com base nisso, a Wellcome lançará um novo prêmio aberto para equipes em todo o continente africano, melhor adaptado às necessidades dos cientistas de dados e pesquisadores de saúde mental do continente<sup>77</sup>.

A Mental Health Foundation anunciou que a sua premiação “Mental Health Foundation Fringe Award” será apoiada pela Cornwell Charitable Trust até 2025, em memória do jornalista de artes Tim Cornwell, que faleceu no ano passado. O prêmio visa [reconhecer e encorajar novos trabalhos artísticos criativos que desafiem o estigma em torno da saúde mental](#). Os vencedores anteriores incluem peças como "Mental" (2017), "Electrolyte" (2018) e "All of Me" (2019). A

---

<sup>75</sup> The Rockefeller Foundation [Internet]. Gates, OSF, Rockefeller Award \$2.78 Million for MDB Innovations - The Rockefeller Foundation; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/gates-osf-rockefeller-award-2-78-million-for-mdb-innovations/>.

<sup>76</sup> Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Climate and Development Finance: A transition framework for all; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/melinda-foreword-climate-and-development-finance-framework>

<sup>77</sup> Wellcome [Internet]. Listening to scientists from across Africa to develop our next mental health data prize | News | Wellcome; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/listening-scientists-across-africa-develop-our-next-mental-health-data-prize>

partir de 2023, os vencedores receberão suporte personalizado, incluindo mentoria, treinamento em saúde mental e apoio financeiro para produção<sup>78</sup>.

### **Gênero e segurança alimentar**

O CEO da Fundação Bill e Melinda Gates, Mark Suzman, visitou o Quênia para aprender sobre o trabalho realizado por parceiras e beneficiárias da Fundação que buscam [melhorar a qualidade de vida dos quenianos](#). Durante a visita, ele conheceu inovações como máquinas de ultrassom com inteligência artificial e alimentos ricos em nutrientes à base de grilos. Esses projetos da Fundação adotam uma perspectiva de segurança alimentar, uma vez que os insetos são considerados uma fonte de proteína sustentável para enfrentar a crise climática e a má nutrição no Quênia. Durante a visita, discutiu a igualdade de gênero e o papel das comunidades no desenvolvimento de soluções para seus problemas. Relatou, por fim, o grande crescimento de pequenos negócios no Quênia liderados por mulheres<sup>79</sup>.

### **Raça e acesso ao ensino superior**

A Fundação Gates publicou uma nota sobre a decisão recente da Suprema Corte dos Estados Unidos que proibiu todas as instituições de ensino superior do país de considerarem a [raça dos estudantes como objeto de políticas de ação afirmativa](#) no processo de admissão. Embora as implicações completas dessa decisão ainda não sejam conhecidas, estima-se que reduzirão a admissão de estudantes negros, latinos, indígenas e de baixa renda no ensino superior. A Fundação ressalta a necessidade de que a equidade continue sendo garantida no acesso ao ensino superior<sup>80</sup>.

A Rockefeller Foundation assinou em conjunto com outras Fundações e organizações filantrópicas uma declaração em resposta às decisões da Suprema Corte dos EUA que impedem que faculdades e universidades selecionem seus discentes, levando em conta as [desigualdades raciais sistêmicas](#). O texto ressalta que a decisão ameaça retornar a um tempo em que a educação e as oportunidades eram reservadas a uma classe de cor privilegiada<sup>81</sup>.

### **Doenças infecciosas**

Apesar da tuberculose ser uma doença infecciosa curável e prevenível, ainda assim mais de 10 milhões de pessoas adoecem e mais de 1,5 milhão morrem anualmente. Segundo publicação da Wellcome, [a tuberculose é a única doença infecciosa a causar mais mortes do que a Covid-19](#). Apesar das semelhanças com a Covid-19, como a transmissão pelo ar e os sintomas respiratórios, a pesquisa sobre vacinas, tratamentos e diagnósticos para a tuberculose tem sido

---

<sup>78</sup> Mental Health Foundation [Internet]. Mental Health Foundation Fringe Award to be sponsored by the Cornwell Charitable Trust; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.mentalhealth.org.uk/about-us/news/mental-health-foundation-fringe-award-be-sponsored-cornwell-charitable-trust>

<sup>79</sup> Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. AI, baby chicks, and salty crickets: CEO Mark Suzman in Kenya; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/mark-suzman-photos-kenya>

<sup>80</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Managing Existential Risk from AI without Undercutting Innovation; 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/managing-existential-risk-ai-without-undercutting-innovation>

<sup>81</sup> The Rockefeller Foundation [Internet]. Philanthropic Joint Statement in Response to the Supreme Court's Decision in 'Students for Fair Admissions' Cases - The Rockefeller Foundation; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/philanthropic-joint-statement-in-response-to-the-supreme-courts-decision-in-students-for-fair-admissions-cases/>.

negligenciada por anos, principalmente porque mais de 80% dos casos ocorrem em países de baixa e média renda. A Fundação sugere que mais fomento deve ser empregado na produção de tecnologias clínicas que ajudem na luta contra a tuberculose<sup>82</sup>.

O Global Fund destacou o trabalho dos agentes comunitários na luta contra a [Malária](#) no Chade, assim como as ações de centros de rastreamento ambulatoriais de [Tuberculose](#) em Quênia, alocadas em diversos locais como estações ferroviárias. Nesse sentido destacou que a luta contra a [Tuberculose](#) envolve reconhecer crises paralelas como a mudança climática, a guerra e as crescentes iniquidades entre países, que são responsáveis por maior sofrimento e mortes por tuberculose. Também o Global Fund destacou a importância do empoderamento das comunidades mais afetadas pelo [HIV](#) para liderar as mudanças necessárias.

### **Cúpula da OTAN**

O [Center for Strategic and International Studies \(CSIS\)](#), publicou sobre a reunião da [Cúpula da OTAN](#) que aconteceu em Lituânia, de 11 a 12 de julho, para debater temas de interesse global referente à guerra contra Putin e autocratas. A agenda também debateu temas de urgência como o planejamento coordenado, estratégias de segurança e a construção de capacidades de defesa europeias para impedir novas agressões da Rússia<sup>83</sup>.

### **Segurança cibernética e inteligência artificial**

O CSIS publicou um comentário de Emily Harding e Suzanne Spaulding intitulado [Ameaças Acontecem; Consequências não precisam](#), sobre a vulnerabilidade cibernética que resultou na escassez de gasolina em toda a Costa Leste dos EUA. Durante dias, um dos maiores fornecedores de combustível para milhões de pessoas nos EUA parou de funcionar por causa de um ataque cibernético no departamento de cobrança da Colonial Pipeline. Mesmo diante das ameaças, as empresas e governos não possuem planos robustos para responder a um ataque<sup>84</sup>.

O CSIS publicou uma entrevista sobre munições enviadas para a Ucrânia. A entrevista realizada por Mark F. Cancian, titulada [Munições cluster: o que são e por que os Estados Unidos as estão enviando para a Ucrânia?](#) tratou sobre as munições cluster, altamente eficazes contra alvos de área, como infantaria, artilharia e comboios de caminhões, foram requisitadas pela Ucrânia e enviadas apesar da sua controvérsia devido às altas taxas de insucesso e ao perigo resultante para os civis<sup>85</sup>.

O CSIS publicou o artigo [“Gerenciando o risco existencial da IA sem minar a inovação”](#). Diante dos questionamentos acerca da possibilidade da IA conduzir a extinção da humanidade,

---

<sup>82</sup> Wellcome [Internet]. Tuberculosis is curable and preventable – why do millions still die? News | Wellcome; [citado 12 jul 2023]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/tuberculosis-curable-and-preventable-why-do-millions-still-die>

<sup>83</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. This Week’s NATO Summit May Be the Most Important in Decades; 12 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/weeks-nato-summit-may-be-most-important-decades>

<sup>84</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Threats Happen; Consequences Don’t Have to; 11 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/threats-happen-consequences-dont-have>

<sup>85</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Cluster Munitions: What Are They, and Why Is the United States Sending Them to Ukraine?; 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/cluster-munitions-what-are-they-and-why-united-states-sending-them-ukraine>

centenas de pesquisadores da inteligência artificial e intelectuais assinaram a declaração: “Mitigar o risco de extinção da IA deve ser uma prioridade global ao lado de outros riscos em escala social, como pandemias e guerra nuclear”. A declaração exige a atenção de líderes em todo o mundo para regulamentar a IA — em particular, sistemas de IA generativos como o ChatGPT da OpenAI<sup>86</sup>.

### **Competição estratégica com a China**

O CSIS publicou [AUSKIS Pilar Dois: promovendo as capacidades dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália](#) para debater sobre a competição desses países com a China. Os EUA e seus aliados estão em uma corrida para desenvolver tecnologias emergentes importantes nesta disputa. O segundo pilar do acordo Trilateral AUKUS, que se concentra no desenvolvimento conjunto de capacidades avançadas entre os três países, impulsiona a interoperabilidade entre seus parceiros em áreas como guerra eletrônica (EW), comando e controle (C2) e, a longo prazo, poderá catalisar a integração de tecnologias de inteligência artificial (IA). Contudo, o sucesso do AUKUS depende da fortaleza da parceria e cooperação das três nações<sup>87</sup>.

O CSIS postou o blog de Chris Borges, [Além da dissociação: Gerenciando a relação de inovação EUA-China](#). Sobre a parceria entre os dois países, onde a China é reconhecida como concorrente estratégico, se busca um novo equilíbrio com os EUA<sup>88</sup>.

### **Insegurança hídrica**

O CSIS, junto com o Programa do Oriente Médio do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais realizou uma discussão virtual sobre a [iniciativa Água e o Futuro do Oriente Médio](#). No painel se trataram temas de insegurança hídrica e deslocamento<sup>89</sup>.

### **Equidade social**

O Global Fund destacou a importância de medidas inclusivas que facilitem o acesso à saúde para [populações marginalizadas](#). Nesse sentido, o próprio desempenho em termos de equidade de gênero no trabalho e na assistência contra as epidemias, foi reconhecido no [Relatório](#) da organização Saúde Global 5050.

---

<sup>86</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Managing Existential Risk from AI without Undercutting Innovation; 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/managing-existential-risk-ai-without-undercutting-innovation>

<sup>87</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. AUKUS Pillar Two: Advancing the Capabilities of the United States, United Kingdom, and Australia; 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/aukus-pillar-two-advancing-capabilities-united-states-united-kingdom-and-australia>

<sup>88</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Beyond Decoupling: Managing the U.S.-China Innovation Relationship | Perspectives on Innovation | CSIS; 6 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/perspectives-innovation/beyond-decoupling-managing-us-china-innovation-relationship>

<sup>89</sup> CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Event Summary: Ripple Effect: Exploring the Intersection of Water Insecurity and Displacement in the Middle East | Middle East Almanac | CSIS; 10 jul 2023 [citado 14 jul 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/middle-east-almanac/event-summary-ripple-effect-exploring-intersection-water-insecurity-and>



## **Financiamento de ações de saúde**

O Global Fund destacou o apoio à iniciativa parlamentar inglesa sobre mobilização de recursos financeiros para assistência à saúde na [África](#), visando aprimorar a luta contra pandemias existentes e fortalecer os sistemas de saúde. Também mencionou que tem organizado uma série de [webinars](#) sobre Saúde Comunitária para apoiar os candidatos ao Ciclo 7 de Subsídios na preparação para o diálogo com os países e o desenvolvimento de solicitações de financiamento. A iniciativa foi organizada com o apoio das Plataformas Regionais Comunidade, Direitos e Gênero.

O Global Fund, Gavi e AFROSAI-E se uniram para fortalecer instituições superiores de auditoria nos países africanos membros, de forma a aprimorar os processos de intercâmbio de informações, experiência e conhecimento sobre atividades de [auditoria](#) e consultoria. Com essa iniciativa, o Global Fund espera reforçar a capacidade dos países em promover a transparência, responsabilidade e boa governança. Também espera contribuir para ter mais instituições credenciadas auditando as subvenções do Global Fund.

## **Eventos**

### **Equidade de gênero**

A CARE International divulgou a sua participação na [Conferência Women Deliver 2023](#), uma importante conferência global sobre equidade de gênero. O evento ocorrerá em Kigali, Ruanda, de 17 a 20 de julho de 2023.

A WGH participará de uma [sessão sobre equidade de gênero na saúde global](#) na Women Deliver Conference 2023. Com o tema “Desafiando poder e privilégio”, destacam que a sessão é uma oportunidade para interagir com outros participantes e compartilhar experiências sobre o tema.

### **Comentários finais**

Em suas manifestações, as organizações da sociedade civil têm feito importantes denúncias sobre as iniquidades em saúde e seus determinantes, assim como sobre a inação ou a indiferença dos principais responsáveis pela injustiça social. Nesta quinzena, mostraram o verdadeiro escárnio com quem tratam as populações empobrecidas e desempoderadas ao fazerem acordos de reserva de vacinas para futuras pandemias ou restringirem as atividades de busca e resgate de refugiados no Mediterrâneo.

Com efeito, os gritos por solidariedade dos países do Sul Global ainda ecoam nos ouvidos das pessoas de boa vontade, enquanto esses novos acordos estão sendo firmados pelo norte global e as se dificultam buscas por naufragos que fogem de países afundados em guerras, conflitos e pobreza resultantes da colonização, deixando-os duas vezes à deriva.

Há menos de uma década para 2030, prazo estipulado em 2015 para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as organizações da sociedade civil têm feito, dentro de suas possibilidades, um enorme esforço de contribuir para o avanço de agenda, em busca da justiça social e do respeito aos Direitos Humanos. No entanto, têm sido pouco escutadas.

Nesse processo de repetidas denúncias, milhões de pessoas morrem de fome ou vivem em condições inumanas, tendo suas vidas ceifadas prematuramente e por motivos plenamente evitáveis. Enquanto isso, grandes empresas têm lucrado muito, às vezes mais do que esperado por seus próprios acionistas e dirigentes.

Vale salientar, contudo, que as organizações da sociedade civil também têm mostrado o caminho a seguir. É preciso, contudo, mais celeridade, mais ética, mais respeito pela vida. É o que têm anunciado as organizações da sociedade civil. Porque não há para onde fugir.

**O capital financeiro e sua teia de opressões:  
a necessidade imperativa de uma resposta sistêmica**

***Finance capital and its web of oppressions:  
the imperative need for a systemic response***

***Rafaela Venturella De Negri***

***Armando De Negri Filho***

**Abstract:** *This inform lays itself on the analysis of finance capitalism and its mechanisms inside global health systems, bringing and examining examples from publications, discussing specially the singular characteristics around financierization and privatization of social security systems; highlighting the need for a systemic and structural counter-action to recover health as a public good.*

**Keywords:** *Financierization. Health Systems. Public-private partnership. Social Protection Systems.*

**Resumo:** Este informe se debruça sobre a análise do capitalismo financeiro e seus mecanismos dentro dos sistemas globais de saúde, trazendo e examinando exemplos de publicações, discutindo especialmente as características singulares em torno da financeirização e privatização dos sistemas de seguridade social; destacando a necessidade de uma contra-ação sistêmica e estrutural para recuperar a saúde como bem público.

**Palavras-chave:** Financeirização. Sistemas de Saúde. Parcerias Público-privada. Sistemas de Proteção Social.

### **A financeirização como escolha política**

Desde o final da década de 80, o capitalismo como sistema sócio-econômico não enfrentou nenhum oponente estrutural. Obviamente, como visto ao longo dos informes anteriores e como veremos neste, há movimentos focais, células de resistência, espalhadas pelo mundo e dedicadas a criar um novo mundo. Porém, não há em vigência nenhuma contra-proposta tão bem organizada quanto o capitalismo que “financeirizou” o mundo nesses últimos quarenta anos de reinado ininterrupto. Tudo é medido pelo capital, de Homo Sapiens, fomos transformados em Homo Economicus (Brown, 2015) dentro de uma democracia também tingida pelo novo capital. Tudo vale o dinheiro que produz e o que não produz dinheiro nenhum não vale nada.

Mais do que discutir como o capitalismo industrial se morfoou em financeiro e como - de maneira aparentemente tão orgânica - nos foi montada uma rede e um mundo completamente absortos em sua dinâmica - sistemas financeiros, Organizações Internacionais, sistemas de ensino, ciência, governos - nosso objetivo neste informe é esclarecer como as alternativas apresentadas atualmente não estão dando conta de construir uma alternativa; com pautas identitárias, projetos que envolvem a indústria privada ao invés de repensar por completo sua existência e que falham ao ver que a democracia pode - e deve - ir além do exemplo liberal

vendido pelo capital financeiro desde de Bretton Woods. E por que o identitarismo é tão poderoso e perigoso? Por que é tão fácil aceitar respostas simples e pontuais para um problema pesadamente estrutural e estruturalizado? Talvez a cooptação dessas pautas pela mesma indústria que faz parte desse sistema de opressões seja parte da resposta. Como vimos no informe passado, as corporações se adonaram de muitas pautas identitárias, como a causa LGBTQI+, o feminismo e o movimento negro: cada data significativa vem com uma chuva de campanhas publicitárias, novos produtos e promoções especiais, por que quem não ama comer um doritos colorido ou comprar uma boneca Barbie repensada para ter o corpo de uma mulher real? Porém, essa tática esvazia o movimento. Faz ser esquecido que a luta LGBTQI+ travou longas batalhas contra indústrias farmacêuticas que impossibilitaram a distribuição equitativa de coquetéis de HIV e que a indústria alimentícia dos ultraprocessados representa o agravamento da saúde de milhões de pessoas que são estruturalmente empobrecidas e não podem acomodar em seu orçamento alimentos naturais. A luta anticapitalista, antifianteirização por um sistema pesadamente conectado precisa ser igualmente conectada entre si e compreender que as agências de opressão - que formam e sustentam a crença capital, como o sistema econômico, cultural, político, de informação - devem ser repensadas e inseridas num novo sistema, e seus mecanismos de controle capital devem ser responsabilizados com pesados mecanismos de limitação e redistribuição de lucro.

A seguir, analisamos como a financeirização vem afetando a saúde e os movimentos ligados à saúde, propondo parcerias camufladamente neoliberais e criando sistemas estruturalmente injustos.

### **Saúde para todos - ponto de interrogação**

No último dia 11, aconteceu o evento AGAINST HEALTH FOR ALL: 30 YEARS OF HEALTH FINANCIALIZATION, no qual foram trazidos diversos documentos - alguns que serão desdobrados aqui - sobre a crescente financeirização da saúde e a materialização da saúde como um produto disponível para aqueles que possam pagar seus custos e não como um direito humano fundamental, gerando desigualdades gritantes e situações desumanas e sádicas, como a prática de reter pacientes e corpos em institutos de saúde particular como forma de intimidar pacientes e parentes a realizarem os pagamentos exorbitantes, a chamada “detention of patients” - como vem sendo observado no Quênia desde 2016 e em muitos outros locais onde a saúde é vista como uma mercadoria; e na impossibilidade de pagar, os corpos são mantidos, como um produto que não pode sair da loja sem antes ser efetuado o pagamento; ou numa articulação com Brown e sua releitura das biopolíticas, a anulação da produtividade dos corpos gera a aniquilação dos mesmos, extraíndo lucro como ainda é possível.

O evento mencionado traça um paralelo da financeirização em suas origens, no relatório de 1993 do Banco Mundial intitulado “Investing in Health” e que introduziu características como “efetividade econômica”, criando uma política e uma lógica de “quanto dinheiro temos disponível para saúde” e não de “quanto dinheiro a saúde precisa”, o que viria a criar a desassistência estrutural ou programada, que tantas vezes já exploramos nos informes, junto da ideia de que a parceria com a indústria privada - ou até mesmo a privatização completa - seria uma alternativa interessante, caindo novamente nos abismos das armadilhas neoliberais. A desculpa escolhida é a fácil alocação de recursos e a facilidade que a indústria privada teria em ser “mais eficaz e com bom custo-benefício”, ignorando o fato principal de que uma empresa privada irá se dedicar ao lucro e não ao desenvolvimento social ou à garantia de direitos, o que logo é provado - às custas de todo marketing otimista ao redor das parceiras público-privadas - por pesquisas publicadas sobre o tema.

“O relatório produziu um impacto robusto nas políticas de saúde, introduzindo uma série de reformas que pesaram uma importância cada vez maior na geração de mercados e renda em dinheiro através da mercantilização da saúde. Os governos tiveram de promover o fornecimento competitivo e eficiência no uso de recursos públicos e privados. A implantação da reforma foi concebida através de moratórias generalizadas sobre a expansão da prestação de cuidados de saúde nos países, a contratação de serviços auxiliares em hospitais e a introdução de usuários altamente contenciosos esquemas de taxas para serviços de saúde como um meio eficaz de gerar receita e permitir melhoria da qualidade dos serviços de saúde em países de baixa e média renda. Quando o relatório foi publicado, o modelo de prestação de cuidados de saúde formal e com fins lucrativos limitava-se principalmente a países de alta renda. Levou menos de uma década para o capital privado inundar os setores globais de saúde, governança, financiamento e prestação de cuidados de saúde. A transição tem sido em grande parte prosseguida através do desmantelamento progressivo dos regimes de bem-estar sistemas (onde existiam), descentralizando a prestação de serviços às pessoas carentes de poder ao setor voluntário e sem fins lucrativos, e misturando o setor público e privado em assistência médica. Ao longo de três décadas, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) têm sido promovidas como método de alto potencial entre os instrumentos de financiamento misto para superar ineficiências nos gastos com saúde pública.

(...)

É difícil subestimar os riscos de governança que acompanham a hibridação incorporada na maioria das PPPs, particularmente quando abordagens de direito privado e baseadas no mercado supostamente entregam bens públicos, contra os padrões de legitimidade estabelecidos pela lei pública. No campo da saúde, evidências reunidas por pesquisadores revelam uma realidade que desafia os dogmas desse modelo agrilhado e seu viés de otimismo. O debate político neste campo é particularmente grato à atividade desenvolvida por entidades da sociedade civil e comunidades locais, que têm desempenhado um papel fundamental na medição e avaliação de declarações falsas e promessas quebradas de PPPs. A descoberta história do Queen Mamohato Memorial Hospital (QMMH) construído no Lesoto, a primeira PPP para um hospital na África e um carro-chefe comercializado para ser replicado no continente, destacou-se como exemplo pioneiro de como as PPPs podem resultar no desvio de recursos escassos da serviços de saúde em áreas rurais de países de baixa renda, onde as necessidades são mais urgentes. A investigação da OXFAM levantou um debate vigoroso nos últimos anos sobre o QMMH - um edifício como nenhum outro em um país empobrecido. Essas preocupações preliminares sobre o custo dos serviços do hospital e seu impacto na provisão de saúde são confirmados em um estudo longitudinal recente do PPP em Lesoto, onde a alta taxa de ocupação e a demanda ambulatorial desde o início sobrecarregam a relação entre o governo e o parceiro privado, com o pagamento indevido de serviços fornecidos nos tetos máximos de contrato.”

[https://g2h2.org/wp-content/uploads/2023/04/HF\\_policy.pdf](https://g2h2.org/wp-content/uploads/2023/04/HF_policy.pdf)

A financeirização constante da saúde que acaba afetando a formulação de mecanismos de prevenção e mediação de pandemias também foi lembrada, com a análise da iniciativa de distribuição de vacinas COVAX, destacando os papéis do Banco Mundial e suas instituições na construção do processo de financeirização e como a falha da iniciativa COVAX pode ser apontada como uma consequência da dificuldade de responsabilizar o sistema privado.

“A COVAX baseia-se no reconhecimento de que é improvável que um sistema de mercado livre assegure acesso globalmente equitativo a vacinas durante uma pandemia. Em vez

disso, a COVAX usa o clube de compradores e distribuição e vários subsídios à indústria farmacêutica para aumentar a velocidade, escala e escopo da produção e distribuição da vacina COVID-19. Para unir partidos heterogêneos em um único esforço institucional, a COVAX tem produção e distribuição tem sacrificado a noção de risco global para a saúde pública. Ao colocar sistematicamente em primeiro plano os riscos financeiros da indústria farmacêutica, a iniciativa COVAX deslocou nossa compreensão do risco à saúde pública das pessoas que podem adoecer por COVID19, para os intermediários corporativos envolvidos na produção de vacinas.

Sua abordagem financeirizada para mitigação de riscos não funcionou até agora, pois a COVAX falhou em evitar uma corrida internacional por vacinas, não gerou equidade global de vacinas e não pode explicar como usa as vastas quantias de dinheiro de ajuda que recebeu. Seu foco na mitigação de riscos corporativos pode ser parcialmente explicado pela recusa da COVAX em considerar ou apoiar medidas políticas de equidade em saúde que questionam ou desafiam privilégios de IP corporativo. A COVAX acaba, assim, por constituir um risco em si. Ao perpetuar as desvantagens da financeirização da saúde global, e por ser usada como uma proteção contra medidas alternativas de saúde global, coloca em risco a equidade na saúde das populações em favor da equidade dos mercados.”

<https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12992-021-00763-8>

### **As iniciativas público-privadas como a fuga da responsabilização**

Mas, se o sistema do capitalismo financeiro tem constantemente enriquecido o sistema privado, por que as parceiras privadas seriam problemáticas? Não seriam as práticas de financiamento privado um modo de transferência de capital e redenção das corporações? Bom, não. Não exatamente. Em primeiro lugar, essa política de insistentes parcerias público-privadas é uma armadilha do próprio sistema que enfraquece Estados e toma conta das suas instituições de forma predatória; e segundo, como falamos acima, não é exatamente confiável deixar nas mãos de empresas assuntos de bem-estar social, isso abre espaço para a transformação dos mesmos em mercadorias e para a - surpresa - financeirização de direitos básicos. Somando-se a isso, essas parcerias falham em promover a suposta responsabilização ou redistribuição, como vemos em duas publicações da *Make Way* – “Abraçando interseccionalidade para equidade e justiça na saúde” e da *Wemos - Health Unlimited* sobre “Instalações de saúde financeiramente híbridas na África do Sul e sobre o investimento de corporações internacionais na saúde”, e na publicação da Eurodad “Por que parcerias público-privadas não são a solução?”

Começando por esse último documento, as conclusões foram que as PPP enfraquecem diversos setores sociais já precarizados, deixando de lado pautas importantes da luta anti neoliberal - como já mencionamos na introdução deste informe.

Algumas colocações foram:

- O custo humano e fiscal foi deveras alto; sendo um fardo considerável para os cofres públicos e para os cidadãos; provando equivocada a narrativa de parcerias privadas como a possibilidade de redistribuição de riquezas ou como chance de equilibrar as contas públicas.
- As mulheres pagaram o pato, com os projetos muitas vezes ignorando questões de gênero e fazendo a violência e a desigualdade de gênero aumentarem, faltando consultas com as comunidades envolvidas.
- Os custos ambientais foram ignorados, não sendo a proteção ambiental um fator a ser considerado.

- Os projetos representam um perigo aos governos democráticos, faltando transparência, consulta popular e responsabilidade social.

- Esses mesmos projetos podem ser apontados e identificados como parte essencial da agenda que deseja impulsionar a financeirização de infraestruturas e serviços públicos.

[https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3071/attachments/original/1671445992/01\\_history-rePPPeated-2022-EN\\_19dec.pdf?1671445992](https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3071/attachments/original/1671445992/01_history-rePPPeated-2022-EN_19dec.pdf?1671445992)

O mesmo pode ser observado nas parcerias impulsionadas por instituições de governança global, como mostrado no relatório de *Wemos - Health Unlimited "IMPROVING HEALTHCARE, BUT FOR WHOM? INVENTORY STUDY ON THE INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION'S INVESTMENTS IN HEALTHCARE"*, no qual é explorado o papel da *International Finance Corporation (IFC)*, instituição privada de investimento do Banco Mundial que frequentemente investe em projetos de qualidade de saúde, sendo seus maiores investimentos em fabricação e abastecimento e em Prestação de cuidados de saúde privados dentro do montante de 1.73 bilhões de dólares em 2021. A quantia avassaladora, contudo, não é alocada para áreas dentro da saúde que possam construir e garantir acesso equitativo a todos, fator que é destacado pelo relatório.

“Como a saúde é um direito humano que prevalece sobre os interesses comerciais, os investimentos no setor da saúde devem garantir que promovam uma saúde equitativa e universal acesso a cuidados de qualidade. Conforme observado pelo Conselho de Economia da Saúde para Todos da OMS e por especialistas da OMS, quando se trata de investimentos privados no setor de saúde, “nem tudo vai no caminho para a saúde universal”.”

O mesmo ponto foi retificado pelo relatório da *Make Way - Abraçando interseccionalidade para equidade e justiça na saúde*, no qual foi concluído que apesar das parcerias trazerem certos benefícios diretos para as instituições onde são aplicadas, como a compra de materiais e o aumento da qualidade desses mesmos materiais, esses tipos de iniciativas geram desconfiança sobre sua potencialidade em impulsionar o sistema universal público de saúde, além de excluir os mais empobrecidos e suas necessidades, já que “não foi idealizada para fazer isso” e sim para gerar lucros.

[https://www.wemos.org/wp-content/uploads/2023/03/Study-of-the-Africa-Medical-Equipment-Facility-in-Kenya\\_2022.pdf](https://www.wemos.org/wp-content/uploads/2023/03/Study-of-the-Africa-Medical-Equipment-Facility-in-Kenya_2022.pdf)

Seguindo as marés mundiais, o mais novo campo dessas parcerias empresariais é a Inteligência Artificial, cujos avanços foram destacados no último informe. O Banco Mundial está atualmente patrocinando aplicativos e plataformas que consigam calcular e selecionar indivíduos que se encaixem nas políticas de transferência direta de dinheiro - processo comumente chamado de *poverty targeting* e duramente criticado - tendo transferido quantias significativas para avançar projetos similares em várias regiões do Sul Global, em especial no norte africano e no oriente médio.

Em junho deste ano, a Human Rights Watch publicou um relatório denunciando como essas ferramentas tecnológicas foram responsáveis por excluir indivíduos jordanianos que deveriam receber ajuda financeira. O Unified Cash Transfer Program, conhecido como Takaful, falhou em selecionar candidatos, tendo perguntas tendenciosas e simplistas como “Você tem um carro” e os hábitos de consumo do entrevistado, numa narrativa de tornar o sistema de proteções sociais como algo que serviria apenas para ajudar os miseráveis extremos, tendo uma

leitura equivocada sobre o que significa o sistema de seguridade social e a quem ele se aplica, “minando os direitos de segurança social das pessoas, especialmente na sequência da crise económica desencadeada pela pandemia de Covid-19”. Takaful decide quais famílias são elegíveis para a transferência por base em 57 indicadores e a pela comparação da população em geral, elegendo os “mais pobres”, excluindo ainda empobrecidos, porém em situações menos dramáticas, enfraquecendo as noções de direitos fundamentais.

“Essas medidas de vulnerabilidade prendem as pessoas em escolhas impossíveis entre a realização de seu direito à seguridade social e outros direitos econômicos e sociais, como o direito a uma vida digna, saúde e alimentação. Algumas pessoas disseram à Human Rights Watch que possuir um carro pode ter sido uma das razões pelas quais foram rejeitadas pela Takaful, embora precisassem dele para trabalhar ou para transportar água e lenha. “O carro nos destruiu”, disse Mariam, moradora do vilarejo de al-Burbaita, no sul da província de Tafilah, um dos vilarejos mais pobres do país. Sua família recebeu transferências monetárias da Takaful em 2021, mas foi retirada do programa em 2022. “Usamos para transportar água e para outras necessidades. Mas às vezes não temos dinheiro para abastecer com diesel, então vamos para a rua e esperamos que alguém passe e aceite nos buscar”, acrescentou.

A Human Rights Watch também descobriu que o algoritmo reforça a discriminação baseada em gênero. Seu cálculo do tamanho do domicílio, uma das medidas de vulnerabilidade, considera apenas o número de membros jordanianos no domicílio. Essa fórmula reduz artificialmente o tamanho das famílias chefiadas por mulheres jordanianas com cônjuges e filhos não cidadãos porque a lei não reconhece seu direito de transmitir a cidadania a esses membros da família em igualdade de condições com os homens, reduzindo seus pagamentos de benefícios ou excluindo-os do programa inteiramente. As mulheres em famílias chefiadas por homens também não são poupadas de escolhas de design de gênero: conceder pagamentos em Takaful aos chefes de família, que na Jordânia são geralmente considerados marido ou pai, em vez de membros adultos individuais, aumenta a dependência de figuras familiares masculinas e restringe indevidamente acesso das mulheres aos benefícios.”

<https://www.hrw.org/report/2023/06/13/automated-neglect/how-world-banks-push-allocate-cash-assistance-using-algorithms>

Mais do que um erro da própria plataforma, a crítica aqui deve mirar o que o próprio Banco Mundial considera como empobrecimento preocupante e merecedor de ajuda; a IA não se forma sozinha e nem se concebe sem pré juízos humanos sobre o que seria justo e o que é dever social, a quanto as pessoas “mereciam” ter acesso e o que é considerado desumano dentro do processo de manutenção do empobrecimento.

### **Como o futuro financeirizado se parece**

Pesquisando literatura para alimentar este informe, nos deparamos muitas vezes com a afirmação excessiva de que os ODS da agenda 2030 só seriam atingidos com a parceria privada; não com a tributação de milionários, não com a construção de Estados e sociedade garantidores de direitos, não com a responsabilização de indústrias que destroem a natureza, não com políticas de proteção para os empobrecidos. E essa narrativa da necessidade de financiamento privado é nada mais do que parte do arcabouço teórico e institucional de financeirização da saúde global. Há problemas no modo como financiamos a saúde de modo público, mas há problemas e perigos ainda maiores em procurar financiamento privado. E ok, talvez os Objetivos sejam atingidos com essas parcerias, mas eles com certeza não seriam atingidos de modo a causar a mudança sistêmica necessária para sua manutenção; os ODS não são pontos em um



check-list, são - ou pelo menos deveriam ser - tijolos amarelos para o desenvolvimento de uma sociedade centrada no bem-estar social, humano e ambiental PERMANENTES. A financeirização não é aceitável e não é o caminho prometido, mas sim é uma pista do tipo de contra-projeto e de luta que devemos organizar, uma iniciativa interseccional e sistêmica, contra a saúde como mercadoria, contra a natureza como dispensa aberta à exploração, contra a indústria latifundiária que alimenta veneno e vende ultraprocessados, contra multinacionais que enfraquecem o Estado e depredam as instituições de governabilidade. Uma saúde universal, pública e global é possível, mas primeiro teremos que nos comprometer a des-financeirizar nossas opções, porque o dinheiro que nos trouxe até aqui não pode nos levar a nada além disso.

## **Voices do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA, Centro Sul**

### ***Voices of the Global South: UNOSSC, G-77, NAM, South Centre***

***Regina Ungerer***

**Abstract:** The High-Level Political Forum (HLPF) dominated the week, and the UNOSSC participated in several events and contributed with side events to discuss the role of South-South and triangular cooperation in accelerating the SDGs and the 2030 Agenda with national and regional policies, as well as addressing energy and climate change. Furthermore, it contributed to the publication of a manual to assist countries in preparing their Voluntary National Reviews. The G-77 and China remain committed to discussing the Declaration for the Summit of the Future, including the Declaration for Future Generations, but given the multifaceted crises and current geopolitical tensions, the Group's participation in the Ministerial meeting of the MNA's Coordinating Bureau was an opportunity to defend multilateralism and respect for the rule of law. The Ministerial meeting of the Coordinating Bureau for the NAM evaluated the movement's common interests by reviewing the current international situation in the search for peace and self-determination. In addition, the South Centre published an in-depth study of the NAM, its nature, evolution, and current placement in the world.

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** Esta semana foi dominada pelo Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e o UNOSSC esteve presente participando de diversos eventos e contribuindo com sessões paralelas sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e triangular para acelerar os ODS e a Agenda 2030 com políticas nacionais e regionais e para enfrentar as alterações energéticas e climáticas. Além disso, contribuiu para o lançamento de um manual para auxiliar os países a prepararem suas Revisões Nacionais Voluntárias. O G-77 e a China seguem firmes discutindo a Declaração para a Cúpula do Futuro incluindo a Declaração sobre as Gerações Futuras, mas considerando as crises multidimensionais e as tensões geopolíticas atuais, a participação do Grupo na reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do MNA foi um momento de defender o multilateralismo e o respeito à Carta e ao Direito Internacional e considerou importante reativar o Comitê Conjunto de Coordenação entre o G-77 + China e o MNA e, que esta ação transmitiria uma importante mensagem de unidade e solidariedade do Sul reforçando suas vozes em defesa de seus interesses. Para o MNA, a reunião Ministerial do Comitê de Coordenação avaliou os interesses comuns do movimento revendo a situação internacional de hoje na busca paz e sua autodeterminação. E o Centro Sul publicou uma pesquisa profunda sobre o MNA, sua natureza, evolução e inserção no mundo de hoje.

**Palavras-chave:** *Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.*

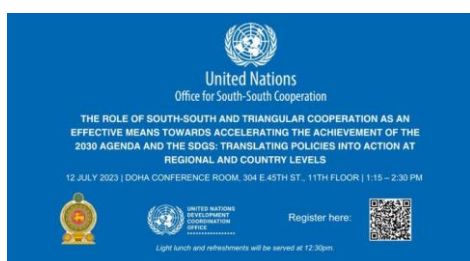
## Destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Em uma semana dedicada ao Fórum Político de Alto Nível (HLPF), o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul esteve presente e participou de diversas sessões e eventos. Alguns destaques abaixo.

Recordando que o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) foi estabelecido em 2012, como consequência da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O HLPF é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS.

Este ano, o HLPF que está sendo realizado entre 10 a 19 de julho de 2023, em Nova York revisará o ODS 6 sobre água limpa e saneamento, ODS 7 sobre energia limpa e acessível, ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura, ODS 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis e ODS 17 sobre parcerias para os ODS, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social. 39 países irão apresentar suas Revisões Nacionais Voluntárias de seus ODS.



**10 de julho de 2023** – Durante o evento paralelo do HLPF, organizado pelo UNOSSC, **“O papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular como meio eficaz para acelerar o alcance da Agenda 2030 e dos ODS: Traduzir políticas em ação nos níveis regional e nacional”**, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib destacou como a Cooperação Sul-Sul está contribuindo para a gestão sustentável da água e a resiliência dos sistemas hídricos, além de abordar questões relacionadas à água decorrentes das mudanças climáticas (Twitter @UNOSSC 1, 2023).

Para rever o evento, [clique aqui](#).



Foto:

<https://twitter.com/i/status/1679602094326657027>

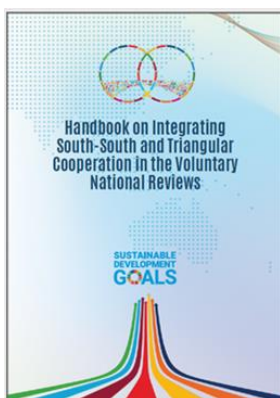
**13 de julho de 2023** - Em outro evento paralelo durante o HLPF, a diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib falou sobre áreas críticas de Cooperação Sul-Sul para África, países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento sem litoral e formas de recuperar o tempo perdido embarcando no caminho para os ODS (Twitter @UNOSSC 2, 2023).

Quais as ações necessárias para implementar o Programa de Ação de Doha para LDCs?

O evento chamou a atenção para o grupo dos 46 países menos desenvolvidos, que inclui 33 países africanos e que estes países enfrentam uma situação financeira difícil, o que limita suas capacidades de crescer e investir nas questões climáticas.

Para o grupo dos 32 países em desenvolvimento sem litoral, que inclui 17 países menos desenvolvidos, a situação é ainda mais desfavorável, pois sem acesso ao mar, os deixa mais isolados dos mercados mundiais, elevando os custos do transporte aumentando seus problemas de desenvolvimento socio econômico e de comércio (United Nations, 2023).

**14 de julho de 2023** – Foi lançado oficialmente o manual de Integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) que foi produzido pelo Grupo de Amigos das VNRs e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) em estreita colaboração com os Estados Membros, Entidades da ONU e partes interessadas.



O evento reuniu Estados Membros, entidades da ONU, pesquisadores, formuladores de políticas e partes interessadas, que refletiram sobre a importância da cooperação Sul-Sul e triangular para acelerar a implementação dos ODS e sua integração nos VNRs.

O Objetivo do manual é apoiar os países em desenvolvimento na preparação e apresentação de seus VNRs oferecendo um passo a passo, e exemplos de boas práticas e como integrar a cooperação Sul-Sul e triangular na preparação e apresentação das VNRs.

A integração da cooperação Sul-Sul e triangular nas VNRs ajudará a acompanhar o progresso na implementação da Agenda 2030 de forma mais abrangente e inclusiva, e a gerar evidências valiosas das contribuições da cooperação Sul-Sul e triangular para alcançar os ODS (*United Nations Office for South-South Cooperation, 2023*).

Para baixar o manual, [clique aqui](#).

Durante o lançamento oficial do manual, tanto o Embaixador Peter Mohan Pieris do Sri Lanka e Presidente do *21ª High Level Committee for South-South Cooperation*, como a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib destacaram a importância do novo manual de Integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) para os países (Twitter @UNOSSC 3, 2023).

Já o Sub Secretário de Relações Exteriores das Filipinas, Eduardo De Vega, disse que a cooperação Sul-Sul e triangular é um catalisador valioso para galvanizar a vontade política e aprimorar o *know-how* para implementar as tão necessárias reformas econômicas e sociais para resgatar os ODS. A integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular na preparação e apresentação de Revisões Nacionais Voluntárias ajuda a acompanhar o progresso de forma mais abrangente e inclusiva (Twitter @UNOSSC 3, 2023).

#### [Vídeo do lançamento da publicação](#)



**14 de julho de 2023** – Evento paralelo do HLPF - **Parceria renovada na Cooperação Sul-Sul e Triangular: alavancando a inovação e a tecnologia de ponta.**

Foi discutido como a Cooperação-Sul-Sul pode contribuir para diminuir a divisão digital e a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib disse que é importante alavancar novas ferramentas para traduzir políticas em

ações por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular nos níveis regional e nacional (Twitter @UNOSSC 4, 2023).

#### **Grupo do G-77**

**New York, 12 de julho de 2023** - Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na

consulta informal com os co-facilitadores sobre uma proposta de princípios orientadores para a Declaração sobre as Gerações Futuras.



Foto:

<https://twitter.com/cubag77/status/1679576698033979394/photo/1>

A reunião foi convocada para considerar um documento para decidir sobre os princípios orientadores da Declaração sobre as Gerações Futuras e o G77 e a China se declararam totalmente comprometidos e engajados de forma construtiva nas negociações intergovernamentais da Cúpula dos ODS e nos preparativos da Cúpula do Futuro.

Porém ressaltaram que conforme acordado na [Resolução A/RES/76/307](#), “a Cúpula adotará apenas um documento final conciso e orientado intitulado “Um Pacto para o Futuro”, previamente acordado por consenso por meio de negociações intergovernamentais”. O Grupo reitera que qualquer proposta relacionada a uma potencial Declaração sobre as Gerações Futuras no contexto da Cúpula do Futuro, dependerá do resultado do processo de negociação intergovernamental e poderia ser uma das questões ou elementos integrados ao documento final a ser adotado em setembro de 2024.

Quanto ao conteúdo do documento, o G-77 e a China reiteram que alguns elementos importantes propostos pelo Grupo ainda não estão refletidos nos atuais “Princípios Orientadores” para a Declaração sobre as Gerações Futuras. O Grupo esclareceu que os Princípios Orientadores estarão disponíveis para consideração intergovernamental pelos Estados Membros antes de desencadear um processo de consulta sobre a potencial Declaração.

O Grupo espera que essas opiniões sejam levadas em consideração em consultas futuros (*Representaciones Diplomáticas de Cuba en el Exterior, 2023*).

**Baku, Azerbaijão, 5 de julho de 2023** - Declaração do Primeiro Vice-Ministro das Relações Exteriores da República de Cuba, Gerardo Peñalver Portal, na Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos Países Não Alinhados.



Foto:

<https://cubaminrex.cu/es/intervencion-del-vice-ministro-primero-de-relaciones-exteriores-de-la-republica-de-cuba-gerardo-0>

O Primeiro Vice-Ministro declarou ser muito apropriado o lema do encontro: "**Unidos e firmes para enfrentar os desafios emergentes**". Esta frase expressa a aspiração que todos nós compartilhamos: nosso Movimento tem toda a capacidade de aproveitar o potencial de sua ampla e diversificada adesão para coordenar posições e agir de forma conjunta e solidária diante dos grandes desafios que o mundo de hoje nos impõe.

A unidade na diversidade tem sido, e deve continuar sendo uma premissa básica do MNA.

Estamos vivendo uma crise multidimensional. As tensões geopolíticas são crescentes e as desigualdades se perpetuam com novas formas de dominação e os países do Sul sofrem as piores consequências.

O Primeiro Vice-Ministro seguiu dizendo que os países desenvolvidos continuam a interferir continuamente nos assuntos internos dos países, com imposição de medidas coercitivas unilaterais e a manipulação da mídia como forma de se relacionar com os países. Persiste a politização dos direitos humanos e o desrespeito ao direito soberano dos povos de decidir sobre seu sistema político, socioeconômico e cultural.

Gerardo Peñalver Portal declarou que as mudanças climáticas, aceleradas pelos padrões irracionais e insustentáveis de produção e consumo e pela exploração excessiva dos recursos naturais, comprometem seriamente a sobrevivência da humanidade.

A aspiração da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” está longe de ser cumprida. Pelo contrário, a esperança dos países do Sul em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está diminuindo cada vez mais.

Diante desse cenário, deve-se defender os princípios fundadores do MNA, o multilateralismo e o respeito irrestrito à Carta e ao Direito Internacional, como condições essenciais para a convivência pacífica entre os países.

O Vice Ministro seguiu dizendo que Cuba é um pequeno estado em desenvolvimento, a apenas 90 milhas (140 km) da principal potência mundial e que vem pagando um alto preço por defender seu direito legítimo de existir como nação independente e soberana. Agradeceu aos países membros de MNA por sua permanente solidariedade e apoio na luta do país contra o criminoso e ilegal bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto por mais de seis décadas.

Ele lembrou que esta reunião ocorre no momento em que Cuba ocupa a Presidência do G-77 + China e que seus 134 membros, muitos integrantes do MNA também, representam dois terços dos membros da ONU e 80% da população mundial e que

O Vice Ministro considerou importante reativar o Comitê Conjunto de Coordenação entre o G-77 + China e o MNA e que esta ação coordenada daria uma importante mensagem de unidade e solidariedade do Sul reforçando suas vozes em defesa de seus interesses, possibilitando que estes países enfrentem seus desafios e possam lidar com os problemas globais contemporâneos.

#### **Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)**



Foto:

<https://twitter.com/cubag77/status/1679582295353688064/photo/1>

**13 de julho de 2023** - Representantes do G-77 e do Corpo Diplomático da China receberam informações atualizadas sobre a próxima cúpula "Desafios atuais do desenvolvimento: papel da ciência, tecnologia e inovação" a ser realizada em Cuba, de 15 a 16 de setembro de 2023. (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

**09 de julho de 2023** - Primeira reunião de alto nível do Fórum de Ação Global para Desenvolvimento Compartilhado



Fonte: <https://www.globaltimes.cn/galleries/4758.html>

Foi realizada entre 9 e 10 de julho de 2023, em Beijing/China, a primeira reunião de alto nível do Fórum de Ação Global para Desenvolvimento Compartilhado. Mais de 130 países e organizações internacionais participaram do evento, incluindo o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon. A Iniciativa de Desenvolvimento Global foi proposta pelo Presidente Xi Jinping e está intimamente ligada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Durante o Fórum, o Ministro da Indústria de Cuba destacou a vontade política de Cuba, como Presidente do G-77 + China, de promover projetos de cooperação que contribuam para as estratégias de desenvolvimento das nações do Sul e dos ODS (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

**06 de julho de 2023** - O G-77 e a China reiteraram o compromisso e apoio do Grupo para a criação de uma plataforma internacional para o intercâmbio e cooperação para o mundo em desenvolvimento (*Representaciones Diplomáticas de Cuba en el Exterior*, 2023).



Foto:

<https://twitter.com/GerardoPPortal/status/1676934546615402497/photo/1>

**05 de julho de 2023** - O Primeiro Vice Ministro de Relações Exteriores de Cuba e Representante Permanente de Cuba na ONU, Gerardo Peñalver Portal, esteve presente na reunião ministerial do Movimento dos Não-Alinhados realizada entre 5 e 6 de julho em Baku, enfatizou que o G-77 e a China e o MNA são as forças motrizes da Cooperação Sul-Sul e da necessária reforma do sistema financeiro internacional (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 3, 2023).



Geraldo Peñalver Portal recordou os laços históricos de amizade e cooperação entre Uganda e Cuba e ratificou o apoio à futura presidência de Uganda do MNA e congratulou o país pelos esforços na preparação da 3ª Cúpula do Sul em janeiro de 2024 (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba – 4. 2023).

### **Destaque do Movimento dos Não Alinhados**

Alguns itens importantes devem ser destacados em relação ao Movimento dos não-alinhados, neste período.

O primeiro e mais importante, foi a realização da reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do MNA que durante os dias 5 e 6 de julho de 2023 deliberaram sobre as preocupações novas e emergentes e os interesses comuns do movimento, a próxima presidência do MNA, os preparativos para a XIX Conferência de Cúpula do Movimento, a ser realizada de 19 a 20 de janeiro de 2024, na cidade de Kampala, Uganda e a implementação das disposições contidas no Documento Final adotado durante a XVIII Cúpula do Movimento, realizado de 25 a 26 de outubro de 2019, em Baku, Azerbaijão.

Os Ministros das Relações Exteriores reconheceram o Relatório do MNA sobre as atividades abrangendo desde a 18ª Cúpula do MNA em Baku, em 2019 até o momento, que mostrou um progresso significativo na implementação do Plano de Ação do MNA, conforme estipulado na Declaração de Baku, que contribuíram positivamente no processo de fortalecimento e revitalização do MNA.

Outro item importante da reunião foi o reconhecimento e pedido da República do Sudão do Sul para ingressar no MNA, o que deverá ser considerado positivamente durante a XIX Cúpula do Movimento em janeiro de 2024 em Kampala.

Os presentes também acolheram a proposta da República do Uzbequistão de sediar a 20ª Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do MNA e assumir a Presidência do Movimento para o período 2027-2029, e recomendaram unanimemente que a proposta seja aceita na XIX Cúpula do MNA em janeiro de 2024.

Destaques do pronunciamento do Presidente do MNA e Presidente do Azerbaijão, Sr Ilham Aliyev, durante a **Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos não-alinhados** que foi realizada entre 5 e 6 de julho de 2023, em Baku, sob o tema: "Unidos e firmes para enfrentar os desafios emergentes".





Foto: <https://www.azernews.az/nation/211920.html#211920-1>

Em seu discurso de abertura, o presidente Ilham Aliyev, cumprimentou os ministros, delegações e chefes de estado presentes e lembrou que seu país assumiu a presidência do MNA para o período de 2019-2022 e por decisão unânime, a presidência foi estendida por mais um ano.

Refletindo sobre o período de sua presidência à frente do MNA, o presidente começou dizendo que seu período coincidiu com uma das maiores crises mundiais, a pandemia do Covid-19. No entanto, o MNA conseguiu enfrentar com sucesso, unindo esforços globais para enfrentar a pandemia.

Quando a comunidade internacional ainda estava confusa com os acontecimentos relacionados ao Covid-19, o MNA consolidou os esforços globais e organizou uma Cúpula Online em maio de 2020, reunindo líderes mundiais, que culminou com a Sessão Especial da AGNU em dezembro de 2020.

O MNA também se opôs fortemente ao “nacionalismo da vacina” imposto por alguns países ricos, e apoiou as resoluções subsequentes da ONU para igualdade e universalidade do acesso à vacina para o combate ao Covid-19, para todos os países. Neste sentido, ajudou mais de 80 países com apoio financeiro e humanitário por meio da Organização Mundial da Saúde. O Azerbaijão fez contribuições voluntárias para a OMS no valor de 10 milhões de dólares e vacinas para 5 países necessitados.

Em março de 2023, o Azerbaijão fez dois apelos globais para apoiar a recuperação pós-pandemia da África e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e alocou 1 milhão de dólares para cada uma destas chamadas.

O estabelecimento da Rede Parlamentar do MNA em 2021 e da Organização do Movimento Jovem dos não alinhados em 2022 foram outras importantes conquistas da atual presidência do MNA. E o MNA está trabalhando para o estabelecimento da plataforma de

mulheres do MNA. Com estas ações rumo à sustentabilidade institucional, o Azerbaijão busca deixar um legado de sucesso para as próximas presidências.

Um dos temas mais polêmicos, mas que chamou a atenção no discurso do presidente, foi a proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU, bem como a mensagem de luta conjunta contra a política do colonialismo.

De fato, o Presidente Ilham Aliyev apontou, a influência única do MNA como defensor do multiculturalismo, podendo desempenhar um papel de liderança na solução de diversos problemas globais, como por exemplo, a crescente tendência ao neocolonialismo que representa uma grande ameaça à soberania dos Estados e citou a França dizendo: “Os territórios administrados pela França fora da Europa são restos desagradáveis do império colonial francês. A França deve respeitar a soberania das Comores sobre a ilha de Mayotte, bem como os direitos do povo da Nova Caledônia e de outros povos nas comunidades e territórios ultramarinos franceses”.

De acordo com o Presidente do Azerbaijão, a França está tentando impor a mesma prática colonialista no Cáucaso Meridional, apoiando o separatismo armênio na região de Karabakh, no Azerbaijão, e por meio de rivalidade geopolítica, presença militar estrangeira e política colonial de “orientalismo”. O presidente Ilham Aliyev chamou Emmanuel Macron de Jovem Bonaparte.

O discurso do presidente Ilham Aliyev também ressaltou as tendências anti-islâmicas e o racismo, que, de acordo com ele, estão se espalhando na Europa. Ele disse ainda que, hoje, democracia e liberdade de expressão estão sendo mal compreendidas em alguns países europeus, como Dinamarca, Holanda e até Suécia e a queima do livro sagrado do Islã, o ódio especial contra os muçulmanos e o hijab não podem ser considerados atos que se enquadram nos princípios democráticos. E o Azerbaijão, como um país islâmico e que respeita todas as religiões e liberdades, condena tal comportamento e pediu uma luta conjunta contra ele.

O chefe de Estado também chamou a atenção para a questão das minas terrestres que ainda representam uma ameaça à vida humana em Karabakh. Hoje, o Azerbaijão está avançando e sua reconstrução da infraestrutura na região, mas ainda enfrenta ameaças de minas e terrorismo em Karabakh (President of the Republic of Azerbaijan, 2023).

Tatiana Valovaya, Diretora-Geral do Escritório das Nações Unidas em Genebra, falando e nome do Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, que disse que o MNA vem contribuindo para a discussão e solução dos desafios que o mundo enfrenta e que o multilateralismo nunca foi tão importante como agora. De acordo com Antonio Guterres, o mundo poderia resolver muitos problemas com esforços coletivos e o MNA constrói uma ponte entre diferentes culturas e interesses nacionais e seus esforços de cooperação podem ajudar para um futuro sustentável.

No final da Cúpula, os Ministros de Relações Exteriores aprovaram um documento final de 278 páginas descrevendo questões globais e regionais revendo a situação internacional de hoje; o papel e método de trabalho do MNA; multilateralismo; busca da paz; autodeterminação dos povos entre outros tantos itens.

Para baixar o documento final, [clique aqui](#)

E a Declaração de Baku de 2023, [clique aqui](#)

## **Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**

**15 de julho de 2023** - O Presidente da Organização da Juventude do MNA discutiu o papel dos jovens nas políticas públicas para impulsionar a promoção da paz e segurança internacionais (Twitter NAM Youth Organization, 1. 2023)

**12 de julho de 2023** – Um membro do Movimento Jovem dos Não Alinhados conquistou o 1º lugar com sua pesquisa e recomendações para aumentar a resiliência cibernética durante a 1ª edição do Desafio Estratégico Cyber coorganizado pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no Uzbequistão (Twitter NAM Youth Organization, 2. 2023).

**06 de julho de 2023** – Por ocasião da Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos não-alinhados, foi inaugurada a sede do Movimento Jovem dos Não-alinhados, em Baku, construída com apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão e que será um Centro de Pesquisa e de encontro dos jovens dos Estados Membros do MNA (Twitter NAM Youth Organization, 3. 2023)

## **Centro Sul (*South Centre*)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Centro Sul**

#### **Pronunciamento do Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa durante a Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos não-alinhados**

Carlos Correa começou dizendo que o Centro Sul é uma entidade que apoia os países em desenvolvimento com pesquisa orientada para políticas, assessoria em negociações internacionais e capacitação e desde a sua criação, o Centro Sul mantém uma estreita relação com o MNA.

O Centro Sul compartilha dos princípios do MNA, aprecia suas conquistas e acredita no papel central que o movimento pode desempenhar na reforma do sistema multilateral do mundo.

As maiores conquistas do MNA incluem a luta contra o colonialismo e o neocolonialismo e contra as ocupações territoriais ilegais, além da busca da paz e segurança internacionais, a não proliferação de armas, o desarmamento e a afirmação dos princípios da Carta da ONU.

Aliado a essas conquistas, o MNA está intimamente ligado à promoção dos direitos humanos e da Cooperação Sul-Sul como ferramenta para o desenvolvimento.

Na arena econômica, há quase 50 anos atrás, o MNA obteve sucesso ao lançar a iniciativa para uma Nova Ordem Econômica Internacional, que embora não tenha se concretizado, seus elementos básicos ainda podem inspirar ações hoje.

As conquistas do MNA estão refletidas no documento **“Revigorando o Movimento dos não-alinhados na era pós Covid-19**, disponível abaixo neste informe (*South Centre*, 1, 2023).



**Julho de 2023** – Publicado um artigo de pesquisa intitulado **“Revigorando o Movimento dos não-alinhados na era pós Covid-19**

Esta pesquisa que foi apresentada durante a **Reunião Ministerial do Comitê de Coordenação do Movimento dos não-alinhados** considera o Movimento dos não-alinhados, sua natureza, evolução e inserção no mundo de hoje.

Considerando a complexidade da agenda multilateral atual, o MNA deve aumentar sua cooperação com grupos de reflexão (*Think Tanks*) intergovernamentais e instituições de países em desenvolvimento, como o Centro Sul, bem como organizações como o próprio MNA.

O artigo considera a criação e estabelecimentos de grupos de trabalho dentro do MNA que possam analisar e desenvolver estruturas para gerenciar questões específicas com o objetivo de promover os interesses de seus Estados Membros.

Como pano de fundo, deve-se considerar que o mundo está passando por um período de mudanças transformadoras, com muitos países enfrentando crises sociais, econômicas e ambientais e outras crises paralelas após a pandemia do Covid-19. O momento acelerou a fragmentação econômica e política global, aumentou ainda mais as desigualdades entre as nações e reverteu o progresso alcançado em alguns ODS.

Isso levou a um crescente descontentamento com a estrutura de governança global construída no período pós-Segunda Guerra Mundial, que se tornou cada vez mais desatualizada e disfuncional. O Secretário-Geral da ONU vem pleiteando o reexame e a reconfiguração da arquitetura financeira global para o século 21, que seja segura para os países em desenvolvimento.

Politicamente, desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por diferentes fases, começando com um mundo bipolar com dois blocos militares: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e o Pacto de Varsóvia. Depois um mundo unipolar dominado pelos Estados Unidos após o fim da guerra fria e, agora, caminhando para um mundo multipolar.

As tensões crescentes entre os Estados Unidos e a China (as duas maiores economias) forçaram muitos países a tentar navegar nesta fragmentação política e econômica e a comunidade internacional se encontra, mais uma vez, em meio a tensões geopolíticas intensificadas, incluindo a Guerra entre a Rússia e Ucrânia.

Os princípios do não-alinhamento começam a crescer no Sul Global. Os países não alinhados e outros países em desenvolvimento enfatizaram fortemente sua intenção de traçar um caminho independente em direção ao seu desenvolvimento sustentável, sem se envolver em novos “blocos” econômicos ou políticos e salvaguardando seus próprios interesses nacionais.

Com a emergência de um mundo multipolar, o MNA tem o potencial de se tornar novamente uma força importante na reconfiguração da ordem mundial. Mais de seis décadas após a sua criação, o MNA encontra-se em uma conjuntura crucial, onde a consolidação do não-alinhamento entre os seus membros pode ajudar a construir solidariedade, promover a cooperação internacional e defender os interesses comuns dos países em desenvolvimento na reconfiguração da estrutura de governança global (South Centre, 2, 2023).

**14 de julho de 2023** – Liderado por Filipinas, Bangladesh e Vietnã, o Conselho de Direitos Humanos (HRC53) adotou uma resolução importante sobre a promoção de meios de subsistência resilientes no contexto de direitos humanos e mudanças climáticas, de acordo com o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) considerando os danos que as mudanças climáticas causam à natureza e às pessoas. Espera-se também que seja conduzido um estudo analítico sobre o impacto de perdas e danos e dos efeitos adversos das mudanças climáticas no pleno gozo dos direitos humanos explorando abordagens e soluções baseadas na equidade (South Centre,3, 2023).

[Leia a Resolução](#)

**11 de julho de 2023** – Em abril de 2023, em Acapulco, México, as Autoridades Reguladoras de Medicamentos da Colômbia (INVIMA), Cuba (CECMED) e México (COFEPRIS) assinaram uma declaração, a “Declaração de Acapulco” para a criação da Agência Reguladora de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e do Caribe (AMLAC). A criação da AMLAC foi confirmada pelos chefes das agências reguladoras de medicamentos da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México, e criada para contribuir com a integração regional na regulação sanitária, a criação de um mercado regional de medicamentos e dispositivos médicos seguros, eficazes e de qualidade (South Centre, 4, 2023).

[Leia o policy Brief](#)

**SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2023**

**Cooperação Sul-Sul em desenvolvimento e saúde**  
Cooperación Sur-Sur em desarrollo y salud | South-South Cooperation in development and health

**PERSPETIVAS GLOBAIS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL**  
ANÁLISES E DESAFIOS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA RLC  
A COOPERAÇÃO EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL  
ECOSSISTEMAS NACIONAIS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL E EXPERIÊNCIAS RECENTES EM SAÚDE  
A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO ATUAL CONTEXTO

**DIMA AL-KHATIB** DIRETORIA DA UNICEF  
**ENRIQUE OVIEDO** PONTE FOCAL PARA A COOPERAÇÃO REGIONAL SOBRE COOPERAÇÃO SUL-SUL DA RLC - OMS  
**LUIZA LOPES DA SILVA** ENVIADA ADJUNTA DA SAÚDE  
**CARLOS CORREA** DIRETOR EXECUTIVO DE SAÚDE PÚBLICA  
**JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO** REPRESENTANTE ALIADO DA MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL NA OMS  
**REGINA UNGERER** OMS / FIOCRUZ

QUARTA-FEIRA | MIÉRCOLES | WEDNESDAY  
**12 DE JULHO**  
12 DE JULIO | JULY 12<sup>ND</sup>

10h-12h30 (RIO TIME)  
9am-11:30am (EST TIME)  
3pm-5:30pm (CET TIME)

Ministério da Saúde  
Ministério Público Estadual - Ceará  
OPS  
HEALTH EQUITY

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

Para assistir o seminário 2023 acima: [https://www.youtube.com/watch?v=6bG3VoKD\\_cg](https://www.youtube.com/watch?v=6bG3VoKD_cg)

Azerbaijan Chairmanship to the Non-Aligned Movement. Adopted Documents. [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://namazerbaijan.org/ministerial-meeting-documents?fbclid=IwAR27aEim6SP9h7Js3IERiB8y5TsItcfzyv8ymEhZ-CV1XXDSYfyjs91g9OA>. Acesso em 17 jul 2023.

President of the Republic of Azerbaijan, Ilham Aliyev, Ilham Aliyev participated in Ministerial Meeting of NAM. [INTERNET]. Disponível em: <https://president.az/en/articles/view/60366>. Acesso em 16 jul 2023.

Representaciones Diplomáticas de Cuba en el Exterior.G77: Statement by Ambassador Yuri Gala López, on behalf of G-77 + China, at the informal consultation with the co-facilitators on a proposal of guiding principles for the Declaration on Future Generations [INTERNET]. Disponível em: <https://misiones.cubaminrex.cu/en/un/statements/g77-statement-ambassador-yuri-gala-lopez-behalf-g-77-china-informal-consultation-co>. Acesso em 14 de jul 2023.

Ministerio de Relaciones Exteriores de la República de Cuba. **Intervención del viceministro primero de Relaciones Exteriores de la República de Cuba, Gerardo Peñalver Portal, en la Reunión Ministerial del Movimiento de Países No Alineados** [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://cubaminrex.cu/es/intervencion-del-viceministro-primero-de-relaciones-exteriores-de-la-republica-de-cuba-gerardo-0>. Acesso em: 14 jul 2023

South Centre. 1. SC Statement to NAM Ministerial Meeting, 5-6 July 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2023/07/SC-NAM-statement-2023.pdf>. Acesso em: 16 jul 2023

South Centre. 2. Reinvigorating the Non-Aligned Movement for the post-Covid 19 era. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.southcentre.int/wp->. Acesso em: 16 jul 2023

South Centre. 4. Towards A Latin American and Caribbean Medicines Agency (AMLAC). Disponível em: <https://www.southcentre.int/policy-brief-120-11-july-2023>. Acesso em 17 jul 2023

Twitter @UNOSSC 1. 14 jul. Disponível em: [https://twitter.com/a2i\\_bd/status/1679810685658869762](https://twitter.com/a2i_bd/status/1679810685658869762). Acesso em: 15 jul 2023

Twitter @UNOSSC 2. 14 jul. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1679602094326657027>. Acesso em: 15 jul 2023

Twitter @UNOSSC 3. 14 jul. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1679925043814383616>. Acesso em: 15 jul 2023

Twitter @UNOSSC 4. 14 jul. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1679948123131506690>. Acesso em: 15 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 1. 13 jul. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1679582295353688064>. Acesso em: 14 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 2. 10 jul. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1678453644075704321>. Acesso em: 14 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 3. 10 jul. Disponível em: <https://twitter.com/GerardoPPortal/status/1676934546615402497>. Acesso em: 14 jul 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 4. 10 jul. Disponível em: <https://twitter.com/GerardoPPortal/status/1676587991945420801>. Acesso em: 14 jul 2023

**Twitter** NAM Youth Organization @namyouthorg. 3. 06 jul. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1676932487925080064>. Acesso em 17 jul 2023

**Twitter** NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 15 jul. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1680156648139022336>. Acesso em 17 jul 2023

**Twitter** NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 12 jul. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1679191747107192833>. Acesso em 17 jul 2023

United Nations Office for South-South Cooperation. Handbook on Integrating South-South and Triangular Cooperation in the Voluntary National Reviews (2023) [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/2023/07/14/handbook-on-integrating-south-south-and-triangular-cooperation-in-the-voluntary-national-reviews-2023>. Acesso em: 15 jul 2023

United Nations. High Level Political Forum. African countries, Least Developed Countries and Landlocked Developing Countries Turning the tide, regaining lost ground and embarking on the road to the SDGs [INTERNET]. Disponível em: <https://hlpf.un.org/2023/programme/african-countries-least-developed-countries-and-landlocked-developing-countries>. Acesso em 15 jul 2023

## **A Cooperação Sul-Sul Brasileira em Desenvolvimento e Saúde** ***The Brazilian South-South Cooperation in Development and Health***

***Luiza Lopes da Silva***

Texto de base para apresentação feita por ocasião do Seminário Avançado de Diplomacia da Saúde e Saúde Global realizado pela FIOCRUZ em 12.07.2023.

Embaixadora, Diretora-Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação (2022).

A exemplo de temas como meio-ambiente, mudanças climáticas, direitos humanos e outros, a saúde vem ganhando espaço crescente na agenda da cooperação internacional. Essa evolução reflete o reconhecimento de que a saúde é condição fundamental para o bem-estar, capacidade de apreensão do conhecimento, produtividade, participação cidadã e, em última análise, para os próprios Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se almejam alcançar em futuro próximo. O tema ganhou especial relevância a partir do recente enfrentamento da pandemia da COVID-19 em todo o globo e do temor de que venham a surgir e se alastrar em escala planetária novas doenças potencialmente transmissíveis capazes de gerar sérios impactos econômicos e sociais.

A vertente internacional do setor de saúde não é, contudo, fenômeno contemporâneo, já havendo robusto histórico de ações desenvolvidas ao longo do último século, no hemisfério e no Brasil. Recorde-se que, já na Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos (1889-1890), foi aprovada a criação de um comitê de saúde, no qual o Brasil foi incluído junto com outros quatro países.<sup>90</sup> Poucos anos depois, em 1902, a recém-criada comissão de saúde dos Estados Americanos recomendou a convocação de reunião técnica para a formulação de regulamentos sanitários, bem como a realização de convenções periódicas sobre saúde e estabelecimento de um conselho sanitário permanente – o que veio a ocorrer, criando-se o órgão precursor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Cedo, portanto, estabeleceu-se a vertente internacional da saúde no hemisfério, passando a fomentar iniciativas de normatização, coordenação e cooperação.

Nesse contexto, busca-se fazer aqui um breve apanhado histórico, da perspectiva da diplomacia brasileira da evolução da cooperação internacional brasileira na área da saúde, à medida que avançavam as políticas e os avanços domésticos.

### **1. As primeiras incursões do Brasil na cooperação internacional – panorama geral**

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi oficialmente criada em 1987, em meio ao processo de redemocratização do país, vindo a ser uma das primeiras agências especializadas em Cooperação Técnica Internacional (CTI) no mundo em desenvolvimento. Sua subordinação ao Ministério das Relações Exteriores teve o objetivo de vincular a cooperação internacional diretamente à pauta da política externa brasileira, municiando esta última com uma valiosa ferramenta de aproximação com países de todas as regiões.

Embora a criação da ABC tenha sido um marco na atuação brasileira, cumpre recordar que o país já contava então com um histórico importante de cooperação internacional. A partir dos anos 1940-50, começara-se a buscar no exterior a assistência necessária para a criação de

---

<sup>90</sup> Nicarágua, Peru, EUA e Venezuela.

uma indústria de base brasileira<sup>91</sup> e para a estruturação e fortalecimento de agências e entidades públicas nacionais especializadas nas áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento do país. A busca pode ser considerada amplamente exitosa, tendo-se recebido nas décadas seguintes, por meio da cooperação, apoio do Japão, Alemanha, França, EUA e outros países e organismos internacionais. Foram dessa forma beneficiados diversos setores nacionais estratégicos, entre os quais agricultura, telecomunicações, aviação, formação profissional técnica – e saúde.

Nos anos 1970, o Governo Federal decidiu centralizar e sistematizar a cooperação técnica internacional recebida (que se dava por meio de transferência de conhecimentos, tecnologia e outros recursos). Com isso, passaram a ser elegíveis para o recebimento da cooperação programas e projetos que atendessem às diretrizes definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Os Planos Nacionais priorizavam projetos estruturantes voltados para o desenvolvimento das capacidades internas autônomas. A visão retrospectiva desta fase mostra que, de modo geral, o conhecimento então compartilhado por meio dos programas de cooperação foi amplamente absorvido e incorporado pelos órgãos brasileiros beneficiados. Em pouco tempo, várias dessas instituições começariam a produzir conhecimento próprio, ampliando e adaptando o saber recebido às particularidades e necessidades brasileiras. Parte desse conhecimento adquirido – muitas vezes localmente adaptado e/ou incrementado – começaria nos anos seguintes a ser compartilhado com países em desenvolvimento às voltas com desafios semelhantes aos do Brasil. Muitos órgãos nacionais beneficiados, a exemplo da EMBRAPA, SENAI, FIOCRUZ e vários outros, viriam a tornar-se referência internacional em suas áreas de competência. Por ocasião da criação da ABC em 1987, portanto, o Brasil já contava com diversas instituições de excelência plenamente capacitadas para prestar cooperação.

## 2. A evolução do setor nacional de saúde

Em face da necessidade de combater diversas doenças endêmicas em todo o território nacional, o setor governamental brasileiro de saúde iniciou cedo sua expansão e modernização, implantando alguns programas nacionais de grande magnitude. Para isso, muito terá auxiliado a familiaridade com os órgãos congêneres no hemisfério, fomentada em grande medida pelas frequentes reuniões e ações conjuntas promovidas no âmbito do Sistema Americano desde o final do século XIX.

Foi assim que, após a realização, durante algumas décadas, de campanhas episódicas de imunização em algumas áreas de cobertura, criou-se em 1973 o pioneiro **Programa Nacional de Imunização** (PNI) do Ministério da Saúde. A partir de então, as ações seriam desenvolvidas de forma planejada, coordenada, sistematizada e rotineira,<sup>92</sup> vindo-se a erradicar, em pouco

---

<sup>91</sup> A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 1941 por decreto presidencial, como resultado dos Acordos de Washington entre os governos brasileiro e estadunidense. Previa-se a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil.

<sup>92</sup> O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado em 18 de setembro de 1973 e institucionalizado em 1975, por meio da Lei 6.259, de 30 de outubro. O PNI passou a coordenar as atividades de imunização desenvolvidas rotineiramente na rede de serviços; para isso, traçou diretrizes pautadas na experiência da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP), com a prestação de serviços integrais de saúde através de sua rede própria.



tempo, uma série de doenças.<sup>93</sup> Recursos crescentes passaram a ser destinados à produção de vacinas, adequação da Rede de Frio, vigilância de eventos pós-vacinais adversos, sistemas de informação e atendimento universal. Além da prevenção e eliminação de doenças<sup>94</sup>, o PNI também contribuiria para o avanço do sistema de vigilância epidemiológica e controle de qualidade das vacinas oferecidas na rede.

Tratava-se, aqui, de área naturalmente vocacionada para a cooperação externa. Nessas condições, o PNI logo atraiu o interesse da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros, passando a receber destes novos parceiros apoio técnico, operacional e financeiro. Os projetos de eliminação de doenças no subcontinente, por sua vez, atraíram a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que assumiu então a coordenação multilateral dessas iniciativas.<sup>95</sup> Muitos países da América Latina e, posteriormente, de outras regiões, se inspirariam nas iniciativas brasileiras para iniciar campanhas de vacinação, muitas vezes com apoio brasileiro.

No continente americano, programas de erradicação ou controle de algumas doenças (poliomielite, sarampo, rubéola, síndrome da rubéola congênita) requeriam que os países trabalhassem conjuntamente, o que cedo começou a ocorrer. Em 1985, OPAS e FIOCRUZ organizaram, para técnicos de países latino-americanos, o primeiro treinamento visando à erradicação da poliomielite.<sup>96</sup> Ações de busca ativa de casos, vigilância epidemiológica e vacinação nas fronteiras passaram a ser definidas em reuniões entre países fronteiriços, resultando na atuação de equipes conjuntas.

Além do PNI, outro salto qualitativo dado pelo Brasil e que se tornaria objeto de cooperação seria a criação do **Programa de Autossuficiência Nacional em Imunobiológicos (PASNI)**, voltadas para abastecimento do PNI, por parte de instituições públicas nacionais com base tecnológica e experiência.<sup>97</sup> Registre-se que, até o final dos anos 70, as necessidades de vacina no País eram, em grande maioria, atendidas por importações e/ou produção em bases comerciais, sendo que as campanhas de imunização do PNI resultaram, naturalmente, em forte aumento da demanda por vacinas.<sup>98</sup> Como resultado do novo programa, o Brasil adquiriu a maior capacidade de produção de vacinas da América Latina – e, com isso, maiores condições de prestação de cooperação internacional. A partir da década de 1980, o laboratório de Bio-Manguinhos passou a disponibilizar novas formulações de vacina contra a poliomielite<sup>99</sup>, que passaram a ser adotadas pela OPAS e OMS para todos os países tropicais. Também aqui recebeu-se importante cooperação: da França e do Japão, por exemplo, foram transferidas tecnologias

---

<sup>93</sup> Varíola, poliomielite, sarampo, tétano neonatal, bem como controle de doenças imuno-preveníveis como difteria, coqueluche e tétano acidental, hepatite B, meningites, febre amarela, formas graves da tuberculose, rubéola e caxumba.

<sup>94</sup> Poliomielite, rubéola, síndrome da rubéola congênita, tétano materno e neonatal, sarampo. Graças ao PNI, logrou-se ainda reduzir significativamente a incidência de causas de adoecimento e mortalidade, como difteria, meningites bacterianas e coqueluche, entre outras.

<sup>95</sup> <http://pni.datasus.gov.br>.

<sup>96</sup> O treinamento envolveu aspectos clínicos e epidemiológicos, virologia e estratégias de controle, além de um exercício prático de campo. Depoimento do Dr. Bernardus Ganter, Conselheiro Regional para a Vigilância das Doenças Transmissíveis, da OM, Oficina Regional da Europa. <http://pni.datasus.gov.br>.

<sup>97</sup> O governo federal investiu recursos no aumento da capacidade de produção dessas instituições nacionais. Bio-Manguinhos (criado em 1976) e Instituto Butantan passaram a responder pela quase totalidade da produção nacional para o PNI. <http://pni.datasus.gov.br>.

<sup>98</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/programa-nacional-de-imunizacoes-comemora-48-anos>.

<sup>99</sup> Vacina monovalente tipo 3 e trivalente potencializada contra o tipo 3 do vírus da poliomielite.

para produção da vacina polissacarídica (Instituto Merieux) e contra o sarampo e poliomielite (Instituto Biken da Universidade de Osaka e Japan Poliomyelites Institute, respectivamente).

Nova evolução significativa foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).<sup>100</sup> Sua base foi a Constituição Federal de 1988<sup>101</sup>, que previu assistência em saúde universal, gratuita e de acesso igualitário a todos. Viria a ser o maior sistema público gratuito de saúde do mundo, na linha dos modelos da França e Reino Unido. Com o SUS, a atenção integral à saúde passou a ser um direito universal de todos os brasileiros, aí incluída prevenção de doenças e promoção da saúde, além de aspectos conexos como controle da água potável, doação de sangue e de leite materno e vacinação.<sup>102</sup> Com sua consolidação, o SUS se tornaria um item adicional na pauta brasileira de cooperação.

Em 1985, foi iniciado no Brasil mais um programa de excelência – os bancos de leite humano. A partir de investimentos em pesquisa e desenvolvimento nesta área, a FIOCRUZ logrou desenvolver um modelo de baixo custo operacional e elevada qualidade, alcance social e rigor técnico. Nessas condições, despertou interesse das organizações internacionais voltadas para a saúde, vindo a ser referendado pela OMS. Nos anos 1990, com a constatação de que já era responsável pela redução da morbimortalidade infantil e da desnutrição crônica, foi considerada pela OMS uma iniciativa de excelência no combate à mortalidade infantil, adquiriu maior visibilidade e passou a ser objeto de demandas por cooperação brasileira.

### **3. O Brasil e o surgimento da Cooperação Sul-Sul em saúde**

A criação da ABC em 1987 coincidiu com o início de uma nova fase da cooperação internacional: davam-se então os primeiros passos na cooperação técnica entre os próprios países em desenvolvimento. O marco conceitual para essa nova modalidade fora lançado pouco antes, em 1978, por ocasião da primeira conferência do Sul Global sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) em Buenos Aires.<sup>103</sup> Tratou-se do primeiro esforço coletivo oficial para sistematização da cooperação para o desenvolvimento entre países do (hoje chamado) Sul Global. O Plano de Ação de Buenos Aires então aprovado indicou como objeto da CTPD (posteriormente renomeada Cooperação Sul-Sul - CSS) disseminar entre os países em desenvolvimento experiências bem-sucedidas com base em princípio de solidariedade e horizontalidade. Enquanto a cooperação Norte-Sul (recebida) era vista no Brasil como potencial propulsora do desenvolvimento e de mudanças estruturais, a cooperação Sul-Sul (prestada / compartilhada) passou a representar um instrumento de política externa, com objetivos específicos, contribuindo para o estreitamento dos vínculos do País na dimensão Sul-Sul.

Indo-se além da cooperação na área vacinal já mencionada, importante catalisador da nova fase da cooperação brasileira em saúde na vertente Sul-Sul foi o surgimento, no início dos anos 1980, dos primeiros casos comprovados de AIDS – inclusive no Brasil.

A partir de 1986, com a formação de núcleos sobre AIDS junto à OPAS e à OMS incumbidos de elaborar pautas e recomendações para os países da região,<sup>104</sup> aqueles

---

<sup>100</sup> Foi órgão sucedâneo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (o INAMPS, extinto em 1993, atendia os contribuintes da Previdência Social).

<sup>101</sup> Art. nº 196. O SUS teve sua lei de criação (nº 8080) regulamentada em 19 de setembro de 1990.

<sup>102</sup> O PNI se tornou parte fundamental do SUS. <https://www.unasus.gov.br>.

<sup>103</sup> O encontro resultou na adoção, por 138 Estados-membros da ONU, do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

<sup>104</sup> Programa Global de AIDS e Programa Especial de AIDS.

organismos internacionais passaram a desempenhar papel importante no estabelecimento de políticas públicas relativas à doença na América Latina.<sup>105</sup> A exemplo dos demais países da região, o Brasil contaria com o apoio técnico e financeiro dos dois organismos para a implementação do seu programa nacional.

A Resposta Brasileira ao HIV/AIDS delineada a seguir viria a ser considerada um modelo. A partir de 1986, o Governo Federal deu início à normatização técnica e criação de estruturas funcionais, incluindo o Programa Nacional de DST-AIDS do Ministério da Saúde. Incorporou-se a participação social no processo de formulação de políticas públicas, com controle social do uso dos recursos e programas adotados, por meio de um sistema oficial acessível de monitoramento e avaliação. Com a inclusão, na Constituição de 1988, de referência ao direito universal dos brasileiros à saúde, decidiu-se que seria dado acesso universal, equânime e gratuito à terapia antirretroviral.<sup>106</sup>

A Resposta Brasileira fundamentou-se na combinação prevenção\assistência – modelo que seria adotado pela ONU em 2001.<sup>107</sup> A comunicação de massa foi utilizada para ampla disseminação de informações, por meio de mensagens governamentais objetivas, claras e diretas. Profissionais de saúde passaram a ser capacitados de forma contínua sobre o tema, sendo preparados para implantação dos avanços tecnológicos. Como resultado desses esforços, o Brasil viria a colocar-se entre os países mais bem-sucedidos no combate à epidemia já ao final do primeiro ano de adoção, quando se verificou queda substancial da mortalidade por AIDS, das internações e da ocorrência das enfermidades oportunistas.<sup>108</sup>

Do exterior, acompanhou-se com forte interesse a decisão brasileira de adotar a terapia combinada para o tratamento da AIDS e oferecer o tratamento antirretroviral<sup>109</sup> gratuito e universal. A progressiva consolidação do tratamento brasileiro veio confirmar o parâmetro de referência e a ausência de altos níveis de resistência viral (que poderiam gerar alta incidência de novas infecções com vírus já resistentes à terapia). A resposta terapêutica foi considerada positiva. O primeiro ano de implantação do tratamento revelou queda substancial da mortalidade por AIDS, redução expressiva das internações, decréscimo significativo da ocorrência de enfermidades e alto custo-benefício para os recursos públicos.

O protagonismo brasileiro no tratamento da AIDS teve ainda o efeito de dar visibilidade internacional aos demais avanços do país na área de saúde, como o recém-criado Sistema Único de Saúde (SUS) de acesso universal, aos programas de imunização/vacinação (PNI), saúde da família, banco de leite materno, alimentação e nutrição, atuação estruturada da vigilância em

---

<sup>105</sup> Entre 1983 e 1985, foram promovidas pela OPAS e OMS algumas reuniões técnicas de intercâmbio.

<sup>106</sup> Em 1987, pesquisadores da Fiocruz isolaram o HIV-1 pela primeira vez na América Latina, dando-se início ao uso do AZT para o tratamento da doença.

<sup>107</sup> Em sessão especial da Assembleia-Geral em 2001.

<sup>108</sup> Via ABC, 2007 março.

<sup>109</sup> O tratamento (*highly-active antiretroviral therapy* – HAART) foi disponibilizado no Brasil a partir de 1996. No âmbito externo, foram veiculadas críticas de renomados cientistas, pesquisadores e de alguns organismos internacionais, que não consideravam ter o Brasil capacidade suficiente para administrar técnica e operacionalmente decisão de tal envergadura, principalmente pelo caráter inovador e relativamente desconhecido da nova terapia, com exigências de sofisticação técnica e tecnológica. Além disso, a decisão implicava o gerenciamento de dezenas de milhares de tratamentos e acompanhamento clínico, laboratorial e psicossocial dos pacientes arrolados.

saúde e Formação de Trabalhadores na Área da Saúde, entre outros,<sup>110</sup> que passaram a despertar interesse da comunidade internacional

A partir da ampla constatação do êxito da Resposta Nacional, o Brasil passou a compartilhar sua experiência com outros países. Foi firmado com a França acordo de cooperação pioneiro, dando-se início a um intercâmbio de experiências, capacitação de técnicos brasileiros naquele país e, a partir de 1989, realização anual de seminários bilaterais sobre o tema. A cooperação seria a seguir estendida a outros parceiros.

Em 1996, por iniciativa coordenada entre Brasil, Chile e Argentina, realizou-se no Rio de Janeiro a primeira “Oficina de Planejamento Estratégico de Cooperação Horizontal para a Prevenção do HIV/AIDS” da América Latina e Caribe, formando-se na ocasião o Grupo de Cooperação Técnica Horizontal em HIV/AIDS da região (GCTH). Essa instância de cooperação tornou-se referência do processo implementado pelo Brasil para a cooperação com os países da América Latina. Seria iniciada a partir de então ampla articulação regional, por meio de ações de cooperação bilateral e multilateral. Pouco depois, seriam formalmente firmados os primeiros projetos de cooperação técnica na região (Peru, Bolívia, Paraguai, El Salvador e Cuba). Diversos países da América do Sul e Caribe e países lusófonos da África começaram a aventar a adoção de modelo de saúde pública nos moldes do SUS brasileiro.

Foi aprovado à época, pelos países do Cone Sul, o documento “Iniciativas para o setor saúde: cooperação em formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção de insumos em saúde”. Ressaltou-se a complementaridade como conceito-chave para a cooperação em saúde na região e o papel da OPAS como entidade parceira, inclusive para a obtenção de financiamentos. Em 2005, OPAS e Ministério da Saúde brasileiro firmaram Termo de Cooperação em Saúde Internacional<sup>111</sup> com o objetivo de desenvolver, no marco da CSS, um programa de cooperação internacional em saúde voltado para o intercâmbio de experiências, conhecimentos e tecnologias disponíveis em instituições do campo da saúde pública.

Em 1994, iniciou-se a cooperação brasileira com os países lusófonos da África no enfrentamento da AIDS.<sup>112</sup> Sendo recente, à época, seu status de países independentes, alguns não haviam acumulado ainda condições ou experiência suficientes para promover melhoria significativa das condições de saúde de suas populações. A cooperação brasileira buscou fortalecer as respostas nacionais naqueles países, vindo a produzir impacto em amplo leque de

---

<sup>110</sup> Considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como uma das experiências de formação de técnicos de nível médio de maior êxito no mundo, o Profae, criado em 2000, fez parte da estratégia do Ministério da Saúde para melhorar a qualificação, em todo o país, de cerca de 230 mil trabalhadores – atendentes e auxiliares de enfermagem – que já atuavam no sistema de saúde, visando a melhorar a qualidade dos serviços. Mesclando EaD com módulos presenciais, o ‘Curso de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem’ foi desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) em parceria com 45 instituições de ensino em todas as regiões brasileiras do país e habilitou, de 2001 a 2005, mais de 13 mil enfermeiros para a função docente nos cursos de qualificação profissional do Profae e outros.

<sup>111</sup> TC 41.

<sup>112</sup> Representantes brasileiros compareceram à Reunião de Ministros da Saúde dos PALOP (1994). Em 1997, realizou-se em Salvador/BA o I Curso Internacional de Planejamento, Administração e Avaliação de Programas de DST/HIV para Países de Língua Portuguesa e, a seguir, missão técnica das delegações de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe a Brasília. No ano 2000, realizou-se “Oficina de Trabalho sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde entre a FIOCRUZ e os PALOP”. Em parceria com a agência de cooperação internacional do Japão (JICA), a Fiocruz recebeu 25 alunos de Angola e Moçambique para treinamento em áreas prioritárias da saúde pública e orientação pedagógica para a preparação local de cursos de pós-graduação na área de saúde pública.

áreas consideradas prioritárias, como prevenção, aconselhamento, assistência, vigilância epidemiológica, capacitação da sociedade civil, apoio legislativo e gestão de programas. Em coordenação com o Ministério da Saúde, a Fiocruz assumiria diversos projetos institucionais de cooperação na África.

Por iniciativa do MRE, foi iniciada em meados de 1999 a cooperação com países africanos de língua inglesa – em um primeiro momento, África do Sul, Namíbia, Quênia e Zimbábue, além da organização regional South African Developing Countries – SADC. A partir dos insumos colhidos em duas missões de campo brasileiras, foi elaborado diagnóstico situacional e levantamento de áreas de interesse mútuo para futuros projetos. Foi oferecida à África do Sul transferência de tecnologia para a produção do AZT com o apoio técnico da Fundação Oswaldo Cruz.

Paralelamente aos projetos de Cooperação Sul-Sul, entre 1993 e 2018 o Brasil seguiu recebendo cooperação multilateral voltada ao fortalecimento de seu programa de enfrentamento à AIDS, conforme indicado a seguir. Esses projetos permitiriam adensar e regionalizar no país ações abrangentes no enfrentamento às DST/AIDS.

<b>Projetos de enfrentamento às DST/AIDS desenvolvidos entre o Brasil e organismos multilaterais (1993-2018)</b>	
1993	Prevenção, educação e controle de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (direcionados a mulheres, adolescentes, crianças e comunidades indígenas; atendimento biopsicossocial para pessoas afetadas pela doença, controle epidemiológico, desenvolvimento institucional com ênfase em gestão de recursos humanos e desenvolvimento e avaliação de pesquisas).
1994	Prevenção do abuso de drogas, com ênfase especial na prevenção do HIV entre usuários em (nos estados da BA, CE, MT, MS, PR, RJ, RS, SC, SP e DF), por meio da melhoria dos serviços e tratamento dos usuários.
1996	Educação Sexual (voltada para a reversão do quadro de incidência de AIDS, gravidez precoce e aborto provocado, além de outros quadros psicossociais envolvendo adolescentes).
1997	- Oficina para o desenvolvimento de plano estratégico para projeto de prevenção das DST/AIDS em mulheres e crianças de baixa renda - Informação/educação/comunicação visando à prevenção da propagação do vírus - Pesquisa sobre o estado da arte dos programas de prevenção das DST/AIDS em escolas no Brasil
1998	- Treinamento, pesquisa e apoio institucional no âmbito do Programa AIDS II - Prevenção à DST/HIV/AIDS e ao uso indevido de drogas - Fortalecimento da capacidade operacional para a execução do Projeto AIDS II
2001	Organização da atenção básica nos distritos de saúde para a implementação de ações preventivas no combate à AIDS e à violência
2002	Prevenção e controle de enfermidades transmissíveis e não transmissíveis
2003	Redução das DST e HIV/AIDS no município de SP e no RS
2004	- Apoio à redução da incidência do HIV/AIDS e outras DST e melhoria de qualidade de vida de portadores da doença - Plano de Ação e Estratégias em Saúde Pública para o Controle às DST/HIV/AIDS no Estado do Rio de Janeiro - Prevenção do HIV, AIDS e outras DST e do uso indevido de drogas
2005	Plano de ação para o controle das DST/HIV e AIDS no Distrito Federal
2009	- Ampliação da resposta à Epidemia do HIV/AIDS utilizando a educação formal e informal como meio eficaz de prevenção - Apoio à produção de conhecimento em DST/AIDS - Projeto-piloto de capacitação para os estados do Amazonas e da Bahia - Governança em Rede na resposta ao HIV/AIDS

	- Prevenção e assistência ao HIV/AIDS: Fortalecimento da cobertura dos serviços de saúde no sistema prisional
2011	Estruturação da governança na Resposta Nacional ao HIV, AIDS e outras DSTs.
2012	- Apoio às ações de educação para a prevenção e controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e HIV/AIDS no Município de São Paulo - Melhoria da Gestão, Vigilância e Prevenção e Controle das DST, AIDS e Hepatites Virais entre usuários de drogas, profissionais do sexo, população penitenciária e portadores da doença - Cuidados em saúde em contexto de vulnerabilidade para o uso de álcool e outras drogas, em especial o crack, em contexto de violência.
2018	Implementação de Tecnologias Inovadoras de Educação Preventiva e Comunicação Digital em Saúde para Prevenção das IST/HIV/AIDS no Município de São Paulo

#### 4. Desdobramentos recentes

##### 4.1 Novas áreas demandadas para a cooperação brasileira

A visibilidade internacional dos programas brasileiros de enfrentamento às DST/AIDS ensejaria demandas de cooperação, nos anos seguintes, também em outras áreas da saúde conforme amostragem a seguir. De modo geral, as demandas se concentraram em áreas consideradas de experiência comprovada do MS, conforme lista não-exaustiva a seguir.

- **HIV/AIDS** - Capacitação em ações de prevenção, diagnóstico e assistência, apoio ao fortalecimento dos programas nacionais, aos direitos humanos, intercâmbio em sistemas de informação e apoio à busca de tratamento universal à população afetada.
- **Vigilância Epidemiológica** - Protocolo de patologias para o controle de agravos compulsórios, capacitações técnicas em resposta rápida para o controle de surtos e epidemias (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Notificação de Agravos e Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica).
- **Malária** - Controle do vetor, prevenção da enfermidade, detecção e diagnóstico de casos, controle de qualidade de diagnósticos e tratamentos efetivos.
- **Combate ao Chagas Congênito**
- **Programas de Imunização**
- **Sistema Único de Saúde** - Apoio à descentralização dos serviços de saúde em outros países e utilização do SUS como modelo de sistema de saúde.
- **Nutrição** - Implementação de políticas, ações de prevenção e controle das carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminose A, anemia ferropriva e bócio endêmico).
- **Bancos de Sangue.**
- **Bancos de Leite Humano (BLH)** - Política de aleitamento materno e BLH; desenvolvimento de um sistema de informação sobre o tema.
- **Fármacos e Imunobiológicos** - Transferência de tecnologia.
- **Saúde Mental.**
- **Saúde Indígena.**
- **Cirurgias cardíacas.**
- **Tratamento de Queimados.**
- **Diminuição das condições adversas de saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo (particularmente recém-nascidos de baixo peso).**

- **Vigilância Ambiental em Saúde** - Tratamento, controle e monitoramento da qualidade da água, manejo de resíduos sólidos, manejo de substâncias químicas e resíduos contaminantes, programas de melhoria sanitária domiciliar.

- **Geminação de Hospitais** – apoio, por hospital no Brasil, a hospital em outro país, por meio de gestão hospitalar, prontuário eletrônico, intercâmbio de especialistas e fortalecimento institucional.

- **Gestão Participativa.**

#### **4.2 Avanços na cooperação na América do Sul e Caribe**

Entre os avanços estruturantes mais recentes no hemisfério, inclui-se a criação do **Conselho Sul-Americano de Saúde da UNASUL** em 2008. Seu primeiro Plano de Saúde (2011-2015) priorizou vigilância epidemiológica, sistemas universais de saúde, acesso universal a medicamentos, gestão e desenvolvimento de recursos humanos e programa de bolsas de estudo em saúde. A FIOCRUZ veio a ter papel importante nesse processo. Paralelamente, foi promovida articulação com redes latino-americanas de organizações da sociedade civil, com vistas a promover atividades de capacitação em propriedade intelectual, acesso, negociação e legislação na área de medicamentos, promoção e ampliação das ações de prevenção e assistência nas regiões de fronteiras e países amazônicos. Em 2010, foi criado o **Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS/UNASUL)**.

Após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil juntou-se a outros parceiros no estabelecimento do Fundo de Reconstrução do país. Entre os projetos desenvolvidos pelo Brasil, destacou-se a construção, doação e instalação de equipamentos e capacitação de equipes para a gestão de três hospitais de referência.<sup>113</sup> Esses hospitais passaram a constituir a base do sistema público de saúde do país. Encerrado o projeto, o Governo Brasileiro (ABC/MRE e MS) logrou reprogramar os recursos remanescentes para a realização de treinamentos de pessoal e aquisição de equipamentos de proteção e médico-hospitalares relacionados à pandemia da COVID-19, com vistas à realização de diagnósticos relacionados à doença.

Foi de grande impacto na região a cooperação brasileira em Bancos de Leite Humano (BLH – FIOCRUZ). Uma vez consolidado no Brasil, o programa atrairia ampla visibilidade e interesse no exterior. Já em 2003, a OPAS começou a promover as primeiras ações de cooperação com países da América Latina-Caribe, inclusive por meio da realização de congressos técnicos para especialistas. Na Carta de Brasília de 2005, onze países adotaram diretrizes para a instalação de BLH e formação de uma rede latino-americana. Em 2007, foi aprovado Programa Iberoamericano sobre o tema (IBERBLH). Em 2023, o programa encontra-se em execução em 12 países da América Latina, além de Europa e África. Um total de 68 países já foram apoiados.

#### **4.3 Avanços na cooperação na África lusófona e Timor Leste (CPLP)**

Em continuidade aos esforços de capacitação de profissionais em saúde pública, o número de bolsista dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em instituições de ensino brasileiras seria progressivamente incrementado, agregando-se ações do Governo brasileiro de estruturação sustentável das instituições locais visando ao treinamento de pessoal e atendimento a necessidades básicas no campo da saúde pública, em meio aos projetos indicados a seguir.

---

<sup>113</sup> Projeto "Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde do Haiti".

### ***Projetos no âmbito da CPLP***

- Plano Estratégico de Cooperação em Saúde – PECS 2009-16 (construído a partir de anteprojeto apresentado pelo Brasil em 2006 – parceria FIOCRUZ e Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal; a FIOCRUZ vem atuando como entidade assessora do Secretariado Executivo da CPLP nessa temática). Reforço da capacidade institucional e fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde; melhoria das condições de saúde, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materno-infantil e combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças graves.
- Desenvolvimento e consolidação dos Institutos de Saúde (INS). Em anos recentes, a FIOCRUZ vem prestando apoio ao fortalecimento de recursos humanos em saúde pública e à consolidação dos institutos de saúde pública na CPLP. O fortalecimento da iniciativa e-PORTUGUÊS teve como objetivo alavancar os mecanismos de intercâmbio e conhecimentos em língua portuguesa.
- Estruturação da "Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" (RINSP-CPLP), constituída em março de 2011 com vistas ao fortalecimento das respostas e soluções estratégicas dos Sistemas de Saúde Pública dos Estados membros.
- Rede Internacional de Saúde (RINS), Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública (RESP) e da Rede Internacional de Formação de Técnicos em Saúde (RETS) - troca de experiências e aprendizado conjunto acerca de problemas de saúde locais, regionais e globais, de forma cooperativa.
- Criação da "Rede de Escolas Técnicas de Saúde", coordenada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz; fortalecimento da "Rede de Investigação Científica em Saúde Pública na CPLP".
- Complementação da orientação pedagógica para acompanhamento do processo de educação à distância dos técnicos de nível médio desses países.
- Oferecimento de Cursos de Mestrado em Saúde Pública (CMSP) e em Ciências Biomédicas, com ênfase em Laboratórios de Saúde Pública.
- Em anos recentes, a cooperação com os países do grupo passaria a englobar instalação de bancos de leite humano, prevenção e controle de câncer, combate ao HIV/AIDS e segurança alimentar e nutricional. Apoio à instalação de Bancos de Leite Humano (BLH-FIOCRUZ) em Angola, Moçambique e Cabo Verde.
- Curso à Distância (maio de 2022) de Especialização em Saúde Global e Diplomacia da Saúde para CPLP, pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz (CRIS) e o Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (DAPS/ENSP), em parceria com a ABC e co-patrocínio da OPAS, OMS e CPLP.

### ***Projetos bilaterais***

- **Angola:** apoio à formação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSPA).
- **Cabo Verde:** montagem de uma Escola Técnica em Saúde e a aplicação de curso de doutorado em saúde pública.
- **Guiné Bissau:** em curso projetos de estabelecimento de Escola Técnica em Saúde e de um Instituto Nacional em Saúde.



- **Moçambique:** criação da Escola Nacional de Saúde Pública, apoio às graduações existentes na área da saúde (medicina, farmácia e enfermagem) e criação do curso de odontologia.

- Instalação, pelo Brasil, de uma fábrica de medicamentos (o maior projeto de cooperação desenvolvido até então pelo governo brasileiro). Em 2007, a Fiocruz inaugurou escritório regional em Moçambique, com vistas a contribuir, através de Farmanguinhos, na consolidação da mencionada fábrica, vinculada ao Ministério da Saúde daquele país. Colaborou também na criação de uma Escola Politécnica e montou programa de mestrado e de doutorado em ciências de saúde. Implantou o centro de tele-saúde, biblioteca e Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.

- **São Tomé e Príncipe:** No âmbito do projeto “Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose de São Tomé e Príncipe”, foi construído pelo Brasil e inaugurado em janeiro de 2018 o primeiro Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose (LNR-TB), infraestrutura única no país, com nível de biossegurança necessário para diagnóstico da tuberculose. O projeto contempla também ações de formação de multiplicadores, especialmente no que tange ao manejo e à gestão laboratorial. Em 2020, o Laboratório passou a ser utilizado também para detecção e diagnóstico da infecção pelo coronavírus, diagnóstico do HIV e de outras enfermidades tais como o “HPV” e a Influenza.

- **Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste:** compromisso brasileiro (2005) de prover aos pacientes inseridos nos critérios de elegibilidade todos os medicamentos anti-retrovirais nacionalmente produzidos.

#### **4.4 Estabelecimento de parcerias trilaterais**

À medida que se ampliou a demanda ao Brasil por cooperação em saúde e o leque de áreas temáticas de interesse, expandiram-se também as oportunidades de envolvimento de outros parceiros. Entre os parceiros nacionais na esfera de saúde, destacou-se a parceria entre o Brasil e a Alemanha e Reino Unido. Entre as organizações internacionais, destacam-se OPAS, UNAIDS, OIT, FAO, PMA, UNFPA, ONUMA, PNUD, UNODC, OTCA, IICA/OEA, UNICEF, UNESCO, OMPI, SEGIB, Fundação Ford e *Centers for Disease Control (CDC)*, entre outros.

A cooperação trilateral vem se tornando, em anos recentes, uma prática cada vez mais presente, sempre mantendo o caráter de cooperação horizontal. Tem gerado dividendos e vantagens comparativas do ponto de vista político, operacional e financeiro: somam-se os recursos financeiros aportados de diferentes fontes; as ações são otimizadas e tornadas mais eficientes, com a redução substantiva de ações paralelas e concorrentes. No caso do Brasil, congregam-se, de um lado, suas vantagens comparativas em termos de afinidade cultural, diversidade étnica, solidariedade e disponibilidade de tecnologias melhor adaptadas às realidades dos países beneficiados e, de outro, as vantagens comparativas dos organismos internacionais ou dos países doadores tradicionais (recursos financeiros, estrutura logística), além da experiência acumulada e conhecimentos específicos no caso das organizações internacionais.

#### **4.5 Projetos em áreas correlatas, com impacto direto sobre a saúde**

Em anos recentes, passaram a ser incluídas nos projetos de cooperação do Brasil e de outros países áreas com consequências diretas para a saúde, ainda que não configurem ações na área de medicina. Estas áreas já estão de tal forma consolidadas na pauta de cooperação internacional que passaram a ser referidas em inglês pelo seu acrônimo WASH – Water,

Sanitation and Hygiene (água, saneamento e higiene). Inclui um conjunto de ações de disponibilização de água potável para consumo (construção de tanques de tratamento e demais estruturas) e toda a infraestrutura geral de saneamento.

Projetos nessa área contribuem diretamente para a prevenção da ocorrência de cólera, diarreia e outras doenças, com impacto direto na saúde humana. O Brasil tem trabalhado em uma série de projetos de cooperação nesta área, a exemplo de programa em curso envolvendo Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/Ministério da Saúde) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de instalação de sistema de saneamento condominial e gestão de resíduos sólidos com empreendedorismo local em Angola.<sup>114</sup>

Também têm influência direta na saúde a segurança alimentar e nutricional. Programas nessa área vêm sendo desenvolvido pela Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Atenção Primária à Saúde (Ministério da Saúde) e Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA Brasília), em benefício de países sul-americanos. Têm como objeto o combate à má nutrição em escolares, mediante o compartilhamento de boas práticas. Na mesma linha opera o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FNDE\MEC), hoje compartilhado com países no hemisfério, África e outras regiões, pelo qual se busca fornecer aos alunos da rede pública alimentação balanceada, saudável e livre de agrotóxicos.

## 5. Parcerias

Para o desenvolvimento das numerosas ações da hoje denominada diplomacia da saúde, o MRE/ABC vem contando, entre os seus principais parceiros nacionais, com o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o EBSEHR/MEC, secretarias estaduais de saúde e faculdades públicas de medicina, além de outros parceiros para projetos específicos. Graças à expertise e ampla experiência desses órgãos, a cooperação brasileira tem projeção e excelência mundialmente reconhecida. Em coordenação estreita com esses parceiros, a Agência Brasileira de Cooperação do MRE, por sua vez, tem exercido papel de coordenação diplomática, representação, negociação multilateral e elaboração de um discurso próprio de política externa no campo da cooperação, coordenando essas ações implementadas pela rede de Embaixadas brasileiras no exterior. Graças a essa parceria, o Brasil tem logrado projetar para além de suas fronteiras os principais resultados de suas políticas de saúde.

Na área externa, ONU, OMS, OPAS e diversos outros organismos internacionais mencionados, organizações regionais e países ao longo do texto têm sido atores fundamentais nessa agenda política de intercâmbios, interagindo entre os planos local e global. Por meio da cooperação trilateral, conta-se ainda com a parceria de número crescente de países, com os quais o Brasil soma esforços para atuação externa. Trata-se, aqui, de uma rede de parcerias crescentemente complexa e eficaz.

---

<sup>114</sup> O detalhamento do projeto indica o objetivo de “contribuir para melhoria da qualidade de vida comunitária de assentamento urbano de baixa renda através da capacitação e implementação do sistema de esgoto sanitário simplificado, gestão de resíduos, promoção de ações que visam a melhoria da saúde pública e higiene na comunidade no município de Viana.”

## 6. Estatísticas

A título de amostragem, comparam-se dados estatísticos da cooperação prestada pelo Brasil com intervalo de duas décadas.

Em 2003, o Brasil prestou cooperação em 41 projetos na área de saúde (31% do total<sup>115</sup>), em 21 países (em um total de 133 projetos em diferentes áreas).

2003 - Regiões\Países receptores dos projetos de cooperação do Brasil em saúde	
Nr. projetos	Países beneficiados
África - PALOP (10)	Angola (2), Cabo Verde (1), Guiné-Bissau (1), Moçambique (5), São Tomé e Príncipe (1) – 5 países
América Central e Caribe (17)	Costa Rica (1), Cuba (5), El Salvador (3), Guatemala (1), Haiti (1), Honduras (2), Panamá (2), República Dominicana (2) – 8 países
América do Norte (3)	México (3) – 1 país
América do Sul (10)	Bolívia (1), Equador (2), Peru (3), Suriname (1), Uruguai (2), Venezuela (1) – 6 países
Ásia (1)	Myanmar (1) – 1 país
<b>Total: 41 projetos</b>	<b>Total: 21 países</b>

Em 2023, o Brasil prestou cooperação em 31 projetos na área de saúde, para 16 países. Recebeu cooperação em saúde por meio de 18 projetos.

2023 - Regiões\Países receptores dos projetos de cooperação do Brasil em saúde	
Nr. projetos	Países beneficiados
África - PALOP (14)	Angola (5), Cabo Verde (2), Guiné-Bissau (1), Moçambique (5), São Tomé e Príncipe (1) – 5 países
América Central e Caribe (11)	El Salvador (4), Guatemala (1), Haiti (1), Honduras (3), Nicarágua (1), República Dominicana (1) – 6 países
América do Sul (5)	Colômbia (1), Equador (1), Paraguai (1), Peru (2) – 4 países
Ásia (1)	Myanmar (1) – 1 país
<b>Total: 31</b>	<b>Total: 16 países</b>

Observa-se, neste período, a continuidade de todos os países africanos de língua portuguesa no rol de beneficiados, diversamente do que ocorre com os países da América Latina e Caribe. Em alguns países, a redução do número de projetos reflete o fim de ciclos de capacitação em determinadas áreas.

## 7. Novas frentes de atuação

Encerrada a fase mais crítica do enfrentamento à pandemia da COVID-19, foi possível retomar-se de forma plena a agenda brasileira de cooperação internacional. Nesse cenário, são muitas as frentes que se abrem e que merecem ser amplamente exploradas.

Em termos geográficos, conta-se ainda com grande potencial de ampliação da cooperação brasileira com os países amazônicos, tema incluído no calendário da Cúpula da

<sup>115</sup> As demais áreas de cooperação prestada foram agricultura, com 29 projetos (22% do total); e em educação e desenvolvimento social, com 10 projetos (7,5% do total).

Amazônia (2023).<sup>116</sup> Da mesma forma, há forte potencial de aproximação nesta esfera com os países da África não pertencentes à CPLP<sup>117</sup>, Caribe e América Central, além de países de menor desenvolvimento relativo e pequenos estados insulares.<sup>118</sup>

No recorte temático, abrem-se novos espaços, por exemplo, para a Saúde Digital (Telessaúde), que se tornou objeto de nova unidade no Ministério da Saúde em 2023, com o mandato de explorar recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para uma série de avanços previstos. Também a Telemedicina tem o potencial de se tornar ferramenta de ampliação do atendimento, especialmente em regiões mais distantes dos centros urbanos. Estes temas são meramente exemplificativos do potencial que se abre a partir dos avanços verificados na inclusão digital em resposta ao distanciamento social ditado durante os anos da recente pandemia.

Um aprendizado adicional com a pandemia foi a necessidade de dar-se maior atenção à preparação para futuras crises de saúde pública, no âmbito interno e global. Conforme verificado, o início da pandemia causou pressão e choques nos sistemas de saúde de todo o mundo, inclusive em países com amplos recursos disponíveis. No Brasil, o pilar no enfrentamento à pandemia foi o Sistema Único de Saúde (SUS) que, uma vez mais, provou sua relevância fundamental. Nesse contexto, estão em curso iniciativas visando a facilitar as operações humanitárias, a exemplo da disponibilização de Centros Logísticos Regionais de Assistência Humanitária para o depósito de remédios e alimentos, com vistas à sua rápida distribuição em momentos de crise.<sup>119</sup>

## 8. Considerações finais

Retorna-se aqui a um episódio mencionado no início deste texto – a inclusão do Brasil no comitê pioneiro de saúde criado no hemisfério, por ocasião da Primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos em 1889-1890, nos tempos inaugurais da República. Verifica-se que, já naquela época, o Brasil era atraído pelo chamado à coordenação com outros países, ciente de teria algo a contribuir, receber e aprender conjuntamente com os parceiros hemisféricos. Esse espírito se manteria de forma contínua ao longo da nossa história, mesmo a partir dos muitos avanços internos logrados, da construção e acúmulo de extenso acervo de conhecimentos e de experiências pelas inúmeras instituições nacionais competentes.

A saúde segue sendo, hoje, tema fundamental na agenda de cooperação técnica internacional. Seu destaque especial no conjunto da cooperação brasileira justifica o termo recentemente cunhado – diplomacia da saúde. A saúde é hoje compreendida como fruto do desenvolvimento econômico, político e social: não há desenvolvimento sem saúde e nem saúde sem desenvolvimento. O Brasil, pela estreita parceria desenvolvida entre o MRE e os órgãos nacionais especializados, reiteradamente mencionados ao longo do texto, tem hoje o privilégio de configurar entre os principais difusores da cooperação técnica em saúde no mundo em desenvolvimento. Isso se deve, em grande medida, ao trabalho acumulado por várias gerações

---

<sup>116</sup> Belém, 4 a 9 de agosto de 2023.

<sup>117</sup> Estão em curso preparativos para missão interministerial coordenada pela ABC ao Centro de Controle de Doenças - CDC da União Africana, prevista para setembro de 2023.

<sup>118</sup> Prioridades listadas no Discurso do Embaixador *Mauro Vieira* por ocasião da *posse* no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores - Brasília, 2 de janeiro de 2023.

<sup>119</sup> Foram previstos centros no Panamá, Acra, Gana, Brindisi, Dubai, Kuala Lumpur e Espanha. Os usuários serão o Depósito de Resposta Humanitária das Nações Unidas (UNHRD), a Federação Internacional da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho.

de profissionais de diversas áreas, aos quais se rende aqui a merecida homenagem. Sua expertise, capacidade de absorção de conhecimentos externos e de criação, a partir desse caudal, de soluções inovadoras para problemas dos países em desenvolvimento – todo esse conjunto de fatores permitiu que o Brasil viesse a se consolidar como ator influente no cenário internacional da saúde. Sua participação ativa muito tem contribuído para a correção de assimetrias sociais e econômicas em outros países do Sul Global. Nesse contexto, compreende-se o motivo de a CSS ter-se tornado referencial da política de cooperação técnica internacional do Governo brasileiro – trata-se da nossa “diplomacia solidária”.

## União Africana no G20 e Ucrânia na OTAN?

### *African Union in the G20 and Ukraine in NATO?*

**Pedro Burger**

**Paulo Esteves**

**Thaiany Medeiros Cury**

**Vitória Kavanami**

**Nina Bouqvar**

**Abstract. G20** - *The fortnight at the G20 was shaped by two main events: the Research and Innovation Ministers' Meeting and the Sherpas meeting. The first event emphasised open research and technology transfer. The second advanced the Leaders' Declaration, emphasising the AU's accession, and prompted reflections on the forum's role, scope and limitations. G7: G7 members signed a joint declaration launching negotiations on bilateral and long-term commitments with Ukraine to deter Russian attacks and promote the country's economic reconstruction and infrastructure. G7 finance chiefs to meet July 16, will discuss Ukraine and global taxation. OECD: The OECD has published a series of studies highlighting uncertainties about agricultural production and food security over the next decade. On the labour front, the Organisation analysed and offered recommendations on the impact of Artificial Intelligence on employment. Finally, according to the Organisation, the final communiqué of the working group with the G20 on tax erosion showed significant progress towards a reform of the international tax system."*

**Keywords:** *G20; Development; Research&Innovation; Ukraine, G7, NATO; OECD; food security, future of employment and international taxation.*

**Resumo. G20** - *A quinzena no G20 foi marcada por dois eventos principais: o Encontro dos ministros da Pesquisa e Inovação e a reunião dos Sherpas. O primeiro evento deu ênfase à pesquisa aberta e a transferência de tecnologia. O segundo, avançou a Declaração dos Líderes, com destaque para o Ingresso da UA, e suscitou reflexões sobre o papel, os alcances e limitações do fórum. G7 - Membros do G7 emitem uma declaração conjunta em que firmam compromissos bilaterais e de longo prazo com a Ucrânia a fim de dissuadir os ataques russos e promover a reconstrução econômica e a infraestrutura do país. Encontro e agenda dos ministros das finanças do G7 em 16 de julho vai discutir Ucrânia e taxa global de impostos. OCDE: A OCDE publicou uma série de estudos que destacam as incertezas quanto à produção agrícola e segurança alimentar na próxima década. No terreno do trabalho, a Organização analisou e ofereceu recomendações acerca do impacto da Inteligência Artificial sobre o emprego. Finalmente, de acordo com a Organização, o comunicado final do grupo de trabalho com o G20 sobre a erosão fiscal, apresentou significativo progresso na direção de uma reforma do sistema tributário internacional".*

**Palavras-chave:** *G20; Desenvolvimento; Pesquisa&Inovação; Ucrânia, G7, Otan; OCDE; segurança alimentar, futuro do emprego e tributação internacional.*

## Desafios e limitações do G20

Entre os dias 4 e 5 de julho Ministros de Pesquisa e Inovação do G20 reuniram-se em Mumbai, na Índia. Além do Encontro de Ministros a cidade recebeu também a Cúpula de Iniciativas em Pesquisa e Inovação (RIIGS, na sigla em inglês)<sup>120</sup>. Essas reuniões reuniram 107 delegados dos países membros do Grupo e convidados externos, avançando em discussões prévias e reafirmando o papel crucial da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para tanto, quatro áreas prioritárias foram abordadas: (i) materiais para energia sustentável; (ii) bioeconomia circular; (iii) eco-inovações para a transição energética; e (iv) economia azul<sup>121</sup>.

Mantendo o saldo positivo e seguindo o mesmo resultado das reuniões abordadas no último Informe, as quais contaram com a publicação de comunicados em quase total unanimidade, a despeito de parágrafos que abordaram o conflito na Ucrânia, o referido encontro terminou de maneira bem-sucedida com a publicação de uma declaração contendo os principais resultados. O documento enfatizou alguns pontos chave, como o compromisso de impulsionar programas de mobilidade entre instituições de pesquisa e ensino superior; a relevância de mudanças nas cadeias de suprimento para atender os parâmetros de segurança alimentar; e a necessidade de uma maior capacitação no monitoramento e coordenação internacional para alcançar os objetivos de uma economia sustentável dos oceanos. Os ministros do G20 também expressaram apoio à prática de “ciência aberta”, que faz referência a medidas que possibilitam o amplo acesso e disseminação do conhecimento para a sociedade, mas com a devida atenção para a mitigação de riscos que envolvam a exploração injusta ou distorção de conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades locais<sup>122</sup>.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Luciana Santos defendeu a inovação aberta como meio para atingir um desenvolvimento justo e sustentável. Seguindo essa linha, Santos reforçou que durante a gestão brasileira do bloco um dos focos será justamente a redução das desigualdades e assimetrias, dando ênfase na questão da transferência de tecnologia em condições favoráveis para os países em desenvolvimento<sup>123</sup>. Em razão da pandemia da COVID-19 e dos problemas decorrentes de uma desigualdade na produção e no acesso a medicamentos e vacinas, esse tema tem ganhado ainda mais centralidade nos debates internacionais que envolvem a quebra de patentes. Além disso, outras pautas abordadas pela ministra foram a importância do aprofundamento do debate sobre descarbonização da economia, transição energética, direito à saúde e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

---

<sup>120</sup> Mumbai to host the G20 Research and Innovation Initiative Gathering (RIIG) Summit and Research Ministers' Meeting from July 4-5, 2023. **G20**. 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/riig-mumbai/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>121</sup> G20 Research Ministers resolve to transform research and innovation systems to address the challenges of tomorrow. **G20**. 05 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/g20-ris/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>122</sup> G20 Research Ministerial Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 05 jul. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/G20\\_Research\\_Ministerial\\_ODCS.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Research_Ministerial_ODCS.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>123</sup> Ministra defende transferência de tecnologia para países em desenvolvimento durante reunião do G20 na Índia. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. 06 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/07/ministra-defende-transferencia-de-tecnologia-para-paises-em-desenvolvimento-durante-reuniao-do-g20-na-india>. Acesso em: 15 jul. 2023.

O fortalecimento da cooperação multilateral e o uso da diplomacia científica para enfrentar os desafios globais de igual modo foram ressaltados.

**Imagem 1:** Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, no Encontro dos Ministros de Pesquisa e Inovação do G20



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, 2023.

Na esteira desses acontecimentos, outra ocasião de destaque foi a 3ª Reunião dos *Sherpas* do G20 que ocorreu nos dias 13 a 16 de julho em Hampi. O intuito do encontro foi avançar no esboço da declaração a ser adotada na Cúpula do G20 que ocorrerá em setembro, na capital indiana. Os principais pontos negociados seguiram os eixos temáticos delimitados pela presidência da Índia: (i) desenvolvimento verde, finanças climáticas, estilo de vida sustentável (LiFE, na sigla em inglês); (ii) crescimento acelerado, inclusivo e resiliente; (iii) acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); (iv) transformação tecnológica e infraestrutura pública digital; (v) instituições multilaterais para o século XXI; e (vi) desenvolvimento liderado por mulheres<sup>124</sup>.

De acordo com fontes locais, a inclusão da União Africana (UA) no grupo é uma das principais adições ao texto da declaração, tendo em vista o aceno positivo dos membros a essa proposta nos últimos meses. Outros pontos apurados são a iniciativa de um pacto para o desenvolvimento sustentável, que inclui o fornecimento de financiamento climático e da

<sup>124</sup> Curtain-Raiser Press Release on 3rd G20 Sherpas' Meeting, Hampi. **G20**. 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/july-2023/curtain-raiser-hampi/>. Acesso em: 15 jul. 2023.



transição energética; a reforma de instituições financeiras multilaterais para garantir o fluxo de capitais para mercados emergentes; regulamentações para combater a corrupção e ordenar o uso de ativos criptográficos; e um novo plano de ação para acelerar o progresso dos ODS até 2030<sup>125</sup>. Já em relação ao conflito na Ucrânia, os parágrafos que abordam diretamente à situação parecem estar suspensos, na ausência de consenso entre os membros<sup>126</sup>.

Em conferência realizada para a imprensa no primeiro dia do encontro, o *sherpa* indiano, Amitabh Kant, informou que o foco da atual gestão está em finalizar os pontos do documento referentes a tópicos econômicos e de desenvolvimento, deixando as questões “contenciosas” para depois. O *sherpa* ainda frisou que o G20 não é um fórum para discutir questões de segurança e que os esforços para negociar a paz entre a Rússia e a Ucrânia estão além do mandato do bloco e devem ser realizados pelas Nações Unidas e por meio de negociações bilaterais<sup>127</sup>. É importante salientar que desde fevereiro tanto a Rússia quanto a China se opõem a assinar documentos que façam referência direta ao conflito e, por essa razão, a maioria das declarações feitas durante a presidência indiana possuem cláusulas nesses parágrafos. Na ausência de entendimentos sobre o tema, existe o risco de, pela primeira vez na história, o G20 emitir apenas uma declaração do presidente que não seria endossada pelos demais países.

Diante desse cenário controverso o próprio escopo dos debates no interior do fórum torna-se objeto de debate. E, muito provavelmente, a presidência brasileira vai herdar esse debate. De um lado, temos questões que apontam para a necessidade de trazer a agenda geopolítica para o fórum: Em meio às diversas crises sistêmicas que enfrentamos nesse momento, faz sentido limitar o G20 à agenda estritamente econômica, deixando de lado questões geopolíticas? É possível alcançar resultados econômicos e de desenvolvimento ignorando a geopolítica? De outro lado, diante do real veto à resoluções que façam referência ao conflito na Ucrânia por parte de alguns membros, particularmente China e Rússia, duas questões se colocam: Por que potências ocidentais insistem na inserção de vocabulário crítico à Rússia, mesmo sabendo que será objeto de veto? Na hipótese de inviabilização de um comunicado consensual, ou da eventual recusa da Rússia e da China de assiná-lo, qual seria a relevância do grupo? Finalmente, qual é o papel e a relevância que essas potências atribuem ao G20?

Esse conjunto de perguntas convida à reflexão acerca da justa medida para lidar com essas questões. Por um lado, a gestão da Indonésia adotou uma postura bem mais próxima da condenação da invasão do território ucraniano, algo sugerido na Declaração de Bali. Por outro, a presidência indiana parece seguir um caminho de maior neutralidade, utilizando um novo discurso e criando um distanciamento do tema. A despeito de qual seja a forma correta de lidar com o assunto, o que parece errôneo nesse contexto é ignorar que as crescentes questões geopolíticas têm impactos diretos sobre o papel do G20 e sua relevância.

---

<sup>125</sup> Ukraine war not our creation, or priority, says Amitabh Kant as G20 sherpas meet. **The Hindustan Times**. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/g20-sherpas-focus-on-economic-growth-and-digital-transformation-at-meeting-in-hampi-india-101689260645125.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>126</sup> Ukraine war not a priority of G-20 presidency, says India. **The Hindu**. 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/ukraine-war-is-not-our-priority-indian-g-20-sherpa-amitabh-kant/article67076674.ece>. Acesso em: 15 jul. 2023.

<sup>127</sup> India's G20 sherpa says brokering peace between Ukraine, Russia beyond bloc's remit. **Reuters**. 15 jul. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/indias-g20-sherpa-says-brokering-peace-between-ukraine-russia-beyond-blocs-remit-2023-07-15/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

## Novos compromissos com a Ucrânia no âmbito do G7 e da Otan.

Nos últimos dias 11 e 12 de julho ocorreu a 2ª cúpula da Otan, em Vilnius, Lituânia. Após o encontro, os líderes do G7 emitiram uma declaração conjunta em apoio à Ucrânia<sup>128</sup>. O objetivo principal é sustentar a posição da Ucrânia ao acenar para a reconstrução de sua economia e infraestrutura e, ainda, dissuadir futuros ataques russos. No entanto, a expectativa de Volodymyr Zelensky era mais que o apoio, mas se juntar ao grupo, como fizeram Suécia e Finlândia na última cúpula da Otan, na cidade de Madri, em 2022. Não houve a adesão à aliança militar, mas em comunicado emitido no dia 11 de julho, o grupo reforçou que “o futuro da [Ucrânia](#) está na Otan”, sem dizer quando ocorreria a adesão do país em guerra. Tamanha insistência de Zelensky se deve ao objetivo de invocar o artigo 5º do tratado da Otan que consagra o princípio da defesa coletiva, ou seja, um ataque a um membro é um ataque a todos os outros 31 países membros<sup>129</sup>. Essa declaração foi feita apenas uma vez na história em consequência ao 11 de setembro.

O secretário de Defesa do Reino Unido, Ben Wallace, disse à CNN que tão logo o conflito termine “devemos estar preparados o mais rápido possível para trazer a Ucrânia para a Otan”<sup>130</sup>. Mensagem entendida por Zelensky que, em coletiva de imprensa, afirma reconhecer a impossibilidade de adesão enquanto a guerra perdurar. No entanto, o presidente ucraniano pede ao menos um cronograma, por parte da Otan, de quando a Ucrânia seria incluída. Segundo Zelensky, a falta de um cronograma enfraquece as negociações com a Rússia, significando “motivação para continuar seu terror”<sup>131</sup>. O comunicado emitido em Vilnius, segundo a CNN, foi à público mais tarde do que o esperado, às 18h40 (horário local). O motivo para o atraso se deu na escolha da linguagem para amenizar os desacordos entre os membros da Otan entre ceder à demanda de um cronograma claro ou se manter ambíguos, nesse caso a Alemanha e EUA. Segundo o comunicado da aliança: “estaremos em posição de estender um convite à Ucrânia para se juntar à aliança quando os aliados concordarem e as condições forem atendidas.”

Ainda, de acordo com o comunicado conjunto, uma concessão foi feita à Ucrânia no que tange ao processo de admissão à aliança. O *Membership Action Plan (MAP)* é um plano de ação voltado para reformas econômicas, de defesa e segurança que os países devem adotar ao ingressar na Otan. Foi permitido à Ucrânia que não precisasse apresentar o MAP tornando, assim, o processo mais rápido. No entanto, essa concessão não significa que a Ucrânia deixe de seguir um programa de reformas “que ressalte seus compromissos com a democracia, o estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e as liberdades de mídia, e coloque sua economia em um caminho sustentável”. Vale destacar que a declaração da Otan muda seu tom quando, em comparação com a declaração anterior de 2022, usa uma linguagem que não mais pensa a possibilidade da Ucrânia entrar na aliança, mas agora pensa quando se dará a entrada.

---

<sup>128</sup> JOINT DECLARATION OF SUPPORT FOR UKRAINE. 2023. Documento disponível na íntegra em: [https://static.poder360.com.br/2023/07/Joint\\_Declaration\\_of\\_Support\\_for\\_Ukraine.pdf](https://static.poder360.com.br/2023/07/Joint_Declaration_of_Support_for_Ukraine.pdf). Acesso: em 16/07/2023.

<sup>129</sup> In message to Russia, G7 unveils security pledge for Ukraine . REUTERS. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/sending-message-russia-g7-announce-long-term-security-assurances-ukraine-2023-07-12/>. Acesso: em 16/07/2023.

<sup>130</sup> Análise: o que Zelensky conseguiu da Otan após cúpula na Lituânia? CNN. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-o-que-zelensky-conseguiu-da-otan-apos-cupula-na-lituania/>. Acesso: em 16/07/2023.

<sup>131</sup> G7 countries sign declaration outlining long-term security guarantees for Ukraine. CNBC. 2023. Disponível em: <https://www.cnn.com/2023/07/12/g7-announces-long-term-security-guarantees-for-ukraine.html>. Acesso em: 16/07/2023.

Conclusão que pode ser tirada do seguinte trecho: “Esse esforço será levado adiante enquanto a Ucrânia busca uma trajetória para sua futura adesão à comunidade euro-atlântica.”

No que tange à atitude de deter futuros ataques russos, o comunicado conjunto prevê a oferta de equipamentos militares modernos, treinamento, compartilhamento de inteligência e defesa cibernética à Ucrânia que, em troca, se comprometeria a aperfeiçoar as medidas de governança, por meio de reformas judiciais e econômicas e maior transparência. Ainda, apoio no desenvolvimento da base industrial de defesa ucraniana e sua segurança energética. No mais, em caso de futuros ataques, os países da aliança consultarão a Ucrânia a fim de determinar os próximos passos em conjunto. Em resposta, o Kremlin afirmou que os países ocidentais estariam interferindo na segurança da Federação Russa<sup>132</sup>. A grande preocupação é que agora que os países escandinavos fazem parte da aliança, suas fronteiras fiquem mais vulneráveis.



Fonte: Artur Widak | Nurphoto | Getty Images

No momento de elaboração do informe, em 16 de julho, os chefes de finanças do G7 se reunirão para discutir apoio financeiro à Ucrânia, reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e tributação global. Em paralelo, o G20 discutirá a economia global, segurança da saúde, finanças e infraestrutura sustentáveis, arquitetura financeira global, reforma tributária global e finanças inclusivas. O ministro das finanças do Japão, Shunichi Suzuki, saudou o acordo firmado a partir de uma colaboração entre a OCDE e o G20, o grupo “*Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting*” (BEPS), onde é feito um progresso significativo em direção a uma grande reforma tributária global<sup>133</sup>. A partir disso, mais de 140 países devem começar a implementar no próximo ano um acordo de 2021 que revisa regras sobre como os governos tributam as multinacionais, regras essas consideradas desatualizadas.

<sup>132</sup> ‘Very dangerous’: Russia slams G7 security assurances to Ukraine. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/7/12/the-kremlin-slams-g7-announcement-of-security-guarantees-to-kyiv>. Acesso em: 16/07/2023.

<sup>133</sup> G7 finance chiefs to meet July 16, will discuss Ukraine, global taxation, Japan's finance minister says. REUTERS. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/g7-finance-chiefs-meet-july-16-japan-finance-minister-2023-07-14/>. Acesso em: 16/07/2023.

## OCDE: Incertezas na agricultura e segurança alimentar e os impactos da Inteligência Artificial sobre empregos em países membros

O lançamento do “*OCDE-FAO Agricultural Outlook 2023-2032*”<sup>134</sup>, ofereceu projeções de mercado para as principais *commodities* agrícolas, biocombustíveis e peixes. O relatório sublinha a incerteza gerada com tensões geopolíticas, tendências climáticas adversas e doenças de animais e plantas sobre a segurança alimentar da população mundial. As organizações preveem uma taxa média de crescimento da produção anual de 1,1% nos próximos anos, e de 1,3% do consumo total de alimentos, indicando então um aumento na parcela de *commodities* agrícolas usadas como alimento<sup>135</sup>.

Na esteira desse relatório, as organizações lançaram uma série de estudos com temáticas conexas. Entre esses estudos, destacamos:

(i) “*OECD-FAO Business Handbook on Deforestation and Due Diligence in Agricultural Supply Chains*”<sup>136</sup>. Pretende facilitar o alinhamento de empresas com os principais padrões internacionais e considerações sobre desmatamento e degradação florestal em seus procedimentos de devida diligência (*due diligence*) corporativa.

(ii) “*Understanding the impact of consumer-oriented assurance schemes*”<sup>137</sup>. Analisa o panorama dos programas de garantia de qualidade (certificações e rótulos) existentes no setor agroalimentar.

(iii) “*Climate change adaptation policies to foster resilience in agriculture*”<sup>138</sup>. O artigo analisa, a partir de relatórios da UNFCCC, os programas nacionais de adaptação às mudanças climáticas adotados por países da OCDE e sua contribuição para o desenvolvimento e o fortalecimento da resiliência da agricultura.

---

<sup>134</sup> O relatório é produto da cooperação entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Baseando-se em contribuições de países membros e organizações internacionais de *commodities*, a pesquisa fornece, então, um panorama agrícola, com projeções para os próximos dez anos acerca de *commodities* agrícolas e mercado de pescados nos níveis nacional, regional e global. O relatório aponta tendências do setor agroalimentar mundial e se apresenta como uma referência para análise e planejamento de políticas. Ademais, a edição deste ano também fornece estimativas aprimoradas sobre o consumo de alimentos ao incorporar, pela primeira vez, métodos de cálculo para estimar a perda e o desperdício de alimentos. OCDE; FAO. *OECD-FAO Agricultural Outlook 2023-2032* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://doi.org/10.1787/08801ab7-en>

<sup>135</sup> Production growth to slow in step with population, while geopolitical tensions, climate change, animal and plant diseases and price volatility of critical farming inputs pose long-term uncertainty. 2023 Jul 12 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/production-growth-to-slow-in-step-with-population-while-geopolitical-tensions-climate-change-animal-and-plant-diseases-and-price-volatility-of-critical-farming-inputs-pose-long-term-uncertainty.htm>

<sup>136</sup> OCDE; FAO. *OECD-FAO Business Handbook on Deforestation and Due Diligence in Agricultural Supply Chains* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://doi.org/10.1787/c0d4bca7-en>

<sup>137</sup> Deconinck K, Hobeika M. Understanding the impact of consumer-oriented assurance schemes: A review of voluntary standards and labels for the environmental sustainability of agri-food products. *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers* [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14] 2023:220. Available from: <https://doi.org/10.1787/af917674-en>

<sup>138</sup> Cobourn K. Climate change adaptation policies to foster resilience in agriculture. *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers* [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14] 2023:202. Available from: <https://doi.org/10.1787/5fa2c770-en>

(iv) “Guidelines for the development of an OECD farmland habitat biodiversity indicator”<sup>139</sup>. Com base na experiência de países membros a OCDE sugere diretrizes para indicadores para o monitoramento da biodiversidade em terras agrícolas.

No que concerne ao sistema tributário internacional, no dia 11 de julho, 138 membros do grupo “*Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting*” (BEPS), uma colaboração entre a OCDE e o G20 e que representam mais de 90% do PIB mundial, emitiram uma Declaração Final (*Outcome Statement*, em inglês) que reconhece o progresso significativo feito e permite que países e jurisdições avancem com o que é considerado uma reforma histórica e importante do sistema tributário internacional<sup>140</sup>. Tal declaração é resultado de 20 meses de intensas negociações técnicas e discussões acerca de arranjos de aplicação realizadas por representantes e delegações para dar continuidade ao trabalho de implementação da proposta da “Solução de Dois Pilares” e o compromisso com todas as jurisdições (pequenas e grandes, em desenvolvimento e já desenvolvidas). Para o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, o acordo representa a efetividade do diálogo multilateral e cooperativo, mesmo com os entraves e contrapartidas que permeiam e complicam sua produção.

É válido ressaltar que a política dos dois pilares tem como seu objetivo principal assistir ao enfrentamento dos desafios decorrentes da digitalização da economia, além de, alegadamente, prover uma maior estabilidade no ecossistema tributário internacional e garantir uma distribuição supostamente mais justa dos lucros e dos direitos tributários entre países e jurisdições com relação às maiores empresas multinacionais do mundo.

Finalmente, foi lançado o relatório “*OECD Employment Outlook 2023*”, análise anual de empregos e trabalho nos países da OCDE e suas tendências, desenvolvimentos de políticas e perspectivas<sup>141</sup>. A edição atualizada do estudo se concentra, em particular, na evolução da demanda de mão de obra e na escassez generalizada, bem como na evolução dos salários em tempos de alta inflação e políticas relacionadas e discute, em especial, o impacto da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho – em uma perspectiva prévia ao explosivo surgimento de IA generativas como o ChatGPT e seus efeitos consequentes, devido ao período em que a pesquisa foi realizada<sup>142</sup>.

Mesmo assim, é entendido no estudo que o progresso da IA tem sido tal que, em muitas áreas, seus resultados se tornaram quase indistinguíveis dos humanos e o cenário continua a mudar rapidamente, combinado com a queda dos custos de desenvolvimento e adoção de sistemas de IA, o que sugere que os países da OCDE (e outros também) podem estar à beira de uma revolução tecnológica que pode mudar fundamentalmente o local de trabalho e sua dinâmica. Por exemplo, os empregos com maior risco de serem automatizados representam 27% da força de trabalho em média nos países participantes da OCDE e ocupações de alta

---

<sup>139</sup> Lankoski J, Cobourn K. Guidelines for the development of an OECD farmland habitat biodiversity indicator. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14] 2023:220. Available from: <https://doi.org/10.1787/18156797>

<sup>140</sup> OCDE. 138 countries and jurisdictions agree historic milestone to implement global tax deal. OCDE [Internet]. 2023 Jul 12 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/138-countries-and-jurisdictions-agree-historic-milestone-to-implement-global-tax-deal.htm>

<sup>141</sup> OCDE. OECD Employment Outlook 2023: Artificial Intelligence and the Labour Market [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://doi.org/10.1787/08785bba-en>

<sup>142</sup> Reuters. Inteligência artificial pode acabar com 27% dos empregos em países da OCDE. CNN Brasil [Internet]. 2023 Jul 11 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/iinteligencia-artificial-pode-acabar-com-27-dos-empregos-em-paises-da-ocde/>

qualificação, apesar de mais expostas ao progresso da IA, correm menor risco de tal automação<sup>143</sup>. Empregos de baixa e média qualificação identificados como mais vulneráveis são os encontrados nos setores de construção, agricultura, pesca e silvicultura e, em menor escala, produção e transporte.

Ademais, embora haja muitos benefícios potenciais nos avanços da IA, o relatório sublinha que há também riscos significativos que precisam ser abordados urgentemente pelos países, destacando a necessidade do diálogo com a sociedade e setores envolvidos para a formulação e implementação de políticas nesse período de transição, apesar da incerteza sobre a evolução de curto e médio prazo da tecnologia. Dessa forma, o documento recomenda: (i) assistência e apoio para trabalhos de baixa renda; (ii) necessidade de salvaguardas; e (iii) garantia de treinamento para IA. Duas outras pesquisas são dignas de nota:

(i) *“COVID-19 and policy for science”*. Trata-se do primeiro produto de uma série de três relatórios que exploram como a ciência foi mobilizada em resposta à pandemia de COVID-19<sup>144</sup>. O estudo trata do acesso a dados e informações, do papel das infraestruturas e da interface entre a academia e a indústria. O relatório ainda inclui recomendações e opções de ação política para otimizar a resiliência dos sistemas científicos nacionais e sua capacidade de cooperar internacionalmente em resposta a crises, respeitando o contexto e dinâmicas locais e suas idiossincrasias.

(ii) *“From local to national: Delivering and financing effective long-term care”*<sup>145</sup>. O relatório trata da governança dos cuidados de longo prazo nos países participantes da organização, oferecendo projeções de gastos futuros em todos os níveis de governo.

Por fim, no que diz respeito às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional durante o período desta quinzena, salienta-se a aprovação da Câmara pela retomada do dispositivo do voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) – que era uma grande preocupação para o governo, pois, entre outras questões, tal ponto era um grande empecilho para o avanço no processo de entrada para a OCDE<sup>146</sup>. E, conforme a progressão de outras discussões e acordos sobre a reforma tributária do país, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que a simplificação dos impostos sobre consumo e compensação com renda e patrimônio são pilares que seguem as diretrizes da OCDE e estão alinhadas aos seus entendimentos de melhores práticas<sup>147</sup>.

---

<sup>143</sup> OCDE. OECD job markets remain tight though inflation is hitting real wages. OCDE [Internet]. 2023 Jul 11 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-job-markets-remain-tight-though-inflation-is-hitting-real-wages.htm>

<sup>144</sup> OCDE. COVID-19 and policy for science. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14] 2023:152. Available from: <https://doi.org/10.1787/8f86e60b-en>

<sup>145</sup> De Biase P, Dougherty S. From local to national: Delivering and financing effective long-term care. OECD Working Papers on Fiscal Federalism [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jul 14] 2023:45. Available from: <https://doi.org/10.1787/578b296f-en>

<sup>146</sup> Quintino L. Câmara aprova volta do voto de qualidade do Carf para alívio de Haddad. Veja [Internet]. 2023 Jul 07 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://veja.abril.com.br/economia/camara-aprova-volta-do-voto-de-qualidade-do-carf-para-alivio-de-haddad>

<sup>147</sup> Estadão Conteúdo. Haddad diz que pilares da reforma tributária seguem diretrizes da OCDE. Infomoney [Internet]. 2023 Jul 13 [cited 2023 Jul 14]. Available from:

<https://www.infomoney.com.br/politica/haddad-diz-que-pilares-da-reforma-tributaria-seguem-diretrizes-da-ocde/>

## África do Sul convida líderes dos países africanos para Cúpula do BRICS

### *South Africa invites leaders of African countries to BRICS Summit*

**Claudia Hoirisch**

**Abstract:** *The next meeting of the BRICS' Ministers of Health will be on the 3rd of August.*

*President Cyril Ramaphosa has invited African leaders to attend and dialogue with BRICS leaders as part of the BRICS Outreach Mechanism. The meeting will discuss how BRICS countries can partner with Africa to help the continent achieve economic growth. Guests include leaders from the African Union and regional economic communities, as well as business leaders. In the meantime, de-dollarization of the global financial system will continue, however one should not expect a change in the global financial system any time soon.*

**Keywords:** *BRICS. 15ª Cúpula dos BRICS. BRICS Outreach. Global Health. Health Diplomacy.*

**Resumo:** A próxima reunião dos MS dos BRICS será dia 3 de agosto. O presidente Cyril Ramaphosa convidou os líderes africanos a comparecer e dialogar com os líderes do BRICS como parte do Mecanismo BRICS Outreach. A cúpula discutirá como os países do BRICS podem fazer parcerias com a África para ajudar o continente a alcançar o crescimento econômico. Entre os convidados estarão líderes da União Africana e de comunidades econômicas regionais, além de líderes empresariais. Enquanto isso, a desdolarização do sistema financeiro global continuará, no entanto não se deve esperar uma mudança no sistema financeiro global em um futuro próximo.

**Palavras-chave:** **BRICS. 15th BRICS Summit. BRICS Outreach. Saúde Global. Diplomacia em saúde.**

### **BRICS Outreach: África do Sul convida líderes dos países africanos para Cúpula do BRICS**

A 15ª Cúpula do BRICS está agendada para o dia 23/8, a reunião será precedida por reuniões de sous-sherpas nos dias 8 e 9/8<sup>148</sup> e 17-21/8<sup>149</sup>.

O presidente Cyril Ramaphosa decidiu estender o convite a todos os líderes africanos para comparecerem e dialogarem com os líderes do BRICS no dia seguinte, como parte do Mecanismo BRICS Outreach.

A cúpula discutirá como os países do BRICS poderão fazer parcerias com a África para ajudar o continente a alcançar o crescimento econômico.

Ramaphosa organizará um jantar para os líderes do BRICS, que também contará com a presença de líderes africanos. Entre os convidados estão líderes da União Africana e de comunidades econômicas regionais, além de líderes empresariais<sup>150</sup>.

<sup>148</sup> O 5th BRICS Think Tanks Symposium "Post Pandemic Socio-Economic Recovery and the 2030 Sustainable Development Agenda – progress and pitfalls, será realizado em 10/8.

<sup>149</sup> [BRICS Calendar.pdf \(brics2023.gov.za\)](#)

<sup>150</sup> [Cúpula do Brics na África do Sul será presencial, apesar de mandado de prisão contra Putin | Mundo | G1 \(globo.com\)](#)

### ***A desdolarização do sistema financeiro global continuará mas não devemos esperar uma mudança no sistema financeiro global em um futuro próximo***

O dólar americano tem sido a moeda mundial dominante; seu uso em transações internacionais há muitas décadas excede significativamente a participação dos EUA na economia mundial, que hoje é de cerca de 24%. Segundo o FMI, a participação do dólar nas reservas internacionais dos bancos centrais, distribuídas por moeda, foi de 59% no primeiro trimestre do ano (58,6% no fim de 2022)<sup>151</sup> e de acordo com o SWIFT, a participação do dólar nas transferências interbancárias em abril de 2023 foi de 59,7%, tendo aumentado significativamente em relação ao ano passado.

O uso do dólar americano, mesmo em transações entre países terceiros, é facilitado pelo tamanho da economia americana e a influência política e o papel das empresas multinacionais americanas nos mercados globais. Em particular, a crise financeira global de 2008/2009, cuja principal fonte foi a própria economia dos EUA, não afetou a posição do dólar americano na economia global.

No entanto, o bloqueio das reservas do Banco da Rússia pelos países ocidentais, juntamente com sanções financeiras contra bancos e empresas russas, levantou a questão se as vantagens da dolarização poderiam ser compensadas. Os riscos não econômicos das transações em dólares dos EUA e dos ativos denominados em dólares tornaram-se evidentes para todos, especialmente para os bancos centrais. O artigo 21º da Convenção das Nações Unidas de 2004 sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e os seus Bens<sup>152</sup> garante a imunidade dos ativos dos bancos centrais; no entanto, isso não protegeu os ativos do Banco da Rússia de serem congelados, o que se tornou um precedente para todos os países.

Nessas condições, as ações da Rússia eram esperadas e compreensíveis. A partir do início de 2023, o BC passou a realizar operações, no âmbito das regras fiscais, em yuan chinês. As empresas russas estão reestruturando as operações de comércio exterior e a acumulação de ativos estrangeiros em favor do uso predominante das moedas de países amigos.

Ao mesmo tempo, os dados atuais não mostram um abandono maciço do uso do dólar americano pelos bancos centrais de outros países. A participação da moeda americana nas reservas internacionais vem diminuindo constantemente nas últimas décadas, mas isso vem acontecendo muito lentamente. Se no início dos anos 2000 cerca de 70% das reservas dos bancos centrais mundiais eram em dólares, desde 2020 estão abaixo de 60%. Não houve redução drástica das reservas em dólar em 2022. Sua participação nas reservas caiu 0,44%, enquanto a participação nas transferências interbancárias chegou a aumentar.

#### **Há alternativas ao dólar?**

A principal razão para tamanha rigidez no aparentemente compreensível aumento dos riscos políticos é a falta de alternativas sérias que possam absorver quantidades significativas de poupança dos bancos centrais.

O papel tradicional das reservas cambiais, tanto para os agentes privados quanto para o Estado, é garantir a estabilidade financeira e diversificar os riscos. As reservas do banco central, que são compostas por títulos de baixo risco e ouro, são uma possível ferramenta que

---

<sup>151</sup> [Participação do dólar nas reservas globais sobe e euro cai - Forbes](#)

<sup>152</sup> United Nations convention on jurisdictional immunities of states and their property. [43444363.pdf \(dre.pt\)](#)



cumpra tais objetivos. Possuem alta liquidez e podem ser utilizados rapidamente para intervenções cambiais, se necessário. A desvantagem é a alta transparência desses ativos em termos de imposição de sanções e baixa rentabilidade.

O mercado de títulos públicos da zona euro está fragmentado devido ao número de países individuais, muitos dos quais têm notações de crédito baixas. O yuan chinês não é uma moeda livremente conversível e é dividido em partes internas (onshore, CNY) e externas (offshore, CNH), que são rigidamente controladas pelo Banco Nacional da China<sup>153</sup>,<sup>154</sup>. O ouro como ativo pode ser um bom *hedge* em momentos de crise, mas não traz rendimento de juros e tem baixa liquidez. Portanto, para os bancos centrais dos países em desenvolvimento, está longe de ser óbvio quais ativos e qual moeda podem servir como alternativa aos ativos que são armazenados em dólares americanos.

### **Olhar além do ouro e das reservas cambiais para armazenar valor**

Um fator mais importante do que a participação nominal do dólar americano nas reservas internacionais é a mudança de abordagem para a gestão e formação de ativos externos. Os mesmos dados do FMI mostram que, nos últimos 10 anos, o valor total das reservas do banco central permaneceu praticamente inalterado e permanece no nível de US\$ 12 trilhões, mesmo com o crescimento da economia global. As reservas cambiais da China atingiram o pico de US\$ 4 trilhões em 2014 e vêm diminuindo desde então com o valor atual de US\$ 3,2 trilhões, 20% menor do que em 2014. Muitos outros países em desenvolvimento estão, se não a reduzir, pelo menos a não aumentar as suas reservas internacionais.

No entanto, isso não significa que os ativos externos não estejam sendo formados. Eles também podem assumir outras formas "fora do padrão" – os bancos estatais e instituições de desenvolvimento, bem como outras estruturas que não estão diretamente relacionadas aos bancos centrais.

### **Estratégia da China**

Estratégia semelhante é seguida pela China, que busca a gradual "internacionalização" do yuan. Formalmente, a participação do yuan nas reservas internacionais dos bancos centrais é pequena e não passa de 3%. Além disso, entre um terço e metade dessa demanda é fornecida pelo Banco da Rússia.

A estratégia da China é garantir o status internacional do yuan por meio do comércio exterior, em vez de investimento. Nos últimos anos, a China tem tentado ativamente motivar e encorajar seus parceiros a negociarem em yuan em vez de outras moedas. Muitos já ouviram falar sobre o 'petroyuan' – uma espécie de análogo do 'petrodólar'. Na verdade, estamos falando da celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de petróleo em yuan, em troca de um contrafluxo de bens e equipamentos. Assim, o comércio já é realizado em yuan,

---

<sup>153</sup> CNY é o renminbi negociado na China continental (onshore yuan) e é controlado pelo governo da China com o objetivo de fortalecer o comércio entre empresas chinesas e manter um valor favorável do yuan. O yuan é usado principalmente para dois propósitos no mercado onshore: acordos interbancários e quando as corporações vendem e compram FX para fins comerciais. As empresas estrangeiras que negociam na China continental podem aceitar CNY como pagamento, mas quando desejam usar o yuan no exterior, precisam trocar CNY por CNH. Já o CNH é o renminbi negociado no exterior da China continental (yuan offshore). É controlado pelo livre mercado que determina seu valor. Ele foi projetado especificamente para ser negociado livremente em mercados offshore como Cingapura e Hong Kong.

<sup>154</sup> <https://blog.currencycloud.com/the-difference-between-cny-and-cnh>

e não em dólares americanos. Isso cria demanda pelo yuan fora da economia da China. Ao mesmo tempo, as autoridades chinesas mantêm restrições às transações de capital.

A desdolarização do sistema financeiro global continuará. Isso será facilitado principalmente pelo desenvolvimento de tecnologia no setor financeiro. O desenvolvimento de plataformas de negociação automatizadas ajuda a reduzir o custo de troca de uma moeda por outra. Os bancos centrais procurarão realizar compensações diretas entre si, não utilizando diretamente as moedas dos países desenvolvidos. No futuro, as moedas digitais dos bancos centrais também poderão ser usadas para transações internacionais, reduzindo custos para os agentes econômicos. No entanto, este é um processo bastante lento; não se deve esperar uma mudança decisiva no sistema financeiro global em um futuro próximo.

**UE-CELAC em pauta: o retorno do diálogo birregional?**  
**UE-CELAC en la agenda: ¿el retorno del diálogo birregional?**

**Sebastian Tobar**

**Miryam Minayo**

**Samia de Brito**

**Resumen.** El gran destaque de este período ha sido la III Cumbre de jefes de Estado y de Gobierno entre la UE y CELAC, tras 8 años de suspensión del diálogo birregional. Además de la Cumbre, se realizaron importantes eventos regionales como la reunión de ORAS-CONHU con el vicepresidente del Comité de los Derechos de los Niños de la ONU; la Oficina de Salud Fronteriza SE-COMISCA en República Dominicana; la celebración de los 45 años de la firma del Tratado de Cooperación Amazónica y la visita del presidente Lula a la ciudad de Leticia y su participación en la conclusión del Encuentro Técnico-Científico de la Amazonía. También se abordaron temas políticos relevantes en este informe, como la crisis del agua en Uruguay, la crisis política en Guatemala, la presión de las víctimas del gobierno nicaragüense en el marco de la Cumbre UE-CELAC y el deterioro de las condiciones legales de los inmigrantes venezolanos en Colombia.

**Palabras-clave:** América Latina y Caribe. Mercosur. CELAC. Unión Europea. Salud global.

**Resumo.** O grande destaque deste período foi a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo UE-CELAC, após 8 anos de suspensão do diálogo birregional. Além da cúpula, tiveram lugar eventos regionais importantes como a Reunião da ORAS-CONHU com o vice-presidente do Comitê dos Direitos das Crianças da ONU; a Oficina SE-COMISCA de saúde fronteiriça na República Dominicana; a comemoração dos 45 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica e a visita do Presidente Lula à cidade de Leticia e sua participação na finalização da Reunião Técnico-Científica da Amazônia. Questões políticas importantes também foram objeto deste informe, tais como a crise hídrica no Uruguai, a crise política na Guatemala, a pressão das vítimas do governo nicaraguense no âmbito da cúpula EU-CELAC e a o deterioro das condições legais dos imigrantes venezuelanos na Colômbia.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Mercosul. CELAC. União Europeia. Saúde global.

### **Terceira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo UE-CELAC**

No momento em que escrevemos este relatório, em 17 de julho, está ocorrendo a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo UE-CELAC. Trata-se de uma ocasião histórica que reúne líderes de 60 países da União Europeia (UE) e da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), a fim de renovar e fortalecer as relações entre as duas regiões após quase uma década de ausência de diálogo bi regional no mais alto nível político.

A Cúpula decorre sob o lema “Renovando a parceria bi-regional para fortalecer a paz e o desenvolvimento sustentável” e é co-presidida pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e pelo Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, em seu atual cargo como presidente pro tempore da CELAC. Juntamente com o Presidente Michel, a União Europeia está sendo representada pelo Presidente da Comissão Europeia e pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.

Antes da Cúpula, houve uma série de manifestações, sobretudo a respeito do tema das reparações pelo passado escravista. Nesse contexto, diversos países da CELAC expressaram sua preocupação com o imensurável sofrimento infligido a milhões de homens, mulheres e crianças através do comércio transatlântico de escravos africanos. Foi ressaltada a necessidade de tomar medidas apropriadas para restaurar a dignidade das vítimas, incluindo ações de reparação e compensação, com o intuito de buscar a cura da memória coletiva.

Um dos pontos sensíveis da Cúpula e com fortes expectativas por parte dos europeus era a questão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia<sup>155</sup>. A posição da América Latina em relação a esse conflito tem sido neutra, e líderes da região, como Lula, têm enfatizado a necessidade de buscar uma solução diplomática séria e construtiva, de maneira pacífica, que assegure a soberania e a segurança de todos os envolvidos, além de promover a paz, a estabilidade e a segurança tanto a nível regional quanto internacional.

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelensky, tinha interesse em participar da cúpula, mas sua presença foi fortemente rechaçada pelos países da CELAC, principalmente Venezuela, Cuba, Nicarágua e Brasil.

O apoio da Ucrânia não está em debate na Europa, onde desde governos progressistas a conservadores se opõem à invasão russa, mas mesmo não ocorre na América Latina, onde teve a oposição de governos progressistas e de esquerda.

Embora o encontro aborde questões puramente políticas, também tratará de assuntos comerciais. Sem dúvida, as expectativas em relação ao comércio são muitas, pois a Europa tem manifestado a necessidade de se abastecer de matérias-primas estratégicas com aliados mais “previsíveis” e a América Latina figuraria nesse adjetivo.

A III Cúpula ocorre em meio a controvérsias em relação ao Acordo MERCOSUL-União Europeia<sup>156</sup>, que atualmente está atravancado. Recentemente, durante a reunião de Foz de Iguaçu, quando Lula assumiu a Presidência do MERCOSUL, foram mencionadas as ameaças de sanções da União Europeia, especialmente relacionadas a questões ambientais. A Europa exige o cumprimento de certos critérios nos modos de produção dos países latino-americanos em relação ao impacto ambiental de suas atividades, como a poluição das águas e o desmatamento, como condição para avançar na ampliação e no aprofundamento das relações comerciais.

Em particular, alguns países europeus expressaram suas objeções, especialmente Polônia, Holanda e França. Eles pedem que sejam cumpridas as "cláusulas espelho", que implicam reciprocidade nas regras comerciais. Na França, vale mencionar que presidente Macron está sob forte pressão dos setores produtivos, que exigem que os agricultores do MERCOSUL cumpram as normas europeias em matéria agrária, ambiental e climática.

Vale ressaltar que a Política Agrícola Comum (PAC)<sup>157</sup> da União Europeia é um conjunto de regulamentações sobre agricultura, estabelecido em 1962 pelos seis países fundadores da

---

<sup>155</sup> <https://www.telesurtv.net/news/cumbre-celac-ue-latinoamerica-neutralidad-guerra-20230707-0015.html>

<sup>156</sup> De acordo tem se comentado, o tema vai se abordar nas margens da Cúpula.

<sup>157</sup> França, Hungria e Polônia são alguns dos países que não permitirão a entrada de produtos do MERCOSUL em sua economia. A PAC é gerida e financiada a nível europeu através de dois fundos incluídos no orçamento da UE, como o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), que oferece ajuda direta e financia medidas de mercado, e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que apoia

então chamada Comunidade Europeia. A PAC é a política mais antiga da UE e continua em vigor, fornecendo subsídios para proteger o setor agrícola.

Por outro lado, é importante mencionar que o Pacto Verde Europeu<sup>158</sup> estabeleceu um conjunto de regulamentações ambientais que impõem restrições às exportações de nossos países. A Comissão Europeia adotou um conjunto de propostas para alinhar as políticas de clima, energia, transporte e impostos da UE, com o objetivo de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Apesar de ter reativado as negociações, o acordo entre a UE e o MERCOSUL, ainda parece estar longe de se concretizar de fato. O Mercosul, o Acordo Comercial com o Chile e o México são uma parte importante das relações que a UE quer ter com a ALC. O grande volume de comércio entre as duas regiões alimenta a ideia de que os laços se fortalecem<sup>159</sup>, mas é preciso intensificar ainda mais o diálogo político, o comércio, o investimento privado e a cooperação nos principais setores de desenvolvimento.

Os europeus buscam aproveitar as lições aprendidas com a pandemia da Covid-19 e o atual conflito em seu território, buscando evitar a dependência da Rússia e da China. Para isso, eles procuram estabelecer novas parcerias, especialmente no que diz respeito a matérias-primas críticas. Nesse contexto, enxergam a América Latina como uma oportunidade promissora.<sup>160</sup>

Entre os principais interesses da UE estão a transição energética com transporte, desenvolvimento humano e transformação digital<sup>161</sup>. As maiores reservas existentes de lítio e cobre na América Latina são um insumo estratégico fundamental para a Europa avançar em sua agenda verde, bem como em suas telecomunicações.

A Comissão Europeia criou o Global Gateway<sup>162</sup>, uma estratégia regional para promover ligações inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, energético e de transportes, bem como para melhorar os sistemas de saúde, educação e investigação em todo o mundo. No âmbito desta estratégia Global Gateway, a UE promete mobilizar investimentos de qualidade para ajudar a atender às necessidades de infraestrutura da América Latina e do Caribe, por meio de uma oferta de investimento positiva e baseada em valor, respeitando rígidos padrões internacionais e fomentando a coesão social.

Resta saber se a III Cúpula será um espaço de respeito mútuo e construção compartilhada ou se a União Europeia buscará impor sua agenda e promessas de supostos benefícios aos países da CELAC. Recentemente, durante o Fórum da Sociedade Civil realizado no âmbito da Cúpula, a UE convidou organizações de extrema-direita que se opõem aos regimes

---

o desenvolvimento rural. Ver: [https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance\\_es](https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-glance_es)

<sup>158</sup> Ver: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal\\_es](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/delivering-european-green-deal_es)

<sup>159</sup> O Governo de Espanha, que exercerá a presidência do Conselho da União Europeia durante o segundo semestre de 2023, é um dos atores que mais está a promover a aproximação entre as duas regiões.

<sup>160</sup> No último ano, a presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, facilitou visitas a vários países da região para avançar nesse sentido.

<sup>161</sup> No âmbito do Global Gateway, o plano europeu de investimento verde com todos os seus parceiros, propõe-se muito investimento na transformação digital e nas energias renováveis (hidrogénio verde, matérias-primas críticas como o lítio).

<sup>162</sup> Ver: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway\\_es](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_es)

de Cuba e Venezuela, o que gerou tensões e protestos diplomáticos. Em resposta, uma "Cúpula dos Povos" parece estar sendo organizada como um evento paralelo, contando com a participação de organizações progressistas da sociedade civil da América Latina e da União Europeia.

### **Cúpula UE-CELAC: Europa anuncia R\$ 242 bilhões de investimentos na América Latina e Caribe**

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou durante o fórum empresarial da cúpula Celac-UE em Bruxelas, que o bloco investirá EUR 45 bilhões (R\$ 242 bilhões) na América Latina e no Caribe por meio do programa Global Gateway. O objetivo desse investimento é fortalecer setores prioritários da região, com ênfase em projetos de infraestrutura, clima e digitalização, buscando impulsionar o comércio e combater as mudanças climáticas. A iniciativa visa criar uma nova abordagem para apostar em projetos que beneficiem tanto a Europa quanto a América Latina e Caribe.

O programa Global Gateway, que prevê um investimento total de EUR 300 bilhões (R\$ 1,6 trilhão) até 2027 em todo o mundo, tem como objetivo, como mencionado anteriormente, promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer as cadeias de abastecimento da Europa. Von der Leyen destacou a importância de transformar a energia eólica em hidrogênio verde, permitindo sua exportação e uso em setores industriais.

Por sua vez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil está empenhado em desenvolver um novo plano de desenvolvimento para o país, com foco em projetos de infraestrutura, como ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Ele ressaltou a importância da energia renovável no Brasil, mencionando que uma grande parte da eletricidade do país é proveniente de fontes renováveis. Lula enfatizou o compromisso do Brasil em reduzir o desmatamento e promover uma transição climática.

Durante a cúpula, von der Leyen e Lula se reuniram a portas fechadas, demonstrando o interesse mútuo em trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios atuais e buscar acordos benéficos para ambas as partes. A União Europeia reforçou o seu compromisso em investir nas comunidades da América Latina e no Caribe, visando reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável na região. Por sua vez, Lula destacou o papel do Brasil no cenário internacional e reafirmou o compromisso do país com a transição climática e a cooperação internacional.

### **ORAS-CONHU: Reunião com o vice-presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU<sup>163</sup> <sup>164</sup>**

Com o objetivo de fortalecer as ações de proteção de crianças e adolescentes no Peru, o Coletivo Interinstitucional pelos Direitos da Infância e Adolescente, do qual o ORAS-CONHU faz parte, se reuniu no Peru com Luis Ernesto Pedernera Reyna, vice-presidente do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas e ex-presidente dos Órgãos de Direitos Humanos da mesma instituição.

---

<sup>163</sup> ORASCONHU Reunión con el vicepresidente del Comité de los Derechos del Niño de la ONU [Internet]. Orasconhu.org. [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/reunion-con-el-vicepresidente-del-comite-de-los-derechos-del-nino-de-la-onu>

<sup>164</sup> ONU denuncia que Peru violou os direitos de menina vítima de incesto [Internet]. O Globo. 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/onu-denuncia-que-peru-violou-os-direitos-de-menina-vitima-de-incesto.ghtml>

Na ocasião, foi reafirmada a importância da saúde como centro das políticas na região e foram destacados outros temas importantes da agenda como segurança alimentar, vacinação, câmbio climático entre outros. Além disso, o representante da ONU encontrou com várias crianças e adolescentes de várias organizações, instituições do Estado e setores da sociedade civil. Os diálogos levaram a identificação dos principais avanços e desafios para garantia e proteção efetiva do direito a saúde integral para meninas, meninos e adolescentes. Pedernera também lembrou das recomendações do Comitê do Direito das Crianças sobre o caso “Camila”<sup>165</sup> por parte do Estado peruano.

A reunião foi assistida por representantes da ORAS-CONHU, UNICEF, Defensoria do Povo, Plano Internacional entre outros. (ORASCONHU, 2023)

#### **SE-COMISCA: Oficina de saúde fronteiriça na República Dominicana<sup>166</sup>**

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA), em coordenação com o Ministério de Saúde Pública e Assistência Social da República Dominicana, realizou a oficina nacional de saúde fronteiriça para facilitadores na cidade de Santo Domingo. A atividade faz parte dos esforços de implementação do Acordo cooperativo na dimensão de Saúde Global com o Centro para o Controle e Prevenção de Doenças (CDC) do governo dos EUA.

O objetivo da oficina é a formação de facilitadores para desenvolver capacidades de preparação e resposta a emergências de saúde nos postos de entrada do país, utilizando materiais padronizados para os Estados Membros do SICA do Programa Mestre de Capacitação, desenvolvidos na Divisão Global de Migração e Quarentena do CDC/EUA. Sendo que a República Dominicana é o primeiro país da região do SICA a receber o treinamento.

No evento foram discutidos temas e exercícios práticos sobre a aplicação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) nos postos de entrada, com foco para o funcionamento da vigilância das entradas aéreas, marítimas e terrestres, uso de equipamento de proteção pessoal, avaliação de risco de viajantes doentes, planos de resposta a emergências de saúde públicas nos pontos de entradas e os procedimentos operacionais padronizados para a vigilância.

Participaram do treinamento 30 profissionais, dentre eles representantes do Ministério da Saúde, Agricultura, Junta Civil de Aviação, Migração e Aduanas (SECOMISCA, 2023)

#### **OTCA comemora 45 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica<sup>167</sup>**

O evento que comemorou 45º aniversário da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica contou com a presença de representantes políticos e diplomáticos de todos os estados membros. A Secretária Geral da OTCA, Alexandra Moreira, discursou agradecendo aos presentes e chamou atenção para a importância da cooperação regional para a proteção da

---

Recentemente a ONU denunciou que o Peru violou os direitos de uma menina vítima de estupro pelo próprio pai e ficou grávida aos 13 anos porque não garantiu o acesso a um aborto terapêutico e ainda processá-la criminalmente após sofrer um aborto espontâneo (O Globo; AFP, 2023)

<sup>166</sup> SE-COMISCA y CDC realizan Taller Nacional de Salud Fronteriza MTP [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-cdc-realizan-taller-nacional-de-salud-fronteriza-mtp\\_1\\_132256.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-cdc-realizan-taller-nacional-de-salud-fronteriza-mtp_1_132256.html)

<sup>167</sup> OTCA celebra 45 anos da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <http://otca.org/pt/otca-celebra-45-anos-da-assinatura-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>

biodiversidade e desenvolvimento sustentável da região. Além disso, destacou a disponibilidade de recursos para o início dos estudos do Sistema de Aquíferos Amazonas e a parceria com o BID e o Fundo Verde para o Clima para execução de projetos de saneamento básico, água, resíduos sólidos e melhorias para as comunidades locais.

O Embaixador colombiano, Guillermo Rivera, no Brasil destacou a importância de proteger a Amazonia de maneira conjunta e reafirmou a importância do papel da OTCA. Indicou a realização de evento em Leticia na Colômbia que servirá de base para o início das negociações da cúpula dos presidentes dos países amazônicos. Marina Silva, Ministra brasileira do meio ambiente, destacou a importância da cooperação entre o governo brasileiro e a OTCA para promover ações em projetos de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o embaixador brasileiro Rubens Ricupero, importante agente para a assinatura do tratado na década de 70, lembrou o esforço coletivo para a criação do tratado, fez votos avanços significativos na realização da Cúpula dos presidentes amazônicos e reforçou a importância da cooperação e dos conhecimentos científicos para conquistar o desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente na Amazônia (OTCA, 2023)

### **Visita do Presidente Lula a Leticia, Colômbia, e participação na finalização da Reunião Técnico-Científica da Amazônia<sup>168</sup>**

Lula visitou Leticia, Colômbia, a convite de Gustavo Petro para participar do fechamento da Reunião Técnico-Científica da Amazonia, organizada pelo governo colombiano. A reunião incluiu painéis sobre diversos temas relacionados com a Amazonia que contou com a participação de pesquisadores, povos indígenas e sociedade civil.

Também em Leticia, países membros da OTCA estavam reunidos em negociação sobre a declaração conjunta que será finalizada na Cúpula Amazônica da IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica. O documento incluirá temas como proteção do bioma amazônico, inclusão social, fomento da ciência, tecnologia e inovação, estímulo da bioeconomia e valorização dos povos indígena.

Na reunião, Lula e Petro também discutiram temas bilaterais, como comércio, investimentos e cooperação em defesa e segurança (MRE BRASIL, 2023).

### **Crise hídrica no Uruguai<sup>169 170</sup>**

O Governo do Uruguai alertou sobre a piora da emergência hídrica que o país platino tem passado nos últimos dois meses. A maior reserva de água potável do país está oscilando entre 3% e 1,7% de sua capacidade, resultando em grandes prejuízos para o consumo em Montevidéu e cidades próximas.

---

<sup>168</sup> Visita del presidente Lula a Leticia, Colombia, y participación en la clausura de la Reunión Técnico-Científica de la Amazonía - 8 de julio de 2023 [Internet]. Ministério das Relações Exteriores. 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: [https://www.gov.br/mre/es/canales\\_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/visita-del-presidente-lula-a-leticia-colombia-y-participacion-en-la-clausura-de-la-reunion-tecnico-cientifica-de-la-amazonia-8-de-julio-de-2023](https://www.gov.br/mre/es/canales_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/visita-del-presidente-lula-a-leticia-colombia-y-participacion-en-la-clausura-de-la-reunion-tecnico-cientifica-de-la-amazonia-8-de-julio-de-2023)

<sup>169</sup> Llambías F. Por que Montevidéu está prestes a ficar sem água. BBC [Internet]. 2023 Jul 13 [cited 2023 Jul 17]; Available from: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg3z91jy2xgo>

<sup>170</sup> Se agudiza crisis hídrica por sequía en Uruguay [Internet]. teleSUR. 2023 [cited 2023 Jul 14]. Available from: <https://www.telesurtv.net/news/agudiza-crisis-hidrica-sequia-uruguay-20230703-0031.html>



Segundo informes da meteorologia, não há expectativa de chuva nos próximos dias e o país já passa a sua pior seca desde a década de 1940. De acordo com meios de comunicação locais, os dias de água própria para consumo estão contados.

Nos últimos meses, a situação se agravou, no entanto, o presidente Lacalle Pou havia afirmado que as chuvas voltariam e mitigariam a escassez. As medidas tomadas pelo governo foram flexibilizar os requisitos de qualidade da água e autorização para utilização da água do rio da Prata, tentando garantir a continuidade da distribuição de água. A distribuição foi mantida, mas, em compensação, a qualidade da água tem se deteriorado drasticamente.

Desde 19 de junho, o governo teve que tomar novas medidas, decretando estado de emergência e orientado esforços para execução de medidas extraordinárias, como construção de barragens, compra de dessalinizadores entre outras.

A questão de desabastecimento possui histórico no país, no entanto, não parece ter sido priorizado nos últimos anos. Em 2013, o governo Mujica já indicava a construção de um novo reservatório, o projeto Casupá. O projeto não foi iniciado, avançou somente em estudos preliminares. O atual governo tem trabalhado com uma nova hipótese para a criação de uma estação de tratamento de água na cidade de Arazatí, surgida a partir da proposta de um grupo de investimentos. No entanto, a ideia fortaleceu a politização em torno da temática, dado que grupos opositores estão contra a criação dessa estação de tratamento e a favor da renovação da proposta Casupá, do outro lado, os grupos governistas apoiam Lacalle Pou e veem essa nova estratégia como uma solução para a questão.

Enquanto o embate político segue, o Ministério do Ambiente uruguaio publicou projeções de que a normalização da capacidade da bacia que fornece água para região só aconteça em dezembro.

### **Crise política na Guatemala<sup>171 172</sup>**

As eleições de 2023 são pivô da deterioração política na Guatemala. A crise começou quando depois do primeiro turno, o Ministério Público guatemalteco interveio nos resultados, pedindo a suspensão de direitos políticos de um dos partidos que concorria a eleição. A medida gerou uma controvérsia importante com alcance interno e internacional, já que o partido suspenso era o Movimento Semilla, partido do segundo colocado no primeiro turno, Bernardo Arévalo.

O primeiro turno foi finalizado com uma contagem de votos bastante próxima: 15% dos votos para Sandra Torres e 12% para Bernardo Arévalo. Sandra Torres havia sido primeira-dama no governo de Álvaro Colom, considerada de centro esquerda e concorre pelo partido Unidade Nacional de Esperança (UNE) e Bernardo Arévalo, além de ser filho do político tradicional Juan Arévalo, tem se posicionado como o candidato distante do establishment, contra a corrupção e empreendedor das mudanças sociais propostas por seu pai na década de 1940.

---

<sup>171</sup> Amerise A. Elecciones en Guatemala: 4 claves para entender la grave crisis política y por qué se habla de un “golpe de Estado técnico.” BBC [Internet]. 2023 Jul 13 [cited 2023 Jul 17]; Available from: <https://www.bbc.com/mundo/articles/cz5438rjn20o>

<sup>172</sup> AFP. Torres e Arévalo, dois velhos conhecidos da política guatemalteca. Uol notícias [Internet] 2023 Jun 26 [cited 2023 Jul 17]. Available from: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/06/26/torres-e-arevalo-dois-velhos-conhecidos-da-politica-guatemalteca.htm>

Apesar das pesquisas de opinião não terem captado o crescimento do candidato durante a corrida eleitoral, Arévalo apresentou um ótimo desempenho. Unidos do resultado, nove partidos conservadores, dentre eles o partido do atual presidente Giammatei, pediram a impugnação dos resultados com a justificativa de irregularidades e fraude eleitoral.

O pedido foi acatado pela Corte de Constitucionalidade que empreendeu uma investigação das atas eleitorais por mais de duas semanas. Ao final, o Tribunal Supremo Eleitoral ratificou resultados e confirmou a composição do segundo turno (Torres e Arévalo). No entanto, no mesmo dia da decisão, o Ministério Público da Guatemala interveio na situação e deu ordem de suspensão ao partido Semilla, devido a acusação de supostas irregularidades em filiações ao partido em 2022. Bernardo Arévalo reagiu chamando a decisão do MP de “golpe de Estado técnico” e entrou com recurso contra o Ministério Público junto a Corte de Constitucionalidade baseado na lei eleitoral que expressamente afirma que não se pode suspender um partido político durante o processo eleitoral. A Corte decidiu dar ganho de causa a Arévalo e o Semilla continuará na disputa até um parecer final sobre a resolução que havia suspenso a personalidade jurídica do grupo.

A crise eleitoral ganhou repercussão nacional e internacional. Internamente, a população da Guatemala foi às ruas pedir respeito aos resultados da eleição. Do estrangeiro, EUA e EU criticaram publicamente o Ministério Público guatemalteco pela decisão, indicando preocupação com eventual prejuízo ao sistema democrático do país e apoiando a decisão do Tribunal Supremo Eleitoral que havia decidido pela continuidade das eleições.

O segundo turno será realizado no dia 20 de agosto, dentro do prazo previsto em lei.

### **Nicarágua: vítimas de Daniel Ortega instam a Cúpula EU-CELAC a aumentar a pressão sobre o regime<sup>173</sup>**

A III Cúpula UE-CELAC é uma ocasião crucial para, além de fortalecer a cooperação e investimentos, promover debates políticos e abordar demandas democráticas.

Nesse sentido, mais de 150 vítimas do regime do Presidente Ortega e de sua esposa Rosa Murillo escreveram uma carta na qual instam os governos da América Latina, da UE e seus Estados membros a estabelecer um “Grupo de Amigos do Povo Nicaraguense” para contribuir com a transição democrática na Nicarágua. A petição destaca a necessidade de uma resposta multilateral coordenada e de alto nível diante da grave crise de direitos humanos enfrentada pelo país. O regime sandinista tem intensificado a repressão política, enquanto a população nicaraguense espera por mudanças e apoio internacional.

Em meio a um isolamento internacional cada vez mais profundo, o aparato sandinista acelerou a repressão política a qualquer voz dissidente. A carta menciona alguns dos episódios mais graves. O mais recente é o ataque à Igreja Católica, sacerdotes e prelados, incluindo o bispo de Matagalpa, Rolando Álvarez, condenado pela justiça de Ortega a mais de 26 anos de prisão e que rejeitou pela segunda vez o exílio forçado.

A crise de direitos humanos na Nicarágua exige uma resposta firme dos governos democráticos da América Latina e da Europa. O governo chileno, em particular, tem se destacado na defesa dos direitos humanos e é um dos alvos da iniciativa. A repressão sistemática à mídia independente, o enfraquecimento da sociedade civil e a consolidação de um regime

---

<sup>173</sup> <https://elpais.com/internacional/2023-07-14/victimas-de-daniel-ortega-istan-a-la-cumbre-entre-la-ue-y-la-celac-a-unirse-para-elevar-la-presion-sobre-el-regimen.html>

autoritário são algumas das preocupações destacadas no documento. A falta de mediação diplomática e a ausência de observadores internacionais aumentam a necessidade de uma ação coordenada para promover a transição democrática no país.

Enquanto o governo de Ortega rejeita qualquer mediação diplomática, um relatório da ONU concluiu que existem motivos razoáveis para acreditar que as autoridades nicaraguenses cometeram crimes contra a humanidade.

Portanto, o encontro de Bruxelas oferece uma oportunidade para discutir desafios urgentes em relação aos direitos humanos na região latino-americana e caribenha, como retrocessos democráticos, violência, abusos contra migrantes e solicitantes de asilo. A situação da Nicarágua requer uma resposta conjunta e eficaz para garantir a proteção dos direitos humanos e impulsionar a mudança no país.

### **Colômbia: imigrantes venezuelanos ficam indocumentados<sup>174</sup>**

Desde a chegada de Gustavo Petro ao poder, os testemunhos de venezuelanos na Colômbia sem status migratório regular estão crescendo diariamente e indicam uma estagnação no processo de regularização. A Colômbia recebeu quase metade dos 7 milhões de venezuelanos que deixaram o país devido à crise.

Gustavo Petro não confirmou a intenção de suspender a regularização, mas afirmou que, como parte de sua aproximação com o presidente Nicolás Maduro e o restabelecimento das relações bilaterais congeladas por anos, deseja promover o “retorno voluntário” dos venezuelanos.

Carlos Fernando García, cientista político nomeado por Petro para liderar a pasta de Migração na Colômbia, afirmou que encontrou uma entidade desestruturada e sobrecarregada, com falta de pessoal e problemas tecnológicos. Ele destacou a importância de evitar a irregularidade migratória para evitar o fortalecimento do mercado negro e o tráfico de migrantes. No entanto, a agenda migratória parece ter sido relegada a um segundo plano segundo Ronal Rodríguez, pesquisador da Universidad del Rosario.

A quantidade exata de venezuelanos em situação migratória irregular na Colômbia é difícil de determinar, mas estima-se que varie entre 300.000 e 800.000.

---

<sup>174</sup> <https://www.bbc.com/mundo/articles/crgj5j935x4o>

**Saúde Única na Fronteira Sul: Possibilidades de Integração Regional**  
***One Health on the Southern Frontier: Possibilities of Regional Integration***

**Joyce Schramm**

**Sebastian Tobar**

**Gustavo Buss**

**Resumo.** Neste artigo, apresentamos reflexões sobre os desafios enfrentados na área da saúde transfronteiriça, como produto da *1 Reuniao Técnica em Saúde Única nas Fronteiras do Rio Grande do Sul*, desenvolvida no dia 2 de junho de 2023, na cidade de Porto Alegre. A recente pandemia de Covid-19 tem evidenciado a necessidade de atuação conjunta na vigilância integral nas emergências sanitárias, desde uma perspectiva de saúde única. A colaboração entre países vizinhos em questões de saúde é fundamental para responder efetivamente a crises de saúde pública, como pandemias e outras emergências. A reunião contou com a presença de representantes de municípios do Rio Grande do Sul, autoridades sanitárias da Provincia de Misiones, Argentina, e do Ministério da Saúde Pública do Uruguai, além de instituições acadêmicas de ambos os países.

**Palavras-chave:** *Saúde Única; saúde nas fronteiras; Rio Grande do Sul*

**Resumen.** *En este artículo, presentamos reflexiones sobre los desafíos enfrentados en el área de la salud transfronteriza, como resultado del 1er. Encuentro Técnico sobre Una Salud en las Fronteras de Rio Grande do Sul, realizado el 2 de junio de 2023, en la ciudad de Porto Alegre. La reciente pandemia de Covid-19 puso de relieve la necesidad de una acción conjunta en la vigilancia integral en emergencias sanitarias, desde una perspectiva de una salud. La colaboración entre países vecinos en temas de salud es esencial para responder de manera efectiva a crisis de salud pública como pandemias y otras emergencias. En el encuentro participaron representantes de los municipios de Río Grande do Sul, autoridades sanitarias de la Provincia de Misiones, Argentina, y del Ministerio de Salud Pública de Uruguay, así como instituciones académicas de ambos países.*

**Palabras-clave:** *Una Salud; salud en las fronteras; Rio Grande do Sul*

### **Introdução**

Ao considerar a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental, a abordagem de 'saúde única' proporciona uma visão abrangente e integrada da saúde, permitindo uma resposta mais eficaz aos desafios emergentes. A cooperação em vigilância epidemiológica e no intercâmbio de informações entre localidades fronteiriças permite uma resposta mais rápida e coordenada a surtos de doenças e contribui para o desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental, essa abordagem incentiva a adoção de práticas sustentáveis, a proteção da biodiversidade e a promoção da saúde em um ambiente saudável.

Para promover efetivamente a abordagem de saúde única nas fronteiras do Rio Grande do Sul, o **Programa de Saúde Única do RS** organizou o *1º. Encontro Técnico sobre Saúde Única nas Fronteiras do Rio Grande do Sul*, no qual diferentes atores trocaram experiências de saúde nas fronteiras, visando identificar potencialidades, problemas e obstáculos tanto na pandemia da Covid-19, como com outras doenças e problemas de saúde.

Esta tarefa demanda o envolvimento ativo e o comprometimento de todos os atores relevantes. Isso inclui os governos dos países envolvidos, as instituições de saúde, as organizações não governamentais, a academia e as comunidades locais. A participação da sociedade civil é fundamental para garantir que as políticas e estratégias adotadas reflitam as necessidades e aspirações das populações. Além disso, é importante fortalecer os mecanismos de governança e coordenação entre os países. A criação de fóruns de diálogo e de espaços de compartilhamento de informações e experiências promove a colaboração e a troca de conhecimentos.

A pandemia de Covid-19 destacou a necessidade de mecanismos de coordenação e resposta conjunta nas localidades das fronteiras para lidar com emergências de saúde. A ausência de acordos e protocolos claros entre os países dificultou a troca de informações, ações coordenadas e o compartilhamento de recursos durante a crise.

No entanto, a pandemia também trouxe lições importantes, revelando a importância da solidariedade e da colaboração entre os países na resposta a ameaças à saúde global. A necessidade de fortalecer a capacidade de vigilância epidemiológica, a troca de informações em tempo real e a adoção de estratégias preventivas baseadas em evidências tornou-se premente.

A reflexão sobre os desafios enfrentados durante a pandemia nos permite aprender lições valiosas e avançar na construção de sistemas de saúde mais resilientes e preparados para enfrentar desafios transfronteiriços.

### **A importância das cidades fronteiriças e a integração multissetorial**

A população fronteiriça está sujeita a fatores contextuais semelhantes em ambos os lados, o que promove uma série de formas de articulação social e econômica entre as cidades vizinhas. Além disso, existem arranjos familiares que atravessam as fronteiras dos países, contribuindo para a interconexão cultural e social. No entanto, ainda persistem conflitos territoriais entre Estados vizinhos em alguns casos, que requerem abordagens diplomáticas e estratégias de cooperação para a resolução pacífica dessas questões.

O deslocamento contínuo da população, tanto de migrantes quanto dos próprios residentes das cidades-espelho em cada lado das fronteiras, juntamente com o trânsito de mercadorias e veículos, confere às fronteiras um espaço de importância particular. Esse fluxo constante aumenta o risco potencial de propagação e contágio de doenças transmissíveis.

No entanto, ao adotar a abordagem de Saúde Única nos municípios fronteiriços, é possível transformar esse desafio em uma oportunidade, pois pode oferecer uma janela de oportunidade para a detecção precoce de doenças e a promoção do bem-estar das populações.

Ao adotar essa abordagem integrada, os municípios fronteiriços podem fortalecer a vigilância epidemiológica, facilitar a troca de informações e recursos entre as partes envolvidas e desenvolver estratégias conjuntas de prevenção, controle e resposta a doenças. Isso contribui para a proteção da saúde nas regiões fronteiriças e além.

A abordagem de Saúde Única enfatiza a interconexão entre os seres humanos, animais, plantas e o ambiente compartilhado. Ela reconhece que esses elementos estão interligados e que suas condições de saúde são interdependentes. Portanto, a saúde humana, animal e ambiental devem ser abordadas de forma integrada, considerando a interface entre elas. Isso implica em trabalhar em conjunto com diferentes setores, como saúde, agricultura, meio ambiente, educação e outros, para enfrentar os desafios de saúde de forma abrangente.

Os territórios fronteiriços compartilham ecossistemas, características geográficas e climatológicas, que muitas vezes não conhecem interrupções e mantêm atividades socioeconômicas contínuas para suas populações. Para avançar na implementação da abordagem de Saúde Única nos territórios fronteiriços, é essencial integrar esforços em saúde humana, animal e ambiental dos municípios e atores de ambos os lados das fronteiras, com o objetivo de controlar certas doenças resultantes da interface humano-animal-ecossistema, mediante abordagens integradas. Para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental estabelecer parcerias e promover o diálogo entre os diferentes setores envolvidos. Além disso, é importante envolver as comunidades e populações fronteiriças, promovendo sua participação ativa no autocuidado e na abordagem dos determinantes da saúde.

No contexto das fronteiras sul-americanas, é necessário considerar a diversidade e a complexidade de cada fronteira. Cada uma possui suas próprias particularidades, problemas e cenários diversos. Portanto, é essencial realizar uma análise abrangente e implementar uma abordagem de vigilância integral, gerando diagnósticos que identifiquem as áreas prioritárias, as fraquezas e as fortalezas de cada fronteira. Isso permitirá direcionar os esforços de forma adequada e desenvolver estratégias eficazes para enfrentar os desafios de saúde específicos de cada região fronteiriça.

Para impulsionar e implementar a abordagem de Saúde Única nas fronteiras, é importante fortalecer as redes de cooperação e compartilhamento de informações entre os atores envolvidos. Os Comitês de Fronteira, por exemplo, podem desempenhar um papel importante nesse sentido, promovendo a articulação e o diálogo entre os diferentes setores e atores das regiões fronteiriças. Além disso, é fundamental promover a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos entre os profissionais de saúde e outros profissionais envolvidos na abordagem de Saúde Única.

### **Recomendações da Reunião**

A reflexão sobre as experiências no marco do encontro, permite-nos afirmar que a abordagem da Saúde Única nos territórios fronteiriços desperta o reconhecimento dos atores dos municípios e estados / províncias fronteiriços sobre sua importância e relevância. É fundamental analisar e sistematizar as experiências significativas de trabalho nesses territórios, visando gerar importantes lições aprendidas que possam orientar futuras ações.

Para isso, é necessário implementar a intersectorialidade e a transdisciplinaridade, conforme proposto pela abordagem da saúde única, para promover uma atuação conjunta e integrada entre os diferentes setores e disciplinas envolvidos. É encorajador constatar que algumas questões temáticas já estão sendo abordadas nos territórios fronteiriços e podem ser intensificadas, como é o caso do trabalho conjunto em arboviroses. Essa abordagem conjunta abrange não apenas a vigilância epidemiológica, mas também ações coordenadas que envolvem a participação de outros setores, bem como das próprias comunidades locais e instituições acadêmicas. A integração desses diferentes atores e a promoção de uma colaboração efetiva

podem impulsionar a eficiência das estratégias adotadas, resultando em melhores resultados no controle e prevenção das doenças.

No âmbito do trabalho interfronteiriço no Sul, passos importantes já foram dados em temas como imunização e eliminação de reservatórios de larvas do *Aedes* nas cidades gêmeas, evidenciando a eficácia da cooperação entre as localidades fronteiriças. Além disso, a utilização de georreferenciamento e a construção de mapas que analisam a realidade epidemiológica, bem como as atividades de produção animal, agropecuária e ambiental, pode fornecer informações valiosas para a prevenção e controle de doenças transmissíveis. Essa abordagem integral, conforme proposta pela saúde única, permite uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam a saúde nessas regiões fronteiriças, auxiliando na identificação de áreas prioritárias, pontos fracos e pontos fortes.

De outro lado, é importante considerar as atividades econômicas que ocorrem nas áreas de fronteira, como o transporte de cargas, o turismo e a produção animal, pois elas podem influenciar diretamente a disseminação de doenças e exigem a implementação de medidas preventivas adequadas. Uma abordagem abrangente e integrada, que envolva todos os atores e setores relevantes, é fundamental para garantir a eficácia das ações de saúde nessas regiões.

O desenvolvimento da capacitação conjunta em cidades espelhos permitem o desenvolvimento de conceitos comuns e promovem a identificação de problemas compartilhados em ambos os lados das linhas fronteiriças. Esse intercâmbio de conhecimentos e aprendizados mútuos fortalece a cooperação e contribui para a melhoria das práticas adotadas.

No entanto, é importante superar a lógica de trabalhar apenas em situações de emergência ou circunstâncias específicas, e criar oportunidades para o planejamento estratégico que envolva todos os atores e setores relacionados à saúde única. O engajamento contínuo de todas as partes interessadas é essencial para garantir a sustentabilidade das ações e a maximização dos resultados alcançados.

A diversidade e dinamicidade das fronteiras podem agravar as desigualdades existentes, tornando necessário considerar as singularidades das regiões fronteiriças. Evitar generalizações e buscar uma compreensão abrangente da realidade é fundamental para desenvolver estratégias eficazes que atendam às necessidades específicas de cada fronteira.

Além disso, é importante ressaltar que países federativos, como Argentina e Brasil, apresentam complexidades adicionais na implementação da abordagem de saúde única, devido à diversidade de atores envolvidos e às características do sistema de governança. Embora parte considerável do trabalho com a abordagem de saúde única nas fronteiras dependa de relações interpessoais, é necessário avançar na sua normatização para garantir sua continuidade e eficácia.

O estabelecimento de *Comitês de Fronteira* pode desempenhar um papel importante, impulsionando e implementando a abordagem de saúde única. É relevante analisar os temas abordados e os problemas identificados nesses comitês, como arboviroses, doenças zoonóticas, leishmanioses, influenza aviária, obstáculos no acesso aos serviços de saúde, habilitação de profissionais e imunizações, buscando soluções conjuntas e compartilhando boas práticas.

Através dessa abordagem colaborativa, os Comitês de Fronteira têm o potencial de fortalecer a cooperação entre os países e as regiões fronteiriças, promovendo uma abordagem integral de saúde única e contribuindo para o bem-estar das populações nas áreas limítrofes.

Considerando a existente *Rede Saúde Única – Rede Saúde Humana, Animal e Ambiental*, uma iniciativa interinstitucional promovida pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, estado que faz fronteira com a Argentina e o Uruguai, sua projeção aos países vizinhos tem potencial significativo para a colaboração entre os participantes com o objetivo alcançar objetivos compartilhados e solucionar problemas comuns. A construção dessa *Rede de Saúde Única* exige um engajamento contínuo, o estabelecimento de parcerias sólidas e um compromisso compartilhado com a melhoria da saúde e do bem-estar das populações fronteiriças.

### **Bibliografia consultada**

- Albuquerque, M.V.P., et al. (2020). A pandemia da COVID-19 e os desafios para o Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(suppl 1), 2447-2450.
- Dourado, I., et al. (2020). The COVID-19 pandemic in Brazil: Analysis of supply and demand of hospital and ICU beds and mechanical ventilators under different scenarios. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(3), e00115320.
- Garcia, L.P., et al. (2021). COVID-19 in Brazil: Epidemiological situation and challenges. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(3), e00377820.
- Moura, C.S., et al. (2020). Políticas públicas e o combate à COVID-19: reflexões sobre a experiência brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 54, 85.
- Oliveira, R.A.G., et al. (2021). Desafios para a saúde pública durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração em Saúde*, 23(1), e54308.
- Pereira, G.F., et al. (2020). Saúde transfronteiriça em tempos de pandemia: desafios e estratégias. *Saúde em Debate*, 44(spe2), 58-74.
- Silva, L.A.M., et al. (2020). Desafios da governança em saúde frente à pandemia de COVID-19: uma análise de três regiões metropolitanas no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 29(3), e200823.
- Silva, E.L., et al. (2021). Desafios da vigilância em saúde em tempos de pandemia: a experiência brasileira frente à COVID-19. *Revista de Saúde Pública*, 55, 34.
- Soares, L.R., et al. (2021). Desigualdades sociais e pandemia de COVID-19: um olhar a partir das capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(7), 2627-2638.
- Torres, R.M.C., et al. (2021). Invisibilidades e vulnerabilidades fronteiriças em tempos de pandemia de COVID-19: análise da realidade Brasil-Argentina. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e210224.



**Promoção de Fronteiras Saudáveis no MERCOSUL**  
***Promoción de Fronteras Saludables en el Mercosur***

**Sebastián Tobar**

**Rafael França**

**Carlos Arosquipa**

**Resumo.** O MERCOSUL negocia e constrói a implementação de projeto para promover saúde e bem-estar para suas fronteiras, de maneira a fortalecer as infraestruturas já existentes, como também institucionalizar os fluxos informais de intercâmbio de informações epidemiológicas na região. O projeto tem apoio político dos Governos e apoio financeiro da OPAS. As ações feitas durante a presidência pro tempore do Brasil servirão de base para as próximas ações na região fronteira do MERCOSUL.

**Palavras chave:** fronteiras, cooperação, MERCOSUL.

**Resumen.** El MERCOSUR negocia y constroe la implementación del proyecto para promover salud y bienestar para sus fronteras, de manera a fortalecer las infraestructuras ya existentes, como también institucionalizar los flujos informales de intercambio de informaciones epidemiológicas en la región. El proyecto tiene apoyo político de los Gobiernos y apoyo financiero de la OPS. Las acciones hechas durante la presidencia pro tempore del Brasil servirán de basis para las próximas acciones en la región fronteriza del MERCOSUR.

**Palabras clave:** fronteras, cooperación, MERCOSUR.

### **Introdução**

Frequentemente, ao definir saúde global, traduzimos como desafios, preocupações e ações que transcendem as fronteiras nacionais, que podem ser influenciadas por circunstâncias em diferentes países e que são mais abordadas por processos cooperativos com uma ampla gama de atores, além dos próprios governos (sociedade civil, empresas farmacêuticas, academia).

As fronteiras são chaves na saúde global. Tradicionalmente, têm sido consideradas áreas atrasadas em termos de desenvolvimento, muitas vezes com indicadores sociais e econômicos desfavoráveis em relação às áreas mais desenvolvidas de cada país. Também, às vezes observa-se uma fraca presença do Estado: falta de recursos orçamentários, humanos e de infra-estrutura por parte das instâncias oficiais, locais, estaduais, provinciais e nacionais.

As fronteiras como limites de um país, muitas vezes se revelam pela ausência de programas governamentais, deficiências nos mecanismos ou instrumentos de controle governamental e até mesmo pela presença de organizações criminosas de forma aberta. A faixa de fronteira tem características peculiares e configura-se, em algumas regiões, como sendo uma área pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos e pela falta de coesão social, o que torna esta uma área prioritária para o desenvolvimento econômico e social, além de ser estratégica para a integração sul-americana.

Pelas características supracitadas, podem ser identificadas como áreas de maior vulnerabilidade social e demográfica e de maior risco tanto em relação ao direito à saúde, quanto mais susceptíveis à transmissão de doenças. No passado, as fronteiras eram consideradas limites absolutos entre os países e foram associadas à agenda negativa de intervenção pública com a ideia de garantir a segurança nacional.

Processos de integração como o MERCOSUL têm contribuído para uma mudança de paradigma, onde a fronteira é vista como uma área estratégica para a integração e seu desenvolvimento é priorizado no nível da política nacional, concebendo-os como espaços de desenvolvimento, cultura de paz, espaços de respeito mútuo e responsabilidades compartilhadas. Existem compromissos técnico-políticos nos níveis regional, nacional e do Mercosul que indicam a necessidade de realizar ações conjuntas com os países da região sul-americana. Esses compromissos enfatizam a necessidade de fortalecer as diferentes esferas de gestão (nacional, regional e local) em sua capacidade de prevenir e diagnosticar.

A população que vive no território fronteiriço, bem como a população migrante, encontra-se imersa numa situação complexa, sensível a fatores de natureza econômica e política e onde os instrumentos tradicionais podem muitas vezes apresentar limitações.

Muitas fronteiras desenvolveram processos de imbricação histórica, desenvolvendo fortes laços históricos e culturais entre povos, cujas origens, além de terem nascido de um lado ou de outro dos limites, são anteriores à formação dos Estados Nacionais e à posterior delimitação das fronteiras políticas.

Cidades espelhos ou cidades gêmeas e a população fronteiriça estão sujeitas a fatores contextuais semelhantes em ambos os lados da fronteira, com formas de articulação social e econômica entre cidades vizinhas, considerando a existência de arranjos familiares que atravessam as fronteiras dos países, e até mesmo, em alguns casos, conflitos territoriais persistem entre estados vizinhos.

Sabe-se que as cidades fronteiriças como um todo representam um território social único que constitui um nicho ecológico com características semelhantes e os mesmos fatores de risco, que favorecem a propagação de doenças emergentes e reemergentes sem considerar os limites territoriais dos países, que são caracterizadas por uma forte ligação na economia, saúde, educação, regime laboral, trânsito de pessoas e comércio internacional, entre outros.

### **Fronteiras e MERCOSUL**

Dentro do MERCOSUL Saúde, está sendo desenvolvido o projeto Fronteiras Saudáveis, que inclui o intercâmbio de informações, ações de preparação conjunta em intervenções para eventos de saúde pública em nível regional.

Embora tenha sido priorizada a fronteira como área de trabalho conjunto para focar os processos de integração do MERCOSUL em saúde, diante da recente pandemia de covid-19, muitos países recorreram ao fechamento de seus limites como tecnologia epidêmica para evitar a propagação do vírus da doença.

Longe de construir muros ou cercas de arame farpado para impedir a transferência de pessoas e a propagação de doenças, o contexto atual exige o desenvolvimento de projetos para trabalhar conjuntamente a saúde nas fronteiras do MERCOSUL.

## Projeto "Promovendo Fronteiras Saudáveis e Seguras em MERCOSUL"

A área de saúde do MERCOSUL vem promovendo o trabalho de um grupo com pontos focais dos Estados membros, que, junto com o Escritório do Programa Sub-regional de Cooperação para a América do Sul da Organização Pan-Americana da Saúde, têm promovido o Projeto "Promovendo Fronteiras Saudáveis e Seguras em MERCOSUL"

O objetivo do projeto é desenhar, planejar e implementar um plano de trabalho que permita fortalecer a saúde nas fronteiras, promovendo a integração sanitária em cidades fronteiriças vinculadas e priorizadas (ver Tabela 1), aproveitando as capacidades e fortalezas dos próprios países.

Argentina/ Paraguai	Argentina/ Uruguai	Brasil/ Argentina	Brasil/ Uruguai	Brasil/ Paraguai
Clorinda-Puerto Falcón Nanawa  Formosa-Alberdi	Concordia- Salto	Foz do Iguazu- Puerto Iguazu	Santana do Livramento- Rivera	Foz de Iguazu- Ciudad del Este  Puerto Franco- Hernandarias  Ponta Porá- Pedro Juan Caballero

A proposta foi elaborada e construída de forma colegiada, entre os pontos focais dos Ministérios da Saúde dos Estados do MERCOSUL, durante oficina realizada de 10 a 12 de novembro de 2022.

Os Objetivos propostos são quatro:

1. Fortalecer a vigilância epidemiológica e a resposta integrada em cidades fronteiriças vinculadas prioritárias.
2. Fortalecer a cobertura vacinal nos municípios fronteiriços prioritários do MERCOSUL.
3. Fortalecer o diagnóstico das Redes de Urgência e Emergência nas localidades vinculadas ao MERCOSUL.
4. Preparar os países para futuras emergências de saúde, destacando as lições aprendidas na pandemia de Covid 19, nos pontos de entrada nas cidades fronteiriças vinculadas.

Na tabela 2, apresenta-se as atividades para cada um dos quatro objetivos.

Objetivo	Atividade
1. Fortalecer a vigilância epidemiológica e a resposta integrada em cidades fronteiriças	a. Reunião de planejamento e definição de pontos focais para elaboração de proposta de fortalecimento e compartilhamento de informações.  ativo
	b Gestão de dados com os países. Consolidação e validação com os pontos focais. Elaboração do Mapa de Capacidade para vigilância em cidades fronteiriças vinculadas priorizadas

vinculadas prioritárias.	c. Implementação de um plano piloto para cidades fronteiriças para reporte e comunicação organizacional com uma plataforma digital implementada
	d. Capacitação em vigilância epidemiológica para atuar na detecção, resposta e monitoramento de eventos prioritizados
2. Fortalecer a cobertura vacinal nos municípios fronteiriços prioritários do MERCOSUL.	a. Reunião para definir vacinas prioritárias em cidades de fronteira vinculadas, bem como vacinação
	b. Identificar e definir indicadores de cobertura vacinal e metas para monitoramento e avaliação das campanhas de vacinação.
	c. Elaboração de planos para campanhas binacionais de vacinação em cidades fronteiriças vinculadas que incluam troca de informações
3. Fortalecer o diagnóstico das Redes de Urgência e Emergência nas localidades vinculadas	a. Mapear capacidades instaladas em serviços de urgência e emergência, incluindo recursos humanos em cidades fronteiriças vinculadas.
	b. Definir protocolos de urgência e emergência em localidades fronteiriças vinculadas
4. Preparar os países para futuras emergências de saúde, destacando as lições aprendidas na pandemia da Covid-19, nos pontos de entrada nas cidades fronteiriças vinculadas.	a. Desenvolvimento de capacidades de gestão de emergência em futuras epidemias/pandemias nos pontos de entrada em localidades fronteiriças vinculadas por meio de exercícios de preparação
	b. Desenvolvimento de atividades de formação de inspetores sanitários nos pontos de entrada em localidades fronteiriças vinculadas

**Fonte:** Construção a partir do Projeto

Para o alcance dos objetivos, pretende-se desenvolver ferramentas pactuadas para o intercâmbio de informações epidemiológicas sobre arboviroses, malária e leishmaniose, a implementação de procedimentos operacionais com foco na vigilância epidemiológica e entomológica, incluindo questões de eficácia e resistência a inseticidas, manejo clínico, estratégias de participação das comunidades "Gestão Integrada" (EGI), entre os municípios fronteiriços interligados. Pretende-se fortalecer as habilidades e capacidades locais por meio da formação de pessoal técnico treinado, em aspectos de análise de dados epidemiológicos, controle de vetores, manejo laboratorial e clínico.

Outro dos aspectos contemplados no projeto é o desenvolvimento e elaboração de documentos técnicos e materiais didáticos, ferramentas administrativas e de gestão, protocolos ou manuais técnicos e operacionais, desenvolvimento de mapas de risco para orientar as intervenções e as tomadas de decisão dos gestores.

Embora seja cedo para formular conclusões, considera-se que o projeto formulado e iniciado é um excelente ponto de partida para o trabalho nas fronteiras do MERCOSUL, que poderá muito bem ser replicado nas muitas fronteiras da América do Sul. O modelo para a

elaboração do projeto supõe uma lógica de planejamento estratégico com os atores pertencentes a cada uma das fronteiras priorizadas.

Fronteiras podem ser conceituadas como “territórios”: espaço onde as pessoas vivem, transitam, se comunicam e trabalham. É uma construção social com identidade definida apesar da diversidade de pessoas e grupos que a habitam (Milton Santos, 1994) é constituído por lugares contíguos (como os Municípios de Fronteira), que são espaços espacialmente conectados e lugares em rede, que se conectam por fluxos de informação, que impõem hierarquias e normas, com grande capacidade de gerar mudanças como as que se propõem gerar com o presente projeto.

A falta de recursos e orçamentos limitados ou incipientes para a cooperação em saúde em territórios fronteiriços é muitas vezes apontada como uma dificuldade para avançar no trabalho de saúde fronteiriço. Neste projeto, abre-se uma janela de oportunidades com um recurso disponibilizado pela OPS que, embora não sejam muitos (150.000 uss), permite consolidar um trabalho conjunto e pode gerar oportunidades para o desenvolvimento futuro de outros projetos de cooperação nas fronteiras.

Para o trabalho nas fronteiras, as capacidades técnicas dos Ministérios da Saúde dos quatro Estados membros são sinergizadas, juntamente com as capacidades dos níveis locais para construir uma proposta de intervenção.

As diferenças e assimetrias entre os sistemas de saúde dos países são muitas vezes levantadas como um impedimentos na atenção à saúde nas fronteiras. Este projeto propõe-se a partir da urgência e emergência, podendo incorporar progressivamente outras necessidades assistenciais ou de saúde e até o mapeamento de serviços, podendo gerar a oportunidade de fortalecer os mecanismos de referência e contrarreferência para a população dos territórios de fronteira.

O projeto promove uma abordagem territorial, entendendo as cidades ou vilas fronteiriças vinculadas como espaços que são divididos por uma linha traçada a partir de uma divisão político-administrativa, mas que, no entanto, contêm uma população que compartilha um desenvolvimento histórico comum, uma identidade cultural e epidemiológica própria, dinâmicas econômicas e políticas, e que podem até ser diferentes de seus próprios países de pertencimento.

Convida-se a refletir sobre a necessidade de passar das fronteiras como linhas de separação para uma noção de fronteira como cooperação, desenvolvendo instâncias de governança para gerir os problemas relacionados à saúde e ao bem-estar nesses territórios. Aproveitando-se das experiências exitosas, como também dos erros, a fim de melhorar as políticas em saúde pública, visando melhorar a realidade dessas áreas.

## ABYA YALA

*Carlos Walter Porto-Gonçalves*

Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada no norte da Colômbia tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdeemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

Embora alguns intelectuais, como o sociólogo catalão-boliviano Xavier Albó, já houvessem utilizado a expressão Abya Yala como contraponto à designação consagrada de América, a primeira vez que a expressão foi explicitamente usada com esse sentido político foi na II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala realizada em Quito, em 2004. Note-se que na I Cumbre, realizada no México no ano 2000, a expressão Abya Yala ainda não fora invocada como se pode ler na Declaracion de Teotihuacan quando se apresentam como *“los Pueblos Indígenas de América reafirmamos nuestros principios de espiritualidad comunitaria y el inalienable derecho a la Autodeterminación como Pueblos Originarios de este continente”*.

A partir de 2007, no entanto, na III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala realizada em Iximche, Guatemala, não só se autoconvocam como Abya Yala como ainda resolvem constituir uma Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala, como *“espaço permanente de enlace e intercâmbio, onde possam convergir experiências e propostas, para que juntos enfrentemos as políticas de globalização neoliberal e lutemos pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”*.

Pouco a pouco, nos diferentes encontros do movimento dos povos originários o nome América vem sendo substituído por Abya Yala indicando assim não só outro nome, mas também a presença de outro sujeito enunciador de discurso até aqui calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários. A ideia de um nome próprio que abarcasse todo o continente se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que começaram a superar o longo processo de isolamento político a que se viram submetidos depois da invasão de seus territórios em 1492 com a chegada dos europeus.

Junto com Abya Yala há todo um novo léxico político que também vem sendo construído, no qual a própria expressão povos originários ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a que esses povos em luta encontraram para se autodesignarem e superarem a generalização eurocêntrica de povos indígenas. Afinal, antes da chegada dos invasores europeus

havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que se distinguiram como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoni, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante entre tantos e tantas nacionalidades e povos originários desse continente.

A tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, engendrou a busca de caminhos alternativos, sobretudo por parte dos grandes negociantes genoveses e que encontraram apoio político entre as monarquias ibéricas e na Igreja Católica Romana. Desde então, circuitos mercantis relativamente independentes no mundo passam a ser integrados, inclusive constituindo o circuito Atlântico com a incorporação do Tawantinsuyu (região do atual Peru, Equador e Bolívia, principalmente), do Anahuac (região do atual México e Guatemala, principalmente), das terras guarani (envolvendo parte da Argentina, do Paraguai, sul do Brasil e Bolívia, principalmente) e Pindorama (nome com que os tupi designavam o Brasil). O caráter periférico e marginal da Europa era tal que a expressão orientar-se (ir para o Oriente) indicava a relevância do Oriente à época.

Assim, é com a incorporação dos povos de Abya Yala e o seu subjugo político, juntamente com o tráfico e a escravidão dos negros africanos trazidos para este continente, que se ensejará a centralidade da Europa. Enfim, o surgimento do sistema mundo moderno se dá junto com a construção da colonialidade. É de um sistema mundo moderno-colonial que se trata, portanto. E é esse caráter contraditório inscrito no sistema mundo moderno, que procura olvidar o seu caráter também colonial, que os povos originários de Abya Yala vêm procurando explicitar na luta “pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”. Deste modo, a descolonização do pensamento se coloca como central para os povos originários de Abya Yala. Como bem assinalou LuisMacas, da CONAIE – Coordinadora de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador – “nuestra lucha es epistémica y política” onde o poder de designar o que é o mundo cumpre um papel fundamental. Vários intelectuais ligados às lutas dos povos de Abya Yala têm assinalado o caráter etnocêntrico inscrito nas próprias instituições, inclusive no Estado Territorial, cujo eixo estruturante está na propriedade privada e que encontra no Direito Romano seu fundamento.

Apesar de sua origem regional europeia, os fundamentos do Estado Territorial, inclusive a ideia de espaços mutuamente excludentes, como a propriedade privada, tem sido imposto ao resto do mundo como se fossem universais, ignorando as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais que predominavam na maior parte do mundo, quase sempre comunitárias e não mutuamente excludentes. Na América Latina, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, como afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano, explicitando o caráter colonial das instituições que sobreviveram após a independência e que ilumina a declaração de Evo Morales Ayma quando de sua posse na Presidência da República da Bolívia, em 2006, quando afirmara que “é preciso descolonizar o Estado”.

Para que não se pense que se trata de uma afirmação abstrata, registre-se que os concursos para servidores públicos naquele país eram feitos exclusivamente em língua espanhola, quando aproximadamente 62% da população pensam em quechua, aymara e guarani, línguas que falam predominantemente no seu cotidiano. Em países como a Guatemala, Bolívia, Peru, México, Equador e Paraguai, assim como em certas regiões do Chile (no sul, onde vivem aproximadamente um milhão de Araucanos/Mapuches), da Argentina (Chaco norteño) e da Amazônia (brasileira, colombiana e venezuelana) o caráter colonial do Estado se faz presente com todo seu peso.

O “colonialismo interno”, expressão consagrada por Pablo Gonzalez Casanova, se mostra atual, enquanto história de longa duração atualizada. Não raro essas regiões são objeto de programas de desenvolvimento, quase sempre de (des)envolvimento, de modernização, quase sempre de colonização (aliás, essas expressões, quase sempre, são sinônimas). A escolha do nome Abya Yala dos kuna recupera a luta por afirmação dos seus territórios de que os Kuna foram pioneiros com sua revolução de 1925, consagrada em 1930 no direito de autonomia da Comarca de Kuna Yala com seus 320 mil e 600 hectares de terras mais as águas vizinhas do arquipélago de San Blas.

A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários que se delinea a partir dos anos oitenta do século passado e que ganha sua maior expressão nos anos noventa e inícios do novo século, revelando mudanças profundas tanto do ponto de vista epistêmico como político. Nesse novo ciclo de lutas, ocorre um deslocamento da luta pela terra enquanto um meio de produção, característico de um movimento que se construiu em torno da identidade camponesa, para uma luta em torno do território. As grandes Marchas pela Dignidade e pelo Território de 1990 que foram mobilizadas na Bolívia e no Equador com estruturas organizacionais independentes são marcos desse novo momento. “Não queremos terra, queremos território”, eis a síntese expressa num cartaz boliviano.

Assim, mais do que uma classe social, o que se vê em construção é uma comunidade etnopolítica, enfim, é o indigenato (Darcy Ribeiro) se constituindo como sujeito político. Considere-se que foi fundamental para essa emergência a tensa luta dos misquitos no interior da Revolução Sandinista na Nicarágua (1979-1989) pela afirmação de seu direito à diferença e à demarcação de seus territórios que, apesar de todo o desgaste que trouxe àquela experiência revolucionária, em grande parte pela colonialidade presente entre as correntes políticas e ideológicas que a lideraram, nos legou uma das mais avançadas legislações sobre os direitos de autonomia dos povos originários, conforme nos informa Héctor Diaz-Polanco.

O levantamento zapatista de 1º de janeiro de 1994 daria grande visibilidade a esse movimento que, ainda que de modo desigual, se espraia por todo o continente ao mostrar, pela primeira vez na história, que os povos originários começam a dar respostas mais que locais/regionais a suas demandas. O protagonismo desse movimento tem sido importante na luta pela reapropriação dos seus recursos naturais como se pode ver em 2000, em Cochabamba, na Guerra del Água e, em 2005, na Guerra do Gás, ambas na Bolívia, mas também entre os araucanos/mapuche, no Chile, na luta pela reapropriação do rio Bio Bio ameaçado pela construção de hidrelétricas, ou ainda na luta contra a exploração petroleira no Parque Nacional de Yasuny, na Amazônia equatoriana, ou na fronteira colômbio-venezuelana também na luta contra a exploração petroleira, entre tantos outros exemplos.

Esse movimento tem sido fundamental ainda na luta pela preservação da diversidade biológica, em grande parte associada à diversidade cultural e linguística. A dimensão territorial desse movimento se mostra também no seu protagonismo diante das novas estratégias supranacionais de territorialização do capital, como no caso do NAFTA, da ALCA e dos TLCs. O movimento zapatista explicitou melhor que qualquer outro esse sentido, ao fazer emergir o México Profundo, poder-se-ia dizer a América Profunda, exatamente no dia em que se assinava o NAFTA. O protagonismo do movimento dos povos originários também foi importante na luta contra a Alca e aos Tratados de Livre Comércio que se seguiu à derrota da Alca. Como se vê, a luta pelo território assume um caráter central e numa perspectiva teórico-política inovadora na



medida em que a dimensão subjetiva, cultural, se vê aliada à dimensão material – água, biodiversidade, terra.

Território é, assim, natureza + cultura, como insistem o antropólogo colombiano Arturo Escobar e o epistemólogo mexicano Enrique Leff, e a luta pelo território se mostra com todas as suas implicações epistêmicas e políticas. Quando observamos as regiões de nosso continente que abrigam a maior riqueza em biodiversidade e em água podemos ver o quão estratégicos esses povos são e tendem cada vez mais a ser diante das novas fronteiras de expansão do capital (Díaz-Polanco, Ceceña e Ornelas).

Abya Yala se coloca assim como um atrator (Prigogine) em torno do que outro sistema pode se configurar. É isso que os povos originários estão propondo com esse outro léxico político. Não olvidemos que dar nome próprio é se apropriar. É tornar próprio um espaço pelos nomes que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando um espaço seu espaço – um território. A linguagem territorializa e, assim, entre América e Abya Yala se revela uma tensão de territorialidades.

## Referências

- ALBÓ, Xavier; BARRIOS, Raúl: Cultura y política, vol. 1: “Violencias encubiertas en Bolivia”, Aruwiyiri, La Paz, CIPCA, 1993.
- CECEÑA, Ana Esther: “Los desafíos del mundo en que caben todos los mundos y la subversión del saber histórico de la lucha”, Revista Chiapas, núm. 16, México, D.F., IIE-UNAM-Clacso, 2004.
- ESCOBAR, Arturo: La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo, Bogotá, Norma, 1996.
- DÁVALOS, Pablo: Yuyarinakuy: “digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que somos”, Quito, Ediciones Icci-Abya Yala, 2001.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor: El canon Snorri: diversidad cultural y tolerancia, México, Universidad de la Ciudad de México, 2004.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo: “Colonialismo Interno (una redefinición)”, en BORON, A., AMADEO, J. y GONZÁLEZ, S. (comps.), La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas, Buenos Aires, Clacso, 2006.
- LEFF, Enrique: Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza, México, D.F., Siglo XXI, 2004.
- MACAS, Luis: “Reflexiones sobre el sujeto comunitario, la democracia y el Estado”, Entrevista realizada por Daniel Mato, en MACAS, L. y DÁVALOS, P., Entrevistas a Intelectuales Indígenas, núm. 3, Caracas, Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Universidad Central de Venezuela. Disponible en: <http://www.globalcult.org.ve/entrevistas.html>.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter: “Latifundios genéticos y existencia indígena”, Revista Chiapas, núm. 14, México, D.F., IIE-UNAM, 2002.
- QUIJANO, Aníbal: “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, en LANDER, Edgardo (comp.), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Buenos Aires, Clacso, 2000.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia: Oprimidos, pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y q'hechwa de Bolivia, 1980-1990, La Paz, CSUTCB, s/d.
- VENTOCILLA, Jorge., HERRERA, Heraclio; NÚÑEZ, Valerio: El espíritu de la tierra: plantas y animales en la vida del pueblo Kuna, Quito, Abya Yala, 1999

## Saúde global e diplomacia da saúde na África

### *Global health and health diplomacy in Africa*

**Augusto Paulo**

**Tomé Cá**

**Manuel Mahoche**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *This report brings the observations made on global health and health diplomacy activities developed by the different bodies of the African Union. In this period, the biggest highlights are the Africa-US summit on trade relations with the continent, which have ups and downs, motivating mistrust and fears of loss of the American market in the different latitudes of the continent, especially in South Africa. Until now the country has been regarded as the biggest beneficiary in trade relations with the US, but with the changes brought about by the conflict between Russia and Ukraine associated with South Africa's neutral position, is imminent the possibility of the USA excludes from the AGOA program its most privileged partner in trade preferences. The public health risk communication and community engagement experts gathered in Uganda call on countries to consider communication as a key pillar of public health emergency response. CDC Africa has signed an MOU with USP to increase production and access to medical products on the continent. With Norway, the CDC Africa Health Economics Program launched an interesting initiative for countries to adopt techniques and their institutionalization for priority setting. CDC Africa has just renewed its Advisory and Technical Council bringing a Lusophone, Dr Eduardo Samo Gudo, from the INS of Mozambique, elected President for the next three years, a great achievement of this CPLP country bathed in the Indian Ocean.*

**Keyword:** *African Union; USA; Africa CDC.*

**Resumo:** O presente informe traz as observações realizadas sobre as atividades de saúde global e diplomacia da saúde desenvolvidas pelos diferentes órgãos da União Africana. Nesse período, os maiores destaques são a cimeira África-EUA sobre relações comerciais com o continente, que têm altos e baixos, motivam desconfianças e medos de perda de mercado americano nas diferentes latitudes do continente, principalmente na África do Sul. Até agora o país era tido como o maior beneficiário nas relações comerciais com os EUA, mas com as alterações provocadas pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia associadas à posição de neutralidade da África do Sul, pairam no ar possibilidades dos EUA excluir do programa AGOA o seu parceiro mais privilegiado nas preferências comerciais. Os especialistas de comunicação de risco de saúde pública e envolvimento da comunidade, reunidos no Uganda, apelam aos países para considerarem a comunicação como pilar fundamental da resposta a emergências de saúde pública. O CDC África assinou um MOU com a USP dos EUA para aumentar a produção e acesso a produtos médicos no continente. Com a Noruega, o Programa de Economia da Saúde do CDC África lançou uma iniciativa interessante para que os países adotem técnicas e sua institucionalização para a definição de prioridades. O CDC África acaba de renovar o seu Conselho Consultivo e Técnico trazendo um lusófono, o Dr. Eduardo Samo Gudo, do INS de Moçambique, eleito Presidente para os próximos três anos, uma grande conquista desse país da CPLP banhado pelo Oceano Índico.

**Palavras-chave:** União Africana; CDC; África; EUA.

### 15ª Cimeira de Negócios EUA-África para revitalizar o comércio com o continente

A capital do Botsuana, Gaborone, acolheu de 12 a 14 de julho a 15ª “[US-África Business Summit](#)”, uma cimeira de negócios entre os Estados Unidos e a África, mais conhecida pela sigla em inglês AGOA (*U.S. African Growth and Opportunity Act*). No programa, intercâmbios entre representantes políticos, instituições financeiras e empresas para tentar reforçar as trocas comerciais entre Washington e o continente, como se propõe desde o início do seu mandato o presidente Joe Biden.

Em fevereiro, o [The Economist](#) fez um balanço sobre esse programa comercial dos Estados Unidos com a África, resumindo de que AGOA criou empregos, mas não correspondeu às expectativas dos africanos. A revista narra uma história de um industrial de origem indiana, Pankaj Bedi. Ele passeia por sua fábrica à beira de Nairobi, passando por máquinas de costura barulhentas, trabalhadores agitados e caixas de jeans. *Nada disso estaria aqui*, diz ele, *se não fosse através de U.S. African Growth and Opportunity Act. (AGOA)*. Essa política comercial histórica foi introduzida por Bill Clinton em 2000, concedendo acesso livre de impostos para mais de 6.000 produtos da África subsaariana. Dois anos depois, Bedi abriu a United Aryan, seu negócio de roupas no Quênia.

Ultimamente, os financiadores de Bedi têm feito a mesma pergunta: o que acontecerá em 2025, quando o programa AGOA terminar? Será estendido, assegura-os, como tem sido antes. O problema é que o Congresso dos Estados Unidos tem o hábito de esperar até o último minuto. Ele já colocou em espera planos para cultivar algodão e fazer seu próprio tecido. Se uma extensão não for promulgada este ano, os pedidos de compradores americanos podem começar a cair, ao custo de empregos africanos.

Só que sopram ventos contrários ao comércio. Mais demoras reforçariam um senso de deriva, mesmo que o governo de Biden esteja tentando aprofundar os laços econômicos na África para combater a influência da China e da Rússia. As importações americanas da África subsaariana caíram desde 2008, principalmente porque compraram menos petróleo africano. As outras importações para os EUA, fora os combustíveis, incluindo vestuário, nozes e carros sul-africanos aumentaram rapidamente nos primeiros anos do AGOA, mas cresceram apenas modestamente desde então. Os 35 beneficiários do AGOA representam coletivamente cerca de 1% das importações americanas, menos do que antes da aprovação desse Ato. Como parceiro comercial da África, a América foi ultrapassada pela China. E as razões estão principalmente fora do próprio AGOA. É apenas um dos vários esquemas pelos quais os países ricos concedem preferências comerciais aos mais pobres para lhes dar uma vantagem na escada do desenvolvimento. Mas em um mundo onde a maioria das tarifas caiu, as preferências importam menos. Das 30 maiores importações dos EUA de países elegíveis para AGOA, 20 entrariam sem tarifas de qualquer maneira, de acordo com as Nações Unidas. E estes incluem metais preciosos, diamantes, cacau, baunilha e café. A exceção importante é o vestuário, que normalmente atrai tarifas tão altas quanto 32%. Aqui AGOA dá aos exportadores africanos uma vantagem. Os fabricantes dos países africanos mais pobres estão isentos de tarifas, mesmo que utilizem tecidos fabricados noutros locais. No Lesoto, Madagascar, Quênia e Etiópia, centenas de milhares de trabalhadores costuram materiais enviados da Ásia em roupas para consumidores norte-americanos.

Os otimistas esperam que [a fabricação de roupas possa iniciar uma revolução industrial na África](#), como aconteceu na Ásia e em outros lugares. Mas na maioria dos países africanos o custo das máquinas, da energia e da mão-de-obra é ainda demasiado elevado para competir em pé de igualdade com países como o Bangladesh, que beneficia de economias de escala e tem enormes grupos de empresas de vestuário e têxteis a trocar conhecimentos e trabalhadores qualificados. "*Somos capazes de sobreviver apenas por causa da AGOA*", diz o chefe de um fabricante queniano.

A incerteza não ajuda. As preferências comerciais não são normalmente estabelecidas num tratado. Isso significa que eles podem ser retirados em curto prazo, como aconteceu com Ruanda em 2018, depois que irritou as empresas americanas, proibindo as importações de roupas de segunda mão. E no ano passado a América expulsou a Etiópia da AGOA por causa das suas violações dos direitos humanos. Um gerente de fábrica em um parque industrial na cidade etíope de Hawassa diz que os negócios lá são "totalmente secos", com empresas deixando negócios e trabalhadores ociosos.

Depois, há a incerteza sobre a renovação do programa AGOA. Em 2015, foi estendida por 10 anos para proporcionar um pouco mais de conforto. Mas o investimento vai desacelerar bem antes de expirar. Jean-Claude Mazingue, diretor de operações da SOCOTA, que fabrica roupas e têxteis em Madagascar, diz que os investidores no país têm recursos e conhecimento para construir uma fábrica de fiação para fabricar fios. "*Por que adiamos um pouco?*" ele pergunta. "*É porque não sabemos o que vai acontecer com a AGOA.*"

Essa mensagem está lentamente se infiltrando em Washington, onde AGOA goza de apoio bipartidário e do apoio do poder executivo. Katherine Tai, a representante comercial dos EUA, falou da necessidade de "*construir sobre as realizações da AGOA*". A Comissão de Comércio Internacional dos EUA, uma agência federal, está realizando audiências sobre o programa e apresentará suas conclusões às autoridades. Ainda assim, uma extensão rápida não é garantida. Adrian Smith, o presidente republicano do subcomitê de comércio na Câmara dos Representantes, diz que está "*preocupado*" que sem maior urgência AGOA poderia ir o caminho de outros esquemas de preferência comercial que tenham caducado.

E os novos desafios avolumam-se. Fala-se também sobre como aprofundar a relação comercial assinando acordos bidirecionais. "*As preferências por si só não são realmente o que impulsiona o investimento no continente*", diz Constance Hamilton, representante comercial assistente para a África. [Os EUA estão em negociações com o Quênia](#) sobre uma parceria comercial e de investimento que cobriria questões como normas, regulamentos e direitos dos trabalhadores, embora sem tarifas, por enquanto. *Eventualmente*, diz Hamilton, *o tipo de acordo que está sendo discutido com o Quênia poderia fornecer a "rampa de saída" para outros países que querem ir além das preferências para uma parceria mais ampla.*

Muitos na África sonham com o continente negociando como um bloco único. Cerca de 44 países ratificaram o Acordo que criou Zona de Comércio Livre Continental. Mas a implementação está atrasada e levará muito tempo até que eles estejam prontos para falar à uma só voz em negociações comerciais, diz Eckart Naumann do Trade Law Centre, um think-tank sul-africano.

O que quer que venha a seguir, a lição de a AGOA é que o acesso ao mercado por si só não é suficiente. "*O padrão é claro: onde houve investimento, você viu exportações*", diz David Luke, da London School of Economics. Apenas metade dos beneficiários da AGOA tem estratégias para tirar proveito dela. Os EUA poderiam ajudar através de iniciativas como a

Prosper África, criada pelo governo Trump para promover o comércio e o investimento. Florie Liser, do Corporate Council on África, uma associação empresarial americana, sugere que o governo deve conceder isenções fiscais às empresas que investem na produção em África.

Em dezembro de 2022, o Presidente Joe Biden deu as boas-vindas aos líderes em Washington para a primeira cúpula EUA-África em oito anos, em um sinal de que a América está tentando revigorar seu relacionamento com o continente. A doze mil quilômetros de distância, na sua fábrica em Nairobi, Bedi pensa que também já é tempo de os governos e as empresas africanas aproveitarem o momento. Seu próprio sucesso mostra os benefícios potenciais de AGOA. Mas para a África como um todo, "*tem sido a maior oportunidade perdida*", desabafa.

Apesar de mistura de otimismo e de pessimismo trazida pela revista The Economist, e decorrido quase um ano depois da Cúpula de Chefes de Estado de Washington, a tônica é de novo colocada na cooperação económica e comercial com esta Cimeira de Gaborone. Nessa altura, a Casa Branca comprometeu-se a desbloquear 55 bilhões de dólares ao longo de três anos e a concluir acordos privados no valor de 15 bilhões de dólares. Trata-se, portanto, de ganhar novos contratos e demonstrar «*a amplitude dos recursos e dos futuros financiamentos*», segundo Scott Nathan, à frente da DFC (*Development Finance Corporation*), o braço armado de Washington.

É preciso dizer que, em termos de laços comerciais com África, os Estados Unidos estão muito atrás da China, com 83 bilhões de dólares em comércio em 2021, contra mais de 250 bilhões para Pequim - que está ao lado da União Europeia.

Além disso, trata-se de ajudar a África a subir de nível, a fim de criar mais valor acrescentado no continente, e de aproveitar todas as vantagens que a nova Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA - *African Continental Free Trade Area*) terá para oferecer.

Para o conselheiro para a África da Casa Branca, Judd Devermont:

*Esta reunião dos meios de negócios no Botswana é a ocasião de voltar aos esforços desenvolvidos pelos Estados Unidos desde a cimeira de Washington: como disse Joe Biden, estamos 100% com a África, e tenho o prazer de anunciar que mantemos essa promessa, com reuniões nos mais altos níveis, investimentos significativos e sérios no continente, e estamos também na linha da frente para reclamar um lugar para África em todas as instituições internacionais de importância.*

O Presidente do Níger, Mohamed Bazoum, faz parte dos Chefes de Estado que fizeram a viagem, para ouvir o que os Estados Unidos têm a pôr sobre a mesa: "*As nossas relações comerciais, entre o Níger e os Estados Unidos, infelizmente, não são muito famosas. As discussões que temos no âmbito deste fórum fazem parte dos esforços dos Estados Unidos de permitir que os capitais americanos sejam investidos em África.*"

Quer as parcerias sejam feitas com os Estados Unidos ou a China, o importante é que a África não seja mais uma simples terra de exportação de matérias-primas, segundo Ejike Egbuagu. Ele é o chefe da empresa de financiamento Moneda, com sede na Nigéria: "*As parcerias que buscamos são mais colaborativas, onde há capital injetado, mas também tecnologias e habilidades.*"

Para mostrar que o interesse é recíproco quanto às propostas americanas, vários Chefes de Estado africanos fizeram a deslocação. Estão presentes, nomeadamente, os Presidentes do Níger, de Moçambique, do Zimbabué e, evidentemente, do Botsuana.

Por outro lado, o grande ausente é a África do Sul: nenhum sinal do Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, enquanto seu país, que mais beneficia da [AGOA](#), vê pairar [a ameaça de uma exclusão](#), por causa de sua proximidade com a Rússia.

Porque o futuro deste sistema de preferência comercial que facilita o acesso dos países africanos ao mercado americano está entre as questões pendentes. Uma lei que acabou por beneficiar pouco o conjunto do continente, e que expira em 2025, enquanto outras iniciativas como a «Prosper África» se desenvolvem e a AfCFTA reconstrói os mapas.

O Chefe de Estado do Botsuana, Mokgweetsi Masisi, aliás defendeu na abertura da Cimeira para uma renovação desta lei da AGOA a fim de *“lançar um sinal forte aos mercados.”*

## CDC ÁFRICA

**Imagem 1: Reunião de especialistas em comunicação de risco**



Fonte: CDC África, 2023

Os membros da Comunicação de Risco de Saúde Pública e Envolvimento da Comunidade, Comunidade de Práticas para África (PH-RCCE-CoPA, The Public Health Risk Communication and Community Engagement - Community of Practice for Africa) pediram que os países priorizem a Comunicação de Risco e o Envolvimento da Comunidade (RCCE - Risk Communication and Community Engagement) como um pilar fundamental da resposta a emergências de saúde pública. Os especialistas em promoção da saúde e comunicação de riscos, representando 48 Estados-Membros da União Africana, enfatizaram que o envolvimento precoce da comunidade é fundamental para garantir a apropriação comunitária da intervenção de saúde pública durante os surtos de doenças. Portanto, estratégias, bem como os recursos financeiros para resposta a emergências, devem ser descentralizados e estendidos para cobrir as atividades do RCCE.

Os participantes fizeram esse apelo no encerramento de [uma oficina de revisão técnica](#) de 3 dias realizada em Kampala, no Uganda, de 27 a 29 de junho, sob os auspícios da PH-RCCE-CoPA que foi criada em maio de 2020 pelo CDC África e pela OMA-AFRO. para promover as melhores práticas, a aprendizagem contínua e o intercâmbio de conhecimentos entre os países africanos, e continuar a fornecer liderança estratégica e coordenação para iniciativas de

comunicação de risco de saúde pública e envolvimento da comunidade no continente e institucionalizar o PH-RCCE como parte essencial das intervenções de saúde pública em África.

Na abertura da oficina, Peter Kabelo, especialista em linguagem no CDC África, fez uma observação de boas-vindas em nome do Dr Benjamin Djoudalbaye, Chefe da Diplomacia e Comunicação de Política de Saúde, em que ele enfatizou a importância da distribuição equitativa de informações e comprometimento com as comunidades durante um surto. *"Dada a diversidade cultural e linguística falada em África, temos de explorar formas inovadoras de garantir que as estratégias de comunicação e envolvimento são adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade nos nossos respectivos países"*, observou.

Com mais de 200 membros em todo o continente, o PH-RCCE-CoPA vem realizando webinars mensais de conhecimento e compartilhamento de experiências que têm sido fundamentais para reunir especialistas em RCCE para conhecimento e troca de experiências sobre a Covid-19, Mpox, Ebola e outras emergências de saúde pública.

Durante a reunião de Kampala, os países apresentaram sua experiência única de RCCE enquanto respondiam a vários surtos. E entre os principais desafios destacados estavam a baixa adesão a medidas preventivas, hesitação vacinal, capacidade humana e financeira inadequada para executar as atividades do RCCE e falta de estrutura legal do RCCE para a sua sustentabilidade.

Diana Atwine, Secretária Permanente do Ministério da Saúde do Uganda, que agradeceu o evento como convidada de honra no ato de encerramento, afirmou:

*"No passado recente, a maioria dos países durante emergências tem se concentrado no fortalecimento da vigilância, sistemas de laboratório, logística e gestão e manejos de Casos, com foco mínimo em abordar questões que tocam os corações das pessoas nas comunidades. O surto do Ébola na África Ocidental, que levou quase dois anos e outros surtos que vieram depois, nos ensinou uma grande lição sobre a importância da comunicação de risco, particularmente envolvendo e ouvindo as comunidades afetadas. Portanto, a conscientização e o envolvimento efetivo das comunidades afetadas é fundamental na prevenção e controle de epidemias".*

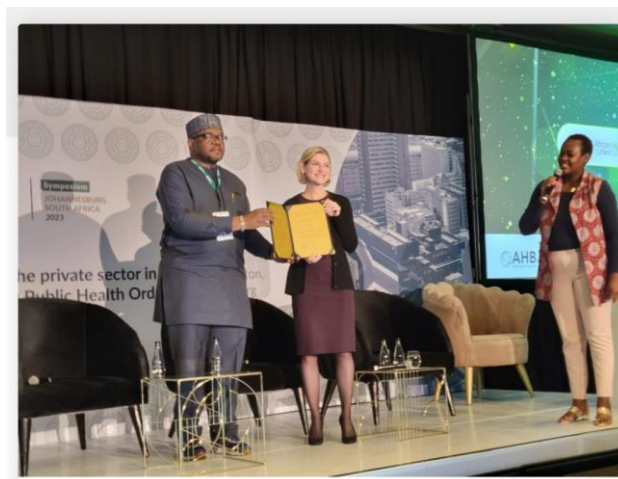
Além de criar uma via para os pontos focais e parceiros do RCCE no continente, o CDC África e seus parceiros também adotaram um módulo de treinamento continental do RCCE e organizaram oficinas regionais de capacitação de atualização do RCCE para os especialistas do RCCE em todas as regiões da União Africana e treinou mais de 120 especialistas em RCCE em 2022. À medida que o continente transita do estado de emergência da resposta à Covid-19 para uma resposta integrada com outros surtos de doenças, o CDC África está a fazer um balanço de todas as plataformas estabelecidas para apoiar a resposta continental à Covid-19, para alavancar essas plataformas para outras atividades de resposta a emergências de doenças.

A Comunidade de Prática do RCCE também realizou sua segunda eleição de membros do Comitê Diretor como um dos principais resultados desta reunião técnica e de planejamento. Assim, os quatro novos membros do Comitê Diretor, eleitos por seus colegas para liderar a CoP para os próximos dois (2) anos, incluem Da Costa ABOAGYE, do Gana - Presidente (África Ocidental), Sinenhlanhla JIMOH, África do Sul - Co-Presidente - (África Austral), Lucien Emmanuel Francky IBATA, República do Congo - Comitê Diretor - (África Central) e Wycliffe

MATINI, do Quênia - Comitê Diretor - (África Oriental) e o representante da África do Norte será identificado em breve.

## CDC África e USP

### Imagem 2: MOU para fabricação regional e fortalecimento de sistemas regulatório e de laboratório



Fonte: CDC África, 2023

O CDC África assinou [um Memorando de Entendimento \(MOU\)](#) com a Convenção de Farmacopeia dos Estados Unidos (USP - *The United States Pharmacopeia Convention*) para expandir o acesso a produtos médicos com garantia de qualidade na África, aumentando a fabricação regional, fortalecimento de capacidade de regulação, de mercado e das redes de laboratórios clínicos e de saúde pública.

Por meio deste MOU, a USP se compromete a apoiar os esforços do CDC África para melhorar a equidade em saúde por meio da expansão da manufatura e do fortalecimento dos sistemas de saúde. Essa colaboração alavancará o trabalho de décadas da USP em ambas as áreas, o que resultou em mais de 70 produtos alcançando a pré-qualificação da OMS ou outras aprovações regulatórias reconhecidas internacionalmente e apoiando 34 laboratórios para acreditação global.

No âmbito desse MOU as 4 áreas de colaboração são:

- ❖ Apoiar o aumento da produção de vacinas, diagnósticos e produtos médicos com garantia de qualidade por meio de transferência de tecnologia, melhorias no cumprimento de boas práticas de fabricação atuais e estratégias de modelagem de mercado;
- ❖ Fortalecer sistemas e redes de laboratórios clínicos e de saúde pública por meio de melhorias contínuas na competência da força de trabalho, modelagem de sustentabilidade e obtenção de credenciamentos relevantes;
- ❖ Fortalecer os sistemas regulatórios para vacinas, diagnósticos e produtos médicos, promovendo a maturidade regulatória, melhorando a harmonização regulatória e melhorando as políticas e legislações regulatórias, entre outras áreas;
- ❖ Apoiar o desenvolvimento da força de trabalho e competências continentais nos domínios laboratorial, regulatório e de fabricação farmacêutica;



## CDC África

### **Lançamento do Quadro Continental para institucionalizar a definição de prioridades (HEP, Health Economics Programme)**

O Programa de Economia da Saúde do CDC África lançou uma iniciativa prioritária para facilitar o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia continental para promover a institucionalização da definição de prioridades informadas pelos dados (EIPS, *Evidence Informed Priority-setting*) aos níveis continental, regional e nacional em toda a África. A iniciativa envolve várias atividades em andamento que desenvolverão o necessário mecanismo de definição de prioridades continental, regional e nacional para apoiar o trabalho das agências da União Africana (CDC África, Agência Africana de Medicamentos, entre outros) e desenvolver uma abordagem comum para a institucionalização do país de definição de prioridades baseadas em evidências para políticas de saúde. Isso incluirá mecanismos dedicados para apoiar os países a desenvolver e implementar estruturas de governança e fortalecer a capacidade de demanda e oferta do EIPS, trabalhando com outras organizações regionais e parceiros acadêmicos e de pesquisa.

Em junho deste ano, o Programa de Economia da Saúde organizou e hospedou uma oficina de consulta técnica dos Estados-Membros e das partes interessadas para estabelecer uma visão comum para um Quadro Continental destinado a apoiar a institucionalização da definição de prioridades com base em evidências. Esperava-se com essa oficina a criação de uma plataforma para implicar os Estados-Membros nos seus principais objetivos e necessidades relacionados com a definição de prioridades e com o amplo apoio dos parceiros nesta área. Estes conhecimentos vêm moldando o desenvolvimento contínuo de uma estrutura continental para apoiar a institucionalização da definição de prioridades informadas por evidências na África, liderada pelo HEP (*Health Economics Programme*) em colaboração com um grupo de trabalho especializado.

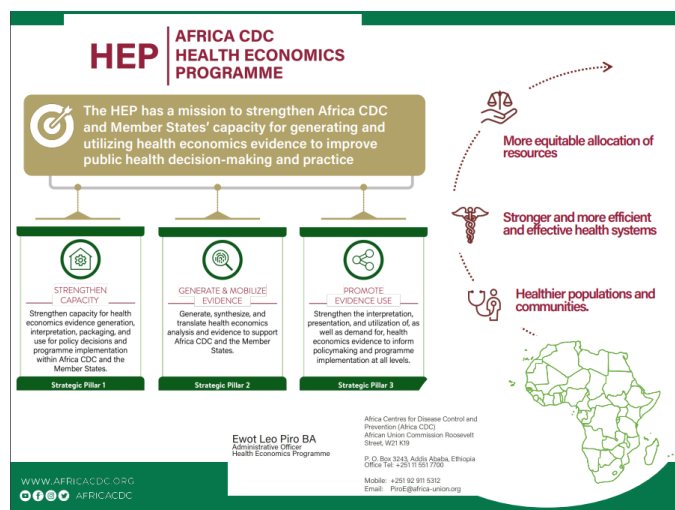
A oficina contou com uma grande participação dos Estados-Membros, com dezassete (17) representados, incluindo membros seniores das Direções de Planejamento, Política e Finanças em todos os Ministérios da Saúde e seus especialistas em economia da saúde representando as 5 regiões da União Africana. Além disso, a presença de delegações das Comunidades Económicas Regionais como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, *The Intergovernmental Authority on Development*), a Comissão do Oceano Índico (IOC, *The Indian Ocean Commission*) e a Comunidade da África Oriental (CEA) bem como vários parceiros técnicos e de financiamento no continente, registando-se a presença do Centro de Desenvolvimento Global (CGD, *Centre for Global Development*), Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária, (*Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria*), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundação Bill e Melinda Gates, GAVI, CHAI (*Clinton Health Access Initiative*), Instituto Norueguês de Saúde Pública (*Norwegian Institute of Public Health*), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD, *Agence Française de Développement*), Instituto de Pesquisa Médica do Quênia (KEMRI, *Kenya Medical Research Institute*) e a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD, *The Norwegian Agency for Development Cooperation*).

Todos esses delegados e parceiros se reuniram em Nairobi para estabelecer uma visão comum para um quadro continental para apoiar a institucionalização da definição de prioridades Informadas em África. O discurso de abertura foi feito pelo Diretor-Geral Adjunto do Ministério da Saúde do Quênia, Sultani Matendechero.

Ao capitalizar esse mandato, o programa HEP também estabeleceu uma plataforma que promoverá um apoio coordenado, harmonizado e contextualmente relevante aos Estados-Membros em sua jornada para a implementação efetiva da institucionalização de prioridades explícitas informadas, definir abordagens para a concepção de pacotes de benefícios para a saúde, reconhecidos como um processo de capacitação e desenvolvimento institucional a longo prazo. A primeira fase desta jornada teve como objetivo apresentar aos decisores políticos e partes interessadas relevantes nos Estados-Membros os conceitos subjacentes à definição sistemática de prioridades informadas por evidências, seus requisitos e o que pode alcançar quando feito corretamente e obter e fornecer informações dos países sobre a fase em que se encontram relativamente aos processos de definição de prioridades fundamentados em dados concretos na concepção/revisão da concepção dos pacotes de benefícios e nas práticas de afetação de recursos correspondentes.

Para este fim, o programa HEP também iniciou ações de desenvolvimento de capacidades multifásicas e apoio político aos Estados-Membros em Nairobi entre 12 e 13 de junho do corrente ano. Este primeiro *workshop* de dois dias sobre o 'Design e Desenvolvimento de Pacotes de Benefícios para a Saúde através de processos de estabelecimento de prioridades Justas em África' (*Design and Development of Health Benefits Packages through Fair Priority Setting Processes in Africa*) centrou-se na região oriental, tendo como alvo os seus 14 Estados-Membros e foi organizado e facilitado em colaboração com o Centro de Ética e Prioridade da Universidade de Bergen da Noruega (BCEPS, [Bergen Centre for Ethics and Priority Setting](#)) e do Centro de Desenvolvimento Global (CGD). Nas fases subsequentes, o programa HEP visa fornecer treinamentos sobre habilidades técnicas específicas em torno da realização de configurações de prioridades explícitas e fundamentadas em evidências, adaptadas às necessidades do país e às lacunas existentes.

**Imagem 3: Programa de Economia da Saúde do CDC**



Fonte: CDC África, 2023

### CDC África CDC: uma nova estratégia para acelerar a agenda 2063

O CDC África juntou-se aos Chefes de Estado e de Governo, à Comissão da União Africana (AUC) e aos seus Órgãos, aos líderes empresariais africanos e às principais instituições pan-africanas em 8 de junho, numa comemoração anual do Dia de Integração Africana. À margem das celebrações, foi organizado um primeiro evento para 2023 conhecido como Boma

África para mostrar os sucessos alcançados até agora na jornada de integração com foco na assinatura do [Pacto 4D](#).

Sob os auspícios da Iniciativa Afro-Champions, o CDC África com outros patrocinadores inaugurais do Pacto 4D, assinou o Pacto 4D da União Africana. O Pacto visa mobilizar instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD, Development Finance Institutions), agências multilaterais de desenvolvimento, Estados-Membros, corporações e outras partes interessadas continentais e globais importantes para acelerar o ritmo da integração africana através da Agenda 2063 e instrumentos conexos.

O Pacto está ancorado em suas duas (2) áreas emblemáticas, (i) a Carteira Africana de Saúde Pública e (ii) o Acelerador da Cadeia de Valor da Bio-Inovação 4D (4D BioNovac). O Pacto 4D é um compromisso estratégico das instituições pan-africanas que trabalham em conjunto para promover e utilizar plataformas em larga escala e aceleradores de inovações nos níveis do setor público e privado. Na sua alocução, o Presidente da África do Sul, afirmou:

*"A pandemia do Covid-19, a guerra na Europa e as crises econômicas e de saúde associadas nos ensinaram que as vulnerabilidades da África só podem ser resolvidas por africanos e seus governos tomando nosso destino em nossas próprias mãos como africanos. Igualmente importante, uma lição chave aprendida é a necessidade de levar a integração a sério porque nossas vulnerabilidades e problemas estão integrados. Nossas soluções devem, portanto, ser integradas e coordenadas por nós mesmos como africanos".*

Falando na Boma 2023, Dr Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, descreveu a iniciativa do Pacto 4D como um divisor de águas para a agenda de segurança da saúde da África, sublinhando que desempenharia um papel vital na consecução dos objetivos da Nova Ordem de Saúde Pública e da agenda do Novo Acordo.

O responsável máximo do CDC ainda indicou:

*"A África foi o primeiro continente a abrir fronteiras e permitiu que o movimento de pessoas continuasse suas atividades econômicas, hoje estamos aqui comemorando essa conquista. Essas iniciativas visam fortalecer os serviços digitais de saúde, informar a formulação de políticas baseadas em evidências e facilitar a movimentação suave de pessoas e bens. Continuaremos desenvolvendo as realizações passadas do Consórcio Panabios liderado pela Afro-Champions, que permitiu que a África se tornasse o primeiro continente a lançar um sistema de verificação de testes e vacinação interestadual".*

Em uma era de rápido progresso tecnológico, o CDC África está bem posicionado para aproveitar o potencial das tecnologias de informação para a digitalização acelerada dos sistemas de saúde, sustentada por dados de elevada fiabilidade. Essa abordagem permitirá a implementação de telemedicina e biomonitoramento, tornando os serviços de saúde mais acessíveis e equitativos, melhorando a gestão dos programas de saúde e a capacidade de resposta às epidemias.

Por meio da colaboração estratégica, o CDC trabalha com os principais órgãos da União Africana, incluindo a Área de Livre Comércio Continental da África ([AfCFTA](#)), a Agência de

Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano ([AUDA-NEPAD](#)), a Fundação de Desenvolvimento de Capacidades de África ([ACBF](#)) e outros parceiros, estão confiantes de que o Pacto 4D oferece a plataforma certa para todas as partes interessadas traçarem uma trajetória resiliente para a era pós-pandemia para alcançar a Agenda 2063.

Os principais programas emblemáticos da União Africana a serem acelerados pelo Pacto 4D incluem o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas (PFMP), o Mercado Único de Transporte Aéreo Africano (SAATM), as Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM, *Partnerships for African Vaccine Manufacturing*), entre outros.

**Imagem 4: Dr. Eduardo Samo Gudo nomeado Presidente do Conselho Consultivo e Técnico do CDC**



Fonte: CDC África, 2023.

O CDC África deu um passo significativo no sentido de reforçar as medidas de prevenção e controlo de doenças em África, introduzindo o seu Conselho Consultivo e Técnico (ATC, *Advisory Technical Council*) renovado durante a [6.ª Sessão Ordinária](#) realizada em Nairobi, no Quênia, em 10 de julho.

Esta reestruturação estratégica é uma resposta direta à decisão da União Africana na sua 35ª Sessão Ordinária em Adis Abeba, Etiópia, em fevereiro do ano passado. A decisão fortaleceu o CDC África como um órgão independente com a missão decisiva de prevenção e controlo de doenças em todo o continente.

Essa transformação representa uma mudança para uma liderança mais forte e uma apropriação por parte dos Estados-Membros, dos seus Chefes de Estado e de Governo, fortalece a liderança e a estrutura de governança do CDC na África como parte de esforços mais amplos para reforçar os mecanismos continentais para alicerçar instituições estratégicas em todos os Estados-Membros.

O ATC reestruturado abrange 20 membros diversos, incluindo representantes dos Estados-Membros, dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, da Rede Regional Integrada de Vigilância e Laboratório (RISLNET, *The Regional Integrated Surveillance and Laboratory Network*), das Redes Africanas de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a

Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, *The World Organisation for Animal Health*). Esta composição adere ao estatuto atualizado do CDC África aprovado na 45ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana em Lusaka, Zâmbia, em julho de 2022.

Durante a sessão, a Dra. Anne Marie Ambourhouet-Bigmann, Presidente cessante do ATC África, apresentou seu relatório. Ela destacou as realizações e compartilhou datas e marcos importantes. Seu papel é prover apoio técnico e consultivo ao CDC em questões como doenças emergentes, vigilância, mobilização de recursos, ciência, pesquisa e estratégia.

Ao longo de seu mandato, o ATC realizou cinco reuniões ordinárias e forneceu recomendações estratégicas ao Conselho de Administração e ao Secretariado do CDC. O relatório detalhou os resultados dessas reuniões, incluindo conquistas, desafios e recomendações para o próximo ATC. As discussões abrangeram a operacionalização do CDC, a implementação de um plano estratégico de cinco anos, mobilização de recursos, parcerias, utilização de dados e resposta à pandemia de Covid-19.

O relatório também destacou o impacto do ATC no tratamento de várias doenças emergentes, como Marburgo, Ebola, Febre Amarela, Cólera, Dengue e Covid-19. O Conselho ofereceu conselhos e conhecimentos técnicos sobre aquisição de vacinas, iniciativas locais de fabricação e capacidades de sequenciamento genômico.

A 6ª Sessão Ordinária facilitou com sucesso uma transição suave da saída para o novo ATC, adotou o projeto de regras e procedimentos e elegeu o Dr. Eduardo Samo Gudo como Presidente e o Dr. Morenike Oguan Alex-Okoh como Vice-Presidente do Conselho Consultivo e Técnico do CDC.

Na ocasião, o Diretor-Geral do CDC, Jean Kaseya, começou por afirmar que sentiu imenso orgulho em testemunhar esta passagem de liderança para o Dr. Eduardo Samo Gudo, atual Diretor-Geral do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique. A sua notável experiência em Imunologia e Virologia e as suas contribuições inestimáveis para a medicina e saúde pública em Moçambique fazem dele um excelente candidato para este novo papel. O Dr. Eduardo quando ainda exercia papel de membro no Comité Consultivo Técnico Regional do CDC de África Austral demonstrou sua liderança contínua com dedicação e compromisso com o bem-estar do continente.

O Vice-Presidente do Eduardo é o Dr. Morenike Oguan Alex-Okoh, da Nigéria. Ele também mereceu predicados do Diretor-Geral do CDC pela sua liderança exemplar, particularmente durante a resposta à Covid-19 na Nigéria, demonstrando seu compromisso inabalável com a saúde pública. Com mais de duas décadas de experiência no setor de saúde e seu amplo conhecimento e sabedoria prática, o Dr. Alex-Okoh é considerado um verdadeiro trunfo como Vice-Presidente. Suas realizações como Diretor de Serviços de Saúde Portuária e como líder do Grupo de Trabalho Técnico da Força-Tarefa Presidencial sobre Covid-19 na Nigéria exemplificam sua dedicação excepcional à saúde pública e à prevenção de doenças.

O Diretor-Geral do CDC afirmou que sob a liderança conjunta dos novos investidos nesse cargo, o Conselho irá, sem dúvida, alcançar progressos notáveis na orientação estratégica e cumprir os objetivos estratégicos do CDC África durante a segunda fase da sua operacionalização com a mesma dedicação para melhorar os resultados de saúde na África e para servir também de inspiração para todos.

O Diretor-Geral do CDC aproveitou aquela oportunidade para expressar seu sincero apreço à Dr.<sup>a</sup> Anne Marie Ambourhouet-Bigmann e à Prof. Roma Chilengi pelas suas excepcionais lideranças na orientação do ATC nos últimos três anos. Suas notáveis contribuições e dedicação foram fundamentais para o sucesso e progresso durante seu mandato.

À medida que o novo ATC inicia o seu mandato, está bem posicionado para dar aconselhamento técnico essencial e defender os planos e atividades estratégicas do CDC em África, refletindo o seu estatuto reforçado e o seu mandato operacional alargado.

Em seu discurso na reunião, o recém-eleito Presidente, Dr. Eduardo Samo Gudo, enfatizou que o Conselho é composto por cientistas, não políticos, cujo foco principal é dar orientação baseada em evidências ao Diretor-Geral. Essa contribuição deve ser reconhecida como um esforço significativo para melhorar a saúde pública no continente.

Os membros recém-eleitos do ATC, que terão um mandato não renovável de três anos, serão conselheiros decisivos ao CDC sobre uma ampla gama de questões, incluindo preocupações emergentes, planejamento estratégico, mobilização de recursos, vigilância e detecção de doenças e esforços científicos.

### **11ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CDC África**

O CDC África convocou recentemente sua primeira reunião sob a estrutura de governança revisada, que traz uma nova era de estratégias de saúde continentais robustas. A [11ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CDC África](#) foi realizada em Nairobi, no Quênia, e reuniu representantes dos Estados-Membros, organizações regionais de saúde, o setor privado e a sociedade civil para discutir e deliberar sobre questões-chave relativas ao fortalecimento da estrutura de governança e do escopo operacional do CDC. O evento assinalou um marco significativo nos esforços em curso para melhorar a capacidade da África para prevenção e controle de doenças.

A Ministra da Saúde do Quênia, Susan Wafula, saudou calorosamente os participantes e expressou o firme compromisso do Quênia em apoiar a missão do CDC na África. Ela elogiou a dedicação da organização para fortalecer a segurança da saúde pública na África e enfatizou o alinhamento entre os objetivos do CDC e o compromisso do Quênia com a saúde pública.

O Presidente cessante do Conselho de Administração, o Prof. Moustafa Mijiyawa, Ministro da Saúde e Higiene Pública do Togo, fez considerações sobre as conquistas do CDC África, particularmente em meio à pandemia da Covid-19. Ele afirmou:

*"O CDC África provou ser fundamental no fortalecimento dos nossos sistemas de saúde e no reforço da capacidade entre os nossos Estados-Membros para combater as crises de saúde, como a pandemia em curso. Estou confiante que o novo Conselho continuará a manter e estender este legado."*

O Diretor-Geral do CDC África, estendeu sua gratidão ao Quênia por sediar a reunião e destacou o progresso feito pela organização no fortalecimento da vigilância de doenças, testes laboratoriais, rastreamento de contatos e outras áreas críticas. Ele reconheceu os membros cessantes do Conselho Diretivo por seu excelente trabalho apoiando o papel e a estrutura do CDC na África. Dr. Kaseya também destacou as realizações significativas na distribuição de vacinas, com mais de 500 milhões de doses administradas na África, cobrindo aproximadamente 40% da população elegível.

Durante a reunião, uma transferência suave de poder ocorreu entre os Presidentes de saída e de entrada do Conselho de Administração, com gratidão expressa pela excelente liderança do Presidente de saída. A Presidente interina do Conselho, Sylvia Masebo, Ministra da Saúde da Zâmbia, foi eleita para liderar o Conselho por um mês.

A reunião também reconheceu as contribuições dos membros cessantes do Conselho de Administração, que foram homenageados com certificados de apreciação. Sua dedicação e experiência foram elogiadas por suas valiosas contribuições para as realizações do CDC na África.

Nas suas observações finais, a Presidente interina do Conselho de Administração expressou gratidão ao Ministro anfitrião pela sua presença e hospitalidade. Ela agradeceu ao presidente cessante e a toda a equipe por seus notáveis esforços em trazer o Conselho de Administração ao seu estado atual. O Presidente reconheceu os progressos substanciais realizados pelo Conselho anterior e expressou satisfação com as deliberações da reunião.

O Diretor-Geral do CDC resumiu a reunião expressando seu apreço pela valiosa contribuição e sabedoria compartilhada pelos membros. Ele assegurou ao Conselho de Administração que suas resoluções e recomendações serão cuidadosamente consideradas no desenvolvimento do Regimento. O Dr. Kaseya expressou seu compromisso com o Plano Estratégico e afirmou que o CDC revisará diligentemente e anualmente o plano e garantirá o alinhamento com os objetivos da organização.

A 11ª Reunião Ordinária do Conselho Administração concluiu em nota alta, sublinhando o compromisso de todas as partes interessadas na agenda de saúde pública de África. As conquistas e decisões tomadas durante esta reunião fortalecerão significativamente a estrutura de governança do CDC e promoverão a missão da organização em proteger a saúde na África.

## Aproximações e reaproximações na Europa

### *Approaches and rapprochements in Europe*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *This report brings two important conferences that took place in the fortnight. The first was the NATO Conference, which kept the red light for Ukraine's membership, while Sweden received the green light from the president of Turkey, who opposed it. The second, the historic Celac-UE summit, which took place again after 8 years. The referrals and repercussions of the latter, however, will be for the next edition.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; Nato; Celac.*

**Resumo.** Este informe traz duas importantes conferências acontecidas na quinzena. A primeira foi a Conferência da Otan, que manteve o sinal vermelho para a adesão da Ucrânia, enquanto a Suécia recebeu o sinal verde do presidente da Turquia, que se opunha. A segunda, a histórica cimeira [Celac-UE](#), que aconteceu novamente depois de 8 anos. Os encaminhamentos e a repercussão desta última, entretanto ficarão para a próxima edição.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Otan; Celac;

Este informe traz duas importantes conferências acontecidas na quinzena. A primeira foi a Conferência da Otan, que manteve o sinal vermelho para a adesão da Ucrânia, enquanto a Suécia recebeu o sinal verde do presidente da Turquia, que se opunha. A segunda, a histórica cimeira [Celac-UE](#), que aconteceu novamente depois de 8 anos. Os encaminhamentos e a repercussão desta última, entretanto ficarão para a próxima edição.

A Conferência da Otan realizada em Vilnius, Lituânia, manteve o sinal vermelho para a adesão da Ucrânia ao Tratado, por falta de consenso entre os membros. Em avaliação otimista da situação da Ucrânia, Jens Stoltenberg, secretário-geral da aliança disse que “A Ucrânia está agora mais próxima da OTAN do que nunca”.

Zelenski queria um sinal claro de que a Ucrânia teria seu lugar assegurado ao final da guerra, mas não há consenso. Um dos contrários são os EUA. Seu presidente Joe Biden, havia avisado dias antes da cúpula que ele não acenaria para a passagem da Ucrânia. “Eu não acho que [a Ucrânia está] pronta para se tornar membro da OTAN”, alertou<sup>175</sup>. O presidente ucraniano também quer mais armas e o ocidente dá sinais de cansaço, com argumentos de que falta gratidão por parte da Ucrânia, como o desabafo do secretário de defesa da Grã-Bretanha, Ben Wallace, que disse ter dirigido 11 horas a Kiev apenas para receber uma lista de desejos de armas: “Não somos a Amazon”.

Em outro movimento, a Suécia recebeu sinal verde da Turquia para sua adesão à aliança. Recep Tayyip Erdogan, presidente da Turquia, anunciou que retiraria seu bloqueio à entrada da

---

<sup>175</sup> The Economist, July 15th 2023. “NATO and Ukraine Progress and pitfalls », pag. 26



Suécia em 10 de julho. Assim que o parlamento da Turquia concluir a ratificação, a adesão da Suécia completará o cerco da Otan à Rússia no Mar Báltico.

A cimeira Celac-UE, aconteceu em Luxemburgo na Bélgica, a convite da presidência espanhola, reunindo 60 chefes de Estado, 33 da Celac e 27 da UE. As edições anteriores do encontro entre as duas comunidades de países aconteceu em [2013](#) e em [2015](#). A conferência é vista como uma possibilidade de aprofundar e movimentar as relações entre os continentes.

Na agenda, predominaram os temas comerciais, e a guerra da Ucrânia. Sobre a mesa de negociações, possibilidades e desafios se colocaram em áreas como o desenvolvimento humano e as transições ecológica e digital. Atualmente, a UE é o terceiro maior sócio da região, perdendo para os EUA e a China em matéria de comércio, mas sendo campeã no quesito investimento estrangeiro.

No tocante à guerra, tanto EUA como Europa vêm buscando apoio na arena internacional, tentando que os países adotem uma postura condenatória à invasão. Contudo, os países latino-americanos e caribenhos, veem na Rússia um importante parceiro comercial e aparentemente não veem vantagem em assumir tal postura. Além disso, faz tempo que países da região adotam uma abordagem de neutralidade em suas políticas externas. Jamil Chade nos conta que Governos como o de [Cuba ou Nicarágua, contrários a qualquer gesto da Otan, sequer aceitam que o assunto entre na declaração final da cúpula](#), apontando que não se trata de um tema do encontro.

É clara a [intenção europeia de atrelar a pauta ambiental à comercial](#). Em entrevista, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, José Manuel Albares declarou: "Se considerarmos os diferentes acordos comerciais que temos vindo a discutir com os diferentes países da América Latina, há muitos anos, a melhor forma de garantir que as normas ambientais são respeitadas na América Latina é avançar, assinar e ratificar esses acordos." "Se queremos que a América Latina vire as costas à Europa e procure outros parceiros que não partilham a mesma preocupação com o ambiente, então temos de os pôr de lado", disse, ainda, numa conferência de imprensa.

Como a reunião acontece após a finalização do informe, a repercussão, os encaminhamentos e as declarações finais serão objeto da próxima edição.

O último informe abordou a escassez de medicamentos na Alemanha e seu impacto sobre as farmácias, que são importante elo no sistema de saúde. Desta vez, reportamos que [a escassez de medicamentos é um problema que atinge muitos países do bloco europeu](#). Antibióticos e antipiréticos, em particular, não são encontrados em muitas farmácias. Stella Kyriakides, a Comissária Europeia para a Saúde, diz que uma lista comunitária de medicamentos críticos no bloco está sendo feita, para se tentar monitorar os medicamentos essenciais escassos e resolver as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento. Este cenário contrasta com o movimento europeu de fortalecimento da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e de criação de uma nova Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias, a HERA. Esta última, conforme informou a comissária, ainda está avaliando quais são os medicamentos que precisam ser garantidos e a forma do bloco ser avisado com antecedência a potenciais faltas. Segundo ela, quando tudo isto estiver em vigor, a UE estará em condições de saber onde estão as criticidades de fornecimento.

## **Conclusões**

A guerra na Ucrânia segue sendo um dos principais temas da agenda internacional, estando presente em diferentes mesas de negociação. EUA e Europa seguem pressionando países do sul global a condenarem a invasão russa, sem muito sucesso. A grande maioria destes países é ex-colônia, parceira da Rússia e não vê sentido em tomar partido em uma guerra que não lhes diz respeito. Também fruto desta guerra é a aproximação da UE ao continente latino-americano, após 8 anos de diálogo suspenso. Apesar das possibilidades que se abrem com o incremento da cooperação ibero-americana, os interesses ainda são díspares, e a cada dia ficam mais claras as intenções protecionistas mascaradas de medidas ambientais.

## Oriente Médio, Ásia e Pacífico no Fórum Político de Alto Nível 2023: Rumo aos ODS

### *Middle East, Asia and Pacific at the 2023 High Level Political Forum; Towards the SDG*

*Lúcia Marques*

**Resumo.** A pandemia expôs fraturas e fragilidades e exacerbou inequidades em meio a eventos climáticos extremos e caos econômico. O mundo enfrenta múltiplas crises e, conseqüentemente, múltiplos desafios, que exigem soluções e ações multilaterais, trabalho conjunto e solidariedade. E com urgência! Mas caminha na contramão de soluções compartilhadas, crescem as divisões entre países e regiões e disputas geopolíticas. A meio do caminho para alcançar a Agenda 2030, muitos países estão longe de atingir os ODSs – alguns enfrentam retrocessos. E as Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs, em inglês) apresentadas no HLPF (High Level Political Forum) 2023 refletem os impactos no avanço dos ODSs. Este ano, dos 39 Estados que apresentaram suas VNRs, 14 são países da **Ásia Sudeste, Pacífico, Central e do Golfo**. **Marques** chama a atenção que esses 14 países apresentaram suas segundas VNRs. E que, embora a pandemia da Covid-19 e as múltiplas crises tenham afetado os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, causando atrasos, os Estados buscaram superar fraquezas e fragilidades e acelerar a recuperação, implantando estratégias, planos e políticas multissetoriais de desenvolvimento socioeconômico nos níveis nacional e local. Sistemas de saúde, proteção social, educação e capacitação, igualdade de gêneros, digitalização, parcerias público-privadas e com agências e organismos, entre outros, integram os planos de ação. E por isso uma discussão profunda e ampliada do ODS 17 que visa “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” é crucial, uma vez que o mundo enfrenta uma séria crise econômica e financeira.

**Palavras chaves:** Ásia e Pacífico, Oriente Médio, Fórum Político de Alto Nível, ODS, Saúde Global

**Abstract.** The pandemic has exposed fractures and fragilities and exacerbated inequities amidst extreme weather events and economic chaos. The world faces multiple crises and, consequently, multiple challenges, which require multilateral solutions and actions, joint work and solidarity. And urgently! But it goes against the grain of shared solutions, divisions between countries and regions and geopolitical disputes grow. Halfway to achieving the 2030 Agenda, many countries are far from achieving the SDGs – some are facing setbacks. And the National Voluntary Reviews (VNRs) presented at the High Level Political Forum (HLPF) 2023 reflect impacts on advancing the SDGs. This year, of the 39 States that submitted their VNRs, 14 are countries in **Southeast Asia, Pacific, Central and Gulf**. **Marques** points out that these 14 countries presented their second VNRs. And that, although the Covid-19 pandemic and the multiple crises have affected the least developed and developing countries, causing delays, the States sought to overcome weaknesses and fragilities and accelerate recovery, implementing multisectoral strategies, plans and policies for socioeconomic development in the national and local levels. Health systems, social protection, education and training, gender equality, digitization, public-private partnerships and partnerships with agencies and organizations, among others, are part of the action plans. This is why an in-depth and expanded discussion of SDG 17 which aims to “Strengthen the means of implementation and revitalize the global partnership for sustainable development” is crucial as the world faces a serious economic and financial crisis.

**Keywords:** Asia and the Pacific, Middle East, High Level Policy Forum, SDGs, Global Health

*O sistema financeiro deve evoluir em salto gigante em direção à justiça global*  
(Antonio Guterres, Secretário Geral da ONU)

A pandemia expôs fraturas e fragilidades e exacerbou inequidades em meio a eventos climáticos extremos. O mundo enfrenta múltiplas crises e, conseqüentemente, múltiplos desafios, que exigem soluções e ações multilaterais, trabalho conjunto e solidariedade. E com urgência! Mas caminha na contramão de soluções compartilhadas, crescem as divisões entre países e regiões: Sul global X Norte global, Ocidente X Oriente. Como destaca o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, no [vídeo](#) (ONU, 2023a<sup>176</sup>) exibido na abertura do Fórum Político de Alto Nível (HLPF, sigla em inglês), durante os tempos iniciais da COVID-19, as pessoas mudaram, se reinventaram. Isso mostra que mudanças são possíveis. Ele destaca que ainda é possível construir o futuro que queremos.

O HLPF sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF 2023a)<sup>177</sup> começou em **10 de julho**, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC-ONU) e segue até 20 de julho, sob o tema ***Acelerando a recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis, quando os*** participantes estarão discutindo as medidas de recuperação eficazes e inclusivas para lidar com os impactos da pandemia de COVID-19 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e explorar orientações políticas para a plena implementação da Agenda 2030 e do ODS em todos os níveis.

Além dos países membros, o fórum conta com a participação das agências e órgão da ONU, como FAO, UNICEF, OMS, ACNUR, Banco Mundial, entre outros. Também estão presentes, instituições e organizações intergovernamentais.

Além das discussões de abrangência, o HLPF 2023 revisa em profundidade os **ODS 6 sobre água limpa e saneamento, ODS 7 sobre energia limpa e acessível, ODS 9 sobre indústria, inovação e infraestrutura, ODS 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis e ODS 17 sobre parcerias para os Objetivos**. O HLPF é a plataforma central das Nações Unidas para o acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível global, que se reúne anualmente em julho.

Um dos documentos que subsidiam a reunião é o relatório do Secretário Geral, que fornece uma atualização sobre o progresso feito desde 2015 em relação à estrutura global de indicadores ODS. O [relatório](#) (ONU 2023b<sup>178</sup>) conclui que muitos dos ODS estão moderada a severamente fora do caminho e apresenta cinco recomendações principais para resgatar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e acelerar a implementação entre agora e 2030, para consideração dos Estados Membros antes da Cúpula dos ODSs.

Outro relatório do Secretário Geral serviu de base para os debates da série de sessões de alto nível do ECOSOC; “Progressos realizados para alcançar os objetivos do Desenvolvimento

---

<sup>176</sup> Nações Unidas. 2023a. Nations United: Urgent Solutions for Urgent Times. Presented by Thandie Newton. Vídeo. 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=xVWHuJOmaEk>

<sup>177</sup> High Level Political Forum (HLPF) 2023a. Site oficial. <https://hlpf.un.org/2023>

<sup>178</sup> Nações Unidas. 2023b. Relatório do Secretário Geral para o HLPF 2023. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-06/E%202023%2078.pdf>

Sustentável: rumo a um plano de resgate das pessoas e do planeta” (ONU 2023c)<sup>179</sup>. O relatório olha além das crise e emergência atuais para refletir sobre tendências e cenários futuros de longo prazo, com impactos na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos relacionados com a mudança climática sem deixar ninguém para trás.

À margem das plenárias, aconteceram mais de 220 eventos paralelos ([agenda](#) HLPF 2023b<sup>180</sup>), sugeridos e organizados pelas missões permanentes e representações oficiais e organizações não governamentais. Um exemplo é o evento organizado por Bangladesh **Parceria Renovada na Cooperação Sul-Sul e Triangular: alavancando a Inovação e a Tecnologia de Ponta (HLPF, 2023c)**.<sup>181</sup>

O evento paralelo de alto nível busca identificar como a Cooperação Sul-Sul pode ser alavancada para reduzir drasticamente a divisão digital por meio do Centro de e-Qualidade para Inovação Inclusiva. Por meio de painéis de discussão e diálogos interativos, palestrantes e participantes ilustres terão a oportunidade de compartilhar suas experiências, lições aprendidas e estratégias eficazes para alavancar a inovação e a tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Outro exemplo são as três sessões paralelas da Conferência Global sobre Sinergias Climáticas e ODS (HLPF, 2023d)<sup>182</sup>: “Quebrando silos e criando sinergias por meio de evidências compartilhadas e ação escalável”. As sessões cobriram: 1- Uma transição justa, equitativa e líquida zero – como acertar?; 2 - Ação climática como um caminho para a mudança social e econômica – como envolver todas as partes interessadas?; Desbloquear financiamento e parcerias para ação climática e ODS – como isso pode ser feito?

Convocada pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA) e pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para fazer um balanço do progresso na ação sinérgica em todos os níveis e planejar com antecedência a priorização áreas de maior necessidade, o evento paralelo ofereceu uma oportunidade para uma série de discussões substanciais, focadas em exemplos práticos e soluções para questões-chave relacionadas a uma transição justa, equitativa e inclusiva para um futuro líquido zero e resiliente ao clima

### Revisões Nacionais Voluntárias

Como forma voluntária, os países são incentivados a apresentar suas revisões, com os avanços, dificuldades e questões rumo ao desenvolvimento sustentável. Este ano, 39 Estados apresentaram suas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs, em inglês) e destes, 14 são países da Ásia Sudeste, Pacífico, Central e do Golfo: Arábia Saudita, Bahrein, Brunei, Camboja, Fiji, Kuwait, Maldivas, Mongólia, Singapura, Tadjiquistão, Timor Leste, Turcomenistão, Uzbequistão e Vietnã.

---

<sup>179</sup> Nações Unidas 2023c Relatório. Progress towards the Sustainable Development Goals: Towards a Rescue Plan for People and Planet <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/158/47/PDF/N2315847.pdf?OpenElement>

<sup>180</sup> High Level Political Forum (HLPF) 2023b. Agenda dos eventos paralelos. <https://docs.google.com/spreadsheets/d/19m0BqzFJ721YcYAiCEvMqysdC6K5mti5naTag3CQcUI/edit#gid=0>

<sup>181</sup> High Level Political Forum (HLPF) 2023c. Side Event. *Renewed Partnership in South-South and Triangular Cooperation: leveraging Innovation and Cutting-Edge Technology*. <https://media.un.org/en/asset/k1f/k1fsjgtlzu>

<sup>182</sup> High Level Political Forum (HLPF) 2023d. Side Event. *Breaking Down Silos and Building Synergies through Shared Evidence and Scalable Action*. <https://media.un.org/en/asset/k1c/k1cpxtgygd>

Chama a atenção que esses 14 países apresentaram suas segundas VNRs. Interessante observar que, embora a pandemia da Covid-19 e as múltiplas crises que afetam os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento tenham causado atrasos e/ou retrocessos na implantação dos ODS, os Estados buscaram superar fraquezas e fragilidades e acelerar a recuperação, implantando estratégias, planos e políticas multissetoriais de desenvolvimento socioeconômico nos níveis nacional e local. Sistemas de saúde, proteção social, educação e capacitação, igualdade de gêneros, digitalização, parcerias público-privadas e com agências e organismos, entre outros, integram os planos de ação. E por isso uma discussão profunda e ampliada do ODS 17 que visa “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” é crucial, uma vez que o mundo enfrenta uma séria crise econômica e financeira. Uma agenda de desenvolvimento sustentável bem-sucedida requer parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil, em nível global, regional, nacional e local.

**Arábia Saudita VNR 2023**<sup>183</sup> – A primeira revisão do Reino (2018) começava a integrar a Visão 2030 saudita, o plano transformacional de longo prazo do país, com os ODS. A revisão 2023 mostra o sucesso dessa integração, uma vez que a Visão busca “transformar a Arábia Saudita em uma nação próspera e dinâmica, ao mesmo tempo em que equilibra o crescimento econômico com a sustentabilidade social e ambiental.” A integração da Visão 2030 e dos ODS representa um esforço conjunto para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo com qualidade de vida no centro. O relatório com 110 páginas analisa todos os ODS.



Em 2021, o país estabeleceu o *Comitê Diretor de Desenvolvimento Sustentável*. O relatório lista as inúmeras iniciativas de apoio ao desenvolvimento sustentável: *Saudi Green Initiative* - posiciona a Arábia Saudita como líder global em ação climática e proteção ambiental; *a Iniciativa Verde do Oriente Médio*, um esforço regional para lidar com a mudança climática; *abordagem da Economia Circular do Carbono*, visando emissões líquidas zero; o *Saudi Public Investment Fund*, um dos maiores fundos soberanos para financiar projetos que promovem o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável; *Programa de Qualidade de Vida* melhora o bem-estar dos cidadãos, enquanto instituições como a *Cidade Rei Abdulaziz de Ciência e Tecnologia*, o *A. Saudi Data & AI Authority* e várias incubadoras e aceleradoras promovem o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Na esfera social, a Arábia Saudita estabeleceu um extenso sistema de proteção social, que incorpora programas de seguro social, redes de segurança social e programas de apoio ao mercado de trabalho, proporcionando aos cidadãos amplo apoio em áreas como saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, subsídios, habitação, educação e emprego. O Reino combateu a desnutrição infantil, melhorou seu sistema de saúde, manteve altas taxas de vacinação e alcançou quase a paridade de gênero na educação.

O governo saudita viu a pandemia como uma oportunidade para avançar em questões cruciais, como igualdade de gênero, atenção aos trabalhadores migrantes e sistema de saúde inclusivo para atender migrantes, refugiados e peregrinos. O primeiro grande teste foi a

<sup>183</sup> Arábia Saudita VNR 2023. Accelerating To Achieve A Sustainable Future: Saudi Arabia Voluntary National Review 1444-2023.

<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20KSA%20Report.pdf>

estrutura montada para receber, em junho deste ano, os mais de dois milhões de peregrinos que chegaram a Meca para o Haji (Arab News, 2023<sup>184</sup>). Foram montados serviços médicos em centros de saúde sazonais, envolvendo procedimentos simples, como orientações de conscientização em saúde, até procedimentos de alta complexidade, como cirurgias cardíacas abertas ou procedimentos de diálise. O serviço prestado envolveu o uso de inteligência artificial, digitalização de programas e aplicativos eletrônicos para aprimorar os serviços. As informações foram disponibilizadas em vários idiomas (Marques, 2023<sup>185</sup>). A infraestrutura, organização e diversidade de atendimentos foi altamente elogiada pela Organização Mundial da Saúde. A peregrinação a Meca (Haji) é um dos cinco pilares do islã que todo muçulmano, com recursos suficientes, deve cumprir ao menos uma vez na vida. Este foi o primeiro Haji totalmente liberado depois da Covid-19.

Assim como fez Singapura, mudar a educação de base nas escolas para derrubar preconceitos, acabar com discriminação e promover inclusão demonstra uma visão de futuro, que pode se propagar para outros países islâmicos, uma vez que a Arábia Saudita tem influência no mundo árabe.

**Bahrein VNR 2023**<sup>186</sup> - o país árabe do Golfo apresentou sua segunda VNR, com 158 páginas – o primeiro foi em 2018. O reino incorporou a Agenda 2030 nos planos de governo e estratégias de futuro, desde a implantação da Visão Econômica 2030, lançada em 2008, que absorveu os conceitos abrangentes da agenda. Em 2022, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Sustentável para coordenar e promover os esforços de sustentabilidade para os ODS e além – sob o comando da economista *Noor bint Ali AlKhulaif*. Além disso, o Plano do Governo 2023-2026, intitulado “Da Recuperação à Sustentabilidade”, integra ainda mais os ODS aos projetos do governo.



O Plano de Recuperação Econômica, lançado no final de 2021, visa colocar o Bahrein na melhor posição para se beneficiar da recuperação global e alcançar a sustentabilidade fiscal e econômica. O Plano compreende cinco pilares e 27 programas e inclui estratégias para os seis setores alinhados à sustentabilidade (turismo, logística, serviços financeiros, manufatura, petróleo e TIC); todos os quais promovem a implantação da tecnologia digital. Em 2022, o Bahrein registrou o maior crescimento econômico não petrolífero em uma década, com um crescimento do PIB de 6,2% ano a ano. O governo considera como parte do sucesso alcançado a promoção das parcerias público-privadas, que foi regulamentada. Entre os desafios identificados, estão alcançar a sustentabilidade fiscal e produção dos dados, que exige um trabalho coletivo entre as agências governamentais.

---

<sup>184</sup> Arab News. 2023. Mais de 43 mil peregrinos receberam atenção médica durante o Haji. [More than 43,000 pilgrims receive medical care \(arabnews.com\)](https://arabnews.com/news/43000-pilgrims-receive-medical-care)

<sup>185</sup> Marques, L. No Tabuleiro da Geopolítica. Em: Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 10-2023. P. 180-182 (177-184). <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2023>

<sup>186</sup> Bahrein VNR 2023 – Revisão Voluntária Nacional 2023. <https://hlpf.un.org/countries/bahrain>

**Brunei VNR 2023**<sup>187</sup> – Com aponta em sua segunda VNR, o país está empenhado em avançar na Agenda 2030, que está de acordo com sua Visão Nacional para 2035, e avançar a nação em direção aos seus objetivos de ter uma população altamente qualificada e educada, uma alta qualidade de vida e uma dinâmica e economia sustentável. A VNR destaca vários desenvolvimentos no ecossistema dos ODS, incluindo a integração dos ODS com a visão nacional, melhorias nos arranjos institucionais; melhorias no monitoramento baseado em evidências e relatórios oportunos de progresso. As parcerias de toda a nação, juntamente com a cooperação internacional, substanciam as descobertas do progresso dos ODS e as oportunidades identificadas para abordar as lacunas nos 7 anos restantes.



Entre as futuras melhorias, estão as lacunas de dados que continuam sendo um desafio significativo. Como tal, há apenas uma avaliação parcial do progresso dos ODS, embora o SDG National Tracker estabelecido pela UNESCAP (Comissão para Ásia e Pacífico do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) tenha melhorado muito o monitoramento e a geração de relatórios de dados.

**Camboja VNR 2023**<sup>188</sup> - O segundo VNR do Camboja avalia o progresso nos 17 ODS e sua meta adicional de eliminar minas terrestres e ERW (restos de explosivos de guerra)<sup>189</sup>. Com o slogan 'Thanks-Peace', o Camboja implementou iniciativas de desenvolvimento sustentável, descritas em documentos estratégicos como o Quadro de ODS do Camboja, Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico, Fase IV da Estratégia Retangular, Quadro Nacional de Política de Proteção Social, Programas de Recuperação Econômica, Política de Governo Digital do Camboja e Quadro Integrado de Financiamento Nacional.

O Camboja deu passos significativos para melhorar o bem-estar de sua população, trabalhando diligentemente para garantir que ninguém seja deixado para trás. Esse progresso é evidente em vários setores, incluindo 7) Energia limpa e acessível, 11) Cidades e comunidades sustentáveis, 12) Consumo e produção responsáveis, 4) Qualidade da educação, 5) Igualdade de gênero, 10) Redução das desigualdades, 17) Parceria para os objetivos, e o próprio objetivo do Camboja, e 18) Acabar com o impacto negativo das minas e ERW.

O governo também reconhece a necessidade de fazer mais esforços em 8) Trabalho decente e crescimento econômico, 9) Indústria, inovação e infraestrutura e 15) Vida terrestre, e disponibilizar dados adicionais para avaliar o progresso em 1) Erradicação da pobreza, 2) Fome

<sup>187</sup> Brunei VNR 2023. Revisão Voluntária Nacional 2023.

[https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Brunei%20Report\\_0.pdf](https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Brunei%20Report_0.pdf)

<sup>188</sup> Camboja VNR 2023. Revisão Voluntária Nacional 2023.

<https://hlpf.un.org/countries/cambodia/voluntary-national-reviews-2023>

<sup>189</sup> Recentemente, em março, o Camboja lançou o projeto de eliminação de minas terrestres para 2023-2025 auxiliado pela China, com o objetivo de limpar mais de 100 quilômetros quadrados de minas terrestres e restos explosivos de guerra (ERW, em inglês) em três províncias. Esta foi a terceira fase do Projeto de Eliminação de Minas Terrestres do Camboja auxiliado pela China, disse ele, acrescentando que as duas primeiras fases começaram em 2018 e terminaram em 2022, limpando um total de 74,9 quilômetros quadrados de terra contaminada e destruindo 71.558 minas terrestres e ERWs. Em *Camboja lança projeto de eliminação de minas terrestres para 2023-2025 auxiliado pela China* <https://portuguese.news.cn/20230314/3d52b18930974f3ea3797cbbc8f25642/c.html>



zero, 3) Boa saúde e bem-estar, 6) Água limpa e saneamento, 13) Ação climática, 14) Vida subaquática e 16) Paz, justiça e instituições fortes.

No relatório simplificado, o país informa que a estratégia “Pentágono” de longo prazo e o “Plano de Desenvolvimento Estratégico Nacional 2024-2028” serão estrategicamente alinhados para acelerar o progresso em direção à realização dos ODS, recuperação econômica, desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente, bem como prosperidade compartilhada para o Camboja e o mundo para não deixar um atrás.

**Fiji VNR 2023**<sup>190</sup> - Em sua segunda VNR, ilha da Oceania apresentou um extenso relatório, com 184 páginas. O país insular informa que, através do Ministério das Finanças, Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Nacional e Estatística, estabeleceu e coordenou uma equipe central para gerenciar a preparação deste relatório, incluindo consultas dentro do governo, sociedade civil e setor privado. A robustez na coleta e interpretação de dados foi fundamental não só para a análise do progressos dos ODS, como também para subsidiar as tomadas de decisão, identificando lacunas.

Apesar das melhorias feitas, houve uma série de áreas que exigiram muito mais esforço para Fiji demonstrar progresso, como as associadas à mortalidade neonatal, saneamento, violência contra mulheres e meninas, empoderamento das mulheres, transição para energia e transporte sustentáveis, combustível para cozinhar, eficiência energética e manutenção de infraestruturas essenciais.

A pandemia do COVID-19 teve um impacto devastador na economia da ilha, principalmente com o fechamento das fronteiras, uma vez que Fiji dependente do turismo. A recuperação foi boa; no entanto, poderia ter sido melhor, pois o impacto da guerra na Ucrânia nos preços dos combustíveis e dos alimentos também afetou a economia, já fragilizada após a pandemia. O país está sujeito a desastres naturais, mudanças climáticas, pandemias e efeitos de tensões geopolíticas e guerras; construir resiliência é fundamental.

**Kuwait VNR 2023**<sup>191</sup> – Como apontou em sua primeira revisão (2019), país do Golfo alcançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na erradicação da pobreza e da fome, fornecendo educação universal e eliminando as disparidades de gênero na educação e em outras esferas da vida. Alcançou níveis em cuidados de saúde universais, alcançou os melhores indicadores em saúde materna e infantil e reduziu a mortalidade infantil e garantiu serviços de água e saneamento abrangentes.

---

<sup>190</sup> Fiji VNR 2023 - Strengthening Resilience to Meet the Challenges of Climate Change and Other Global Issues <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Fiji%20Report.pdf>

<sup>191</sup> Kuwait VNR 2023 – Revisão Voluntária Nacional 2023. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Kuwait%20Report.pdf>

A nova revisão traz o progresso alcançado com a integração da Agenda 2030 na Visão de longo prazo do país - Visão 2035: Novo Kuwait -, que consiste em sete grandes pilares, que endossam e integram estruturalmente todos os 17 ODS e 169 metas, juntamente com seus indicadores. O relatório forneceu um registro, através de dados, das realizações significativas feitas até agora e delineou os desafios restantes sob a seção transversal dos objetivos e metas. Um dos desafios estruturais do país era a disponibilidade limitada de dados e estatísticas – fragilidade apontada na revisão de 2019. O investimento a níveis institucional, gerencial, técnico para coleta de dados e compartilhamento e disseminação de informações, proporcionou a produção de dados oficiais, robustos e regulares, capazes de rastrear deficiências e de subsidiar as tomadas de decisões.



Figure 1: The Seven Pillars of “New Kuwait”<sup>5</sup>

O documento também aponta o número crescente de atores, parceiros e grupos comunitários, incluindo muitos níveis de políticas, implementando e supervisionando agências governamentais, a academia, a sociedade civil e os parceiros corporativos e do setor privado agora estão significativamente engajados em incorporar, defender, promover e regular relatórios sobre diferentes componentes da sustentabilidade.

**Maldivas VNR 2023**<sup>192</sup> – Localizadas no Oceano Índico ao sudoeste do Sri Lanka e da Índia, ao sul do continente asiático, as Maldivas são um dos países mais dispersos e geograficamente fragmentados do mundo. A nação insular está espalhada por 1.192 pequenas ilhas baixas, das quais apenas cerca de um por cento é terra. É o país menos populoso da Ásia e também está entre os menos populosos dos países islâmicos - a distribuição geográfica de 515.122 pessoas em 203 pequenas ilhas dispersas é um grande desafio para o desenvolvimento equitativo e a prosperidade compartilhada em todas as ilhas das Maldivas.

Por ser um país fortemente dependente do turismo, sofreu severamente as consequências da COVID-19 por conta do fechamento das fronteiras. As consequências devastadoras da perda de renda e meios de subsistência; as mulheres nos setores informais e os jovens foram desproporcionalmente afetados, com apontado no relatório. Além do turismo, a pesca tem sido historicamente a atividade econômica dominante, e continua a ser o maior setor de exportação. Para o país, o acesso a mecanismos financeiros internacionais e condições de financiamento concessionais são grandes desafios para o desenvolvimento.

<sup>192</sup> Maldivas VNR 2023 – Revisão Voluntária Nacional 2023.  
<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%20Maldives%202023.pdf>

Com as crises atuais, as vulnerabilidades fiscais e climáticas do país aumentaram. As disparidades no acesso à educação de qualidade, cuidados de saúde e padrões de vida são barreiras para o progresso socioeconômico igual para as pessoas residentes nos atóis. Para superar esses desafios, o governo implantou projeto *Integrated National Public Ferry Network* para conectar as ilhas por meio de balsas públicas acessíveis, regulares e de alta velocidade, garantindo que todas as comunidades, independentemente da localização geográfica ou contexto socioeconômico, tenham igual acesso a serviços, oportunidades e recursos essenciais, reduzindo as desigualdades. Embora o país tenha avançado em alguns setores da saúde, como materno infantil nutrição, vacinação, entre outros, as Maldivas enfrenta o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas.

**Mongólia VNR 2023**<sup>193</sup> – Com 149 páginas, a segunda revisão da Mongólia avalia a implementação dos ODS para cada indicador, as políticas, processos e esforços feitos em nível nacional e os resultados da aplicação das recomendações da primeira revisão. Além de considerar os impactos da pandemia do COVID-19 e dos conflitos geopolíticos, a avaliação visa destacar os grupos deixados para trás no desenvolvimento e determinar como as disparidades regionais de desenvolvimento afetam o desenvolvimento sustentável.

O documento aponta que as recomendações constantes na primeira revisão (2019) aprimoradas com a revisão da Lei sobre Política e Planejamento de Desenvolvimento e sua Gestão e com o estabelecimento de uma instituição integrada de política e planejamento. Como resultado, a política de desenvolvimento de longo prazo “Visão 2050” foi adotada e está sendo implementada de acordo com os ODS. Além de ampliar as parcerias para o desenvolvimento sustentável, as iniciativas dos setores público e privado aumentaram, a participação de organizações da sociedade civil está se tornando mais ativa e a cooperação multilateral continua se fortalecendo.

A Mongólia fez algum progresso em 15 objetivos; no entanto, a redução da pobreza, foi avaliada como regressiva. A pandemia do COVID-19 e os conflitos geopolíticos tiveram um impacto negativo significativo na economia do país. O relatório aponta que as disparidades no desenvolvimento social, na educação e nos padrões de vida das famílias entre os diferentes territórios são razões para ficar para trás no desenvolvimento. Especificamente, as populações que vivem longe da capital geralmente têm acesso limitado a serviços sociais básicos e correm maior risco de deixar para trás no desenvolvimento.

Entre as ações recomendados de futuro para reduzir as disparidades entre o desenvolvimento rural (regional e local) e o desenvolvimento urbano, respeitando o princípio de não deixar ninguém para trás, estão a criação de infraestruturas de transporte e redes logísticas destinadas a aumentar a produção e exportação de produtos mineiros e não mineiros visando garantir a igualdade de acesso a serviços sociais básicos para toda a população.

**Singapura VNR 2023**<sup>194</sup>– Como uma cidade-estado insular, com terras limitadas e sem recursos naturais, o país foca na sustentabilidade e os desafios do desenvolvimento sustentável integram as políticas públicas. A primeira revisão data de 2018, quando o mundo vivia um outro cenário. O novo relatório chama a atenção um mundo mais volátil e incerto, para o impacto da

---

<sup>193</sup> Mongólia VNR 2023 - Mongolia Voluntary National Review 2023

<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Mongolia%20Report.pdf>

<sup>194</sup> Singapura VNR 2023 – Building a Sustainable, Resilient & inclusive Singapore 2023.

<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Singapore%20Report.pdf>

COVID-19, para as tensões geopolíticas que ficaram mais nítidas e para o impacto das mudanças climáticas que aumentou os riscos para segurança alimentar, hídrica e energética global.

O VNR 2023 destaca a importância de reconhecer as limitações e os desafios para estabelecer o plano: o país viu a crise da pandemia como uma oportunidade para acelerar mudanças: no sistema de educação, na educação digital e implementação da conectividade por meio de várias plataformas. A inclusão se dá através da abordagem Whole-of-Nation de Singapura. O documento aponta também para o sucesso das parcerias público-privada e da cooperação multilateral para alcançar os avanços necessários.

Devemos lembrar que o país por anos centrou sua economia na força de trabalho do imigrante e a pandemia escancarou a fragilidade: os trabalhadores migrantes não tinham proteção social e nem estavam atendidos por legislações. As mulheres e meninas sofreram violência doméstica. O governo trabalhou medidas urgentes – e a digitalização foi uma ferramenta importante – e estabeleceu grupos de trabalho em várias áreas para, entre elas, educação: para mudar a mentalidade machista sobre as mulheres, ensinar desde a tenra idade o respeito e a igualdade de gênero.

**Tajiquistão VNR 2023**<sup>195</sup> – O documento de 104 páginas intitulado “Desenvolvimento verde para prosperidade compartilhada” é a segunda Revisão Nacional Voluntária (VNR) do país da Ásia Central. Com 104 páginas, a VNR foca no desenvolvimento verde e nas parcerias para financiamento dessa estratégia.

O desenvolvimento foi um destaque na VNR. O Tajiquistão abriga mais de 70% dos recursos hídricos da Ásia Central. Atualmente, 98% da eletricidade no país é gerada por usinas hidrelétricas, que ocupa o sexto lugar no mundo em termos de energia verde e alcançará a quarta posição após a conclusão da Usina Rogun<sup>196</sup> (BBC, 2016<sup>197</sup>). Lembrando que, em 14 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral da ONU, por iniciativa do Tajiquistão, declarou 2025 como “Ano Internacional da Preservação das Geleiras” e a data de 21 de março como o “Dia Mundial das Geleiras”. O Tajiquistão também está entre os países com contribuição quase zero para as emissões de gases de efeito estufa.

O relatório aponta que, apesar dos impactos negativos de choques externos, nomeadamente tensões e sanções geopolíticas, conflitos comerciais, propagação do COVID-19 e consequências das alterações climáticas globais, o país alcançou progressos significativos em todos os ODS, graças à implementação efetiva de reformas, políticas e programas econômicos e medidas anticrise ao longo dos últimos cinco anos, permitiu manter o crescimento econômico do Tajiquistão na taxa média de 7,3% ao ano e o PIB per capita em 1,5 vezes. O país considera um dos principais desafios para os próximos anos, manter a estabilidade macroeconômica, a segurança alimentar, a segurança social, a segurança nas fronteiras e lidar com as consequências sem precedentes da mudança climática global, em um momento de turbulência econômica

---

<sup>195</sup> Tajiquistão VNR 2023 – Green Development For Shared And Sustainable Prosperity 2023. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Tajikistan%20Report.pdf>

<sup>196</sup> Rogun pretende acabar com isso, produzindo energia suficiente para satisfazer as necessidades energéticas do país com eletricidade de sobra para exportação para o Afeganistão e Paquistão. Uzbequistão e Cazaquistão temem que a água possa ser desviada de seus campos de algodão e trigo. O rio Vakhsh é um importante afluente do rio Amu Darya, um dos dois principais cursos de água da região. Mas uma avaliação do Banco Mundial deu sinal verde há dois anos.

<sup>197</sup> BBC News. 2016. Construindo a barragem mais alta do mundo. 2016. [Rogun do Tajiquistão: construindo a barragem mais alta do mundo - BBC News](https://www.bbc.com/portuguese/geral-55811111)

global, crise de segurança alimentar, crise energética, consequências do COVID-19 e mudanças climáticas

**Timor Leste VNR 2023**<sup>198</sup> – O país do Sudeste Asiático, membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e futuro membro da ASEAN (Associação dos Estados do Sudeste Asiático, alcançou a independência, depois de muitos conflitos, há apenas 21 anos.; na ocasião, meninas e meninos de todo o país escreveram suas aspirações para a nação em cartões postais endereçados a futuros líderes.

O contexto dos conflitos para alcançar a independência ainda afeta o país - estado de ruínas onde serviços básicos e instituições foram reduzidos a cinzas. Para reconstrução do país, o Estado focou na consolidação da paz, na inclusão e na construção do Estado como base para alcançar os ODS através de uma abordagem centrada nas pessoas que promove o bem-estar e o potencial de todos os cidadãos.

O país já está na sua 2ª VNR, 244 páginas – a primeira foi a apresentada em 2019 – que trabalhou análise de todos os ODS de forma detalhada, apontando avanços, parceiros e desafios e prioridades para cada um deles.

O principal compromisso é erradicar a pobreza e garantir o bem-estar materno-infantil. Isso inclui melhorar o acesso à educação de qualidade, aprimorar a infraestrutura escolar, treinar professores e desenvolver currículos capazes de oferecer às crianças as habilidades e conhecimentos necessários para serem bem-sucedidas em um mundo em rápida mudança. “Ao priorizar a saúde ao lado da educação, estamos criando um futuro melhor para nossa nação, onde os indivíduos podem prosperar e contribuir para o desenvolvimento sustentável.” É a mensagem do presidente, J. Ramos-Horta, na apresentação do relatório.

**Turcomenistão VNR 2023**<sup>199</sup> – A VNR de 2023 do país da Ásia Central faz uma revisão não só dos ODS elencados para aprofundamento no fórum deste ano, mas inclui seis objetivos adicionais que, segundo o documento, refletem as principais direções estratégicas para o desenvolvimento do país: assistência médica; educação de qualidade e inclusiva; comida segura; igualdade de gênero; melhorar o bem-estar das pessoas; proteção ambiental. A primeira VNR foi em 2019.

A Revisão apresenta a experiência nacional do Turcomenistão no combate à pandemia, graças à qual o país conseguiu avançar para novos parâmetros de desenvolvimento sustentável. Foram analisados documentos de política estratégica para a integração dos ODS. A avaliação mostrou que um alto nível de integração das metas dos ODS em estratégias, programas e planos de ação permanece em 85%. Isso garante a continuidade da implementação dos ODS em programas nacionais concluídos e recém-adotados.

O país relata que cerca de 75% do orçamento do Estado é direcionado para o desenvolvimento da esfera social, como implantação de atendimentos e serviços direcionados a segmentos populacionais socialmente vulneráveis e implementados programas preferenciais para jovens.

---

<sup>198</sup> Timor Leste VNR 2023. People centred sustainable development: Leaving no one behind 2023. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Timor%20Leste%20Report.pdf>

<sup>199</sup> Turcomenistão VNR 2023. On the progress of implementation of the Global Agenda for Sustainable Development 2023. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR-2023%20Turkmenistan%20Report%20EN.pdf>

**Uzbequistão VNR 2023**<sup>200</sup> – Em sua segunda revisão (a primeira foi apresentada em 2020), o país da Ásia Central registra que, em 2020, a economia apresentou altas taxas de crescimento, apesar das crises globais e regionais (*COVID-19, crises geopolíticas*). Mesmo no auge da pandemia, a economia apresentou crescimento de 2%. Em 2021 e 2022 a economia cresceu 7,4 e 5,7%, respectivamente.

Esse crescimento possibilita investimentos em várias áreas, como a Estratégia de Desenvolvimento do Novo Uzbequistão para 2022-2026”, cujos rumos estão em total consonância com os objetivos nacionais e objetivos de desenvolvimento sustentável. O principal objetivo da Estratégia é tornar o Uzbequistão um país de renda média alta até 2030. A estratégia é mais orientada para os resultados com metas mensuráveis específicas, ambiciosas e propostas, a ser alcançado até 2026. (reduzir a pobreza pela metade, aumentar as matrículas na pré-escola e no ensino superior para 80 e 50 anos % respectivamente).

O país estabeleceu uma Comissão Parlamentar de Acompanhamento dos ODS, que trabalha em conjunto com a sociedade civil, a juventude e as principais ONGs nacionais, tanto para monitoramento dos avanços, como na busca de soluções e definições de prioridades.

**Vietnã VNR 2023**<sup>201</sup> – Sua primeira VNR foi apresentada em 2018. O relatório de 2023 traz o contexto difícil para o progresso rumo aos ODS devido aos impactos prolongados da COVID-19, aumento dos preços dos alimentos e combustíveis, instabilidade financeira externa e agravamento dos impactos de desastres naturais e mudanças climáticas. Mas o relatório destaca que, apesar do contexto difícil, todos os 17 ODS foram integrados em estratégias, planos e políticas setoriais de desenvolvimento socioeconômico nos níveis nacional e local. O documento avalia todos os ODS e aponta um progresso “notável” em direção ao ODS 1, ODS 6, ODS 9, ODS 10, ODS 16 e ODS 17, especialmente.

### **Considerações finais**

Embora a pandemia e as múltiplas crises (econômica, climática, guerras e conflitos e disputas geopolíticas) tenham impactado o avanço para alcançar a Agenda 2023 para o Desenvolvimento Sustentável, a análise dos VNRs dos 14 países da Ásia e Pacífico e do Oriente Médio mostra os esforços dos Estados em integrar suas políticas e visões de futuro com a implementação dos ODS. Salvo exceções, como o caso do Vietnã, que coloca na conta da pandemia e crise proveniente da guerra russo-ucraniana a razão de não avançar rumo aos ODS.

As lições aprendidas com a pandemia foram absorvidas pelos governos, principalmente nos estados do Golfo, que avançaram em políticas de inclusão de trabalhadores, migrantes e mulheres; avançaram em reformas na educação básica para criar a mentalidade de inclusão e igualdade de gênero desde cedo, como Singapura, Arábia Saudita.

Os 14 países apresentaram suas segundas revisões, sendo as primeiras anteriores à pandemia. Percebe-se nessas segundas revisões a importância do uso de dados: coleta, sistematização, mapeamento, interpretação dos dados, e distribuição das informações para os tomadores de decisões. Os países que obtiveram maiores avanços trabalharam de forma interdisciplinar e multisetorialmente. A consulta pública e a inclusão de minorias étnicas nos

---

<sup>200</sup> Uzbequistão VNR 2023. Revisão Voluntária Nacional 2023.

<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Uzbekistan%20Main%20Message.pdf>

<sup>201</sup> Vietnã VNR 2023 – Revisão Voluntária Nacional 2023.

<https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2023/VNR%202023%20Vietnam%20Main%20Message.pdf>

grupos de trabalho geraram resultados positivos. Assim como o estabelecimento de parcerias público-privadas e de cooperações internacionais foram importantes como forma apoio financeiro e/ou tecnológico.

Nas duas regiões, o apoio com análises e geração de conhecimento dos escritórios regionais da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas – ESCAP (Ásia e Pacífico) e ESCWA (Ásia Ocidental) foi importante para o sucesso em muitos países.

## Letras, siglas, metáforas e a ordem global

### *Letters, acronyms, metaphors and the global order*

**André Costa Lobato**

**Abstract.** *We recall Wang Yi's statement to Celso Amorim a month ago about BRICS being the most important platform in the developing world. We briefly introduce the two characters and discuss some issues relevant to the understanding of the group. Finally, we identify the origin of the name and present how its translation is made into Chinese.*

**Keywords:** *BRICS, South Africa 2023 Summit, Celso Amorim, Wang Yi, Translations*

**Resumo.** Recordamos a declaração de Wang Yi a Celso Amorim há um mês sobre o BRICS ser a plataforma mais importante do mundo em desenvolvimento. Apresentamos rapidamente os dois personagens e discutimos algumas questões relevantes para a compreensão do grupo. Por fim, identificamos a origem do nome e apresentamos como sua tradução é feita para o chinês.

**Palavras-chave:** BRICS, Cúpula de 2023 na África do Sul, Celso Amorim, Wang Yi, Traduções

#### **A Importância dos BRICS**

Wang Yi disse a Celso Amorim no último dia 28 de junho<sup>202</sup> que “a cooperação do BRICS é a plataforma mais importante para a solidariedade e cooperação entre os países em desenvolvimento, e o mecanismo mais central que representa os países do Sul, que mantém as expectativas ardentes dos países em desenvolvimento”.

A afirmação foi divulgada na página do Ministério das Relações Exteriores da China. Foi repercutida em alguns veículos de grande circulação da China e em poucos blogs brasileiros. Não encontrei menção em nenhuma página do governo brasileiro.

Considerando a quantidade de iniciativas que a China lançou na última década, nove dos quais com Wang como chanceler, é um elogio e tanto ao bloco que dificilmente existiria sem Amorim. Wang disse que é preciso administrar bem o mecanismo do BRICS, polir a placa do BRICS e fazer novas contribuições para promover a multipolarização mundial, a globalização econômica e a democracia nas relações internacionais.

Ainda segundo a nota do MRE chinês, Amorim disse que o papel dos BRICS na promoção da paz e do desenvolvimento estável tem se tornado cada vez mais proeminente e que o Brasil atribui grande importância à responsabilidade e à influência da China.

Wang e Amorim são dois dos diplomatas mais relevantes e experientes da atualidade.

---

<sup>202</sup> 重要新闻\_中华人民共和国外交部. (2023, June 28). Gov.Cn.

[https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202306/t20230628\\_11105129.shtml](https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202306/t20230628_11105129.shtml)



Wang Yi<sup>203</sup> é um dos mais longevos diplomatas da República Popular da China, com pouco mais de 9 anos como chanceler. Ele agora é o diretor do Escritório de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista – posição antes ocupada por Yang Jiechi. Wang era embaixador no Japão quando Shinzo Abe visitou a China, em 2006. Vem de família com histórico no serviço diplomático. Embora tenha cabido a seu antecessor, Yang Jiechi, o papel de fundador de iniciativas como Rota e Cinturão e do próprio BRICS, foi Wang Yi que ficou mais tempo a cargo desses projetos que representam uma nova fase das relações exteriores da China – uma transição que pode ser definida como de participação à proposição.

Celso Amorim, 11 anos mais velho que Wang Yi, é o mais longo chanceler do Brasil e atual conselheiro do presidente Lula. Além de diplomata, foi também ministro da defesa. Seu nome se confunde com o período mais propositivo e articulado da história da política externa brasileira. Aprofundou o Mercosul durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Com Lula, criou e expandiu organismos multilaterais e tratou de temas de paz e segurança.

Assim, há uma analogia institucional entre ambas consideradas suas respectivas repúblicas. O reconhecimento de seus nomes ajuda a separar os amadores dos iniciantes em qualquer diálogo sobre relações internacionais neste começo de século porque se confundem com o período de expansão multilateral que alguns associam às contradições políticas criadas pela “Guerra ao Terror” e econômicas oriundas da crise financeira de 2007-8. Além, é claro, e principalmente, por suas próprias motivações de seus povos por desenvolvimento e democracia no sistema internacional.

A situação era diferente em 2009 quando Luiz Inácio Lula da Silva, Manmohan Singh e Hu Jintao viajaram para Ecatimburgo para a primeira cúpula do BRIC sediada por Dmitry Medvedev. Os anfitriões russos faziam parte do G8. A China comprava, montava e vendia produtos do e para o mundo inteiro sem restrições. Em 2010, na segunda cúpula, em Brasília, Jacob Zuma foi convidado e a África do Sul participou como membro no encontro de 2011 em Sanya, na China. Brasil, Índia e África do Sul já possuíam, desde 2003, um mecanismo tripartite, o IBAS.

Agora, nos anos 2020, China e Rússia estão sob intensa pressão geopolítica num processo de expansão continental e marítima da Otan associado a um crescente número de sanções contra suas economias. A Rússia, que era membro do G8, virou pária número 1 do G7. A China, de fiadora das cadeias globais de produção, agora é apresentada pelo mesmo G7 como um risco ao bom andamento da fabricação das coisas. O mesmo G7 faz convites a Brasil, África do Sul e, especialmente Índia, para que compareçam a seus fóruns. É claro, o fato dos países do G7 se oporem a países do Brics não significa que a recíproca seja verdadeira.

Ainda assim, a indicar pelo número de países que se apresentam para integrar o Brics, poucos tem interesse de deixar de encontrar Putin ou Xi Jinping em troca de uma participação especial no grupo dos sete. O que demonstra a força política tema da conversa entre Wang e Amorim. Seja com Lula ou Bolsonaro, o Brics se mantém como um espaço de promoção e legitimação das soberanias de seus membros. Assim, uma expansão do agrupamento poderia fortalecer outros lados do sistema internacional que se opõem ou simplesmente ignoram a

---

<sup>203</sup> 王毅显赫背景：岳父陪周恩来走完人生路. (2015, November 20). Wenxuecity.com. <https://www.wenxuecity.com/news/2015/11/20/4725932.html>

formação “ocidente-otan” em suas várias dimensões: militar, monetária, industrial ou governança política.

A proposta de desdolarização, de tempos em tempos ventilada e agora com certa ênfase pela presidência brasileira do NDB, certamente marcaria a história das nações caso fosse acelerada por agência do agrupamento.

No momento, a agenda proposta pela África do Sul possui cinco pontos principais: mudanças climáticas, educação, livre-comércio na África, Agenda 2030 e fortalecimento do multilateralismo.

Há expectativa de que um processo de paz para a Ucrânia e a expansão do agrupamento sejam tratados pelos líderes dos países. A presença de Putin permanece um mistério. Entre os motivos, a expedição de um mandato de prisão contra ele pela Corte Internacional de Justiça, da qual Brasil e África do Sul são signatários. Talvez o tema de sua presença seja discutido com Ramaphosa em São Petesburgo em 27-28 de julho, quando ocorre a segunda Cúpula Econômica Rússia-África e Fórum Humanitário.

## **BRICS 金砖国家 БРИКС ब्रिक्स**

A partir da nota da chancelaria chinesa discutimos um pouco das atuais circunstâncias dos BRICS. Em outros informes já tratamos de questões ligadas à sua expansão. Nesse processo de desafios e transformação do agrupamento, ou mecanismo, é relevante retomar uma questão da ordem de significado. Como é amplamente sabido, o termo original é uma sigla para Brasil, Rússia, Índia e China e foi cunhado por um economista em 2001 para tratar da relevância das economias desses países em desenvolvimento para o futuro da ordem global. Em inglês, o termo é um homófono para tijolos, conotando uma unidade básica de construção física e política. Em russo e hindi, não há homofonia e o agrupamento é apenas uma sigla. Mas em chinês a sigla pode ser traduzida como “tijolos dourados”. Inicialmente, eram quatro tijolos, depois cinco, e atualmente é comum o grupo ser referido apenas como “dourados tijolos países”. Às vezes a mídia estatal chinesa escreve “bricks” em suas matérias em inglês, ao invés de “brics”. O termo tijolo dourado se refere a um tipo particular e antigo de fabricação de tijolos na China<sup>204</sup>. Esse método produz um tipo de tijolo liso, caro de ser adquirido, de cor dourada e que se parece com metal, daí o nome tijolo dourado. Portanto, coisa nobre.

## **Conclusões**

O BRICS atravessa um momento da ordem internacional distinto daquele em que foi criado. Seus membros permanecem interessados na continuidade do agrupamento, que representa um importante espaço de legitimidade e soberania para seus partícipes. Algumas forças políticas sobre países específicos amentam os riscos da coesão interna e do andamento dos trabalhos, representando um tipo de força centrípeta. Por outro lado, o crescente número de candidaturas ao agrupamento e a ampliação do número de membros do Novo Banco de Desenvolvimento, representam uma força centrífuga que coloca os países em desenvolvimento numa mesma plataforma comum.

---

<sup>204</sup> Baidu.com. [cited 2023 Jul 18]. Available from: <https://baike.baidu.com/item/金砖/3179021>

## **EUA: Epidemia de solidão e bombas de fragmentação**

### ***USA: Epidemic of loneliness and cluster bombs***

***Guto Galvão***

#### **O relatório "Nossa Epidemia de Solidão e Isolamento"**

O 19º e 21º Cirurgião Geral dos Estados Unidos, Vivek Murthy, publicou o relatório ["Nossa Epidemia de Solidão e Isolamento"](#), onde argumenta que a solidão é um grave problema de saúde pública que precisa ser enfrentado. Ele começa definindo solidão como "o sentimento de isolamento social e desconexão com os outros". Em seguida, ele passa a discutir o crescente problema da solidão nos Estados Unidos, observando que um em cada cinco adultos relata se sentir sozinho ou isolado.

O relatório também discute as consequências da solidão, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Ele observa que a solidão está associada a uma série de problemas de saúde, incluindo aumento do risco de doenças cardíacas, derrame, demência, depressão e suicídio. A solidão pode ter um impacto negativo na função cognitiva, na produtividade e no bem-estar geral.

As causas da solidão estão relacionadas a uma série de fatores que podem contribuir para isso, incluindo isolamento social, luto e problemas de saúde mental. Ele também observa que a ascensão da tecnologia desempenhou um papel no crescente problema da solidão, pois tornou mais fácil para as pessoas se conectarem com outras pessoas online, mas também tornou mais difícil para as pessoas se conectarem com outras pessoas pessoalmente.

O Dr. Murphy faz um Apelo à Ação pedindo um esforço nacional para resolver o problema da solidão. Ele propõe uma série de estratégias, incluindo:

- **Criar mais oportunidades de interação social.** Isso pode incluir coisas como fornecer mais financiamento para centros comunitários e programas sociais, ou incentivar as empresas a oferecer arranjos de trabalho mais flexíveis que permitam que as pessoas passem mais tempo com suas famílias e amigos.

- **Desestigmatização da solidão.** A solidão é muitas vezes vista como um sinal de fraqueza ou fracasso, mas é importante lembrar que é uma experiência comum que pode afetar qualquer pessoa. Ao desestigmatizar a solidão, podemos criar um ambiente mais favorável para as pessoas que estão lutando com ela.

- **Educar as pessoas sobre os riscos da solidão.** As pessoas precisam estar cientes dos riscos à saúde associados à solidão, para que possam tomar medidas para reduzir seu risco. Isso pode incluir coisas como certificar-se de obter interação social suficiente, manter-se fisicamente ativo e comer uma dieta saudável.

O artigo do Dr. Murthy é um poderoso chamado à ação para abordar o problema da solidão. Ele fornece uma visão clara do problema, suas consequências e suas causas. Ele também propõe uma série de estratégias que podem ser usadas para resolver o problema. Seu artigo é um recurso valioso para quem está interessado em aprender mais sobre a solidão ou que está procurando maneiras de abordá-la em sua própria vida.

A solidão é um problema crescente nos Estados Unidos, mas também em todo o mundo. Nos Estados Unidos, os custos econômicos da solidão são estimados em US\$ 1 trilhão por ano.

A solidão pode levar à ansiedade social, problemas no trabalho e dificuldade para dormir. Não há uma solução única para a solidão, mas há uma série de coisas que as pessoas podem fazer para reduzir o risco de solidão.

Nos Estados Unidos e em todo o mundo, o problema da solidão foi exacerbado pela pandemia de COVID-19. A pandemia levou ao aumento do isolamento social, já que as pessoas foram obrigadas a ficar em casa e evitar o contato com outras pessoas. Isso teve um impacto significativo na saúde mental e física das pessoas.

A [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#) e a [ONU](#), durante a [comemoração](#) do "[Dia Internacional da Amizade](#)", também declararam a solidão como um problema de saúde global. A OMS estima que uma em cada três pessoas em todo o mundo experimentará solidão até 2030 e pede que se atue [para resolver o problema da solidão e do isolamento](#).

### **Munições de fragmentação**

O Editor solicitou incluir comentários sobre a decisão dos Estados Unidos de enviar munições de fragmentação para a Ucrânia, decisão que foi recebida com reações mistas. Algumas pessoas acreditam que a decisão é necessária para ajudar a Ucrânia a se defender contra a Rússia, enquanto outras acreditam que é uma escalada perigosa do conflito.

As munições de fragmentação são armas que contêm várias pequenas bombas, ou submunições, que dispersam por uma ampla área. Do ponto de vista de saúde, essas submunições podem causar mortes e ferimentos generalizados, mesmo após o fim do conflito. Como são muitas vezes difíceis de limpar, pode representar um perigo persistente para os civis muito depois que os combates pararam.

O uso de munições de fragmentação é proibido pela Convenção sobre Munições de fragmentação, adotada em 2008. No entanto, os Estados Unidos não são parte deste tratado.

Aqueles que apoiam a decisão de enviar munições cluster para a Ucrânia argumentam que elas são uma arma necessária para ajudar a Ucrânia a se defender contra a Rússia. Eles argumentam que a Rússia está usando munições de fragmentação na Ucrânia e que os Estados Unidos precisam fornecer à Ucrânia as mesmas armas para nivelar as condições de jogo.

Aqueles que se opõem à decisão de enviar munições cluster para a Ucrânia argumentam que elas são uma arma perigosa e indiscriminada. Eles argumentam que o uso de munições cluster provavelmente causará vítimas civis e que também pode escalar o conflito.

A decisão de enviar munições de fragmentação para a Ucrânia é complexa. Há fortes argumentos em ambos os lados da questão. Existem excelentes artigos na imprensa nacional e [internacional](#) sobre esse problema os quais incluem opiniões de políticos e especialistas do tema.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Carlos Arosquipa** - Assessor do Escritório da OPAS para América de Sul, Lima, Peru

**Carlos Machado de Freitas** - Professor e pesquisador da Escola Nacional Nacional de saúde Pública, Fiocruz

**Carlos Walter Porto-Gonçalves** – Geógrafo, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Eliane Lima e Silva** - Pesquisadora do Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde, UnB; e do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Fiocruz

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** –Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Harim Baek** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Morais** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Samia de Brito** - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2023**

**26 de julho – Agenda 2030 e HLPF no ECOSOC**

**9 de agosto – Sociedade civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 12/2023**

***Período de 5 a 18 de julho de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.**

**265 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**